



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CASCALHO E ALÉM DOS
MARIMBUS DE HERBERTO SALES***

por

FRÉDÉRIC ROBERT GARCIA

Orientadoras: Profa. Dra. LÍCIA SOARES DE SOUZA

Profa. Dra. RITA OLIVIERI-GODET

SALVADOR, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CASCALHO E ALÉM DOS
MARIMBUS DE HERBERTO SALES***

por

FRÉDÉRIC ROBERT GARCIA

Orientadoras: Profa. Dra. LÍCIA SOARES DE SOUZA

Profa. Dra. RITA OLIVIERI-GODET

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor.

**SALVADOR
2013**

Doutorado realizado em regime de cotutela entre a

Universidade Federal da Bahia – UFBA – BRASIL

E

Université européenne de Bretagne (UEB) – Université de Rennes 2 – FRANCE

Universidade Federal da Bahia - UFBA:

Instituto de Humanidades, artes e ciências.

Programa multidisciplinar de pós-graduação em cultura e sociedade

Linha de Pesquisa: Cultura e Identidade

Orientadora: Prof. Dra. Lícia Soares de Souza (UFBA)

Matricula UFBA: 211117877

Universidade de Rennes 2:

Programa de Pós-Graduação em Português.

Grupo de pesquisa ERIMIT: Memória, Identidade, Território.

Laboratório PRIPLAP: Textos, Culturas e Identidades em países de Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dra. Rita Olivieri-Godet.

Matrícula Rennes: 20906184



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

FREDERIC ROBERT GARCIA

**CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CASCALHO E ALÉM DOS MARIMBUS
DE HERBERTO SALES**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Identidade em 18 de dezembro de 2013, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Lícia Soares de Souza

Prof.^a Dr.^a Rita Olivieiri-Godet

Prof.^a Dr.^a Ana Rosa Ramos

Prof. Dr. Jorge de Souza Araujo

Prof.^a Dr.^a Reheniglei Rehem



Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Programa Multidisciplinar de Pós-
Graduação em Cultura e Sociedade
Salvador (BA) Brasil

Université Européenne de Bretagne/Rennes 2
École Doctorale Arts, Lettres, Langues
ERIMIT Mémoire, Identité, Territoire
Département de Portugais
Rennes - France

Doutorado com Convenção de Cotutela Internacional de Tese
Doctorat en Cotutelle Internationale de Thèse

FRÉDÉRIC ROBERT GARCIA

**CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS
EM CASCALHO E ALÉM DOS
MARIMBUS DE HERBERTO SALES**

**CONFIGURATIONS IDENTITAIRES
DANS CASCALHO ET ALÉM DOS
MARIMBUS DE HERBERTO SALES**

Banca Examinadora/Jury:

Prof^a Dr^a/Mme Rita Olivieri-GODET
Orientadora na França/*Directrice de Thèse en France*
Université Européenne de Bretagne/Rennes 2

Prof^a Dr^a/Mme Lícia Soares de SOUZA
Orientadora no Brasil/*Directrice de Thèse au Brésil*
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^a Dr^a/Mme Ana Rosa Neves RAMOS
Presidente/*Présidente*
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof^a Dr^a/Mme Reheniglei REHEM
Membro/*Rapporteur*
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Prof Dr/M Jorge de Souza ARAUJO
Membro/*Rapporteur*
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Salvador (BA), 18 de dezembro/2013
Soutenu le 18 décembre/2013, à Salvador (BA), Brésil

SUMÁRIO

RESUMO, RÉSUMÉ, ABSTRACT

INTRODUÇÃO

1- O PROJETO LITERÁRIO DE HERBERTO SALES

- 1.1 O Romance: Um sistema de representação
- 1.2 Herberto Sales e o regionalismo no nordeste

2- AS RELAÇÕES DE PODER EM *CASCALHO*

- 2.1 Corrupção das instituições do Estado
- 2.2 Projeto legitimante e redes de sustentação do coronelato

3- CULTURA POPULAR, ORALIDADE, SIMBOLOGIAS E CRENDICES EM *CASCALHO E ALÉM DOS MARIMBUS*

3.1 Dimensão épica, credices, simpatias e superstições

3.2 Estatuto das simbologias

3.3 Causos e oralidade

4- AS REPRESENTAÇÕES DO TERRITÓRIO

4.1 Territórios de passagem: um cruzamento de culturas

4.2 Terra prometida ou terra madrasta: Eldorado e inferno

4.3 Representações da natureza e força épica dos relatos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Agradecimentos

Remerciements

A Deus e aos amigos do CEPE e do centro SINTONIA pelo constante auxílio espiritual.
As professoras Rita Godet e Lícia Soares de Souza pelo apoio, incentivo e paciência ao longo dessa caminhada.

A minha família pela compreensão nos momentos difíceis.

Aos professores Ana Rosa Ramos, Jorge Araujo e Reheniglei Rehem por participarem da minha trajetória.

A Ana Gabriela, minha amada esposa, companheira e amiga de todas as horas.

A Mireille, *ma petite soeur*, pelo afago, apoio, e pelas longas conversas internacionais.

A Université Européenne de Bretagne, Rennes 2, ao grupo de pesquisa ERIMIT e ao laboratório PRIPLAP,

A Universidade Federal da Bahia – UFBA,

E a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, minha casa, pela oportunidade.

RESUMO

Configurações identitárias em *Cascalho* e *Além dos marimbus* de Herberto Sales

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, Poder, Oralidade, Cultura popular, Território, Coronelismo, Bahia.

O presente trabalho, centrado na obra do escritor baiano Herberto Sales, visa analisar os elementos constitutivos do universo da *Chapada Diamantina* enquanto construções identitárias do indivíduo e de seu meio. Destacamos a importância do estudo da identidade na literatura brasileira, mais especificamente na literatura baiana através dos romances que constituem o *corpus* dessa pesquisa: *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Esse estudo pretende demonstrar como se instaura o diálogo entre a literatura e os outros discursos sociais, numa perspectiva interdisciplinar. Destacamos o lugar do autor no contexto da literatura brasileira: o “projeto literário de Herberto Sales”. Analisamos as formas sociais das construções identitárias e suas relações com o poder, a convivência e a reciprocidade do Estado nessas interações e como se articula a rede de sustentação do coronelato através do seu projeto legitimante. Debruçamos-nos ainda sobre as construções identitárias através da importante contribuição da oralidade, dos mitos e das crenças populares na cultura local. Abordamos as representações do território no universo romanesco da *Chapada Diamantina*, enquanto espaço de cruzamento de diversas culturas, “território de passagem”, que encarna ao mesmo tempo o *Eldorado* e o inferno na terra. Destacamos enfim as diferentes representações da natureza e a sua dimensão épica nos romances.

RÉSUMÉ

Configurations identitaires dans *Cascalho* et *Além dos marimbus* de Herberto Sales

MOTS-CLÉS : Identité, Pouvoir, Oralité, Culture populaire, Territoire, « Coronelismo », Bahia.

Ce travail est centré sur l'œuvre de l'écrivain baianais Herberto Sales et se propose d'analyser les éléments constitutifs de l'univers de la *Chapada Diamantina* en tant que construction identitaire de l'individu et de son milieu. Nous soulignons l'importance de l'étude de l'identité dans la littérature brésilienne, plus précisément celle de la région de la Bahia, à travers les romans *Cascalho* et *Além dos marimbus* qui constituent le *corpus* de la recherche. Cette étude prétend démontrer comment se manifeste la mise en place d'un dialogue entre la littérature et les autres discours sociaux, dans une perspective interdisciplinaire. Nous étudions la place de l'auteur dans le contexte de la littérature brésilienne, le « projet littéraire de Herberto Sales ». Nous nous penchons sur les formes sociales des constructions identitaires et leurs relations avec le pouvoir. Nous soulignons en particulier comment s'articulent la connivence et la réciprocité avec l'État dans ces interrelations et comment se met en place le réseau de soutien du « coronelato » à travers un projet légitimant. Nous analysons également les constructions identitaires sous le jour de l'importante contribution de l'oralité, des mythes, des croyances populaires et de leur poids dans la culture locale. Nous abordons les représentations du territoire dans l'univers romanesque de la *Chapada Diamantina*, territoire de « passage » qui représente un croisement de plusieurs cultures et incarne aussi bien une image de terre promise, *Eldorado* que celle d'un enfer sur terre. Enfin, nous mettons en avant les différentes représentations de la nature et la dimension épique des romans.

ABSTRACT

Identity Configurations in *Cascalho* and in *Além dos marimbas*, by Herberto Sales

KEYWORDS: Identity, Power, Orality, Popular Culture, Territory, Coronelismo, Bahia.

Centered on the works of Bahian writer Herbert Sales, this dissertation aims to analyze the founding elements of the universe of *Chapada Diamantina* (Bahia/Brazil) as identity constructions of the individual and his environment. We emphasize the importance of the study of identity in Brazilian literature, specifically the literature of Bahia through the analysis of the two novels that constitute the *corpus* of this research: *Cascalho* and *Além dos marimbas*. This study aims to demonstrate how dialogue is established between literature and other social discourses, from an interdisciplinary perspective. We highlight the place of the author in the context of Brazilian literature: the "literary project of Herbert Sales". We analyze the social forms of identity constructions and their relation to the power, collusion and reciprocity of the state in these interrelationships, and how the support network to "coronelato" is articulated towards its legitimating project. We also focused on the identity constructions through the important contribution of orality, myths and popular beliefs in the local culture. We address the representations of territory in the fictional universe of *Chapada Diamantina*, as a crossing space of diverse cultures, "territory of passage", which embodies both the *Eldorado* and hell on earth. Finally, we highlight the different representations of nature and its epic dimension in the novels under analysis.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centrado na obra do escritor baiano Herberto Sales, tem como objetivo identificar e analisar os elementos constitutivos que configuram o universo da Chapada Diamantina enquanto construções identitárias do indivíduo e do meio. Nesse sentido, torna-se imperioso aglutinar os principais estudos realizados, até esta data, sobre a obra de Herberto Sales, caracterizando-lhe o levantamento da fortuna crítica e a revisão bibliográfica que, não sendo exaustiva, impõe-se agregar ao desenvolvimento da pesquisa, acrescentando-lhe outras referências pertinentes.

Alguns estudos merecem destaque e se particularizam. A obra de Jorge de Souza Araujo, *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20* (2008) traça um panorama do universo romanesco na Bahia do século passado. Araujo (2008, p. 135) escreve que Herberto Sales “[...] converte o prosaísmo da vida do interior e do garimpo em matéria de carpintaria épica, romanesca e, por vezes, também lírica, poética”. Essa relação entre o narrativo e o lírico se dá com a percepção de um “paraíso subsistente” construído por personagens utópicos que se contrapõem aos gananciosos, chamando a atenção do leitor para uma realidade pretérita, lendária e um advir incerto, transfigurado por um acaso providencial, a partir do qual garimpeiros buscam a sorte para se tornarem ricos e ascenderem repentinamente na escala social, enquanto camponeses perseguem uma simples trégua na luta pela sobrevivência.

Em 1979, Ívia Alves publica uma riquíssima biografia de Herberto Sales onde são revelados preciosos detalhes da vida do autor, de sua obra e das condições de sua produção. Assis Brasil, no ensaio *Herberto Sales: regionalismo e utopia* (2002), analisa, com acuidade e rigor, o percurso criativo do autor baiano, revelando novas facetas do regionalismo. Destaca-se, nesse ensaio, a observação sobre o significado do regionalismo na literatura, com o uso estilizado da linguagem

oral, abrindo perspectivas novas em relação aos estudos literários e permitindo-nos vislumbrar o espaço da Chapada Diamantina enquanto referente geográfico da ficção regionalista.

No livro *Literatura e documento: histórias e mitos na primeira narrativa de Herberto Sales* (2003), Everaldo Augusto descreve o contexto histórico, social e político em *Cascalho*, mergulhando na narrativa do escritor baiano para estudar as características do texto literário de ficção, o seu caráter documental, a relação do texto ficcional com o histórico, enfim, o tecido literário da ficção como biografia e em seus contextos culturais.

Eneida Leal, em entrevista gravada com Herberto Sales, produz um riquíssimo documento biográfico intitulado *Eu, Herberto Sales* (1978), em que, numa profusão de detalhes esclarecedores são reveladas pelo próprio autor, tanto no plano anedótico quanto sobre as prováveis fontes de inspiração, suas influências e todo o processo criativo que culmina na sua produção literária. O livro fornece ainda aos estudiosos da literatura e, em particular, da obra de Sales, os elementos – confessados pelo próprio autor – que melhor contribuem para a análise mais profunda do seu perfil criador, e do que o levou a usar esse processo, enfim, a sua visão de mundo e de si próprio perante a esse mundo.

Fernando Sales, irmão de Herberto, no livro *A gênese de Cascalho* (2006), traz o que ele chama de

[...] memória sobre a terra e a gente – especialmente de um de seus naturais que nela viveu ate os trinta e um anos e com sua gente conviveu, de forma bem vivida, captando-lhe os costumes, usos e tradições; a ingênua malícia do seu dia-a-dia nos corriqueiros fatos do disse-me-disse, quase sempre à boca pequena, sem consciência de maldade.

Segundo Ângela Vilma Oliveira (2006), a poética de Herberto Sales aborda questões relacionadas, principalmente, à memória telúrica e à memória histórica. Em *Cascalho e Alem dos marimbus*, o autor retrataria o que ate então sua memória guardara: as histórias que trazia do lugar que nasceu e onde viveu – sua terra, Andaraí. A memória telúrica o teria perseguido na amostragem de formas primitivas de uma natureza personificada, nas forças brutais dos indivíduos, na morte reinando muda entre as grunas, onde o sonho do diamante transforma quem sonha – os garimpeiros – em seres ínfimos; nos marimbus insalubres – isolados pantanais – entre a floresta e o rio, onde homens em busca de riqueza disputam terras para a extração das madeiras de lei. O espaço físico e social se alarga, e a

comunhão do escritor com seu meio se transforma e se universaliza: o território se expande, e o que se vê é o indivíduo na sua condição primitiva.

Essa memória interligada com a terra, com os costumes e com as vivências descreve o homem e suas mazelas sociais: condições subumanas de vida, doenças, fome e exploração pelos donos das terras. Nesse sentido, homem e paisagem estão imbricados de maneira simbiótica, formando um amálgama entre a memória primordial e a memória da terra. A terra, como espaço, está impressa no ato de lembrar. Conforme José Lins do Rego, o autor "[...] procurou dar corpo às suas recordações de Andaraí", e, para tanto, *Cascalho* é muito mais que um romance regionalista ou realista, é principalmente um romance composto pelo viés ficcional da memória (REGO apud OLIVEIRA, 2006). O primeiro romance do autor baiano é marcado pela brutalidade de uma realidade social desvendada como memória particular e coletiva. Em *Cascalho*, a memória individual herbertiana liga o fictício ao histórico, entremostrando dois caminhos. Esses perpassam o escritor nas suas particularidades biográficas, aliados àqueles que desvendam a memória coletiva, ou seja, a História.

Podemos destacar alguns aspectos mais significativos que justificaram e motivaram a realização deste trabalho, como a escolha do tema da identidade e do autor – Herberto Sales – através de seus romances, em particular os que constituem o *corpus* desta pesquisa, *Cascalho* e *Além dos marimbus*. A maior parte das análises e trechos citados versará sobre o romance *Cascalho* em particular. Utilizaremos, no entanto, de forma subsidiária, exemplos do romance *Além dos marimbus* quando ilustrarem de forma pertinente a nossa análise. A presente pesquisa visa a aprofundar os estudos da identidade na literatura, dando maior visibilidade às referidas obras do autor baiano que, apesar da importância de que se reveste sua obra no panorama literário da Bahia e do Brasil, nota-se uma escassez da fortuna crítica sobre ele. A obra pouco estudada, tanto por críticos literários como em trabalhos de pesquisa em nível de dissertações ou teses, motivou nossa busca com a intenção de contribuir para ampliar o seu conhecimento junto ao meio acadêmico e ao público em geral, situando a produção ficcional no sistema literário brasileiro carente de uma maior relação com o espectro narrativo do Nordeste.

Por outro lado, a inclusão do território da Chapada Diamantina na cartografia regionalista

do sistema literário brasileiro foi outro aspecto instigante que reorientou os rumos desta pesquisa. Incluir a Chapada Diamantina como um dos referentes geográficos inspiradores de uma realidade ficcional de linhagem regionalista nordestina constitui-se uma contribuição de grande relevância. Destacamos também, ao longo do presente trabalho, como se afirma a abertura do diálogo entre a literatura e os outros discursos sociais, adotando uma perspectiva interdisciplinar. Os dezessete anos que separam *Cascalho* (1944), romance inaugural de Herberto Sales, de *Além dos marimbus* (1975), representam outro ponto de grande interesse deste trabalho, pois ensejam analisar os aspectos da evolução da escrita entre as duas obras, e como o romancista explora as construções identitárias nas temáticas ligadas ao poder, à cultura e ao território.

Assim posta, a proposta da presente pesquisa pode ser considerada um avanço crítico investido sobre a produção desse eminente escritor, uma vez que a temática das construções identitárias, tal como analisamos no interior dos aspectos das relações de poder, da cultura e da representação do território, ainda precisa ser aprofundada em suas distintas nuances.

Portanto, com base nas referências bibliográficas consultadas e no investimento crítico projetado sobre as obras estudadas, a análise dos resultados desta investigação apontará para uma revisão da literatura brasileira, incluindo a comparatividade dos romances objetos de estudo, visando a discutir as construções identitárias deles extraídos. Os romances *Cascalho* e *Além do marimbus* foram respectivamente escritos em 1944 e 1961. No entanto, ao longo dessa pesquisa, utilizamos a sexta edição de *Cascalho* publicada pela editora *Civilização Brasileira* em 1975 e a quarta edição de *Além dos marimbus* publicada pela mesma editora no mesmo ano. Dessa forma, as citações, exemplos e ilustrações dos romances serão extraídos das referidas edições de 1975.

A metodologia da pesquisa se caracteriza como bibliográfica do tipo qualitativa, baseada, principalmente, em fontes teóricas sobre cultura, identidade e literatura, com análise comparativa dos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*. No intuito de melhor contextualizar os personagens retratados por Herberto Sales nos romances referidos, pareceu-nos lógico incluir no trabalho uma definição conceitual das figuras dos protagonistas e fenômenos tópicos que povoam o universo romanesco do autor como, por exemplo, o coronel e o coronelismo, o jagunço, o garimpeiro e o garimpo, entre outros.

O corpus de nosso trabalho será dividido em quatro capítulos. Com eles desvelamos primeiro o lugar do romancista Herberto Sales dentro dos contextos da literatura brasileira o que chamamos de projeto literário de Herberto Sales. No segundo capítulo se destacam as formas sociais das construções identitárias e suas relações com o poder, analisando em seguida como se articula a convivência e a reciprocidade do Estado nessas relações e como atuam as redes de sustentação do coronelato através de um projeto legitimante. No terceiro capítulo, avaliamos as construções identitárias nos já citados romances do autor, a partir da importante contribuição da oralidade, das simbologias, dos mitos e das crenças populares e seu peso na cultura local. Por fim, no quarto capítulo, nos debruçamos sobre as representações do território no universo romanesco da Chapada Diamantina e, em especial, no entorno da cidade de Andaraí. Veremos que o território de passagem representa um cruzamento de diversas culturas e reveste tanto uma imagem de terra prometida – eldorado – como de terra madrastra pela dureza de sua realidade material. Abordaremos ainda nesse último capítulo as representações da natureza e a força épica dos relatos presentes na narrativa de Herberto Sales.

CAPÍTULO 1:

O ROMANCISTA HERBERTO SALES E OS CONTEXTOS DA LITERATURA BRASILEIRA

1.1 O Romance: um sistema de representação:

O romance, segundo Bakhtin (1988), é um sistema de representação do homem, de sua linguagem e de seu mundo, que pode ser definido como um conjunto de signos culturais desenvolvidos no espaço e tempo das civilizações. Dessa forma, o homem, seu mundo e sua linguagem no romance tornam-se especialmente relevantes, revestindo-se de um caráter histórico, uma vez que são representados no contexto específico de sua vivência espaço-temporal. Para representar a experiência, seguindo uma linha realista, com a preocupação constante pela busca da verossimilhança, o romance desenvolveu técnicas literárias que espelharam esse compromisso com a verdade. O uso das descrições foi um dos artifícios de que o romance lançou mão para vincular-se à ideia de fidedignidade. O ápice da utilização desse recurso se deu com o advento do Naturalismo, em especial, aquele desenvolvido pelo romancista francês Émile Zola, que descreveu com precisão documental aspectos do cotidiano da sociedade francesa do século 19, bem como a vida nas minas de carvão em *Germinal* ou, em *l'Assommoir*, os aspectos mais degradantes da condição humana, ou seja, o atavismo, a hereditariedade e o alcoolismo na sociedade parisiense daquela época.

O tempo na prosa romanesca é elemento organizador que pauta desde a trama narrada até a linguagem e seus signos. Por esse motivo, o conceito de cronotopo, para Bakhtin (2003), se refere, sobretudo, à relação tempo e espaço na narrativa. Nas teorias surgidas sob o impacto dos vários estruturalismos, o tempo é focalizado através da organização lógica dos episódios narrativos. Nesse sentido, se narrar é relatar o passado, há que se considerarem, pelo menos, dois planos temporais: o tempo do narrar (o discurso) e o tempo do narrado (o vivido). Afinal, os eventos passados são transmitidos por uma voz presente. A teorização sobre o tempo passa, necessariamente, pelo confronto destes dois planos.

O homem, personagem de sua própria história no romance, reveste uma ideologia, uma identidade e uma experiência pessoal que lhe são peculiares. Essa história, no entanto, se mistura com a própria história da humanidade e tem na temporalidade um ponto em comum, um elo que liga todas essas manifestações. Para dar conta dessa multiplicidade de situações que se desenvolvem no espaço e no tempo, Bakhtin introduz o conceito de cronotopo. Em geral, na literatura, o tempo é histórico e biográfico enquanto o espaço é sempre social e tanto o campo das relações sociais como o histórico-biográfico são abarcados pelo conceito de cronotopo.

Segundo Machado (1995), é preciso inicialmente entender o cronotopo como um conjunto de possibilidades concretas, desenvolvidas por vários gêneros, para exprimir a relação das pessoas com os eventos. No estudo de Bakhtin, *Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica (1937-1938)*, o tempo integra a esfera da teoria da narrativa, aproximando dessa forma o conceito de cronotopo com o conceito de narrativa.

Para Genette (1972), o tempo passa a ser entendido como uma unidade discursiva movimentada por impulsos de avanços e recuos internos. A cronologia, a duração e a frequência são apreendidas como categorias relacionais entre o discurso e a história. Sobre essas variantes temporais da narrativa, os romances de Herberto Sales *Cascalho* e *Além dos marimbus* apresentam uma configuração sistematizada na forma de “sequência normal”, ou seja, o relato segue a ordem dos eventos vividos, avançando o discurso em direção a momentos posteriores:

O caminhão entrou pela rua Santa Bárbara, levando poeira no chão barrento; e começou a descer a longa rampa ladeada de casas pobres, onde viviam lenhadores e garimpeiros. Velhas fazendo renda, cachorros, galinhas, meninos nus, ficavam para trás, na visão de um coabitar promíscuo. Veio, depois, a Rua da Jaqueira, com a árvore centenária na esquina, e homens a conversar reunidos debaixo dela. Sucediavam-se residências, vendas e botequins. Passavam prostitutas de chinelo. E o caminhão, buzinando, cruzou a Ladeira do Rapa-Tiçã, rumo à ponte construída sobre o rio Baiano, que corria entre fundos de quintais.

– É o caminhão dos pauzeiros! – gritou alguém.

Abubakir foi parar em frente à pensão, logo adiante, na Pracinha:

– Que horas tem?

– Onze e dez – respondeu Jenner, consultando o relógio.

O Sírio sorriu:

– Se meu amigo tivesse vindo a cavalo, ainda estava no meio do caminho (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.106).

Nessa citação de *Além dos marimbus*, percebemos, pela descrição do momento da chegada do caminhão conduzindo madeireiros na cidade, um exemplo de cronologia em sequência normal. Aqui, a ação segue uma ordem cronológica sem remeter a eventos passados e sem se projetar para momentos futuros dos romances aportando, dessa forma, certo rigor à narrativa e auxiliando o estudo dos aspectos temporais das duas obras citadas. Assim, essa “organização” de tempo aproxima a linguagem herbertiana do gênero romance da verossimilhança e, em suma, do realismo, enquanto compromisso para com a experiência cotidiana dos seus personagens, ligando a temporalidade com o espaço onde se desenvolve a trama de seus personagens, na cidade de Andaraí, região da Chapada Diamantina.

Pode se dizer ainda que essa estratégia narrativa elementar de Sales busca a valorização do enredo como síntese imitativa da experiência, através da individualização dos personagens, tratadas como pessoas sociais, dotadas, para isso, de identidade nominal e localização espaço-temporal. Assim se apresentam os romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Os protagonistas desses romances de Sales têm uma identidade própria, fortemente marcada, enquadrando-se no cenário social de sua época e de seu território com participação efetiva. Tanto o jagunço Zé de Peixoto, o coronel Germano e o garimpeiro Silvério em *Cascalho*, como o fazendeiro Jenner, o coronel Moreira e o padre Coelho em *Além dos marimbus* desempenham um papel determinante na trama romanesca, representando suas respectivas classes, em constante choque com as demais, com embates e complexas relações de poder.

Ainda segundo Bakhtin, a ideia de tempo está sempre ligada com a ideia de espaço. Os personagens evoluem em suas respectivas tramas, sempre pautados por referências geográficas, em um cenário físico, concreto, ligados a uma determinada região, a uma identidade e a uma cultura. Existem referenciais culturais e códigos de conduta inerentes ao espaço e ao lugar onde se dá o enredo, a exemplo do que ocorre nas minas e garimpos de diamante em *Cascalho*:

Do céu escuro, com a armação que houve de uma hora para outra, as águas caíram de uma vez nas cabeceiras distantes. E inundando talhados, catas e grunas, carregaram pela noite adentro os paióis de cascalho. No povoado da Passagem, à margem do Rio Paraguaçu, agora de monte a monte, rajadas de vento cortavam de alto a baixo as ruas ermas, quando os garimpeiros, em lúgubre vozerio, irromperam pela praça alagada com enxurradas descendo para o areão.

Vinham encharcados de chuva, transportando como destroços suas bateias, seus carumbés, suas enxadas, seus frincheiros, suas alavancas, seus ralos, suas brocas – suas ferramentas de trabalho, no ombro e na cabeça. Na frente deles caminhava o velho Justino, empunhando a candeia de azeite que o vento ameaçava apagar (SALES, *Cascalho*, 1975, p.13).

O trecho acima se assemelha ao observado com a narrativa detendo-se nas fazendas extrativistas de madeira de lei na região das matas de Andaraí em *Além dos marimbus*:

A canoa avançava lentamente, cortando as águas escuras do Santo Antônio, que banham as terras da fazenda Mangabal. Sentado à popa, o canoeiro ia impelindo a embarcação no rumo da mata embrejada que cobria, em toda a extensão, a margem esquerda do rio [...] os marimbus eram a fronteira de seu mundo [...] seus braços magros manejavam inapelavelmente o remo, como sob a ação de uma ordem secreta e fatal – o destino aprisionando-o entre a mata e o pântano [...]. Ordinariamente eram conhecidos seus que atravessavam o rio. Às vezes, algum trabalhador da fazenda que, indo a Andaraí a serviço do Coronel Moreira, voltava com a notícia do encarecimento da farinha (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.11).

A incorporação do espaço na ficção, assim como o recurso da descrição, aparece como um método narrativo vital para o romance. Assim, a descrição passa a ser definida como uma forma narrativa que mostra o homem interagindo no cenário físico, em seu próprio contexto e com seus referenciais culturais. Portanto, esse aspecto descritivo-narrativo contribui para enfatizar o caráter referencial da linguagem do romance, colocando-se como fundamento do realismo formal, como se pode observar nas recomendações de Watt (1990, p.31-32):

O romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias. O realismo formal do romance permite, mais do que outras formas literárias, uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial.

Portanto, se a trama romanesca se desenvolve sempre vinculada às referências de espaço e geografia, ela também não se dá sem um referencial de tempo desenvolvendo aquele conceito do cronotopo, que parte do princípio da indissociabilidade entre o espaço e o tempo, conforme já apontamos anteriormente, pois o tempo na literatura funciona como uma orientação formal e histórica, haja vista que “toda referência espacial onde se desenvolve o romance e por onde transitam os personagens são instâncias temporais”- afirma Watt (1990, p.33). Ou seja, o tempo,

ao se inscrever no espaço, pode-se tornar não somente outra dimensão deste (o espaço), como também resgatar o modo de ver o mundo de uma época e um autor. Nesse sentido e retomando Bakhtin, o cronotopo possibilita a leitura do tempo no próprio discurso. No romance, o cronotopo é centro organizador dos principais acontecimentos temáticos e o princípio determinante do gênero e relativo ao tempo histórico: história dos modos de vida, dos costumes, das instituições e das sociedades. É no contexto dessa mesma perspectiva que se inscreve nosso estudo dos romances de Herberto Sales, *Cascalho* e *Além dos marimbus*, à luz da teoria do cronotopo de Bakhtin, dos referenciais históricos, culturais e identitários inscritos no tempo e no espaço da trama do autor baiano.

Em sua representação do homem, evoluindo em seu meio e vivendo situações, o cronotopo passa a funcionar como o centro organizador dos principais acontecimentos temáticos do romance. Toda a trama romanesca e os eventos do enredo se encaixam segundo a lógica do cronotopo. As ações nunca são imagens vazias, mas encarnam a dimensão do tempo e do espaço em que acontecem. As ideias, os pensamentos filosóficos e sociais e as análises, de qualquer natureza, presentes no romance giram em torno do cronotopo em constante e estreita relação.

1.2 Herberto Sales e o regionalismo do Nordeste

Cascalho, primeiro romance de Herberto Sales, publicado em 1944, alcançou sucesso imediato de crítica e público, integrando o seu autor na literatura brasileira com uma consagração quase unânime. Inscrito na esteira do chamado Romance de 30, em estilo realista, traz o caráter de denúncia de uma sociedade coronelista no interior da Bahia na qual se projeta a exploração do homem, desbravador do garimpo, à cata do sonho impossível do diamante, desmascarando as intrincadas relações opressor-oprimido. Embora incidindo num tema caro ao Regionalismo de 30, *Cascalho* indicia como em Graciliano Ramos, a preocupação com a forma, com a linguagem artística, além de aspectos diferenciadores numa escola em que as preocupações com os elementos sociais e ideológicos situavam-se em primeiro plano. Herberto Sales, com *Cascalho* e *Além dos marimbus*, renova a literatura regionalista quando leva ao mundo, através de seus romances, a representação de uma região e de toda uma cultura, conferindo-lhes assim uma dimensão universal, ou, nas palavras de Ângela Vilma de Oliveira (2006): “*Cascalho* e *Além dos*

marimbus, ambos com a demonstração peculiar de uma região, vêm enriquecer a literatura regionalista, diversificando-a e renovando-a, no aprofundamento da dimensão estética”. Os romances de Herberto Sales têm em sua estética uma clara inspiração realista, e, não raro, em certas descrições de paisagens, lugares e, mais particularmente, de pessoas, algumas características que nos remetem à leitura de *L'Assommoir* ou do *Germinal* de Émile Zola. Segundo Almeida (1981), “[...] o Realismo, com sua preocupação objetivista e documental, propiciou o surgimento de grande numero de romances regionalistas”.

O Romance de 30 constitui assim um momento notável no panorama da literatura brasileira. Os anos 30 são significativos porque representam um marco na renovação do gênero “romance” no Brasil, introduzindo novos rumos à prosa. Após uma longa hegemonia dos modernistas e escritores do Sudeste do País, surgem aos poucos as primeiras obras marcantes de autores como José Américo de Almeida, [Rachel de Queiroz](#), [Jorge Amado](#), [José Lins do Rego](#), Amando Fontes, [Graciliano Ramos](#), Érico Veríssimo, José Geraldo Vieira, Dalcídio Jurandir, entre outros. Podemos afirmar que esses autores criaram um novo estilo, inédito até então, moderno, independente e descompromissado com a linguagem tradicional, podendo se expressar livremente, incorporando em suas obras a autêntica linguagem regional, as gírias locais, enfim, a vida real sob um prisma de autenticidade e verossimilhança. A literatura brasileira dos anos 30, especialmente aquela criada pelo grupo de romancistas do Nordeste, caracteriza-se pelos romances do ciclo da seca, do cangaço, da cana-de-açúcar e do cacau, onde encontramos inúmeras representações do coronelismo. “Essa região, com efeito, por possuir marcadas peculiaridades de paisagem e cultura, assumiu sempre um papel destacado na evolução do que poderíamos denominar consciência regionalista na ficção brasileira” (ALMEIDA, 1981).

Essa nova literatura teve como traço característico, em seu discurso político, uma marca de predominância totalmente antifascista e anticapitalista, sempre expressada através de uma prosa extremamente vigorosa e crítica. O Romance de 30, assim chamado em referência ao início cronológico de uma nova etapa em nossa literatura, também foi qualificado de romance neorrealista pela renovação que representou em relação ao Naturalismo do século 19, ou ainda por ser um romance regionalista moderno, fugindo em seus contextos do panorama urbano das metrópoles e buscando a essência regional do interior do Brasil, retratando suas culturas, seus

habitantes e peculiaridades. Bosi (1985) ressalta que a década foi marcada também por um impressionante florescimento de estudos sobre a sociedade brasileira, com destaque especial para *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936), de Gilberto Freyre e [Sérgio Buarque de Holanda](#), respectivamente. A chamada Geração de 30 representa um marco de especial relevância no panorama do movimento literário brasileiro. Almeida (1980, p.15) salienta que, “[...] com os escritores de 30, o processo de tomada de consciência da realidade regional como estímulo e substância da criação literária atinge a plena maturação, particularmente no Nordeste”. Ainda segundo Almeida, pela primeira vez na história da ficção brasileira, a produção regional assumiria um primeiro plano na atenção do público e da crítica, graças à sua excepcional fecundidade e qualidade, bastando para comprovar tal assertiva lembrar os autores já citados acima.

Os romances que compõem o movimento regionalista em 30 abordaram em sua temática, de forma incisiva, as questões sociais mais agudas de sua época. Eles representam o despertar e a expressão de uma consciência crítica retratada através da literatura. Essas obras evidenciam as denúncias contra o modelo social instaurado através de temas como a desigualdade social, o coronelismo patriarcal, a vida miserável dos trabalhadores, os resquícios de escravidão e as questões envolvendo a posse das terras. O romance regionalista vai mais além da trama romanesca propriamente dita ou da descrição pitoresca das regiões retratadas e do enredo com personagens típicos ou caricaturados, tendo como traço incontornável do movimento, onipresente em pano de fundo, a crítica dos problemas sociopolíticos. As características comuns aos Romances de 30 são a verossimilhança, o retrato direto da realidade em seus elementos históricos e sociais, a linearidade narrativa, a tipificação social com indivíduos que representam suas respectivas classes sociais e a construção ficcional de um mundo que deve dar a ideia de abrangência e totalidade. Essas características são muito semelhantes às do realismo machadiano, com o acréscimo do regionalismo e das conquistas modernistas de introspecção e liberdade linguística.

Segundo Almeida, o conceito de regionalismo precisa ser melhor compreendido, se quisermos usá-lo com propriedade. A arte regionalista *stricto sensu* seria aquela que buscaria enfatizar os elementos diferenciais que caracterizariam uma dada região em oposição às demais.

Existe latente em todo posicionamento regionalista, manifeste-se ele no campo artístico-cultural ou político-social, uma consciência orgulhosa dos valores locais e um desejo de vê-los afirmados, reconhecidos, no plano nacional (ALMEIDA, 1980, p.16).

O termo “regionalista” foi alvo de algumas críticas, causando algum desconforto quando empregado em certas situações. Verificou-se, no entanto, que obras-primas de renomados autores do eixo Norte-Nordeste, por exemplo, anularam esse estigma através do brilhantismo de suas produções literárias. Autores de destaque como Graciliano Ramos e João Guimarães Rosa, por exemplo, souberam escrever sobre o sertão e a cultura sertaneja sem cair em um regionalismo redutor. De acordo com as palavras de Godet (2001): “Todos eles, embora profundamente arraigados na cultura sertaneja, possuem uma linguagem própria e superam o regionalismo redutor que transforma os aspectos da cultura local em simples elementos exóticos ou folclóricos”. Para pensar a relação entre Regionalismo e Romance de 30, com expressões muitas vezes consideradas sinônimas, é preciso procurar o peso específico, numa determinada obra, dos dados locais – a seca, a paisagem, o mandonismo, o caudilhismo –, antes de simplesmente classificar a obra como regionalista em sentido estrito. O regionalismo dos anos 30 tem uma dimensão e um alcance muito maiores do que em geral se assinala. Essa produção contribuiu para o amadurecimento do romance brasileiro, inclusive no que diz respeito à linguagem. Podemos assim contrapor as críticas feitas a esse modelo de romance muitas vezes tachado como de expressão limitada. O termo “regionalista” não se aplica apenas à literatura, mas a toda forma de expressão artística que contemple os valores culturais de uma dada região. Afinal, como diz Coutinho (1968, p.71),

Para ser regional uma obra de arte, não somente tem que ser localizada numa região, senão também deve retirar sua substância real desse local. Essa substância decorre, primeiramente, do fundo natural – clima, topografia, flora, fauna, etc. [...] – como elementos que afetam a vida humana da região; e em segundo lugar, das maneiras peculiares da sociedade humana estabelecida naquela região e que a fizeram distinta de qualquer outra. Este é o sentido do regionalismo autêntico.

Ainda em relação à temática, os romancistas de então deram especial destaque às questões sociais e ideológicas. Foi uma época de efervescência política no País e no mundo: no Brasil,

Getúlio Vargas assumia o governo depois de uma revolução, inaugurando o Estado Novo, enquanto o mundo vivia o período entre guerras e assistia à ascensão do socialismo na União Soviética. O escritor, ao invés de pegar em armas, usava a ficção, a descrição e o romance como forma de denunciar as desigualdades e injustiças. Os romances regionalistas retratam em suas tramas a difícil vida de empregados, garimpeiros e retirantes, sempre assujeitados a um coronel, dono do poder local, com isso consolidando as questões sociais mais graves. Esses romances foram fundamentais para o amadurecimento da consciência crítica e social do leitor brasileiro. Com eles, encontramos formas de compreensão do indivíduo nas várias faixas da sociedade brasileira e do determinismo que o persegue em situações adversas. O cotidiano retratado nas obras ficou ainda mais denso e complexo. As relações humanas, de trabalho e de poder ficaram mais tensas, passando a constituir um retrato mais fiel da realidade.

Ao se aproximarem de uma perspectiva social e de uma ideologia socialista, os escritores da época, imbuídos do sentimento de missão política, procuraram mostrar a realidade das tensões que pautavam a vida dos trabalhadores. Alguns, parcialmente comprometidos com o socialismo, sentiram a necessidade de retratar as relações de poder entre o explorado e o explorador, denunciando as condições desumanas de trabalho em cada contexto social e histórico. Além do conteúdo bastante duro das denúncias, às vezes caracterizado por um estilo seco e realista, o romance regionalista beneficiou-se muito com o recurso da oralidade, que lhe conferia um toque ainda maior de autenticidade. Não são raros os exemplos em que o autor deixa o seu personagem se expressar livremente. Essas falas, em diálogos ou até mesmo em monólogos, trazem vida ao romance, aproximando-o da realidade. Por exemplo, em *Cascalho*, Herberto Sales retrata a vida dos mineiros através de suas próprias falas, do vocabulário peculiar, de seus relatos de experiências vividas, de suas gírias e de seus códigos de conduta, de uma forma que ninguém melhor que um garimpeiro de Andaraí poderia retratar. Segundo o crítico e historiador literário Alfredo Bosi (1985), o velho mundo dos homens poderosos não acaba tão facilmente e as estruturas das oligarquias regionais se mantêm através do poder e da força, sendo contra eles que se tem de lutar.

Quando Sales estreia, em 1944, com *Cascalho*, romance de Andaraí, ele denuncia a opressão e o abandono a que é conduzida uma legião de homens submetidos ao poder dominante

local. Mas *Cascalho* logo se torna um complexo retrato da civilização do garimpo da Chapada Diamantina, representando um precioso panorama do garimpo, o território das crendices, dos mitos, das complexas relações, além de ser o território dos coronéis. A narrativa retrata a sociedade fechada de Andaraí, onde a lei dos coronéis impera sobre a miserável massa de garimpeiros e forasteiros gananciosos atraídos pela febre do diamante e pela ilusão do ganho fácil. *Cascalho* também aborda a temática do jaguncismo no sertão nordestino, em particular a figura do jagunço como produto do meio social no qual evoluiu. Segundo Araujo (2008), Sales completa o quadro neorrealista do colonialismo econômico brasileiro, seguindo pistas dos ciclos abertos por Jorge Amado (*Cacau*), Lins do Rego (*Seca, cangaço e cana*), Euclides da Cunha (*Os sertões*), Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, além de outros autores e painéis sociais. A denúncia de um modelo de exploração do trabalho nos garimpos de Andaraí faz eco com o modelo seguido por Amado em *Cacau, Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*. Esse modelo de sociedade é apontado com riqueza de detalhes e profusão de elementos e traços psicológicos dos personagens, constituindo dessa maneira as diversas e variadas construções identitárias que se imbricam, se moldam ou se opõem na trama romanesca do relato. Ainda segundo Araujo (2008), Herberto Sales converte o prosaísmo da vida do interior e do garimpo em matéria de carpintaria épica, romanesca e, por vezes, também lírica, poética. O romance se caracteriza também por um realismo formalmente trabalhado, além da preocupação de seu autor nos deveres de desmascaramento da sociedade.

Cascalho se tornou um clássico da literatura brasileira, uma vez que carrega para a prosa de ficção a vida de garimpeiros, jagunços e coronéis no interior da Bahia. Juntamente com *Além dos marimbus*, são romances que se constituem em textos de ficção, mas envoltos de notório caráter documental, onde se estabelecem constantes relações entre o ficcional e o histórico, e onde descobrimos um precioso relato dos contextos histórico, político, cultural e identitário da época. Em certos aspectos, essas obras de Sales representam também um breve excerto memorial do próprio autor, que passou boa parte de sua vida na cidade de Andaraí. A vida dos garimpeiros e dos trabalhadores da floresta, seu dia a dia, sua busca frenética e desesperada pela pedra ou pela madeira que simbolizam a riqueza, todos esses elementos constituem a trama de *Cascalho* e *Além dos marimbus*. O contexto político da época constitui o pano de fundo de cada obra. O País, na primeira metade do século XIX, está diante da necessidade de uma evolução: modernizar sua

estrutura econômica até então baseada na produção agrícola, e agilizar as relações sociais conservadoras e suas instituições públicas ainda dominadas por um tipo de poder autoritário representado na figura do coronel. Na então sociedade de Andaraí, opera-se uma clara dicotomia: de um lado, as elites da cidade, minoria que concentra as riquezas e o poder; do outro, as camadas populares, miseráveis e totalmente submissas às leis do coronelato, vivendo sempre na obsessiva busca pelo bambúrrio¹, que significa a ascensão social.

Em *Cascalho*, Herberto Sales descreve o dia a dia na pequena cidade de Andaraí, palco do que podemos chamar “a civilização do garimpo”. A cidade é dominada com mão de ferro pelo Coronel Germano, o “dono” das lavras, e seu irmão, o Major Quelezinho Jardim. Nada acontece na pequena Andaraí sem o conhecimento e aprovação dos coronéis. Herberto vem sublinhar o paradoxo que ocorre em Andaraí, ao mesmo tempo inserida na vida nacional e dela excluída a depender do ponto de vista aplicado e da posição na hierarquia social. Sob o ângulo daqueles que detêm o poder local, a comunidade de Andaraí faz parte dos acontecimentos nacionais, enquanto, para aqueles que vivem do garimpo, a comunidade está em ruínas e na periferia da nação. *Cascalho* constitui um retrato do garimpo em vários planos, como o das complexas relações de poder, o das representações culturais, identitárias e do território. Na obra, podemos constatar os conflitos sociais, a exploração abusiva a que são submetidos os garimpeiros, os desmandos da polícia e dos jagunços, a hipocrisia da vida daqueles que pertencem à elite e a resignação da legião de miseráveis, submetidos a condições de vida aviltantes. Mas *Cascalho* não se limita à trama exclusivamente no plano sociológico. A obra tem um alcance maior e se legitima como verdadeiro documentário, ao descrever com precisão a região da Chapada Diamantina com suas paisagens, seus rios, sua riqueza de fauna e flora, que contrastam com outros aspectos do sertão e da caatinga.

Nesse contexto hostil, onde a morte está sempre próxima e a sobrevivência depende dos instintos, o homem estabelece uma relação estreita com a natureza. O conhecimento do mundo se desenvolve a partir da própria experiência humana na relação com a natureza. Esse conhecimento, construído ao longo do convívio do homem com a natureza, é apresentado no

¹ Momento de êxtase no qual o garimpeiro, agraciado pela sorte, consegue achar o diamante, o que lhe provoca múltiplas alterações de comportamento e de deslocamento temporário do seu lugar social.

romance como um conhecimento mítico, indispensável para a compreensão do mundo natural no qual ele evolui e nas relações sociais nas quais ele está inserido. Dessa maneira, *Cascalho* articula a história, o contexto político local e nacional, os conflitos sociais explícitos e latentes, o conhecimento mitológico do garimpeiro naquilo que constitui um verdadeiro documentário sobre a civilização do garimpo na Chapada Diamantina.

O romance herberteano funciona como uma superposição de textos literários, históricos e sociológicos que dialogam entre si e com os mitos regionais, presentes na religiosidade, na oralidade, nas diversas identidades e nos costumes do garimpo do interior da Bahia. A região, apesar de ser um território de passagem, reveste-se de um caráter singular na cultura que se impõe a todos. Aqueles que por lá chegam, precisam se submeter a determinados rituais de iniciação para ter alguma *chance* de êxito no garimpo, inclusive a de preservar a própria vida. Em caso contrário, nunca serão integrados, quando não morrem. Os estrangeiros são estigmatizados como representantes de uma cultura vinda de fora, aqueles que não se adaptam e passam a seguir exclusivamente o modelo das elites locais. A obra de Sales é notável principalmente no que diz respeito aos marcos históricos da constituição do sujeito na civilização do garimpo. Os personagens, a construção das diversas identidades, são ali representados e ilustrados nos depoimentos dos garimpeiros, jagunços, capangueiros, migrantes e coronéis que povoam um lugar mítico nas lavras da Chapada Diamantina.

Ainda sobre *Cascalho* e já no campo da anedota, Herberto Sales conta que seu romance nasceu numa noite chuvosa, em Andaraí, quando, do sobrado de vinte janelas no qual morava, viu transbordar o rio Gafanhoto, que passava em frente à sua casa. Essas cheias do rio eram frequentes e bem conhecidas pelo romancista, verdadeiros momentos de fúria quando a natureza, fora de controle, retomava seus direitos sobre a terra que o homem tentava domesticar.

Comecei a escrever *Cascalho* certa noite de chuva, à luz de uma vela, em Andaraí, no sobrado de meus pais. Em frente ao sobrado havia uma ponte, e por baixo da ponte havia um rio, o rio Gafanhoto. Nessa noite o rio estava cheio [...]. Eu já estava habituado com esses temporais, essas cheias, temporais da minha terra, cheias do meu rio. E nessa noite eu estava vivendo uma aventura nova, aventura de um temporal e de uma chuva que eu mesmo estava fazendo, por minha conta, no livro que começava a escrever, enquanto lá fora um temporal de verdade e uma cheia de verdade iam enchendo a noite que enchia meu livro – noite de *Cascalho*, uma história de garimpeiros que eu não sabia onde ia acabar e até onde ia me levar. Uma aventura (SALES, *Subsidiário*, 1988).

Na trilogia memorialística de *Subsidiário*, Sales destaca a onipresença da água no processo de criação de seu romance *Cascalho*, elemento que se faz presente, tanto quando da cheia do rio Paraguaçu como através da incessante chuva que lhe evoca a lembrança da infância e que constituem o cenário do início do romance.

E lá fora o barulho do rio. De dentro de mim foi saindo aos poucos o livro, molhado, enlameado de mim mesmo, noturno parto que Deus fazia. O livro começou com chuva. Ia acabar com chuva. Chove no começo e no fim do livro. Livro chovido. Livro- garimpeiro, onde colhi no fundo dos canais revolvidos a minha safra de pedras (*Idem*, 1988).

Além dos marimbus, escrito em 1961, é o segundo romance de Herberto Sales, dezessete anos depois de *Cascalho*. Segundo Assis Brasil (2002, p.23), o autor conserva a parcimônia de meios e o equilíbrio do seu romance de estreia, na revisão que fizera para a sua terceira edição, considerada definitiva. *Além dos marimbus* permanece ligado ao cenário de *Cascalho*, uma vez que a trama se desenvolve na mesma região da Chapada Diamantina, sempre nos arredores do município de Andaraí. O romance conserva o mesmo estilo realista, porém menos marcado pela ideologia político-social. *Além dos marimbus* constitui uma espécie de crônica de viagem. Atravessando os marimbus de Andaraí, o personagem Jenner, “o que vem de fora”, busca adquirir uma fazenda na região para derrubar suas matas e explorar a madeira encontrada, mas se depara com uma grande miséria que o deixa horrorizado: a da condição subumana dos cortadores de madeira.

Chegaram ao caminhão. Solícito, o sírio abriu a porta da cabina para Jenner entrar; fechou-a, deu uma volta por trás do carro, olhando os pneus. Através do para-brisa, Jenner via os míseros barracos dispersos na claridade e, em volta deles, os restos da mata destruída – cenário de mutilações. Por um instante, tudo aquilo se entre mesclou com a lembrança de Antonio Lino, machadeiro inválido, sem pernas, os tocos de coxas em forquilhas; e a imagem daquele homem parcialmente sepulto incorporava-se à visão dos pauzeiros ulcerosos, num ostentar de males e desgraças consociados com a miséria do acampamento. E uma impressão repentina assaltou Jenner; sabendo-se ligado à maior serraria da capital, o sírio só o trouxera até ali para indiretamente lhe mostrar as dificuldades enfrentadas por um madeireiro em seu trabalho nas matas de Andaraí. (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.97).

Claro que, visualizando as vidas ribeirinhas e a denúncia da extração de madeiras, constatamos que o homem, em confronto com o seu meio social, continua sendo, como em *Cascalho*, algo nítido. Porém, o que sobressai nesse livro é sua dimensão estética. Foi o próprio autor que confessou o fato de que “[...] escrito à maneira dos antigos naturalistas que por aqui andaram”, o *Além dos marimbus* significa “[...] uma experiência válida, como pesquisa formal de reavaliação de meios e processos estilísticos” (ALVES, 1979, apud OLIVEIRA, 2004). Durante sua jornada, empenhado na compra de uma propriedade, Jenner encontra diversos personagens marcantes. Ele conhece, por exemplo, o fazendeiro João Camilo, homem bom e visionário, integrado à vida simples das roças e com plena consciência da necessária preservação das matas, recusando-se por esse motivo a ceder à pressão mercantilista e a negociar o corte das árvores, alegando que as “[...] árvores têm vida como um ser humano [...]. Cortar uma árvore é como se fosse um crime”. Logo no início do romance, Jenner conhece ainda o canoeiro Manuel João, homem humilde e de vida sofrida. O canoeiro é o exemplo, quase um estereótipo, do trabalhador explorado e espoliado pelo sistema, cuja vida sacrificada é para sempre marcada pelas doenças e pela morte.

Manuel João vivia ali desde que nascera. Seu trabalho se limitava à área de terra ribeirinha, ao rio e à canoa, como outrora ocorrera com o pai. A terra dava-lhe a mandioca, o rio dava-lhe o peixe, e da canoa lhe provinha o escasso dinheiro do transporte de passageiros de uma para outra margem. Através dos anos, sua vida estacionara diante de um obstáculo, circunscrito ao rio e à mata. Os marimbus eram a fronteira do seu mundo – mundo de água, lama e febre, onde nada lhe acontecia que não tivesse acontecido muitas vezes. Lenta e uniforme lhe decorria a existência, e a rotina diária, a solidão, a febre que desde muito se tornara crônica, haviam-no integrado na paisagem sempre igual, com velhas árvores debruçadas sobre o pântano. (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.11).

Assim como em *Cascalho*, Herberto Sales escancara a realidade das relações desiguais de poder e denuncia a prática exploratória daqueles que detêm o poder local e a vida miserável dos trabalhadores, que dependem da atividade para sobreviver. Em *Além dos marimbus*, deparamo-nos com outro setor da “economia” nacional. Se, em *Cascalho*, a atividade principal era a exploração dos diamantes nos garimpos, no segundo romance assistimos a uma feroz política extrativista do corte da madeira, destacando-se a acintosa presença de empresários e empresas

poderosas. O discurso de denúncia permanece o mesmo de *Cascalho*, ou seja, o abuso de poder de uma minoria que coage, explora e reprime uma massa de trabalhadores, verdadeira legião de miseráveis. Talvez possamos destacar, em *Além dos marimbus*, o surgimento de outro tipo de denúncia ausente em *Cascalho*: aquela ligada à degradação ambiental com a devastação das florestas e sua fauna. Esse novo aspecto da crítica do autor tem provável origem na tomada de consciência vinculada à preocupação crescente com a ecologia, fenômeno mais atual na época da escrita do segundo romance de Herberto Sales.

CAPÍTULO 2:

AS RELAÇÕES DE PODER NO ROMANCE *CASCALHO*

O poder, segundo Foucault (1994), não é somente atribuído ao Estado, mas está presente em todas as esferas sociais: na prisão, na escola, na fábrica, na família ou nas disciplinas científicas. A sociedade disciplinar e normativa transforma o indivíduo em produto de trabalho. Foucault também propõe uma leitura do poder em termos de relação de forças múltiplas, de alcance microsociológico estruturante das atividades dos indivíduos na sociedade. Em outras palavras, o poder não se limita a um local determinado, mas se define, ao contrário, por sua ubiquidade, por atravessar tipos de fluxos e conectando o conjunto dos elementos do corpo social. O autor da *Microfísica do poder* reconhece a importância das instituições estatais como ferramenta de normalização das condutas privadas, mas postula, também, que o poder as ultrapassa.

Sua tese se opõe mais explicitamente às análises que associam o poder com as formas externas de domínio. O filósofo sustenta que isso não pode ser associado a um conjunto de dispositivos legais que tem por objetivo submeter os cidadãos às normas ditadas pelo Estado. Contrário ao que pensa o marxista Louis Althusser, ele diferencia poder e sistema geral de domínio exercido pelas instituições repressivas dos “aparelhos repressivos do Estado” (como a escola ou a justiça). Distancia-se dos demais teóricos da elite (Vilfredo Pareto, Charles W. Mills) por considerar que o poder é uma condição rara que permite, a quem o possui, opor elite e massa. Com o triunfo do capitalismo e ante a crescente necessidade de mão de obra com baixo custo, as instâncias do lucro buscou canalizar a “energia selvagem dos homens” através de um molde disciplinar, visando com isso a domá-la e transformá-la em força de trabalho. O domínio de

alguns (elite) sobre a multidão dos demais (massa) encarna o lado mais envolvente, cativante e cobiçado do poder: o de subjugar outrem para fins lucrativos.

Em *La volonté de savoir* (1976), Foucault precisa seu pensamento atribuindo quatro características inerentes ao poder:

– O poder é imanente: não vem unicamente de cima para baixo, mas ocorre em focos locais (poder local). A figura do coronel Moreira em *Além do marimbus* e a dos coronéis Germano e Quelezinho em *Cascalho* representam exatamente esse modelo. Essa forma de poder “local” não representa o poder do Estado, o que vem de cima. Os poderosos exercem sua influência sobre aliados de um segundo escalão (o delegado, o juiz, o médico) que, por sua vez, comandam aqueles que se encontram na base da pirâmide hierárquica: os madeireiros miseráveis, os canoeiros, os garimpeiros e outros personagens que povoam os romances de Herberto Sales. Em *Cascalho*, Zé de Peixoto, garimpeiro e jagunço, pertence à classe dos dominados, porém, quando lhe é confiada a responsabilidade do comando do barracão, atribuindo-lhe relativo poder sobre os demais garimpeiros, ele passa a reproduzir o modelo de domínio nesse foco; seria aqui um micropoder local.

– O poder varia sempre: existem constantes modificações entre as relações de forças: O Dr. Marcolino ascende na hierarquia do poder local por deter uma instrução acima da média. Seu domínio das letras abriu-lhe as portas do grupo dominante:

A influência que o Dr. Marcolino exercia junto ao Cel. Germano fora resultado de meras circunstâncias políticas. O professor Valadão, que viera muito tempo depois dele, costumava dizer ao seu compadre Carregosa:

– O que o Marcolino teve foi oportunidade.

E com mal disfarçada inveja acrescentava:

– Em terra de cegos, quem tem um olho é rei [...]

O caso é que o Cel. Germano tinha que responder ao primeiro telegrama do governador – um longo telegrama de felicitações – e não atinava como fazê-lo. De repente, lembrando-se do médico, que muito atiladamente já lhe tinha ido prestar solidariedade, mandou chamá-lo. Dr. Marcolino não regateou os seus serviços. Guardando o estetoscópio no bolso de paletó, redigiu, no próprio bloco de receitas, a resposta ao telegrama governamental. Duas horas depois estava nomeado secretário da Intendência (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 55).

Por outro lado, Zé de Peixoto, apadrinhado do coronel Germano, encarregado do barracão e responsável por manter a ordem e o respeito no garimpo, trilha um caminho oposto ao do médico, o do descenso. Ele será executado a mando do coronel após perder a confiança do grupo dominante.

– O poder se inscreve no contexto de uma dupla condicionante: apesar de seu aspecto microfísico, ele obedece a uma lógica global que permite caracterizar uma sociedade em uma determinada época. Dessa forma, verificamos que a convivência do Estado com o poder local ilustra bem esse fundamento. O grupo dominante e seus desmandos se inscrevem em círculos concêntricos e só conseguem se perpetuar com o apoio das esferas superiores.

– O poder não pode ser dissociado do saber: toda manifestação de exercício do poder em uma sociedade também está ligada ao local do saber. O uso administrativo do poder é uma forma de melhor conhecer a população para melhor governá-la e controlá-la. O domínio do saber, como já vimos, foi determinante para a ascensão do Dr. Marcolino em *Cascalho*. Os poucos que detêm algum saber escolar, na leitura ou nos cálculos, tiram alguma vantagem. Os compradores de diamante sempre ludibriam os garimpeiros com suas contas grosseiramente distorcidas, sempre a seu favor. Os donos de quitandas exploram os trabalhadores:

Quer dizer que são... cinco, nove fora dez, com vinte, trinta e cinco, com trinta, setenta e cinco, com quatro, oitenta e dois... Oitenta e dois – repetiu, verificando que, na realidade, eram cinquenta e nove: a escola sempre lhe servia para alguma coisa (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 232).

Por outro lado, em *Além dos marimbus*, nos deparamos com a situação contrária: a do conhecimento a serviço do bem, eventualmente na figura do Padre Coelho, que representa a maior oposição ao coronel Moreira. Por ser uma pessoa esclarecida e graças a seu nível de instrução, o padre passa a representar os interesses dos mais fracos, a exemplo da Sinhá Andresa, cuja propriedade foi invadida pelo coronel Moreira para roubar a valiosa madeira:

– Aquele cachorro pode fazer o que quiser, exaltou-se o padre. Mas lá na roça de vocês, tão certo como Deus existe, ele não há de meter o machado num pau!

Recompôs-se:

– Mas não há se ser nada. Deixe comigo. Eu resolvo a situação.

Passando a um tom paternal, as palavras do padre acabaram por impressionar Miguel: consolavam-no de algum modo, lembrando-lhe que, em último caso, sempre se pode ter uma esperança (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 60).

Esses aspectos do poder descritos por Foucault (1976) se assimilam a novos mecanismos de controle e criam um novo universo: o da sociedade multi ou transdisciplinar. A resposta para esse novo paradigma começa a se desenhar com o surgimento “da microfísica do poder” e duas de suas características em particular. Primeiramente, o controle não se exerce mais sobre os elementos significantes da conduta ou da linguagem, mas sobre a economia e a eficácia dos movimentos. O homem se torna refém de sua própria produção, dependente de sua força de trabalho e único responsável por sua sobrevivência. O sujeito está tão ocupado em galgar alguma forma de tirar seu sustento que dispensa um controle maior. Por outro lado, a modalidade de controle se apresenta como uma coerção constante e atua sobre os processos das atividades mais do que sobre os resultados.

O primeiro imperativo é dividir os indivíduos no interior de um espaço de isolamentos, como ocorre nas distantes fazendas em *Além dos marimbus* ou nos afastados garimpos em *Cascalho*. É necessário controlar estrategicamente a massa movente dos trabalhadores em locais isolados, atribuindo a cada indivíduo um determinado lugar e uma função específica. É necessário também controlar a atividade através da organização do tempo que racionaliza a ação. Por fim, o trabalho, agora inevitável e obrigatório, acarreta um controle mais efetivo. O indivíduo, agora conformado nesse sistema, enquadra-se no molde.

O poder dos coronéis baseia-se, por um lado, sobre uma estrutura financeira que funciona como alicerce para o exercício da influência e, por outro, sobre uma rede de sustentação que lhe permite perpetuar-se nesse poder. Existe, no entanto, uma dimensão simbólica que ultrapassa tais aspectos. A esse respeito, Bourdieu (1989) fala em poder simbólico: “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”. Dessa forma, as produções simbólicas funcionam, muitas vezes, como instrumento de dominação social, tal como caracterizada na tradição marxista em sua análise político-social, apresentando-se

ideologicamente como um produto coletivo e coletivamente apropriado, que serve a interesses particulares, porém como se fossem de interesse universal. O poder simbólico, invisível e imperceptível, se expressa de forma legitimada em relação às outras formas de poder. Esse sistema, produzido pela classe dominante e que encarna a identidade legitimante, tem como principal objetivo a manutenção no poder e o monopólio da produção ideológica legitimada pelo sistema de coerção. As outras formas de expressão, oriundas das classes inferiorizadas ou minoritárias e sua produção ideológica enquanto identidade de resistência, são marginalizadas.

Ainda segundo Bourdieu (1989), os sistemas simbólicos “[...] cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, e contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”. Visto dessa maneira, tais sistemas simbólicos agem como “[...] um reforço de suas próprias forças” (BOURDIEU, 1992, p.101).

Um dos aspectos que mais chamam a atenção em *Cascalho e Além dos marimbus* é de como seu autor trata as relações de poder e suas tensões entre os diferentes grupos representados no romance, a saber: garimpeiros, jagunços e coronéis. Os romances expõem as relações de forças entre os projetos identitários diversos que emanam dos diferentes atores sociais (CASTELLS, 2008).

O coronel, cujo emblema remete quase automaticamente ao fenômeno do coronelismo patriarcal, representa a figura nuclear na trama romanesca de Herberto Sales. Em sua origem, os poderosos fazendeiros não eram militares de carreira, mas integravam a Guarda Nacional, espécie de milícia cidadã, da qual teoricamente poderiam fazer parte todos os eleitores. Os fazendeiros adquiriam legalmente a patente de coronel, que lhes assegurava o direito de constituir tropas provisórias em caso de conflitos. Dessa forma, controlavam também a polícia, seu instrumento predileto para abusar do poder. Na República Velha (1889-1930), o presidente Campos Sales (1898-1902) criou a "política dos governadores", dando forma às relações sociopolíticas nos estreitos limites do "é dando que se recebe". Esse quadro deu início a uma cadeia de favores, que se estendia desde o relacionamento entre o presidente da República e os governadores dos Estados até o relacionamento entre os coronéis e os trabalhadores rurais. Assim, num

encadeamento autoritário, as decisões deveriam ser acatadas em todos os níveis para que as reivindicações dos poderosos pudessem ser atendidas.

O coronelismo é, sobretudo, “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores da terra” (Cf. LEAL, 1975). Ainda segundo Leal (1975), “[...] não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil”. O coronelismo seria, então, o resultado da “[...] superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1975). Não se trata então da “[...] mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial”. Seria antes “[...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1975).

Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas e ilícitas, foram tais ‘coronéis’ os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando, demopsicologicamente ‘o indivíduo que paga as despesas’. E, assim, penetrou o vocábulo ‘coronelismo’ na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros (LEAL, 1975, p.21).

Em sua região ou município de atuação, o coronel é um líder político e econômico que toma as rédeas do poder local e se apoia sobre uma complexa rede de sustentação composta por aliados, para se perpetuar no poder. O coronel se beneficia do monopólio do poder cuja legitimidade e aceitação se baseia na sua qualidade de senhor absoluto, e nele se fortalecem, tido e mantido como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas. O vocábulo “coronel” é definido como o indivíduo, geralmente proprietário rural, ocasionalmente um burocrata, comerciante ou profissional liberal do interior do País, que controla o poder político, social e econômico de uma região (Cf. HOUAISS, 2001). O coronel é normalmente um indivíduo poderoso, arrogante e influente politicamente entre os integrantes de seu grupo, organização, ou

partido. Ramos (2007) nos lembra que “[...] no imaginário popular, a figura do coronel remete ao cabra macho, macho com as mulheres e macho pela brabeza”. Ainda segundo Ramos (2007), ele é o chefe político que não vacila em manipular eleições em proveito próprio, o homem que não teme a polícia e que faz justiça com as próprias mãos. Ele é enfim o padrinho que protege seus afilhados. Todas essas características são atribuídas à figura legendária do coronel nordestino, imortalizado pela tradição oral, pela ficção regionalista e até pelo cinema brasileiro.

O coronel, na qualidade de senhor da terra, das fazendas ou das minas, possui geralmente grande poder econômico, exercendo atividades de que dependem trabalhadores subalternos. Dessa relação de patrão/empregado, surge um tipo peculiar de dominação sob a forma de dependência pessoal. Além do aspecto financeiro, o trabalhador se encontra submetido ao coronel por razões diversas como a hierarquia feudal e absolutista, o respeito, o medo, a dependência, a coação, e às vezes através de práticas neoescravagistas. Em suma, podemos resumir essa relação entre o trabalhador e o coronel como marcada por laços de lealdade e práticas de submissão. No plano político propriamente dito, o coronel exerce o papel de intermediário entre o poder do Estado e as massas rurais que ele controla e manipula. Segundo Ana Rosa Ramos (2007), poucos eram coronéis de fato, detentores da patente militar da Guarda Nacional. Eles passaram a receber o título por reconhecimento de sua riqueza, geralmente quando alcançavam em suas roças o patamar simbólico de mil arrobas de produção agrícola ou centenas de cabeças de gado nas zonas de pastoreio. O coronelismo, apesar de sempre estreitamente ligado, no imaginário coletivo, às questões de posse de terras, lavouras, garimpos de ouro e diamante não se originavam nem se constituíam exclusivamente a partir dessa característica. Eul-Soo Pang, em sua obra *Coronelismo e oligarquias* (1979), ressalta que a supremacia do senhor latifundiário era mais na época colonial, e que, após a Primeira República, outras "classes auxiliares" emanaram na arena política, tais como advogados, médicos, comerciantes urbanos, oficiais militares e até mesmo padres. Pang acrescenta: “[...] a afirmação de que a propriedade da terra é condição *sine qua non* para aquisição e exercício de poder político, constitui-se num exagero. Na realidade, durante a primeira república, a posse de terras e os padrões de distribuições, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo” (1979, p.72). Pang define o coronelismo como “[...] um exercício de poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas

instituições sociais, econômicas e políticas" (1979, p.72). Leal (1975), entretanto, afirma que a "[...] fonte de poder político de um coronel era medida, além da base econômica, pela força eleitoral" e que "[...] o poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições" (1975, p.39). A força eleitoral acarreta o prestígio político, natural coroamento de uma privilegiada situação econômica e social dos donos de terras. Contrapondo-se a essa visão, Dantas (1987) considera que a fonte do poder do coronel traduzia-se pela presença das milícias particulares: "O controle da coerção foi da maior importância como fonte de poder político do que outro elemento qualquer. A vitória eleitoral, que legitimava os candidatos, guardava uma dependência maior do controle da coerção do que dos votos propriamente ditos". Para Faoro (1991), a origem do poder do coronel, "[...] mais do que a situação econômica, deriva do prestígio, da honra social, tradicionalmente reconhecida" (1991, p.128). Na mesma linha de pensamento, Barreira (1992) considera que a dominação política do coronel no sertão "[...] não necessita e nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que tomam a realidade não perceptível por parte dos dominados". Esse conceito se assimila ao de Pierre Bourdieu (1989) quando fala do poder simbólico. Se a posse das terras constitui, segundo Barreira (1992), um elemento determinante para o exercício do poder político do coronel, ele entende, assim como Faoro (1991), que o prestígio, o nome, a tradição e a honra social são igualmente significativos.

No que diz respeito à figura do *jagunço*, encontramos no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* o seguinte conceito: “cangaceiro, criminoso foragido ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente como, por exemplo, fazendeiro, senhor de engenho, coronel ou político e por este homiziado”. O termo *jagunço* passou a referir-se a quem manjava profissionalmente o “jagunço”, espécie de arma feita com uma haste de madeira com ferro pontiagudo em sua extremidade. A jagunçada era, então, a reunião desses diversos jagunços, homens valentes, capangas, bandoleiros. A história do Brasil e sua literatura estão marcadas por referir-se a esse exercício privado e organizado da violência em que uma força armada é posta a serviço de um proprietário rural ou de um chefe para prevenir conflitos, resolvê-los ou então se proteger. No contexto do sertão, e particularmente do interior da Bahia, conforme os romances de Herberto Sales e outros escritores, a figura do jagunço é emblemática e a instituição da jagunçagem está diretamente relacionada à questão do poder exercido em um Brasil

rural e arcaico. Com algumas variantes em seu perfil e contexto, o jagunço, homem valente do sertão, também se diversifica na figura do sertanejo, do capanga, do cabra, do cangaceiro e do pistoleiro. Os grandes proprietários de terras contratavam e armavam homens para defendê-los e a seus interesses. Esses braços armados desempenhavam diversas funções, desde o trabalho no interior da propriedade até a defesa e proteção dos fazendeiros. Em sua definição de jagunço, Queiroz (1976) entende que “Jagunço era todo o indivíduo que empunhava uma arma em defesa própria, de seus bens, da sua família, do seu lar, na primeira oportunidade que se lhe oferecia”. O jagunço foi uma criação dos chefes políticos. Desde a monarquia e depois dela com a República, veio a ser elemento indispensável à garantia daqueles chefes, que então se tornavam mais respeitados pela gentilha e mais desejados no apoio aos governantes. O jagunço se fazia a partir de um crime cometido e, em seguida, da busca de proteção contra a justiça junto a um chefe político, para quem passava a prestar serviços ordinários de peão (como lida de gado, plantação de roças, segurança, etc.) e, eventualmente, serviços de defesa e pistolagem, típicos dos jagunços propriamente constituídos como profissionais do ramo. Os jagunços deram origem a outro fenômeno social importante, que foi o [cangaço](#). Diversas causas são apontadas para justificar sua origem, mas as econômicas, com o empobrecimento provocado por mudanças políticas e sucessivas estiagens, tornou-se a principal. Homens como [Virgulino Ferreira](#) – o Lampião – e até mulheres, como [Sérgia Ribeiro da Silva](#), a Dadá, aterrorizaram o interior dos Estados nordestinos. Também em seu combate, diversos jagunços foram empregados. Com o fim do poder oligárquico dos antigos coronéis, os jagunços subsistiram na prática da chamada pistolagem, ainda frequente em alguns Estados como [Pernambuco](#), [Alagoas](#), etc.

O garimpeiro é definido no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* como um trabalhador que extrai da terra substâncias minerais úteis ou preciosas, indivíduo que trabalha no garimpo recolhendo faíscas de ouro perdidas no solo; ainda conhecido como faisgador ou faisqueiro. O garimpeiro é apontado como catador furtivo de diamantes em terreno privativo de garimpo, chegando ao ponto de ser considerado contraventor em algumas regiões. O garimpo, por suas peculiares características, que envolvem complexas relações de poder entre classes, representa, de forma bem expressiva, uma atividade genérica integrada ao romance regionalista nordestino. A temática do garimpo tratou dos aspectos naturais de parte do sertão, dando, no entanto, uma visibilidade maior aos aspectos humanos e sociais do contexto narrado. E um dos

responsáveis por essa agregação humana, geográfica e literária na evolução da romancística brasileira foi, sem dúvida, o autor aqui estudado, o baiano de Andaraí, Herberto Sales.

A civilização do garimpo, descrita no romance *Cascalho*, é formada por grupos sociais distintos, representados na obra por personagens como eles são, sem qualquer idealização por parte do autor. Há, no fio da narrativa de Herberto Sales, uma tensão anunciada entre os garimpeiros e os excluídos, de um lado, e os proprietários das minas e seus comandados, de outro. Entretanto, essa tensão nunca terá desfecho, embora pareça, em alguns momentos, que ela acontecerá. O ápice da tensão ocorre quando alguns poucos funcionários da frágil estrutura do Estado, indignados com os desmandos do coronel, demonstram a sua insatisfação com o poder local. Essa manifestação inócua é a que mais irá se aproximar de um discurso de oposição ao coronelismo.

O coronelismo, em termos gerais, se constitui assim em um fenômeno da vida política e sociológica do interior do Brasil, envolvendo um complexo de características das políticas municipal e estadual, sempre em tensão com o poder federal. Entretanto, as duas obras selecionadas como objeto de análise neste trabalho parecem não corresponder exatamente a esse modelo de relação tripartite de poder. Para ilustrar essa nossa hipótese, verificamos que, apesar de existir uma tensão entre os poderes, ela não se coloca como uma questão central. O principal foco das tensões nas relações de poder em *Cascalho* não ocorre de dentro para fora, mas no seio do próprio sistema interno local onde se desenvolve a trama, a saber, a cidade de Andaraí, situada no interior da Bahia, na região da Chapada Diamantina. As tensões ligadas às questões do poder giram em torno das relações locais, a saber: as dicotomias coronel/jagunço, coronel/garimpeiro e jagunços/garimpeiros. Portanto, é a partir dessa premissa de tensões internas que podemos propor um dos principais enfoques desta pesquisa, os elementos socioeconômico-culturais que promovem e favorecem a dinâmica caracterizadora do projeto legitimante (Cf. CASTELLS, 2008) em *Cascalho*. O romance põe em evidência a questão da identidade, ou das identidades, como um núcleo resistente à homogeneização e que pode ser semente de mudanças socioculturais. Segundo Castells, existem diferentes tipos de manifestações identitárias. No entanto, todas elas estão marcadas pela história de cada grupo, assim como pelas instituições existentes, pelos aparatos de poder e pelas crenças religiosas. A construção das identidades se

desenvolve em contextos marcados por relações de poder. A abordagem da problemática identitária como é vista pelo sociólogo Manuel Castells parece-nos adequada para abordar a perspectiva do confronto ideológico presente nos romances de Herberto Sales. Castells destaca o fato de que “[...] a construção social da identidade se produz sempre num contexto marcado por correlações de forças” (2008, p.24). Seu quadro teórico e os conceitos que apresenta - *identidade-legitimante, identidade-resistência e identidade-projeto* - revelaram-se pertinentes e eficazes para o estudo dessa temática nos romances de Herberto Sales. Segundo Godet (2009), “basta observar bem a *mise-en-scène* do projeto de uma identidade-resistência, para compreender essa tendência em figurar a problemática identitária em sua diversidade” (2009, p.58). Nos romances *Cascalho e Alem dos marimbus*, as elites locais, econômicas e políticas, se constituem no grupo dominante e constroem uma forma de identidade-legitimante que se situa em oposição ao projeto identitário que emerge de baixo, o das classes sociais formadas por garimpeiros, trabalhadores, madeireiros, enfim, da legião dos excluídos. Mas, se é verdade que a narrativa privilegia as representações desse confronto numa perspectiva de luta de classes, parece-nos que ela não amalgama, com isso, as diferenças e os conflitos no interior dos diferentes grupos sociais. A narrativa expõe outros projetos de resistência, ideológicos, culturais e até mesmo individuais, e os personagens Nascimento, Oscar do Soure, o árabe Mansur e o padre Coelho estão aí para nos lembrar disso. Esse núcleo heterogêneo de identidade-resistência se caracteriza por sua diversidade e se contrapõe, de alguma forma, à tendência homogeneizante da identidade-legitimante.

2.1 CORRUPÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO

Favorecido pela distância da Capital, pela ignorância e submissão do povo e pela vasta rede de sustentação que se estabelece para a sua manutenção, o poder local quase sempre corrompe as estruturas dos poderes municipal, estadual e nacional. Esse jogo de forças deixa escancarada a relação de tensão que se estabelece entre o poder local de um lado, com seus coronéis e todos os aliados que o sustentam, beneficiando-se com o pertencimento ao clã; e, do

outro lado, o poder do Estado com suas instituições já corrompidas e infiltradas, como é o caso da justiça e da polícia. É exemplo disso a pusilanimidade com que o juiz de Direito, cooptado e subserviente ao poder em *Cascalho*, conduz as suas ações:

O juiz abanou lentamente a cabeça:

– Na sua idade, colega, todos pensam assim. Eu também já pensei... Mas depois tudo passa com os anos. Dentro de algum tempo, deixe que eu lhe diga, você vai compreender que nós não valem nada (...) – Se há mal em tudo isso, esse mal já vem de cima. Na própria Capital a gente vê o que acontece. A polícia faz o que quer e entende e fica por isso mesmo. De que adianta um pobre Juiz ou um pobre Promotor se meter a reformador do mundo? Nós não valem nada, seu Dr. Oscar. Os políticos é que mandam e desmandam em tudo (...) Um homem vale o que tem no bolso. Como nós não temos nada, não valem nada. Vale aqui quem compra diamantes, quem tem dinheiro, quem tem força na política (SALES, *Cascalho*, 1975, p.164).

As demais estruturas sociais também são recuperadas pelo clã para agir em favor do grupo dominante local. Por exemplo, a imprensa publica apenas notícias que favoreçam o coronel e seus aliados e censura toda e qualquer outra manifestação, informação ou acontecimento contrário ao grupo. Os Correios da cidade também se encontram infiltrados pelo grupo local através de um funcionário conivente e integrado ao clã, que tudo faz no controle das correspondências. Eles abrem e desviam as cartas, extraviam aquilo que se coloca contra o interesse deles e tomam a liberdade de invadir a privacidade dos cidadãos lendo-lhes as cartas e mantendo, dessa forma, uma visão privilegiada das ações de seus oponentes. O esquema permite a manutenção de um controle tão eficiente sobre a fidelidade dos membros ao grupo, que a desorganização dos Correios é marcante, exemplar de corrupção combinada com a falcatrua e a leniência dos agentes do Estado:

Carregosa estava abrindo as malas dos correios. Ia tirando atropeladamente para cima da mesa os pacotes de jornais, os registrados e as cartas simples, que se esparramavam naquela confusão de papel, selos e barbantes, que ele já nem era capaz de saber onde tinha deixado as guias e o carimbo (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 246).

A desordem é institucionalizada, assim como o desrespeito com os direitos mais elementares: a intimidade das correspondências dos usuários. Muitas pessoas estranhas ao

serviço, amigos se reúnem na agência para se divertirem com as cartas que abrem, fazendo piada sobre o conteúdo e até jogando algumas no lixo.

Fumava-se e conversava-se em voz alta. Muitos dos que ali se encontravam não tinham cartas a receber de quem quer que fosse – mas iam: precisavam matar o tempo, e o correio era, afinal de contas, um divertimento (SALES, *Cascalho*, 1975, p.246).

O Dr. Marcolino, braço direito do coronel Germano e homem da total confiança do chefe, passava várias horas do dia na agência, observando a movimentação e filtrando as correspondências que chegavam e partiam da cidade. Essa posição privilegiada lhe permitia um controle total sobre as informações que circulavam por ali. É dessa forma que o grupo descobre a carta denúncia que o promotor enviara ao seu procurador na Capital e que seria o estopim para a humilhante expulsão de Andaraí, no meio da noite, o agente da lei fugindo para não ser linchado. Carregosa, funcionário encarregado dos correios, homem de personalidade fraca e completamente submisso ao sistema e às influências do poder local, não resiste ao pedido do Dr. Marcolino de lhe entregar a carta:

– Ó Carregosa! – disse o Dr. Marcolino. – Deixe-me ver a carta do Promotor.
O agente do correio olhou-o espantado.

– A carta do Promotor, homem! A carta do Promotor! Insistiu o médico, descendo do balcão.

E dirigindo-se para a mesa:

– Não está entendendo? A carta do Promotor!

Em vão Carregosa apelou para o que lhe restava de dignidade profissional: não valia a pena resistir à insólita ordem. Entregou a carta ao médico, sem articular uma palavra – e deixou-se cair na cadeira ao pressentir que ele ia rasgar o envelope com o bisturi que trazia na mão. Seguiu-se um silêncio constrangedor, interrompido apenas pelo rumor das laudas que iam sendo viradas com estouvamento, depois do que Carregosa ouviu este resmungo:

– Que cachorro! (SALES, *Cascalho*, 1975, p.246).

No livro de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, publicado em 1948, hoje um clássico da bibliografia política, nos deparamos com uma análise minuciosa de realidades que aprofundaram suas raízes na organização agrária, como produto espontâneo do latifúndio. Esse estudo leva em conta a presença do município, assim como o relacionamento com os demais

poderes públicos do País, o estadual e o federal. A base do poder está muitas vezes ligada às riquezas ou propriedades do sujeito, ou seja, o poder econômico é quase sempre determinante para ascender ao poder. Se o soberano local não possui recursos ou materiais suficientes, não tem como acudir às necessidades de seus amigos e muito menos alimentar as suas coligações transitórias de interesses políticos. Fica muito claro que ascender ao poder e, em seguida, manter-se nele, no “cargo de coronel”, só se torna possível através de uma forte sustentação econômica. É o que se confirma no seguinte trecho do romance de Herberto Sales:

Aqui não há ninguém a quem você possa defender e muito menos o que você advogar. Que poderia você fazer em matéria de feitos cívicos? O coronel é quem resolve tudo. A razão está sempre com ele [...] – A advocacia é um luxo dos centros civilizados. O coronel já está defendido por natureza (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 154).

Esse verdadeiro estudo da vida política brasileira baseia-se numa análise a partir do ponto de vista do sistema do coronelismo, que o autor considera como sistema político. Chefes políticos, proprietários de terras, senhores do bem e do mal, os coronéis são figuras marcantes na história e na literatura brasileiras. Como afirma Leal (1975, p.20), “O coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. O coronelismo precisa de um campo fértil para se desenvolver. O quadro perfeito, quase um estereótipo desse cenário, é composto por um pequeno município do interior, se possível bem afastado da influência da Capital e de suas instituições e uma população pobre, que depende dos raros empregos oferecidos pelos coronéis em suas fazendas ou minas, no caso das lavras de diamante, população esta que, por sua ignorância, ou por medo e submissão ou ainda por convivência e interesse, vende ou troca seu voto, perpetuando o círculo vicioso de renovação de poder do clã local. Completa, enfim, o quadro desse terreno fértil toda a rede de sustentação em torno dos coronéis e de seus aliados que, como já vimos, infiltram e manipulam tanto as instituições dos poderes federais e estaduais, como também os demais setores de serviços da sociedade urbana ou rural. Uma verdadeira rede de sustentação se articula em torno do clã local e passa a controlar toda a cidade ou região. Qualquer um que ameace essa estrutura - inimigo, opositor político ou ideológico - é duramente combatido,

sabotado, expulso da cidade ou até, em casos mais extremos, eliminado como o foi Zé de Peixoto, um jagunço que, em *Cascalho*, passou de ex-apadrinhado do Coronel Germano a alvo, obrigatoriamente eliminado após ter desafiado em público a autoridade do chefe todo poderoso.

O coronelismo se constitui e depois se sustenta a partir de uma troca de proveitos e favores. Existe uma rede de sustentação que alimenta e torna possível a perpetuação do poder. Em troca desse apoio, os coligados ganham privilégios e notoriedade na esfera municipal. Esse grupo dominante coage a população pobre, seja através da intimidação ou barganhando alguns subempregos nas fazendas ou lavras dos coronéis, ou ainda através de outras pequenas vantagens materiais. Constitui-se, então, um verdadeiro feudo onde os 'reis' (coronéis) têm toda a sua corte (clã) ao seu serviço e onde ocorre uma verdadeira mercantilização do voto. A compra ou troca de voto se institucionaliza e o clã local, nesse panorama, dificilmente é deposto, mesmo acusado de exercer um total domínio ilegal sobre a população. O termo "voto de cabresto" foi empregado para descrever esse [sistema](#) tradicional de controle de poder [político](#) através do abuso de autoridade, da [compra de votos](#) ou da utilização da máquina pública. É um mecanismo muito recorrente nos rincões mais pobres do [Brasil](#) como característica do [coronelismo](#). O voto de cabresto era usado pelo coronel ou fazendeiro, que obrigava e usava até mesmo de [violência](#) para que os eleitores de seu "curral eleitoral" votassem nos candidatos apoiados por ele. Um dos agravantes que ajudaram a perpetuar esse sistema perverso reside no fato de que o [voto](#) não era secreto e, sendo aberto ao público, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas do coronel, para que votassem nos candidatos por ele indicados. O coronel também utilizava outros recursos para conseguir seus objetivos políticos, tais como compra de voto, votos fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais e violência. Leal (1975, p.12) afirma que "[...] até 1930, embora as instituições fossem democráticas no país, nenhuma eleição podia ser considerada séria". No entanto, o voto passa a ter o *status* de grande fonte de legitimação do poder político. Segundo Dantas (1987, p.102),

Diante do crescimento do eleitorado, aparecem como prepostos, figuras de reconhecida fidelidade ao coronel, servindo de elo entre ele e as bases mais distantes do seu principal centro de atuação [...]. A mercantilização do voto vai se alastrando e o voto vai, paulatinamente, assumindo a forma de uma mercadoria.

Para favorecer os aliados e amigos, o chefe local muitas vezes se confunde na percepção da nebulosa fronteira que separa o legal do ilícito. Essa visão deturpada do difuso limiar entre o bem e o mal serve para confortá-lo em seus desmandos, uma vez que os limites, nem sempre muito claros, permitem e até incitam a dúvida. Em muitos casos, o coronel “[...] penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora” (Cf. LEAL, 1975, p 39). De qualquer forma, a reabilitação definitiva virá com a consagração nas urnas, porque, em política, pelo critério oportunista e caudatário de ilegalidades, “[...] só há uma vergonha: perder”. Percebemos, através dessa mentalidade, o quanto o coronelismo contribui para desorganizar as administrações municipal e estadual.

Segundo Leal (1975), um dos principais motivos para essa desorganização é a generalizada incultura do interior, cópia muito piorada da incultura geral do País, o Brasil da década de 40 do século passado. Se os próprios governos federais e estaduais têm tanta dificuldade em conseguir funcionários capazes, por isso mesmo improvisando técnicos em tudo, da noite para o dia, podemos imaginar o que seria dos municípios mais atrasados. No entanto, o despreparo dos municípios do interior só explicaria uma parte dessa anarquia administrativa. A outra parcela de responsabilidade cabe, de um lado, aos próprios coronéis, que convidam muitos agregados para a “gamela” municipal, e, de outro, à utilização do dinheiro, dos bens e serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais. Ainda segundo esse autor, o mandonismo é outra face perversa, característica dos chefes locais, sobretudo no panorama da prática política do Nordeste, e que se manifesta na perseguição ferrenha aos adversários seguindo a máxima: “Para os amigos pão, para os inimigos, pau”².

Em *Cascalho*, é ilustrativo o exemplo do promotor Oscar do Soure, que não chega a representar um oponente político ou alguma ameaça real ao poder do Coronel Germano, mas contraria seus planos quando escreve para o superintendente da Capital para se queixar dos abusos e desmandos cometidos em Andaraí. Na verdade, a única centelha de oposição ao poder instituído que identificamos em Andaraí, se dá com a chegada do novo promotor de justiça na

² Dito atribuído a um político mineiro, em substituição a este, mais fino, imputado a outro chefe estadual: “Aos amigos se faz justiça, aos inimigos se aplica a lei”.

cidade. A indicação do recém-formado promotor Oscar do Soure não teve a aquiescência do clã dominante, o que gera um impasse entre o poder de fato, exercido pelo Coronel Germano e seu grupo, e o poder do Estado, do qual o promotor está investido. A presença desse segundo poder, vindo de fora, instala uma crise na cidade. Oscar do Soure assume a contragosto seu cargo de promotor em Andaraí, que ele considera um cargo provisório. Antes mesmo de sua chegada, ele tem uma ideia fixa de transferência para outra comarca mais “civilizada”. Alertado sobre os possíveis conflitos e tensões que seu cargo lhe poderia trazer em Andaraí, ele adota, desde o princípio, uma postura de distanciamento do grupo dominante. Rapidamente, seu desejo de independência se transforma em sentimento de rejeição à forma como o poder é exercido na cidade. Parecia-lhe inaceitável a imposição da vontade do Coronel através do completo desrespeito às normas do direito e à revelia das leis do País. O promotor também se dá conta rapidamente da hipocrisia que reina na cidade e de toda a bajulação envolvendo os habitantes para atrair a simpatia dos poderosos locais. O promotor Oscar do Soure se enoja com as publicações do jornal local, assim como com a cumplicidade e a dissimulação de todos os “seguidores” do Coronel. O promotor demonstra total aversão aos desmandos praticados na cidade e deixa evidente a sua discordância para com o juiz Dr. Rufino Canuto. Após o episódio da tocaia que resultou na execução de Zé de Peixoto, o promotor procura o juiz, solicitando que seja feita uma investigação nas formas da lei.

Quero falar com o senhor é sobre o crime do Beco da Lama. Afinal de contas já se passaram quinze dias, e até hoje o delegado não abriu inquérito. Nem sequer fez o corpo de delito. Isso me parece uma afronta à justiça (SALES, *Cascalho*, 1975, p.163).

Mas, para a surpresa e espanto do promotor, a resposta do Dr. Canuto é que a chegada do colega na cidade é recente e que ele precisa “ir se acostumando com essas coisas”, coisas das Lavras. Aos poucos, ele se vai isolando de todos e passa a viver recluso em sua residência, dividindo o sobrado com a cozinheira Ifigênia. Seus únicos contatos com o dia a dia da cidade se dão através do escrivão Pimentel e do telegrafista Nascimento. Este se torna um amigo íntimo com o qual o promotor divide suas impressões e vai formando sua opinião sobre os demais personagens da sociedade de Andaraí. Como já foi dito, o Dr. Oscar do Soure e o telegrafista Nascimento representam, de alguma maneira, os únicos focos de oposição ao Coronel Germano e

ao seu grupo. No entanto, esta pseudo-oposição se resume, mais que em atos propriamente ditos, apenas a críticas, gestos e atitudes de menosprezo, que demonstram a aversão que eles sentem face à degradação à sua volta. Em nenhum momento, existe uma ação concreta que vá de encontro à autoridade instaurada na cidade. A oposição se resume a uma contestação ao tipo de poder que prevalece em Andaraí. Muito embora não se constituíssem em partido adversário do Coronel Germano, eram presenças incômodas, por serem detentores do discurso de denúncia, que contrastava com a ideologia dominante.

Assim, conforme destaca Augusto (2003), assistimos ao contraste entre os ideais iluministas do promotor e as ideias reacionárias, de cunho liberal, do telegrafista Nascimento. O promotor, ao constatar o meio social degradante de Andaraí, acredita que, apenas através da justiça e da disseminação do conhecimento, o homem pode se elevar à condição de cidadão. Já para o telegrafista, o homem é um ser irremediavelmente sem perspectivas ou possibilidade de, por si só, galgar a condição de cidadão. Sem espaço para expor suas opiniões na cidade de Andaraí, o promotor se dedica a fazer longas denúncias epistolares a colegas e parentes na Capital, sem nenhuma consequência prática. Ele se dedica, em particular, a tentar elucidar o caso da morte do jagunço Zé de Peixoto, sabidamente assassinado pela polícia a mando do coronel Germano. O Dr. Oscar tenta em vão convencer o juiz, Dr. Canuto, a mandar o delegado abrir inquérito sobre o caso, mas, para o juiz, a morte do jagunço era perfeitamente justificável, assim explicitando seu ponto de vista:

É lamentável, mas infelizmente a polícia tem que agir assim, porque a justiça nada pode fazer para reprimir os arruaceiros que põem em sobressalto Andaraí. Com essa gente, na realidade, é necessário usar-se de violência, sob pena de não se poder mais viver aqui. Para refrear o banditismo, a polícia tem que fazer esse expurgo... Eliminar os elementos nocivos (SALES, *Cascalho*, 1975, p.166).

Sem maiores recursos, o promotor continua suas denúncias através de cartas, até ter uma carta de sua autoria, por sinal uma das mais virulentas na denúncia do grupo dominante na cidade e destinada ao seu procurador na Capital, interceptada pelo Dr. Marcolino. O episódio da carta é o que precisamente torna impraticável a estadia do Dr. Oscar do Soure na cidade. O grupo do coronel Germano consegue expulsar o promotor de Andaraí por se meter com “o que não é da sua

conta”, solicitando ao Secretário do Interior sua remoção para outra comarca. No intuito de desmoralizar o Dr. Oscar, o major Quelezinho ainda autoriza que seja aplicado contra o promotor um *mineiro-pau*³:

Seu Dr. Oscar do Soure!
Mineiro, pau! Mineiro, pau!
Burro assim nunca se viu!
Mineiro, pau! Mineiro, pau
Promotor filho da puta!
Mineiro, pau! Mineiro, pau!
Và pra puta que pariu!
Mineiro, pau! Mineiro, pau! (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 253).

Avisado a tempo e salvo do perigo iminente pelo telegrafista Nascimento, o promotor foge de Andaraí de madrugada, pela porta dos fundos de sua residência, escapando por pouco do linchamento que lhe era reservado. O diálogo entre ambos reproduz a ambiência de caos e de imprevisíveis consequências:

- Você precisa sair imediatamente da cidade – disse o telegrafista
- E ante o olhar pasmado do outro:
- Não temos tempo a perder. Vamos! Vamos depressa! [...] É o mineiro-pau – foi explicando. Mas logo se tornou desnecessário acrescentar a frase seguinte – “É contra você” [...]. O promotor sentiu um baque no coração: era a primeira vez que percebia seu nome em meio daquele rumor todo, [...] ficou de tal sorte chocado que, aos seus sentidos, se tornou menos evidente o risco que corria do que a ideia de que tudo aquilo não estava acontecendo.
- Promotor filho da puta!
- Mineiro, pau! Mineiro, pau! [...]
- Vamos logo, antes que cerquem a casa.

Nesse momento, o Promotor se apercebeu de uma coisa muito importante: a necessidade que tinha de salvar a vida – fosse de maneira que fosse. Então tudo se passou com rapidez: os dois correram em direção à cozinha, desceram a escada do quintal, abriram o portão e, protegidos pela escuridão, avançaram pelo beco que ia dar no morro do Apertado-da-Hora. Dali, entraram pelos fundos no quintal do telégrafo, escalando o muro, e furtivamente deslizaram para trás de uma moita, onde permaneceram em silêncio (SALES, *Cascalho*, 1975, p.256-257).

³ Tipo de manifestação usada como demonstração de desprezo. Versos improvisados eram cantados para atingir certas pessoas, desmoralizando-as. Essa violência podia até, nos casos mais extremos, levar ao linchamento do desafeto pelo grupo de manifestantes.

O impasse é então solucionado conforme o costume na civilização do garimpo, território livre para os coronéis que determinam a vigência da lei do mais forte. Logo após o episódio, o telegrafista Nascimento também é transferido da cidade. A ascendência dos coronéis e sua permanência à frente do poder em suas regiões ou municípios se deram, em grande parte, pela *rarefação do poder público em nosso país* (Cf. LEAL, 1975, p. 22), que permite aos dirigentes locais exercer, extraoficialmente, grande número das funções que são exclusivas do poder público.

A despeito disso, como o leitor pode se sentir ante o drama dos homens do garimpo, a injustiça social aflora a todo o momento, apresentando-se o “coronelismo” como um fenômeno nacional que ainda não teve o seu fim. Todo o drama e o sortilégio são muito bem situados em *Cascalho*, com uma página aberta de denúncia que ainda não se fechou no Brasil inteiro. Os tipos, os personagens de *Cascalho* vivem a dimensão estreita de seu meio e na ausência, bem conformista, de uma revolta social positiva e talvez nunca sonhada. Aceitam o que, para eles, parece ser o normal, o irremediável, num fatalismo irremovível de seres sem perspectiva. Olham contristados e magoados, é bem verdade, para aqueles que vivem bem, que vivem “melhor”, para os que vivem às suas costas, ou à sua custa. Mas o que podem fazer se o mundo foi feito assim?

Os chefes locais, como o coronel Germano e seu clã, não poderiam assumir o pleno poder sem o apoio da situação política estadual. Existe uma conivência do poder estadual que, de alguma forma, delega ou abre mão de exercer seu domínio em municípios que não representem grande interesse ou que simplesmente se encontrem geograficamente distantes da Capital. Nesses casos, é mais importante deter o controle, mesmo que relativo, através da amizade, do fisiologismo e da troca de favores com o coronel que assumiu o poder local. Como afirma Leal (1975, p.44), “[...] grande cópia de favores pessoais depende fundamentalmente, quando não exclusivamente, das autoridades estaduais”. Podemos ainda afirmar que o poder dos coronéis está diretamente ligado à aquiescência da esfera estadual para todos os assuntos que representem interesses comuns às duas partes. Por outro lado, existe uma indulgência do Estado, que se omite em relação aos desmandos e abusos da autoridade, beneficiando assim o clã local. Segundo Leal (1975, p 43), “[...] em todos esses graus da escala política impera, como não poderia deixar de ser, o sistema de reciprocidade, e todo o edifício vai assentar na base, que é o ‘coronel’,

fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários”.

Para melhor entender os interesses aqui envolvidos, basta lembrar que, de um lado, os coronéis são os donos das terras, das fazendas, das lavras e garimpos onde exercem uma forte influência política e, por outro, ainda segundo Leal (1975, p.42): “A organização agrária do Brasil mantém a dependência do elemento rural ao fazendeiro, impedindo o contato direto dos partidos com essa parcela notoriamente majoritária do nosso eleitorado”. Fica então bastante evidente a troca de interesses: os coronéis se beneficiam com a conivência do Estado enquanto o Estado não pode dispensar a intermediação do dono das terras para alcançar seus objetivos eleitoreiros. Encontra-se, então, armada a estratégia da conivência mútua, que aporta o imprescindível suporte para toda a rede de sustentação do poder assentado no coronelismo. Evidencia-se, com bastante clareza, um aspecto fundamental do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade entre dois poderes mutuamente dependentes: de um lado, os chefes municipais, os coronéis, que “[...] conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregados, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças” (Cf. LEAL, 1975, p.43).

Além de manter o domínio absoluto sobre seu município, o coronel conta como já vimos, com a estrutura do Estado para se fortalecer. Os próprios funcionários estaduais que trabalham na cidade são escolhidos através de sua indicação. “Professoras primárias, coletores, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotores públicos, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe” (Cf. LEAL, 1975, p.44). Em alguns casos, mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los para não fazer sombra ao prestígio do chefe político do município.

A “parceria”, se assim é possível chamá-la, entre o poder local e o poder do Estado, tem outra forte justificativa. É notório que os serviços públicos do interior são muito deficientes, visto que as municipalidades quase nunca dispõem das verbas suficientes para suprir muitas de suas

necessidades. A respeito dessa limitação financeira dos municípios, Leal (1975, p.45) afirma: “Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica”. A consequência de uma eventual ruptura na parceria com o Estado seria muito prejudicial ao poder local, uma vez que certamente acarretaria o corte das verbas estaduais para essas obras de grande porte. Como podemos imaginar, o resultado seria catastrófico, tanto para o município, que passaria a ser órfão de investimentos, como, e principalmente, para o coronel, na figura do administrador e gestor local. Nenhum líder, seja ele um prefeito democraticamente eleito ou um coronel que se impôs pela força, consegue se perpetuar no poder sem trazer benefícios concretos para o seu município. Os próprios fazendeiros da região precisam de estradas para escoar seus produtos, de um mínimo de infraestrutura e de logística no município, assim como de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados. Não sendo contemplados, eles acabariam fatalmente por recusar, ao coronel e seu grupo, apoio eleitoral. Por outro lado, não dispendo de um orçamento ilimitado, o Estado precisa dosar esses repasses com bastante cuidado, procurando sempre beneficiar os municípios que representem algum interesse concreto como, por exemplo, um importante potencial para futuros frutos eleitorais. De toda forma e acima de qualquer outro requisito, o Estado auxilia prioritariamente os municípios que estejam nas mãos dos amigos, perpetuando assim o jogo da convivência mútua e da reciprocidade. Podemos assim afirmar que, historicamente, o coronelismo se favoreceu com a fraqueza financeira dos municípios e através de suas coligações com o Estado e, na situação de “governo”, por meio de suas alianças, conseguiu se perpetuar no poder.

No âmbito dessa convivência e dessa conivência, o Estado se faz omissivo ante os desmandos e abusos de poder dos coronéis. Como já vimos antes, o poder local se apoia financeiramente sobre a estrutura do Estado. Esse apoio não se limita, no entanto, ao aspecto econômico. Toda a estrutura representativa do poder nos contextos de uma dada sociedade também é recuperada, manipulada e amplamente utilizada pelos coronéis. As figuras do juiz, do delegado e do subdelegado assumem fundamental importância para a rede de sustentação do poder local. “A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais.” (Cf. LEAL, 1975, p.47). A partir da recuperação política daquilo que podemos

chamar de estruturas sociais do poder, apresenta-se aos coronéis e ao seu grupo um leque completo com inúmeras possibilidades para desmandos e abusos de poder. Essa autonomia consiste em uma carta branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais em troca do compromisso estabelecido junto à rede mútua de apoio. Em virtude dessa carta branca, as autoridades estaduais fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive às violências e outras arbitrariedades. Respaldados na convicção de contar com a impunidade de seus atos ilícitos, o grupo se beneficia, o que é mais grave, da legitimidade de quem age dentro das próprias estruturas legais. Essa regalia ou *passé-droit* podia traduzir-se por diversas ações como, por exemplo,

Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário – são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município. Mas nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do estado sob as ordens do chefe situacionista local (Cf. LEAL, 1975, p.47).

2.2 PROJETO LEGITIMANTE E REDES DE SUSTENTAÇÃO DO CORONELATO

No panorama histórico do coronelismo no Brasil, nem todos os chefes locais foram aliados do poder estadual. Para que os coronéis exerçam sua liderança, porém, fica claro que permanecer na oposição é desconfortável e até bastante prejudicial a seus interesses mediatos e imediatos. O isolamento político torna a gestão do município extremamente difícil. Para se manter no poder, o coronel precisa comandar com mão de ferro seu município, incrementar sua gestão com obras e realizações concretas e manter intactas a sua reputação e a influência sem se apoiar para tal sobre o Estado e sua estrutura. Considerando o desconfortável estágio de ser oposição no âmbito municipal, a regra tem sido sempre ficar do lado do governo, pois estar na oposição, realmente, só para quem não pôde ainda se aliar ao conchavo. Muitas das disputas nas correntes municipais ocorrem para decidir, entre si, quem terá o privilégio de apoiar o governo para, em seguida, poder se beneficiar de sua estrutura. Afinal, o coronel tem consciência de que é mais vantajoso ter o governo do Estado como aliado. O maior mal que pode acontecer a um chefe

político municipal é ter o governo do Estado como adversário. Por isso, busca o seu apoio “ardorosamente” (Cf. LEAL, 1975, p. 49). Nesse jogo de troca de favores, em que “uma mão lava a outra”, a reciprocidade parece ser mesmo a palavra de ordem. Os dois lados ignoram aspectos ideológicos, éticos e morais e promovem o encontro de seus interesses nessa parceria. O coronel apoia o governo, independentemente de ideais políticos ou partidários. Por sua vez, o governo se fortalece através desses nichos de domínios, que são os municípios espalhados pelo interior do Estado, verdadeiros territórios conquistados e “currais eleitorais”. Cada município coligado é dirigido por um coronel aquiescente com a política do Estado, logo, em cada cidade, existirá um aliado.

Podemos entrever essa política como uma forma de terceirizar o poder, de delegar para melhor controlar. Em contrapartida, e como já vimos, o Estado provê financeiramente seus aliados para realizações de obras maiores, assegurando-lhes uma independência no comando, e fechando os olhos para os abusos de poder, os excessos na maneira de proceder, os exageros e a imoderação - características do coronelismo. A legitimação do poder do coronel consiste no compromisso estabelecido entre os chefes governamentais, mantendo consigo uma relação de interdependência. Segundo Leal, a essência do compromisso “coronista” consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe governista (de preferência, o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. O poder central sempre conseguiu impor sua autoridade ao poder local através da dependência econômica. Até o século XIX, o Estado assegurava aos coronéis a manutenção de seu *status* econômico através da concessão de subsídios indiretos, que eram fornecidos durante os períodos mais diversos do mercado internacional e que consistiam, fundamentalmente, na manipulação das taxas de câmbio. No início do século XX, o poder central instaurou um mecanismo de subsídio direto, que se tornou um forte instrumento no processo de subordinação econômica do coronel em relação ao Estado (BURSZTIN, apud SOUZA, 1995).

Em *Cascalho*, no entanto, o poder ostentado pelos coronéis expressa um grande paradoxo. Se, por um lado, ele se apresenta como um sistema dominante, escravista e patriarcal, por outro, revela uma surpreendente vulnerabilidade, uma vez que seu sustento depende de um frágil

sistema rural já decadente, baseado na pobreza ignorante do trabalhador da roça sujeito às turbulências do mercado internacional de matérias-primas, o que foge a qualquer controle. Segundo Leal (1975, p.16), “a debilidade dos fazendeiros só aparenta fortaleza em contraste com a grande massa de gente que vive, mesquinamente, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandado”. O coronelismo constrói seus alicerces, fundamentando-se sobre dois pontos de fraqueza: de um lado, a instabilidade do dono das terras, que se ilude com o prestígio do poder obtido à custa de submissão política, e, por outro, a desesperada e desiludida tibieza dos trabalhadores que arrastam a sua existência miserável nos garimpos ou no trato de suas pequenas, diminutas propriedades. O coronelismo exhibe sinais muito claros de decadência, bem mais expressivos que a ilusória vitalidade e a soberba que ostentam alguns fazendeiros e donos das minas.

Observamos que, tanto em *Cascalho* como em *Além dos marimbus*, nenhum personagem de Herberto Sales faz um discurso - demagógico, politizado ou engajado - contra o “sistema”, como é comum encontrar em outros romances nordestinos. Não encontramos a figura do personagem principal que representa uma liderança em seu meio social e que se constitui em um chefe natural ou uma referência para os demais trabalhadores. O que se observa, na realidade, é uma ausência do “personagem-herói”, a inexistência de um líder que represente sua classe na luta por melhores condições de vida no trabalho, seja no garimpo, no caso de *Cascalho*, ou na exploração da madeira e das terras em *Além dos marimbus*. “Naqueles pequenos grupos sociais nenhum líder é forjado ou aliciado para tentar resolver ou derrubar as estratificadas estruturas sociais de um sistema econômico cruel, miniatura do sistema maior do país” – é o que acentua Assis Brasil (2002, p.21). As figuras de Silvério e de Manuel João – um retirante que deixou a terra natal para tentar ganhar a vida no garimpo em *Cascalho* e um aviltado canoieiro coberto de doenças em *Além dos marimbus* – representam o modelo típico do trabalhador abnegado, metonímia dos pobres sofredores que se curvam sob o peso do sistema, esse monstro desconhecido e pérfido que rege a vida de gerações de homens e suas famílias. Enxergamos, nesses dois exemplos, “[...] toda a dimensão do ser explorado e espoliado pelo sistema, uma vida miúda, sofrida, marcada para sempre pela doença e pela morte num país doente e moribundo” (Cf. BRASIL, 2002, p. 24).

Já se desenha em *Cascalho*, principalmente ao final do relato, o anúncio do declínio do poder econômico dos coronéis. O desgaste dos recursos naturais, onde “já não se encontram diamantes como antigamente”, a crise econômica que derruba as cotações e, ainda, o calote aplicado pelo árabe Mansur são fatores que abalam a estrutura econômica dos coronéis. A decadência gradual do coronelismo no panorama social do Brasil está diretamente ligada à crise financeira que desvaloriza os produtos agrícolas e os minérios, como ilustra tão bem o romancista Herberto Sales em seu *Cascalho*. Sobre o declínio da produção dos diamantes nas Lavras do Paraguaçu, o autor revela:

Sua atual produção diamantífera, no entanto, estava longe de ser aquela que caracterizara os anos das primeiras descobertas. Em outros tempos, não só pela abundância de diamantes, como também pela facilidade de exploração dos garimpos, adquiria todo o vale o prestígio de uma terra prometida” (SALES, *Cascalho*, 1975, p.14).

Concomitante com essa informação, descobrimos que a rentabilidade, apesar de ainda ser lucrativa, também já não seria a mesma de anos atrás:

Era muito dispendiosa a garimpagem no Paraguaçu: só em bananas de dinamite para os broqueamentos se gastavam somas vultosas. E era um tal de apontar brocas todo dia que não havia dinheiro que chegasse.

Ainda assim os resultados ainda eram compensadores:

“Sem dúvida, era o Paraguaçu, para todos os efeitos, o melhor garimpo das lavras” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 15).

A confirmação do anúncio da chegada da crise se dá através de um telegrama enviado desde a Capital pelo irmão do coronel, o major Quelezinho: “[...] suspenda imediatamente compra carbonatos PT Seguirei amanhã”.

O chefe ficara sozinho, entregue à expectativa de negócios cada vez melhores. E agora vinha aquele telegrama! Sentado ali na varanda, o coronel o releu mais uma vez: tudo começava a se desfazer – exatamente como num sonho interrompido. Seco, direto, na sua objetividade de sentença irreversível, o aviso de Quelezinho era prenúncio de uma desgraça de consequências imprevisíveis: a baixa! (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 265).

Nesse momento, compreendendo a dimensão e a gravidade da crise a todos ameaçando, o coronel Germano, que nas semanas anteriores tinha desviado todas as suas atividades para a compra de carbonatos a pedido dos compradores internacionais, percebe que o comércio de diamantes é “[...] um mundo feito de traições, de astúcia e fraude, dentro do qual sua ambição era como que algo ligeiramente cômico” (Cf. SALES, *Cascalho*, 1975, p.265). Nos dias seguintes, o agravamento da crise se confirma, todas as atividades do garimpo são interrompidas e o comércio se retrai. As notícias que vindas de fora não são nada animadoras:

- A situação é gravíssima... Carbonato está completamente sem preço... O coronel que vinha atrás, pareceu não entender:
- Sem preço?
- Sim. Os gringos não querem saber de carbonato por preço nenhum. Pelo menos por enquanto.
- Seu telegrama deu a entender que se tratava de uma baixa ... – disse o coronel [...]
- Bem... a baixa é uma decorrência dessa situação (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 268).

Para completar o quadro da terrível crise que se abatia sobre o garimpo, o coronel descobre que o árabe Mansur aplicara um golpe com falsificações que iria prejudicar a todos. “Ficou enfurnado dentro de casa como um rato – beneficiando o refugio que ele tinha comprado. Transformou, não sei por que processo, os diamantes em balas, e pintou os carbonatos que iria vender depois como extra: na realidade eram torras” (SALES, *Cascalho*, 1975 p. 270). Depois de uma pausa, Quelezinho acrescenta:

Foi a maior bandalheira que eu já vi até hoje! [...] Com essa bandalheira ele desacreditou o comércio das Lavras, prejudicando todos nós. A bala que é o nosso melhor diamante industrial, não está valendo mais nada. E o carbonato igualmente: os gringos não querem nem ouvir falar – tiveram um prejuízo enorme. O ladrão abarrotou a praça de mercadoria falsificada. E nós que aguentamos as consequências da baixa!!! (SALES, *Cascalho*, 1975, p.270).

Depois do golpe, Mansur foge da cidade para a Europa, levando um grande contrabando de brilhantes verdadeiros. Como se podia imaginar, a reação do coronel é violenta:

Contraíu a mão em seguida, como se desejasse fazê-lo sobre a garganta do árabe Mansur.

– E por onde ele anda? – perguntou o coronel.

– Ele azulou no mundo – respondeu Quelezinho. – Ganhou o bastante para se estabelecer no lugar que bem quiser. Ao que consta viajou para a Europa [...] Não sei, acrescentou (SALES, *Cascalho*, 1975, p.270).

A premissa do declínio do coronelismo, na figura do coronel Germano, de seu irmão o major Quelezinho e de toda a sua estrutura de sustentação, acontece em *Cascalho* no final da narrativa, quando os fatores externos citados acima levam a ruína ao garimpo do coronel. Na esteira de um projeto já avalizado pelo Romance de Trinta, tanto Herberto Sales como Jorge Amado, numa fase da produção de seus romances, tratam dessa decadência desde as origens, ascensão, auge e declínio do coronelismo. Jorge Amado mostra na saga da lavoura do cacau, brilhantemente retratada nas narrativas de *Cacau*, *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus e Gabriela*, *cravo e canela*, esta mesma trajetória que alcança *Cascalho*, de Herberto Sales, com consequências irreversíveis para o coronelismo, a saber, a narração desde a origem ao declínio do garimpo, depois de ter passado pela ascensão e pelo auge.

No panorama da ficção brasileira de 30 e, mais especificamente, das temáticas que retratam questões regionais, percebemos que a figura do coronel todo poderoso, colocado acima de qualquer questionamento, começa a sofrer certo desgaste. Ana Rosa Ramos (2011, p. 43) chega a afirmar: “O código moral dos coronéis já era sentido como retrógrado, embora ainda não fosse abertamente desafiado”. Nos romances de Jorge Amado, por exemplo, começamos a vislumbrar um enfraquecimento do modelo tradicional de coronel, uma perda gradual de prestígio, porém inexorável, de sua autoridade e, conseqüentemente, de sua legitimidade. A transformação do modo de vida que, aos poucos, se transfere do mundo rural para o urbano ia deixando obsoleto o modelo tradicional e agora retrógrado dos coronéis do cacau, o que se verifica superlativo em *São Jorge dos Ilhéus*. As mudanças de hábitos e a modernidade impuseram seu novo modelo à sociedade, que se tornou implacável para os que não souberam se adaptar. A mudança de valores, agora espelhados nos exemplos trazidos da Capital pelas novas gerações, desencadeou uma transformação gradativa, porém profunda, nas sociedades tradicionais em que a antiga “[...] sobriedade no viver [...] ia-se perdendo em Ilhéus e em Itabuna

onde começavam os coronéis a comprar e a construir boas moradias, bangalôs e até mesmo palacetes. Eram os filhos, estudantes nas Faculdades da Bahia, quem os obrigavam a abandonar os hábitos frugais“ (AMADO, apud RAMOS, 2007, p. 292).

O mesmo não ocorre nos romances de Herberto Sales *Cascalho* e *Além dos marimbus*, uma vez que a figura do coronel – a despeito da crise – permanece inalterada, um quase estereótipo de sistema feudal, com o seu senhor soberano e todo poderoso comandando com mão de ferro seus súditos. A relação de poder nos romances de Herberto Sales é unilateral, não existindo diálogo ou discussão visando a qualquer consenso. O coronel manda, os jagunços aplicam as regras e são acobertados pela conivência dos delegados e juízes, representantes legais do poder a serviço do clã local, e os trabalhadores obedecem, submetendo-se a um modelo perverso em que não existe a mínima possibilidade de justiça social. Mesmo quando o mineiro é agraciado pela sorte e encontra uma pedra valiosa, ele não consegue transpor a barreira social e ascender na estrutura econômica da sociedade andaraiense. São diversas as razões para esse insucesso, uma delas porque boa parte do ganho do garimpeiro já se encontra corroído pelos preços extorsivos (bem abaixo do real valor) que lhe pagam por sua pedra. O resto do magro ganho, enfim, será dilapidado em poucos dias nos bares da cidade, pagando bebidas aos colegas de trabalho, na companhia de prostitutas. Essa atitude previsível é, aliás, esperada por todos os companheiros das lavras, que aguardam uma nunca desmentida generosidade ilimitada de quem bamburra. Depois de uma noitada num bar da cidade, Neco e Filó caminham pelas ruas na madrugada de Andaraí:

Dentro da madrugada os dois homens andavam em silêncio [...]. Casas fechadas, um latido de cão ao longe, sinais de vômito nas esquinas – a cidade tinha um vago tom encolhido sob as bandeirolas que enfeitavam as ruas.

– Mas rapaz, gastei o dinheiro todo – disse Neco, afinal.

Filó respondeu:

– Vamos tomar uma cachaça pra apontar o dia. Eu ainda tenho uns dois mil-réis no bolso. Depois a gente vai buscar Silvério no Ribimba: o porre de hoje vai ser por conta dele [...].

– Eu gastei foi meu dinheiro todo – insistiu Neco (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 236).

A tensão interna no seio do próprio poder local ocorre quando o jagunço Zé de Peixoto desafia involuntariamente o coronel Germano. Seguindo a temática do jaguncismo e da violência no sertão, e gravitando ainda em torno das questões de poder e subserviência de uma sociedade a pequenos grupos reconhecidos notoriamente como “autoridades”, o personagem Zé de Peixoto desempenha um papel central na trama de Herberto Sales no que tange à construção identitária de um grupo dos excluídos ao qual ele inconscientemente e involuntariamente pertence e que representa tão bem. Desde criança, Zé de Peixoto revelara possuir uma índole violenta. Suas origens determinaram sua trajetória como uma inexorável herança maldita, o ranço de um atavismo que se revelara impossível de se livrar. Seu pai havia sido um “[...] negro valente – o mais valente e afamado jagunço” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 41). Na cidade onde o coronel Germano e seu irmão, o Major Quelezinho, comandam com mão de ferro a polícia e a justiça e onde toda a estrutura social se abate, subserviente, Zé de Peixoto cai nas graças do coronel devido à sua coragem e à sua fúria assassina, muitas vezes demonstrada nos conflitos de que participou: “O negro meteu-se na jagunçada, fez prodígios no Coxó. Não perdia um tiro, cada tiro – uma queda. Começou a contar os homens que derrubava, mas depois perdeu a conta. Quando regressou, famoso e respeitado, teve como prêmio a proteção do chefe” (SALES, *Cascalho*, 1975, p.45). Esses atributos lhe valeram a promoção ao posto de gerente do barracão, uma função que exigia crueldade e frieza. Era imprescindível impor medo e respeito aos garimpeiros para que pudesse extorqui-los sem qualquer tipo de reação. Era necessário fazer-se respeitar infligindo, aos demais trabalhadores, a constante ameaça do terror, do castigo que, por vezes, podia traduzir-se em uma sentença de morte, e tudo isso em função do bom andamento da hierarquia instituída pelo coronel.

A temática do jaguncismo no sertão nordestino é retomada por Herberto Sales através do personagem Zé de Peixoto e suas peripécias nas lavras de Andaraí. O autor retrata o jagunço como produto do meio social no qual evolui, uma vítima, por assim dizer, sem alternativas e que já nasce orientado pelo determinismo de sua condição, produto de seu meio. Zé de Peixoto não tem a opção de trilhar outro caminho que não seja o mesmo do pai: violência e crueldade a serviço de um coronel. Ele não tem consciência da estrutura social e política da qual é vítima. O modelo que se oferece a Zé de Peixoto constitui uma verdadeira alienação que, por falta de

alternativas, coloca-o a serviço da arcaica estrutura que o produziu, tornando-se o braço armado do coronel Germano, a quem o jagunço chama de “padrinho”.

Talvez o jagunço de Herberto Sales se diferencie um pouco dos demais presentes nos romances de 30. Zé de Peixoto não é um camponês expropriado das suas terras pelos coronéis, nem um revoltado contra o sistema que o oprime a ponto de rebelar-se e transformar-se em jagunço. Consoante a impressão de Augusto (2003), Zé de Peixoto se situa em outro campo. Sua falta de consciência da estrutura social e política, sua total alienação e seu gosto pronunciado pela truculência serão os únicos motivos que o colocam a serviço do modelo. É curioso notar que, nesse caso, Zé de Peixoto, agora “consagrado” e sanguinário jagunço, nem ao menos poderá beneficiar-se das circunstâncias atenuantes de ser um indivíduo revoltado, um rebelde que se deixou levar pela raiva ou pelo desespero. A figura do jagunço é tradicionalmente vinculada aos combates contra a polícia, a justiça feita pelas próprias mãos e os saques. Existe uma aura de justiceiro em torno do jagunço, através da qual diversos autores adotaram um discurso de justiça, um tipo de denúncia social, de restabelecimento de uma ordem social mais justa e igualitária. Ainda segundo Augusto (2003), o que se pretendia era evidenciar, através da literatura, que naquelas sociedades tão fechadas e desiguais das famílias tradicionais e seus coronéis, existia, sim, alguma forma de resistência. Voltando à figura de Zé de Peixoto, trata-se de um jagunço atípico, que só alcança o lugar de herói quando, inconscientemente, se insubordina contra o poder absoluto do coronel Germano. Certo dia, num ato inusitado provocado pela embriaguez, Zé de Peixoto contraria o poder do chefe, ao promover um tiroteio no povoado de Passagem, durante a estadia do coronel no garimpo. O jagunço, com sua valentia desmedida, desafia o poder supremo do chefe diante de uma plateia incrédula do que via e ouvia – “hoje não estou respeitando nem meu padrinho” (SALES, *Cascalho*, 1975, p.29). O episódio decide o fim da vida do até então “protegido”. O coronel é o único ali presente que ousa enfrentar o jagunço armado, mesmo estando ele próprio sem arma. O incidente fortalece o mito da valentia tanto de Zé de Peixoto quanto do coronel Germano, que se impõe pela coragem e desarma o negro apenas pela intimidação.

O coronel Germano sentiu o sangue subir-lhe à cabeça. Zé de Peixoto tratava-o por “meu padrinho”. Vendo-se desrespeitado por um jagunço, coisa que pela primeira vez lhe acontecia, perdeu as estribeiras. Afastou aos empurrões os garimpeiros que o cercavam – e avançou num ímpeto de coragem para o negro [...]

– Aprenda a respeitar homem, seu filho da mãe!
E cerrando os punhos no ar:
– Quem está falando sou eu, está ouvindo? Sou eu, cabuleté descarado! (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 29).

O que havia, apenas aparentemente, sido superado, decidiria a sorte do jagunço e isso todos em Andaraí eram conhecedores. Em outros trechos do romance, deparamo-nos com semelhantes impressões de outros trabalhadores, ninguém acreditando que a audácia de Zé de Peixoto em desafiar o coronel ficaria impune. Um velho garimpeiro, conversando no Córrego do Padre, mostrou-se pessimista e disse: “Dessa vez, ele pode encomendar a mortalha” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 50). A sentença premonitória seria precursora do final dramático que aguardava Zé de Peixoto e sempre prenunciada por garimpeiros anônimos. No território do garimpo, as relações de poder entre o coronel e seus jagunços se baseiam no respeito e no medo. Qualquer falta de respeito ou sinal de rebeldia contra o poder instituído devia ser duramente punida. Tratando-se de um jagunço da confiança do coronel, dentre os mais próximos, apadrinhado desde menino, e dos mais temidos pelos garimpeiros, Zé de Peixoto serviria de exemplo para os demais. Um exemplo de como é seriamente castigado aquele que ultrapassar os limites do respeito ao seu coronel. Podemos interpretar o fato de um garimpeiro anônimo ter pronunciado a terrível sentença como um símbolo exemplar de que todos, na realidade, já tinham absoluta certeza do desfecho que estaria por vir: a morte do negro seria apenas uma questão de tempo. A sentença do coronel viria logo após o encontro com um seu subordinado numa encruzilhada:

Na encruzilhada o grupo subdividiu-se [...]. Durante algum tempo, viajaram em silêncio. Mas logo o chefe disse:
– Ó João.
– Senhor.
– Quando ele aparecer lá na fazenda, você pode fazer o serviço. [...]
Para o coronel, a decisão que acabara de tomar tinha muita importância: era preciso fazer respeitar-se (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 40).

Depois de algum tempo, finalmente chegava a confirmação da sentença, ou a encomenda do serviço, como diziam na linguagem das Lavras.

O Dr. Marcolino estava lendo na rede, quando ouviu as duas pancadas vibradas na porta da rua. “Deve ser algum cliente” – pensou. Levantando-se, tomou do candeeiro e encaminhou-se para a escada. Ao abrir a porta, a luz caiu em cheio sobre um homem de chapéu de couro, com um fuzil Máuser na mão.

– Entre – foi dizendo, ao reconhecer João Vaqueiro. [...].

– Que é que veio fazer, João? – perguntou, depois de sentar-se.

O outro homem, com o chapéu de couro pendurado no cano do fuzil, que conservava entre os joelhos, respondeu em voz baixa:

– Vim matar Zé de Peixoto. [...].

– Foi a ordem que o coronel me deu (SALES, *Cascalho*, 1975, p.79).

Para o coronel, a decisão tomada assumia enorme importância: era preciso fazer-se respeitar. Na cidade, Zé de Peixoto já estava começando a ser malvisto pela elite por conta de suas atitudes, demonstrando desejos de se estabelecer no garimpo por conta própria, de não mais trabalhar para os outros. O incidente do desacato ao coronel Germano só fez complicar ainda mais sua situação, pois o fato expôs de alguma forma, certa fragilidade no poder do clã local. O desconforto causado pela atitude intempestiva do jagunço agravou-se com a repercussão fantasiosa do incidente através das conversas dos garimpeiros:

Toda a cidade sabia do incidente com o coronel Germano. A notícia se difundira com rapidez, e cada qual que a transmitia acrescentava, por conta própria, novos detalhes. Algumas pessoas diziam que os tiros tinham sido disparados nos pés do chefe, outras que uma bala passara raspando por uma de suas orelhas [...] Um homem chegou dizer na porta do botequim de Leo:

– Os tiros foram disparados de tão perto, que o capote do coronel ficou sapecado de pólvora (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 49).

Tudo isso favorece a decisão do coronel em se livrar de seu ex-apadrinhado. Implacavelmente, a sentença de morte de Zé de Peixoto seria cumprida, pois já tinha sido decidida pelo coronel Germano, arquitetada pelo Dr. Marcolino e executada pelo delegado Esquivel. Após a emboscada na qual seria morto, a figura do jagunço se converte em herói, conquanto um herói contraditório, longe do estereótipo de benfeitor e justiceiro que, em certas representações, caracteriza o jaguncismo no sertão. Zé de Peixoto torna-se o herói das proezas de valentia cujas histórias são contadas como lendas, circulando entre a gente das lavras de Andaraí.

Sua crônica foi evocada, seus feitos no Coxó lembrados, e também suas arruaças, e não mais se falou de outra coisa naquela noite, em todos os grupos,

em todas as casas... A garimpeirada reunida na sentinela, o negro estava presente na lembrança de todos os habitantes [...]. Todos os pensamentos estavam voltados para ele. A cidade foi sua naquela noite. (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 144).

O poder do coronel Germano e de seu clã, profundamente ancorados na pequena Andaraí e com a ausência quase total de oposição faz o grupo reinar absoluto sobre a cidade. Se, na prática, existe um vácuo no que tange à oposição política contra o coronel, existe, no entanto, um discurso de contestação do poder inscrito na narrativa de Herberto Sales através de seus mais intensos personagens. Entretanto, tal oposição não se situa no plano das divergências causadas pelas disputas eleitorais ou por conflitos de interesses econômicos das famílias dominantes, como historicamente sempre foram os motivos das diásporas nas lavras diamantinas. O conflito se situa no plano ideológico. Os personagens elaboram um discurso de denúncia contra o poder local instituído, mas a ausência de iniciativas concretas que correspondam a essas denúncias, faz com que elas se anulem ou não ofereçam resistência nem repercussões visíveis que possam vir a contrariar os interesses dos poderosos.

Para o coronel Germano, que derrotou seus adversários a tiros, isso nada importa. As divergências, mesmo no plano das ideias, não são toleradas pelo núcleo dominante local que, através da influência e do mando despótico, manipula a sociedade, determinando dessa forma quem é bem-vindo e quem é indesejável. A conversa durante um jantar entre o telegrafista e o promotor a respeito da situação humilhante ilustra bem essa conjuntura:

– Eles não têm interesse na permanência de uma autoridade que não transija com eles – conveio o promotor.

– Não é bem isso – observou o telegrafista. – Não é uma simples questão de transigir, de ser tolerante ou indiferente, que pouca importância eles estão ligando a quem quer que seja. Trata-se de coisa muito pior.

– Eles só se interessam pela permanência das autoridades que compactuem com as bandalheiras por eles cometidas [...] – Em suma, eles não precisam de autoridades, mas sim de cúmplices (SALES, *Cascalho*, 1975, p.157).

Essa oposição fracamente ideologizada se instala mais nos personagens como indivíduos do que na sociedade como um todo. Diante da constatação da impossibilidade de concretizar seus anseios de liberdade e de ascensão à riqueza e ao poder, personagens entram em crise ao se deparar com um ambiente social injusto e demasiadamente manipulado pelas castas dominantes que representam o maior empecilho para a realização das aspirações individuais e coletivas. Em alguns personagens, essa crise tem caráter meramente subjetivo, e, em outros, ela se transforma em impossibilidade objetiva de convivência no ambiente do garimpo. Tanto num caso como em outro, qualquer atitude que pareça insubordinação aos chefes torna adversários estranhos ao universo da civilização garimpeira diamantífera. O Dr. Oscar do Soure, promotor de justiça, e o telegrafista Nascimento, juntamente com o retirante Silvério e o jagunço Zé de Peixoto, compõem um mosaico de personagens através do qual o narrador de *Cascalho* constrói uma estratégia discursiva de denúncia da situação social e política da civilização do garimpo. Esses personagens presentes na vida real da cidade assumem um discurso de contestação ao poder instituído e por isso precisam ser eliminados. Vale salientar que essa contestação é bastante limitada, já que não passa de uma insatisfação pessoal nunca claramente verbalizada.

Se, por um lado, nos citados romances de Jorge Amado, percebe-se o início do declínio da classe dominante local na figura dos coronéis e de seus aliados, que não conseguem fazer seus sucessores ou que, por não evoluírem, se tornam obsoletos, por outro, no decorrer da narrativa de *Cascalho*, existem premissas do declínio iminente do coronelismo, mas declínio travestido de adiamentos ou alterações de perspectivas. A permanência no poder passa imperativamente por uma busca por atualizações na postura daquele que se volta para o progresso. Já no campo oposto, no romance *Cascalho*, alguns permaneceram defasados, alimentando um modelo de poder obsoleto fadado ao declínio e ao fracasso, mas o poderio econômico permanece dando as cartas do poder. Nesse tipo de relação, quem manda é detentor do poderio econômico necessário para manter toda a estrutura de influências e coligações no interior de suas redes de sustentação.

Seu garimpo era o único a comportar na seca um número ilimitado de garimpeiros... Ah, o seu Paraguaçu!... Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes (SALES, *Cascalho*, 1975, p.16).

Pela extensão da temática dos romances de Herberto Sales, observamos que a perda gradual de poder está diretamente vinculada ao declínio dos garimpos e à crise econômica, fatores que influenciam a ordem instaurada. A figura do coronel ainda não se encontra ameaçada. A execução do jagunço Zé de Peixoto, a mando do coronel Germano, é um exemplo representativo desse poder que segue em vigor. Mesmo apadrinhado pelo coronel, o jagunço não será perdoado, uma vez que desafiou a autoridade do chefe. Nem mesmo levando em conta as circunstâncias atenuantes do álcool ingerido e após uma noite de bebedeira, nem mesmo a súplica para ser perdoado, implorando de joelhos. Determinado em manter-se superior no respeito que lhe deviam dedicar, o coronel Germano faz questão de tornar o caso um exemplo para os demais garimpeiros, jagunços e habitantes da cidade.

Sem uma legislação que os protegesse, os trabalhadores, fossem eles rurais ou ligados a outra atividade como o garimpo, por exemplo, mal residiam, por concessão dos coronéis nas fazendas ou nas lavras, e recebiam um ordenado miserável. Em troca disso, aceitavam perfilar-se no "voto de cabresto", elegendo os candidatos escolhidos pelos patrões. Durante a República Velha, a votação não era secreta, o que permitia a constatação do voto pelos membros da mesa eleitoral. Os desobedientes sofreriam desde uma advertência verbal até o castigo físico, além de correrem o risco da perda do emprego e da moradia. Portanto, os trabalhadores, os mais fracos da corrente, nunca exprimiriam o seu real pensamento político, permitindo que se perpetuasse o domínio e o poder dos coronéis e de suas redes de influência e sustentação. Segundo Alberto Torres, em prefácio à obra de LEAL (1975),

[...] a base das nossas organizações partidárias é a politicagem local. Sobre a influência dos conselhos eleitorais das aldeias, ergue-se a pirâmide das coligações transitórias de interesses políticos – mais fracos na segmentação do Estado, dependentes dos estreitos interesses locais: ténue, no governo da União, subordinada ao arbítrio e capricho dos governadores.

O fenômeno do coronelismo na vida política do interior do Brasil não é simples, pois envolve um complexo de características da política municipal. Ele é uma forma peculiar de manifestação do poder privado que, levado ao extremo em certas situações, substitui-se ao poder federativo, constituindo-se dessa forma em um típico fenômeno da história colonial brasileira. Ainda segundo Leal (1975, p. 20), “[...] o coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca

de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores das terras”. Não podemos deixar de entrever esse fenômeno sem traçar paralelos nem estabelecer ligações diretas com nossa estrutura agrária nacional, ou ainda de exploração das minas, notadamente no interior da Bahia, como retratou tão bem Herberto Sales no romance *Cascalho*. Os coronéis, sejam eles proprietários dos garimpos ou donos de fazendas e latifúndios, encontram nessa geografia da miséria a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis no interior da Bahia e do Brasil.

É importante salientar um grande paradoxo nesse “sistema político” que é o coronelismo. Apesar de se constituir em um poder privado e, como destacamos anteriormente, sustentar-se à custa de uma geografia da miséria, explorando a fome, a dependência, o medo e a ignorância de uma legião de trabalhadores excluídos, oprimidos e, de certa forma, coagidos, o poder privado dos coronéis é alimentado pelo poder público. Segundo Leal (1975, p.18), isso se explica justamente “[...] em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável”. O poder dos coronéis e a forte rede de sustentação que perpetua o poder dos clãs, somados à ausência do poder público que, como salientamos, é de certa forma conivente pela sua ausência e também por comodidade, representa um campo fértil para outras práticas insidiosas. São o que Leal chama de “características secundárias do sistema coronelista”, ou seja, o nepotismo, os desmandos, o mandonismo, o favoritismo de aliados, o falseamento do voto e a desorganização estratégica dos serviços públicos para melhor impor a soberania do poder local, entre outras práticas ilícitas recorrentes em todos os “governos” com características coronelistas.

Segundo Basílio de Magalhães (apud LEAL, 1975, nota, p.19), “[...] o vocábulo ‘coronelismo’, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido trasladado aos autênticos ou falsos ‘coronéis’ da extinta Guarda Nacional”. O termo viu seu sentido e seu uso alargados quando o tratamento de “coronel” começou a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político ou simplesmente a todo e qualquer sujeito detentor de poder e fortuna. Ainda hoje, em cidades do interior da Bahia notadamente, o cidadão influente com relevante papel social naquele município,

ou região, se não for “Doutor” pela força de um título acadêmico em medicina ou direito, será provavelmente elevado às honras de “coronel” na boca do povo. Homens poderosos e ricos que ostentavam vaidosamente suas fortunas e seus bens, assumindo o poder e comandando, quase sempre como tiranos e com mão de ferro, os trabalhadores que lhes serviam, assim eram os coronéis.

O Coronel Germano torna-se chefe político em Andaraí ao comandar duzentos homens e alijar a tiros seus adversários eleitorais, assumindo a chefia do município com amplas garantias do governo, cuja política, em relação ao interior, era baseada na lei do mais forte. Dessa forma, assim como Andaraí pertencia ao Coronel Germano, diversas outras cidades da Chapada Diamantina, no início do século XX, pertenciam a um determinado Coronel. Este, por sua vez, executava as funções do Estado de acordo com as conveniências e encarnava em si o poder econômico, jurídico, político e militar. O poderoso Coronel Germano se constitui em uma entidade onipresente que interfere de modo direto na vida da comunidade de Andaraí e seus habitantes. Ele é também uma entidade onisciente e está informado de tudo o que se passa na cidade e nas lavras. Esse poder é ainda mais notável quando sabemos que o Coronel não permanece em Andaraí, administrando a cidade a partir de sua fazenda São Pedro. Seu poder se espalha, em grande parte, à sua rede de apoios e sustentação, rede que se amplia e se estende a seus aliados, informantes e apadrinhados. Esse chefe político é líder incontestado em todas as situações.

Criou-se um imaginário de poder em torno dos coronéis da Chapada Diamantina. Esse imaginário predominou, do ponto de vista histórico, até à Revolução de 30, que pôs fim ao coronelismo do sertão brasileiro enquanto forma de organização política e social. Esse movimento revolucionário, comandado pelas elites urbanas do País, encerrou o ciclo da República Velha. As novas elites ligadas ao poder central do País pretendiam promover mudanças de cunho econômico e democrático que iriam contra os interesses e o poder representado pelos coronéis.

Leal destaca, no entanto, outra faceta da figura do coronel, aquela ligada ao seu empenho pelo progresso de seu município ou distrito. A presença e atuação dos coronéis nas pequenas cidades do interior tiveram, sem dúvida alguma, um aspecto positivo e um papel importante para

a promoção do desenvolvimento nos municípios mais carentes e distantes do poder público da Capital. Segundo Leal, a falta de espírito público, tantas vezes atribuída ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por suas ações para o desenvolvimento de sua cidade, ainda que essas ações não sejam desinteressadas.

É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas ações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1975, p.37).

Fica bastante claro que as ações para o crescimento e desenvolvimento dos municípios e distritos, além do aspecto positivo da melhoria, carregam implícita uma forte conotação demagógica e eleitoreira. A dimensão positiva dessas ações pode, entretanto, ser considerada como um grato efeito colateral se levarmos em conta que a motivação primeira foi a autopromoção do chefe e de seu grupo. Ao coronel atribui-se sempre a crítica de não possuir ideal político. Sua mentalidade restrita confina-se ao município e enfoca prioritariamente os interesses de sua facção, sobrepondo-se aos da pátria, do Estado da terra natal. Outra marcante característica inerente ao perfil identitário do coronel é sua constante busca pela perpetuação no poder. Essa continuidade política à frente dos destinos do lugar pode ocorrer através do reencaminhamento de sua própria candidatura ou, então, ao seu apoio para a eleição de algum aliado pertencente ao clã, geralmente algum apadrinhado político ou membro da própria família. O coronel comanda um lote considerável de “votos de cabresto”. Seu prestígio político, condição natural de quem já se encontra no poder, aliado à sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras, fazendas ou garimpos, transforma-se logicamente em força eleitoral. O coronel sobrepõe-se às instituições sociais, exercendo uma ampla jurisdição sobre seus dependentes. A máquina pública e suas instâncias representativas como a justiça e a polícia, por exemplo, são assimiladas, dominadas e manipuladas em interesse próprio. Por conta disso “[...] se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se

desincumbem com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente podem tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas” (cf. LEAL, 1975, p.23).

O coronel exerce um total domínio sobre os trabalhadores, que precisam, por uma questão de sobrevivência material, extrairdo inexoravelmente das terras alheias a sua subsistência e de suas famílias, seja através do serviço agrícola, seja por meio da extração do produto do garimpo. De qualquer maneira, notamos a clara existência de um binômio geralmente representado pelo senhor da terra, de um lado, e seus dependentes do outro. O trabalhador, quase sempre analfabeto, não tem nenhum acesso à saúde, nem à educação, vivendo em função do que lhe dita o coronel, a quem muitas vezes recorre e se apoia como à figura de um seu benfeitor. Face a esse contexto, um verdadeiro círculo vicioso de miséria alimenta o poder que, por sua vez, cultiva essa mesma miséria em benefício próprio, enquanto o trabalhador, assujeitado e inconsciente de sua verdadeira condição social, não parece vislumbrar condições de uma vida melhor e muito menos sonhar com uma independência cívica, laborando em regime de eterna servidão. Dessa forma, ocorre naturalmente uma estabilização no plano político, social e econômico, só restando alinhar-se ao lado do coronel como única e salutar opção. Assim é que surgem os *votos de cabresto* a que Vitor Leal faz referência. É perfeitamente compreensível que o eleitor obedeça cegamente à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente. Essa legião de párias, sem terras, sem lar, sem justiça e sem direitos é totalmente dependente dos grandes senhores das terras, de modo que, mesmo se tivessem consciência dos seus direitos, o que raramente ocorre, e quisessem exercê-lo, não poderiam, uma vez que “[...] qualquer veleidade de independência da parte desses párias seria punida com a exclusão ou o despejo imediato pelos grandes senhores” (LEAL, 1975, p. 48).

Outro aspecto do domínio do coronel sobre o trabalhador está diretamente ligado às suas pendências financeiras. Nas dívidas contraídas para sua subsistência, o trabalhador se encontra literalmente preso ao seu patrão. Esses débitos, impagáveis, são contraídos para compra de gêneros alimentícios adquiridos nos próprios armazéns do coronel, a preços abusivos. O trabalhador se endivida também com a compra de suas ferramentas de trabalho, o que ressalta ainda mais a dependência e a exploração, quando sabemos que as ferramentas fornecidas são exigências para exercer o ofício na própria terra ou garimpo, cujos donos representam as

imposições determinantes para qualquer um conseguir o emprego. Através desse recurso, o coronel consegue prender o trabalhador antes mesmo que se inicie o seu ofício. O pobre chega para pedir emprego sem ter recurso algum, e muitas vezes com sua família de muitos filhos, sem ter sequer o que comer e dar de comer. Ele sabe que precisa comprar ferramentas e alimentos para sua família e acaba optando por aquela que se apresenta como sua única saída: o barracão⁴ do coronel, mesmo sabendo que o preço cobrado excede de muito o valor real, as mercadorias procedendo quase sempre do roubo e da pilhagem.

O universo dos trabalhadores garimpeiros, recriado por Herberto Sales, evidencia que as relações de trabalho a que são submetidos são pré-capitalistas, sem vínculo de emprego, sem salário definido, sem proteção estatal de qualquer natureza – previdenciária, social, jurídica ou mesmo sindical (AUGUSTO, 2003, p.60).

Os garimpeiros não recebiam salário e só eram remunerados por sua produção, ou seja, dependiam da sorte de encontrar algum diamante para poder receber algum dinheiro. O garimpeiro se submetia, então, a uma dependência quase umbilical com os proprietários das minas, o que compreendia desde o fornecimento de mantimentos, obrigatoriamente comprados nos barracões, à exclusividade de vender os diamantes aos mesmos proprietários por preço bem abaixo do valor de mercado. O exemplo seguinte ilustra o grau de engodo e fraude, sacrificando o trabalhador enganado e coagido no momento de negociar a sua pedra:

O coronel estava na sala, acertando contas com garimpeiros, auxiliado, como de costume, pelo velho Justino.
– Joaquim! – chamou. – Vamos ver sua nota.
O garimpeiro atravessou o grande grupo formado na porta da casa, tirou o chapéu e apresentou-se. [...].
– Quanto deu de peso?
O coronel que já pesara o diamante, tinha-o agora entre os dedos.
– Deu um quilate – informou, diminuindo dois. E depreciando a pedra, para fazer maior lucro, acrescentou: – Mas é um diamante muito ponteadado. Só vale 350\$000.
– Será que o senhor não pode chegar mais uma coisinha, coronel? – insinuou timidamente o garimpeiro.
– Meu preço é um só.
– Então o senhor pode fazer a conta (SALES, *Cascalho*, 1975, p.30).

⁴ Barracão: estabelecimento comercial muito comum nas fazendas, e também no garimpo, pertencente ao fazendeiro ou ao proprietário das minas. No barracão eram fornecido mercadorias e mantimentos para os trabalhadores, geralmente a preços extorsivos, cujo pagamento impunha-se ser feito após a conclusão dos serviços. É um dos mecanismos de efetivo trabalho escravo, uma vez que o trabalhador sempre estará devendo mais ao patrão do que terá a receber por seu trabalho e, enquanto perdurar a dívida, não será permitido o seu afastamento do serviço.

Na hora de negociar o diamante, depois de tanto labor e exploração, o garimpeiro ainda é roubado de forma grosseira, tanto em relação ao peso da pedra, quanto em sua qualidade. Sempre lhe tiravam metade ou mais do peso, além de colocar muitos defeitos para desvalorizar a pedra apresentada. O isento promotor Oscar do Soure, pessoa culta e esclarecida, faz uma dura análise desse comércio numa carta endereçada ao seu procurador:

Você precisa ver como funciona essa máquina de rapinagem e trapaça que é o comércio de pedras preciosas! – escreveu [...].O garimpeiro em resumo é quem paga o pato! [...]. Repito: trata-se de uma máquina de rapinagem e trapaça, a serviço de uma malta de aproveitadores que vivem passando para trás uns aos outros, roubalheira organizada, da qual esse vil politiqueiro Quelezinho é bem um símbolo (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 243).

O pior, além da negociata extorsiva, seriam os descontos referentes à parte do dono, à parte da mina e à conta no barracão. Não raras vezes, o garimpeiro ainda saía devendo dinheiro ao coronel:

– Abatendo os 20% do quinto, da minha parte como dono da serra, ficam duzentos e oitenta mil-reis. Dos duzentos e oitenta, abatendo a metade, da minha parte como fornecedor, ficam cento e quarenta. Seu sócio está aí?

– Está, sim, senhor.

– Alcidão! – apressou-se o velho Justino em chamar.

Imediatamente entrou outro garimpeiro na sala.

– Pois bem – disse o chefe. – Cada um tem direito a 70\$000.

Mas, logo em seguida, abrindo o caderno de papel pardo do barracão, correu o dedo ao longo da página cheia de números alinhados em parcelas, e acrescentou:

– Sua conta no barracão é 160\$000, Joaquim. Quer dizer que, abatendo os setenta de sua parte do diamante, você fica me devendo noventa (SALES, *Cascalho*, 1975, p.30).

Esse sistema de compras feita no barracão das próprias fazendas ou minas era uma prática comum muito semelhante a uma forma de neoescravidão. Os produtos eram vendidos a preços abusivos, muito além do dobro do valor real. Além disso, os donos se aproveitavam da ignorância dos trabalhadores, em muitos casos analfabetos, sem ter (ou entender) o controle das contas e anotações do barracão. Despesas fictícias eram acrescentadas sem qualquer critério, os juros

cobrados quando o trabalhador atrasava o pagamento, ou seja, em todos os casos, uma vez que os alimentos e ferramentas para buscar os diamantes seriam pagos com a produção futura, o trabalhador sempre saía perdendo e sem poder evadir-se de seu lugar de opressão. Todas essas manipulações tinham como objetivo principal tornar a dívida impagável. Mesmo trabalhando sem parar, o garimpeiro nunca conseguiria quitar seus débitos. Um verdadeiro círculo vicioso em que, quanto mais se trabalha, mais se afunda em dívidas junto ao coronel. Como vimos no caso do garimpeiro Joaquim, apesar de bom trabalhador, “um dos melhores”, ele não consegue tirar seu sustento da atividade das lavras. Por consideração ao seu bom rendimento, ele se beneficia de um crédito suplementar, o que, na prática, se torna um desfavor, pois ele não consegue dar cabo de suas dívidas acumuladas, o que o faz questionar o coronel:

- E como há de ser, coronel?... – disse, com hesitação.
- Como há de ser? – retrucou, meio agastado, o chefe.
- Você encheu a barriga, matou sua fome, me deve 90\$000, tem que pagar esse dinheiro.
- Pagar como, patrão?... (SALES, *Cascalho*, 1975, p.32)

Quando as situações de dívidas se tornam insustentáveis, o coronel finalmente chega ao ponto almejado: ter um trabalhador ao seu serviço extraindo diamantes de graça ou, então, cumprirá serviços em regime forçado numa das muitas fazendas:

- Eu não sei como vou lhe pagar, patrão – disse o garimpeiro em voz baixa.
- Você vai me pagar com serviço – respondeu o coronel. – Você e os outros que não têm ferramenta pra garantir os débitos.
- Aqui mesmo ou em Andaraí?
- O coronel fez uma anotação no caderno e respondeu:
- Na fazenda (SALES, *Cascalho*, 1975, p.32).

O coronel Germano, dono das lavras, das minas, dos garimpos, da vida dos trabalhadores e até dos rios, de suas margens e águas, multiplicará os exemplos de dominação arrogante e truculenta, num constante abuso de poder. Era comum, por exemplo, o confisco das ferramentas dos garimpeiros endividados ou daqueles a quem a sorte não havia agraciado. Em um exemplo extremo de desumanidade, o capanga João Vitor é enviado, a mando do coronel Germano, para

cobrar as dívidas da viúva do garimpeiro Raimundo ainda no velório do infeliz: “O chefe mandou dizer pra mandar a ferramenta do finado. Ele morreu devendo ao barracão” (SALES, *Cascalho*, 1975, p 26).

Pelas regras estabelecidas, os coronéis tinham poder de vida e morte sobre os garimpeiros. As relações entre os trabalhadores e os donos das terras ajustavam-se a um contexto de continuidade das heranças sociais da escravidão, nas quais o poder dos coronéis e proprietários das minas e fazendas seria imposto ao conjunto da população, sem que houvesse nenhum processo de negociação, estando os trabalhadores situados numa escala de subalternidade. As únicas exceções ocorreriam para aqueles inscritos no círculo de sustentação do poder local dominante.

Em *Cascalho*, as relações do poder local com o instituído em níveis estadual e federal não fogem ao modelo que se tornou estereótipo: a dominação dos coronéis, o assujeitamento dos trabalhadores, a usurpação e assimilação das estruturas do poder verticalizado em benefício próprio. O universo da pequena cidade de Andaraí representa bem aquilo que podemos chamar de civilização do garimpo. Cidade totalmente dominada pelo coronel Germano e por seu irmão, o major Quelezinho Jardim, nada se faz ou se move sem a permissão dos dois mandachuvas. É curioso notar que em *Cascalho* o universo retratado na ficção está, ao mesmo tempo, inserido na vida nacional e dela excluído, a depender do lugar ocupado pelo indivíduo na hierarquia social extremamente controlada. Do ponto de vista daqueles que detêm o poder local, a comunidade de Andaraí faz parte dos acontecimentos nacionais, enquanto, para aqueles que vivem do duro ofício do garimpo, tal comunidade se encontra na periferia da nação.

Herberto Sales reconstitui, em *Cascalho*, o cenário social de Andaraí, mostrando que os grupos sociais são nitidamente evidentes e distintos na civilização do garimpo. Os personagens do romance são expressões do grupo social a que pertencem, conforme destaca Ívia Alves (1979, p.10):

Elaborando um imenso painel, constituído por grupos, onde os cortes fazem mover a ação, não há personagens principais. Todos os personagens - tipo tipificam a comunidade diamantífera, e vemos o desdobrar da situação da

garimpagem - garimpeiros, bruaqueiros, capangueiros, até o envolvimento dos representantes da justiça pela força política que advém do mesmo grupo manipulador da compra de diamantes. (ALVES, 1979, p.10).

Este grupo manipulador faz parte de uma espécie de casta dirigente da sociedade do garimpo. Seus membros fazem parte de uma estrutura política e social que resiste às mudanças, utilizando-se da violência para manter seus privilégios e colocando esta mesma violência a serviço da repressão aos movimentos sociais de contestação. Para ilustrar a forma como o poder se exerce no garimpo e a que ponto chegavam os abusos e a truculência, basta lembrar que o trabalhador só podia garimpar com autorização dos coronéis e, de qualquer forma e sob-hipótese alguma, por conta própria. O próprio direito de beber a água do rio era condicionado à aquiescência dos chefes, como no seguinte evoluir dialógico:

- Você não pode trabalhar aqui não.
- Por quê?
- Porque não.
- De quem são essas terras?
- Do chefe.
- E as margens do rio?
- Do chefe.
- E o rio?
- Do chefe.
- O homem olhou. O Paraguaçu descrevia lá em baixo uma curva ampla.
- O rio também?
- Sim. O rio e o leito do rio – respondeu o gerente – você aqui, sem ordem do chefe, nem pra beber água (SALES, *Cascalho*, 1975, p.14).

A região do garimpo, apesar de caracterizar-se como um território de passagem para onde os homens são atraídos pela busca da fortuna, reveste-se de um caráter singular em sua cultura. A sociedade do garimpo se encontra num nível de relações pré-capitalistas de produção, em que não se registra uma burguesia típica do capitalismo e nem há trabalho assalariado, que revelem as relações capitalistas de produção, como afirma Marx (1986, p.34): “Sem ele (trabalho assalariado) não há capital, nem há burguesia, nem sociedade burguesa”. Em vez disso, há, na civilização do garimpo, uma classe dirigente, composta dos coronéis e outros proprietários das

terras, à qual se subordinam os diversos grupos sociais, inclusive os garimpeiros e demais trabalhadores. Esse proletariado do qual os garimpeiros são o segmento mais importante, encontra-se numa fase anterior à constituição de classe social, porque não conseguem unir seus interesses enquanto classe, de forma a colocá-los diante da sociedade, como fizeram, na mesma época, os assalariados dos centros urbanos mais desenvolvidos.

A inexistência de uma relação de trabalho assalariado não permite a construção de uma consciência coletiva desses trabalhadores sobre o seu papel na sociedade. O que não quer dizer que eles não tenham consciência da exploração a que são submetidos e contra a qual nada podem fazer.

O poder do Coronel Germano se articula em torno de uma rede de sustentação construída à sua volta. Ele comanda um exército de servidores e mantém também unida, uma estreita relação com o poder estadual que o cauciona. Existem outros personagens no romance, através dos quais o Coronel Germano exerce seu poder sobre os garimpeiros, como, por exemplo, o velho Justino, feitor das minas, ou João Vaqueiro, capataz da fazenda São Pedro. Na esfera policial, os próprios chefes políticos Major Quelezinho e Coronel Germano se colocam no topo da hierarquia militar por conta das patentes a eles concedidas pelo governo, como uma decorrência das posses econômicas da família e como forma de conferir autoridade a esses aliados ou recompensá-los por serviços prestados.

A organização militar em Andaraí e nas lavras mais se assemelha a um sistema repressivo paramilitar que a uma força policial regular. Nesse sistema, o delegado Esquivel é um misto de autoridade e chefe de jagunços. Agindo por conta própria, sem, contudo, contrariar os interesses da elite local, ou agindo expressamente sob ordens dos poderosos, ele executa as funções de perseguir, prender ou matar os desafetos do Coronel. O delegado Esquivel recorre a uma legião de capangas, “[...] jagunços que auxiliavam nas batidas policiais”, para executar Zé de Peixoto, ex-chefe de barracão, que havia desafiado o Coronel Germano.

O poder do Coronel Germano se espalha em círculos concêntricos e se reproduz na intelectualidade local, no simulacro das instituições existentes, na hierarquia religiosa e nas

relações comerciais da cidade. Dessa forma, o fiscal Juventino Joga-Bunda, o coletor Barroso e seu Teotônio, secretário do Conselho da Intendência, funcionam como autoridades responsáveis pelo fisco, extorquindo os pequenos comerciantes e maltratando a já debilitada economia local. O serviço dos Correios, entregue a Benigno Carregosa, toma a si a incumbência e liberdade de manipular e devassar correspondências em benefício do grupo dominante. Na esfera judicial, o juiz da comarca, Dr. Canuto Rufino, deslegitima-se como instância permissiva, indiretamente patrocinando as injustiças e os crimes cometidos, enquanto o tendencioso jornal da cidade, o hebdomadário *A Evolução*, expressa apenas a versão das elites locais.

Toda essa rede de sustentação do poder local na civilização do garimpo é dirigida a partir de um centro articulado pela intelectualidade encarnada na figura do Dr. Marcolino, médico e presidente do Conselho da Intendência. Beneficiando-se de seu grau de instrução superior para ingressar na esfera do poder dominante do município, Marcolino põe-se em evidência diante do Coronel Germano, fazendo com que este lhe tenha solicitado os serviços do saber para ajudar a responder a um telegrama do governador e, desde então, este último ficaria sendo seu “braço direito”.

O amplo guarda-chuva do poder, integrado por feitores, guarda-costas, jagunços, juiz, coletor de impostos, intendente, médico, delegado de polícia, comerciantes, pelo jornal local *A Evolução*, pelo poder judiciário venal e pela igreja omissa serve para reproduzir, na política e nas demais relações sociais, o poder econômico predominante na civilização do garimpo, com base na propriedade da terra e na exploração dos trabalhadores em regime de semiescravidão. O poder se estrutura aqui, mediante reprodução de seus instrumentos pela “rede”, representando esta, na realidade, o poder autoritário concentrado nas mãos do Coronel Germano. O poder coercitivo do Coronel Germano e de sua “rede” é exercido seja através da repressão, seja através da ideologia. Todos os personagens e instâncias integrantes desta “rede” são partidários incondicionais do Coronel. Em contrapartida, a condição de aliado do Coronel confere a seus seguidores uma parcela de poder ou, ao menos, certa influência na sociedade e, de qualquer forma, um tipo de proteção.

Esses grupos, que não chegam a se constituir em classes sociais, estabelecem uma rede de relações entre si. Não obstante a indefinição quanto à conformação de classes sociais, essa rede de relações é bem definida do ponto de vista ideológico ao expressar interesses distintos de explorados e exploradores, com destaque para estes últimos. Os garimpeiros se assemelham à definição do proletariado moderno constante no capitalismo. Podemos falar de uma diversidade de grupos sociais compostos de várias profissões e ofícios, entre os quais se incluem os garimpeiros. Todos esses grupos, que ocupam lugar de dominados, confrontam-se com uma determinada casta de proprietários, que ocupa, por sua vez, o lugar de classe dominante na sociedade do garimpo.

No topo dessa pirâmide social, encontramos os coronéis das Lavras Diamantinas. Desde os primeiros tempos da exploração de diamantes na região, os chefes das principais famílias se transformaram em espécie de vice-reis, reproduzindo na região o mesmo fenômeno que se deu em todo o sertão brasileiro. O jogo de interesses e a busca de prestígio das oligarquias locais se materializavam na disputa pela indicação de representantes para a assembleia e para o senado provincial, mas também objetivava a nomeação dos escassos cargos da reduzida máquina administrativa do Estado, como o coletor, o delegado de polícia, o juiz, o promotor, incluindo até a indicação de correligionários para postos menos influentes como telegrafistas, fiscais de feira, etc.

Em *Além dos marimbus*, são outras e distintas as relações de poder. Logo no princípio do romance, a descrição do início da viagem de Jenner e do guia Ricardo para as matas de Andaraí revelam o principal objeto temático: o protagonista pretende visitar as fazendas da região, caso da São Marcelo, com a intenção de adquiri-la para extrair-lhe a madeira. A expedição é organizada com a clara finalidade de verificar *in loco* a riqueza das matas e o potencial para a exploração na propriedade cobiçada. Após atravessarem o rio com a ajuda do canoeiro Manuel João, decidem aceitar o convite do velho e passam a noite na modesta casa do morador dos marimbus, onde, ao anoitecer, ocorre a cena na qual Jenner ajuda o canoeiro Manuel João a matar uma enorme cobra sucuiuíú, “réptil equivalente às sucuris do Amazonas”.

O canoeiro foi abrindo o caminho no meio dos juncos. Semi-oculto nas sombras, Jenner observava-lhe os movimentos [...]. Foi quando se ouviu um estranho resfolegar. Era uma espécie de fundo e prolongado ronco, vindo de qualquer parte do mato – mas iniludivelmente próximo. Sacando o revólver, Jenner olhou rapidamente em redor [...] uma enorme cobra estava adormecida entre os juncos [...]. Precedido de um clarão, o tiro ecoou dentro da noite. Imediatamente a volumosa rodilha entrou em amplas e elásticas ondulações. (SALES, *Além do marimbus*, 1975, p.22).

O velho Manuel João, que “vivia ali desde que nascera” em condições miseráveis e insalubres, tinha no seu ofício a sua principal ocupação. Seu trabalho se limitava à área de terra ribeirinha, ao rio e à canoa, “como outrora ocorrera com seu pai”. Em meio a essa miserável rotina, que se repetia de geração em geração, o indivíduo é marcado pelo ferro do atavismo, do conformismo e do total assujeitamento ao dono daquelas terras. Fica clara tal submissão, misto de respeito, medo e admiração pelo coronel Moreira, quando, perguntado por Jenner sobre o destino dos restos mortais da sucuiucú, estabelece-se entre eles o seguinte diálogo:

- Você vai esfolar o sucuiucú aqui mesmo ou vai arrastar para o rancho?
- Vou esfolar aqui mesmo – respondeu Manuel João [...]. eu faço o serviço aqui mesmo na beira do rio. Depois de tirado o couro, a mulher e os meninos me ajudam a carregar a banha [...].
- Quantos palmos deve ter?
- Uns trinta.
- Então você vai apurar um bom dinheiro com o couro.
- Não senhor. O couro eu tenho que entregar ao coronel Moreira (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.24).

Tudo que ocorre naquelas terras tem de ser reportado ao coronel Moreira. A submissão, quase canina, obriga o canoeiro a repassar ao dono os eventuais produtos de maior valia que, por ventura, ele venha a caçar ou encontrar. Podemos imaginar que a venda do couro poderia ser sonogada ao coronel, pois quem descobriria naqueles remotos marimbus tal transação? Mais do que o medo de ser descoberto, a força do hábito e a naturalidade na aceitação de que aquela caça pertencia ao coronel pelo fato de ter sido abatida em seus domínios, não deixa nem tal ideia aflorar. Destaca-se aqui também, além da fidelidade e do respeito, a questão da honestidade. São várias as referências nesse sentido, lembrando-nos uma máxima popular segundo a qual o sujeito é “pobre, mas honesto”. A sensação de abuso do poder do coronel sobre os miseráveis indivíduos

que povoam os marimbus se acentua quando descobrimos, através da inocente e natural fala do canoeiro, que a entrega do couro do réptil servirá para cobrir apenas parte do prejuízo ocasionado por ele quando do ataque mortal a um bezerro do dono das terras. Ficam as baixas ocasionadas por ataques ao rebanho sob a responsabilidade de Manuel João.

– Meu maior interesse era no couro – continuou Manuel João. Em Andaraí sempre pagam bom preço. Eu tinha até encomenda de um. Mas tive de entregar o dinheiro ao coronel, mode rebaixar o prejuízo do bezerro (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.29).

Assim como o coronel Germano em *Cascalho*, o coronel Moreira, em *Além dos marimbus* exerce um total domínio sobre os homens, as terras, enfim, sobre tudo que se encontra no seu território. Nas relações de poder instituídas entre os diferentes protagonistas da trama de *Além dos marimbus*, notamos que o coronel Moreira costuma dar as ordens e ser obedecido à risca em suas solicitações. Ele goza, obviamente, de tal prestígio em seus domínios, junto aos seus empregados, mas também em Andaraí, onde seu filho, o prefeito Sandoval Moreira, exerce o mais alto cargo do município. A influência do coronel encontra-se dessa forma perpetuada, escorada sobre as estruturas do poder local, regalia proporcionada pelo cargo eletivo ao seu ocupante e aos demais membros de sua família; em suma, toda a cidade estava à disposição do potentado. Essa posição de superioridade do coronel, que manda e desmanda à sua conveniência, encontra-se tão fortemente ancorada nos hábitos locais que nem o próprio coronel se dá conta do caráter sumário de suas solicitações, tudo ocorrendo de forma natural e espontânea. Quando Jenner e o guia Ricardo chegam à fazenda do coronel, este se encontra ocupado em buscar um funcionário de prenome Laudelino. Surpreende, então, a atitude do coronel, que ordena a Ricardo chamar o empregado:

– Menino...

O outro olhou-o com espanto, estranhando o tratamento.

– Vá chamar Seu Laudelino na casa de farinha.

Depois de cinco anos, aquela ordem direta e sumária vinha restabelecer, entre o antigo empregado e o ex-patrão, um contacto análogo ao de tempos antes: um mandava e o outro tinha que obedecer (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.51).

Apesar de Ricardo não ser mais seu empregado há mais de cinco anos, a ordem do coronel ecoa de forma natural, como se o sujeito, uma vez mandado, sempre mandado seria, só lhe restando obedecer. O que surpreende mais ainda, confirmando a situação de total assujeitamento do indivíduo, é que o próprio Ricardo, apesar de surpreso com a ordem, cumpre-a prontamente e ainda nutre uma espécie de admiração e até de reconhecimento pelo coronel:

Ricardo saiu instintivamente em direção ao local indicado. “Menino”. De qualquer modo, não compreendia o motivo do tratamento paternal que lhe acabara de dar o coronel, no mesmo alpendre de onde, um dia, aos berros, o despedira. Sentia por ele agora uma espécie de tardia gratidão; pensando bem, sua vida podia estar pior, se houvesse continuado a trabalhar na fazenda (Sales, *Além do marimbus*, 1975, p. 51).

Se, em *Cascalho*, a principal oposição ao coronel Germano ocorre através da discreta figura do promotor Dr. Oscar do Soure, em *Além dos marimbus*, quem ocupa o espaço de divergência é a figura do padre Coelho, que enfrenta diretamente o coronel, inclusive em seus interesses financeiros. O padre Coelho é defensor dos interesses da viúva Sinhá Andresa e se revolta quando o gado do coronel invade e destrói a lavoura de milho da viúva. Esse episódio prenuncia os próximos passos do coronel Moreira: depois de invadir a fazenda, ele pretenderá cortar a madeira. Assumindo a defesa da família, o padre, inconformado diante da situação, desabafa: “Aquele cachorro pode fazer o que quiser. Mas lá na roça de vocês, tão certo como Deus existe, ele não há de meter o machado num pau!” (SALES, *Além do marimbus*, 1975, p.60).

No contexto hostil das matas de Andaraí, ambiente quase exclusivamente masculino, a figura da mulher aparece como secundária. Na verdade, são elas as maiores vítimas desse universo desumano, sempre usadas e espoliadas em seus direitos. Temos assim o exemplo de Minervina e de sua filha Maria que, depois da morte do pai, acharam na prostituição o único meio de sobrevivência. Envelhecidas, doentes e desprestigiadas, mãe e filha, únicas opções femininas dos arredores, têm de dar conta de todos os homens do acampamento. No caminho para Andaraí, para onde vai levar seus homens em excursão hebdomadária, o sírio Abubakir dá uma carona a Jenner em seu caminhão e justifica: “Tenho que levar essa turma para descarregar o corpo na cidade! [...]. Aqui na mata, só existem duas raparigas. Uma delas está de pneu arriado, e a outra

anda meio vasqueira⁵. O jeito é essa turma ir de vez em quando a Andaraí para acertar a escrita”. O quadro aparece ainda mais cruel quando descobrimos que foi o próprio Abubakir, aproveitando-se da morte do marido de Minervina, então único representante masculino capaz de manter a honra das mulheres da família, que tirou a moça de casa, deflorou-a e, em seguida, largou-a à própria sorte.

- Você tem visto Maria, Zé menino?
- Ontem mesmo eu vi ela. Veio com a gente no caminhão de Bazarino. Eu até fiquei de dar um dinheiro a ela pra Minervina. Diz que a velha está ruim.
- Eu que não quero mais saber dessas fulanas – interveio Pernambuco. – Maria virou um caco. Nunca vi mulher se acabar tão depressa.
- Isso não é coisa de estranhar – conveio Ananias. – Com tanto homem em cima dela, o resultado só podia ser esse.
- E da mãe dela nem se fala – continuou Pernambuco. – Doente ou sã, ela pra mim não serve mais. Minervina é bananeira que já deu cacho (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.99-100).

Assim postas, as relações de poder em *Cascalho* ocorrem pelo viés do projeto da identidade-legitimante da classe dominante e de suas redes de sustentação ao coronelato cuja manutenção no poder se perpetua dentro de um sistema viciado exercendo o monopólio da produção ideológica “legítima”. Em *Cascalho*, a oposição a esse modelo de poder se apresenta como um esboço do que seria uma identidade-resistência. A simbólica oposição encarnada na pessoa do promotor Oscar do Soure e do telegrafista Nascimento se limita ao plano das insatisfações trocadas mutuamente, em tom de desabafo, e jamais em ações concretas. Destaca-se ainda, como já demonstrado anteriormente, o elevado grau de corrupção das diversas instituições do Estado, infiltradas em sua quase totalidade pelo clã dominante numa clara demonstração de que o projeto legitimante sobrevive através da vasta rede de sustentação que o mantém

⁵ “Meio vasqueira”: meio difícil de encontrar, arredia, esquiva, pessoa retraída ou desconfiada.

CAPÍTULO 3:

CULTURA POPULAR, ORALIDADE, SIMBOLOGIAS E CRENDICES EM CASCALHO E ALÉM DOS MARIMBUS

A tese do romance como gênero oral deriva da concepção bakhtiniana de romance como representação do homem que fala e, conseqüentemente, como produção da imagem de uma linguagem através dos gêneros discursivos e de sua tipologia na prosa. A oralidade que apreendemos na teoria do dialogismo é um fenômeno estético. Embora o modelo oral imediato de onde tenha partido Bakhtin seja o diálogo comunicativo, a expressão literária sobre a qual ele opera teoricamente são as formas representativas dos gêneros do discurso. Quer dizer, a oralidade em Bakhtin é uma forma de representação (MACHADO, 1995, p. 157).

Enquanto nas culturas orais o verso foi paradigma do fenômeno estético e da poesia, Bakhtin entende que, na cultura letrada, a prosa domina a forma discursiva, imprimindo nela outro tipo de fluência, de ritmos e dicções próprios da oralidade. Por mais paradoxal que possa parecer, a matéria-prima do romance, como expressão maior da cultura verbal escrita, é um elemento eminentemente oral. A voz é, em si, um fenômeno plural, ambíguo, metamórfico (Idem, 1995, p. 158).

Ainda segundo Machado, é na instância da oralidade que se desenvolve a noção de diálogo como gênero e, sobretudo, como indicador sensível de correlações transtemporais, capaz de sincronizar avanços e recuos no tempo. Os diversos causos, mitos e lendas encontrados nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*, de Herberto Sales, se enquadram perfeitamente nessa noção de mobilidade espaço-temporal, uma vez que se contextualizam em diferentes momentos – nas experiências do passado ou na profetização do futuro – quebrando desta forma a cronologia lógica do tempo corrido da narrativa. A mesma observação pode ser feita em relação ao espaço. As histórias contadas projetam a narrativa em outros espaços dentro do espaço presente, no entanto, contextualizando-se sempre na região da Chapada Diamantina na Bahia.

O romance é um retrato falado do homem de ideias e não opera apenas com a imagem do homem, mas, sobretudo, com a imagem de sua linguagem, uma imagem formada pela transmissão de constituintes verbais e também pela representação dos discursos sociais, o que confere ao discurso romanesco o caráter de citação e, ao gênero, um caráter significativo. Ainda sobre o romance, Bakhtin afirma: “sempre ouvimos vozes nele” (BAKHTIN, 1988, p. 357).

A teoria do dialogismo de Bakhtin parte do pressuposto de que o romance se constitui de uma matéria verbal falante, que reúne e transforma várias modalidades discursivas que o gênero experimentou ao longo de sua história. Para se captar a dialogia destas formas é necessário entender o romance como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal, descartando totalmente a hipótese da língua única. Percebemos então a importância da oralidade na literatura escrita, expressa através dos diálogos, das histórias e dos causos populares. Essas “inserções” (diálogos, causos, etc.) funcionam como diferentes vozes dentro do romance, ilustrando a característica plurivocal da teoria de Bakhtin.

Existe um relacionamento histórico do romance com gêneros de tradição oral, a exemplo de cantos épicos, lendas, mitos e narrativas proverbiais que a linguagem humana desenvolveu para dar expressão às formas do imaginário. Certas enunciações procuram representar a fala a partir de alguns estereótipos que forjam o coloquialismo da transcrição escrita do diálogo, criando uma representação gráfica estranha não só à escrita como também à dicção da oralidade, tal como ocorre nas transcrições da fala de iletrados, tão comum na chamada literatura de massa e de certo tipo de literatura regionalista: erros, locuções próprias da oralidade, palavrões, vocabulário chulo e brincadeiras de cunho grosseiro, racista ou preconceituoso. A linguagem “tipicamente popular” que encontramos nas falas dos garimpeiros de *Cascalho* e dos pauzeiros de *Além dos marimbus*, por exemplo, ilustra bem essa visão estereotipada da narrativa.

Segundo Idellete Muzart Santos (1999, p.14), o termo “popular” designa o que vem do povo, o que é relativo ao povo, e feito para o povo, trazendo em si, como herança, a complexidade da palavra *povo* que designa, ao mesmo tempo, uma multidão de pessoas, os habitantes de um mesmo país que compõem uma nação e a parte mais pobre desta nação, em oposição com os nobres, ricos e esclarecidos. Em relação ao conceito de tradição popular, a autora salienta que esta

Qualifica produções do povo e sua delimitação, supondo, portanto, uma certa forma de apropriação, no mínimo a nomear e classificar essas produções. O popular designa então um conjunto cultural caracterizado pelas suas condições de produção, de circulação ou consumo (SANTOS, 1999, p. 14).

Os diálogos populares ou causos contados funcionam como vozes que entram “em pessoa” para o discurso do romance, criando a polifonia que tanto fascinou Bakhtin (Cf. MACHADO, 1995, p. 162). Como dissemos, determinados aspectos fônicos da prosa denunciam a orientação para o relato oral da narrativa. Os trocadilhos, os jogos fônicos, a alternância entre o tom sério e o cômico, as injúrias, os comentários jocosos, tudo isso revela que há uma voz narradora que utiliza os vários discursos para dessacralizar o tom sério da prosa de ficção, particularmente o do discurso romanescos da literatura dita realista. Ainda segundo Machado, o “revestimento oral da narrativa” exprime a dinâmica da língua viva participando de forma determinante nos próprios rumos da trama romanescas. Os causos contados nos romances de Herberto Sales ilustram situações reais e interferem de maneira determinante no desenrolar da narrativa, influenciando-a e direcionando-a. A valorização da oralidade não promove apenas a ornamentação do relato, mas elabora o próprio arranjo arquitetônico do enredo.

Outro aspecto importante da oralidade é a sua estreita relação com o riso. O romance aprende a falar uma outra linguagem, incorporando o discurso múltiplo e aberto das formas de riso, como no exemplo seguinte onde uma brincadeira com um trocadilho vulgar provoca as gargalhadas de todos. Para abrir caminho no meio da multidão, um homem passa gritando: “- Cu licença... cu licença... – e a pilhéria provocara gargalhadas. – Vou entregar! – anunciava ele” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 235). As brincadeiras populares quase sempre se contextualizam em cenas do cotidiano e criam uma situação cômica apelando para o recurso do vocabulário chulo com apelo vulgar, ou então das rimas fáceis lembrando o estilo do humor “paillard⁶” dos poemas e canções medievais na França. Em outro exemplo, observamos que a brincadeira se baseia na repetição das duas “sílabas imorais” que constituem a palavra *cuscuz*. Entre os

⁶ Poesia ou música de tradição popular muito difundido na França e de conteúdo obsceno, pornográfico ou escabroso. Em geral os versos ou a letra tem um caráter erótico, por vezes anticlerical e com apologia as festas, as orgias e ao álcool (dictionnaire LAROUSSE, tradução nossa).

tabuleiros da feira da pracinha, Xavier, ao pedir o referido quitute, causa risos brincando:

O estafeta Xavier era espirituoso. Chegou perto de um dos tabuleiros e pediu:

- Me dá \$ 500 destas duas sílabas imorais.

Seu Dudu conhecia a pilhéria. Meteu a faca no cuscuz e embrulhou-o num pedaço de folha de bananeira (Idem, 1975, p. 82).

Nesse outro exemplo, temos a ilustração da importância do papel do riso na narrativa através da utilização de uma rima chula e da exploração de um conteúdo de feitiço pornográfico:

Foi quando no meio da algazarra o homem da harmônica entrou firme na introdução da peça saltitante – eta, trem gostoso! E a voz do barbeiro Vital – gordo e de chapéu de palha – encheu a sala:

Sinha Mariquinha, meu bem-querer,

Suspenda essa saia, que eu quero ver...

Filó chalaceou:

- A rima é outra!

E cantarolou o segundo verso, introduzindo a obscenidade que rimava (Idem, 1975, p. 231-232. Grifo nosso).

O preconceito contra a homossexualidade é outro tema recorrente entre os trabalhadores, tornando-se um dos assuntos mais explorados nas mais diversas brincadeiras e provocações. A classe trabalhadora popular em geral, garimpeiros e pauzeiros fazem questão de afirmar a sua masculinidade e a sua virilidade pautados pelo modelo de sociedade machista nordestina na qual na região a Chapada Diamantina se engloba. Encontramos em *Cascalho* um claro exemplo de brincadeira que se baseia no preconceito contra a homossexualidade. A respeito de um colega que bamburrou, os garimpeiros brincam:

- Foi um bambúrrio muito mal empregado – comentou Filó.

- Pra que é que Zé Cândido quer dinheiro? Não bebe... não trepa...

- Será que ele é bicho-de-blusa mesmo? – duvidou Joaquim Boca-de-Virgem.

- Se a gente fosse botar gongolo em xibungo – disse Filó, confirmando a seu modo a acusação – ele e o tabelião Romualdo não deixavam mais ninguém dormir em Andaraí [...] Alguns garimpeiros riram da extravagante ideia [...]

- Ele não pode ver homem... – esclareceu Neco (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 201).

Os termos “bicho-de-blusa” e “xibungo” se referem, de forma bastante pejorativa e discriminatória, ao colega sobre o qual suspeitam de não gostar de mulher. Em tom difamatório, acrescentam ainda que Zé Candido “não pode ver homem” e que “não trepa”, comentários que inevitavelmente provocam o riso dos demais presentes. Ainda sobre homossexualidade, outra brincadeira provoca gargalhadas entre os frequentadores do bar do Ziu:

O bar estava cheio. Ziu passou o giz na cabeça do taco e disse:

- Já vi que de donzela em Andaraí só vai ficar mesmo o tabelião Romualdo.

Uma gargalhada estrondou na praça, à qual chegavam agora os primeiros garimpeiros naquela tarde de sábado (Idem, 1975, p. 184).

Ocorre em *Cascalho* uma aproximação natural entre o telegrafista Nascimento e o recém-chegado promotor Oscar do Soure. A amizade entre eles motiva encontros mais frequentes, uma vez que compartilham os mesmos ideais políticos e dividem a mesma opinião crítica sobre o clã dominante do coronel Germano. Essa relação de “desabafos recíprocos” envolvendo temas políticos do município serve de munição para os comentários preconceituosos sobre a orientação sexual dos dois homens:

O Promotor indo com frequência ao telégrafo e ele à casa do Promotor, de tal maneira que o Juiz chegou a queixar-se de que o colega “estava sumido”, enquanto os comentários no bilhar de Ziu eram de outra natureza.

- Estão amigados – diziam.

- O que levou o coletor Barroso a duvidar da masculinidade do Dr. Oscar, que ainda não procurara mulher desde que ali chegara, segundo tinha apurado, e que “dos dois era quem devia estar dando” (Idem, 1975, p. 152).

Os comentários preconceituosos também são dirigidos contra as mulheres. Na feira de Andaraí “fervilhando de gente” encontramos um grupo de garimpeiros “em meio ao povaréu”. Devido ao espaço apertado e à grande quantidade de pessoas que se aglomeram no local, o contato físico entre os frequentadores é inevitável. Aproveitando-se dessa situação, alguns homens apalpam as mulheres que passam pelo lugar, provocando a reação de Maria Boca-da-Gruna e as piadas que decorrem da situação:

- Abra uma garrafa aqui pra esta mulher não me aporrinhar mais!

O Preto velho suava na lufa-lufa.

- Não me apalpa não, gente! Protestou Maria Boca-da-Gruna.

- Vá apalpar a bunda da mãe!

- ... doca – acrescentou Filó, recolhendo calmamente a mão.

E rimou ao pé da letra: - Cavalos “véi” que te broca...

Foi uma gargalhada geral (Idem, 1975, p. 86).

Através do recurso do riso, nas expressões literárias é possível reconhecer como os procedimentos orais se imprimem no corpo da prosa romanesca. Além disso, a função do riso, por vezes baseado no grotesco e na miséria alheia, reside em fixar na memória dos ouvintes o relato, caso ou história que acaba de ser enunciado. Essa “fixação” remete às questões fundamentais da memória, que irão permitir que essas narrativas da oralidade não se percam no esquecimento. Destaca-se, dessa forma, outra importante característica da oralidade: a função de cativar o ouvinte para que se institua naturalmente o seu processo de reprodução e de “re-contação”. Assim, a história repetida inúmeras vezes, contada e recontada por outros, se perpetua no tempo, não se perdendo no esquecimento. Afinal, diz Benjamin:

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia [...] Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas (BENJAMIN, 1987, p.205).

Ainda sobre a característica marcante da cultura popular retratada nos romances de Herberto Sales, seguem outros exemplos do uso de expressões da oralidade através do recurso das brincadeiras, das palavras chulas, de situações grotescas ou de expressões que se assemelham a ditados populares. A respeito de um garimpeiro que não respeitou os limites do território onde podia trabalhar, o gerente da mina declara: “Comeu oito dias de cadeia o safado Tomás. Cabra enrolista! Pensa que a serra dos outros é cu-de-mãe-chica!” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 210). Sobre a sorte de um garimpeiro, não pelos diamantes que encontra, mas, por suas conquistas femininas, um colega comenta: “Aliás, ele sempre teve muita sorte pra serviço de caldeirão e bacía. Você se lembra daquelas bocetas que ele descobriu na Passagem?” E seu colega a

responder: “- Eu tenho lá tempo de me lembrar das bocetas de Otacílio Preto!” (Idem, 1975, p. 99). Sobre um garimpo esgotado onde o serviço já não rende mais nada, um trabalhador declara: “Conheço aquele lavrado. Futuro passou por ali e disse ‘Até logo’” (Idem, 1975, p. 194). Encontramos ainda diversas expressões como “O cara é manhoso. É capaz de mamar em onça” (Idem, 1975, p. 188) para expressar a argúcia de um sujeito. Por fim, ainda sobre a esperteza de Zé de Peixoto, descobrimos outras expressões reveladoras: “Aquele negro ensina treita a jegue preto de barriga branca. Cuidado com ele!” E também: “Aquele negro tira leite em veado na carreira. A gente não deve facilitar com ele” (Idem, 1975, p. 134). Todas essas expressões populares, características da cultura da oralidade, contribuem para a verossimilhança dos romances de Herberto Sales, uma vez que retratam a rotina e o dia a dia dos garimpeiros.

Outra forma de humor encontrada na narrativa está relacionada à ignorância dos personagens que se expressam de maneira equivocada, com erros de português ou de concordâncias verbais. O exemplo seguinte ilustra o nome dos remédios “estropiados” pelos clientes da farmácia:

Estavam agora os três diante da porta do escritório de Seu Teotônio, pegado à farmácia, onde o empirismo da freguesia noturna estropiava os nomes dos remédios – do *suf lato de solda* ao *pedamaganato* das lavagens uretrais (Idem, 1975, p. 212).

Em diversas descrições nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus* encontramos elementos que remetem ao grotesco, mutilações e mazelas em geral que se abatem sobre os personagens:

Através do para-brisa, Jenner via os míseros barracos dispersos na clareira e, em volta deles, os restos as mata destruída – cenário de mutilações. Por um instante, tudo aquilo que se entremesclou com a lembrança de Antônio Lino, machadeiro inválido, sem pernas, os tocos de coxas em forquilha; e a imagem daquele homem parcialmente sepulto incorporava-se à visão dos pauzeiros ulcerosos, num ostentar de males e desgraças consociados com a miséria do acampamento (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 97).

Ainda sobre o trabalhador Antônio Lino:

Logo adiante, nos fundos de um barraco, avistaram um homem alinhado entre cavacos de pau. No primeiro momento, Jenner viu-lhe apenas o tronco desnudo, oscilante e elástico, num afanoso

aplicar de braços e mãos talhando um pedaço de madeira. Mas uma surpresa o aguardava quando ele se aproximou: toda aquela musculatura e movimento ia entrouxar-se num remate de molambos, onde se confundiam, mutuamente escassos, uns restos retorcidos de calças e dois tocos de pernas cortadas acima dos joelhos.

- Bom dia, Antônio Lino – disse Abubakir, de passagem.

O aleijado ergueu o formão, e com ele tocou a aba do chapéu de palha ouricuri, numa espécie de continência:

- Bom dia, meu chefe.

Andando sempre, o sírio explicou a Jenner:

- Aquele homem foi o melhor machadeiro que eu tive aqui no corte. Trabalhador de primeira. Mas sofreu um acidente e ficou inutilizado. Foi uma coisa horrível! O meu caro amigo não é capaz de fazer ideia. Um ipê caiu em cima dele, quase mata [...] O médico teve de cortar as duas pernas dele (Idem, 1975, p. 95).

Nesse sentido, o narrador faz circular as vozes não mais diretamente pela boca dos personagens, mas pelo registro escrito, o que não muda o fato de ser uma representação da voz. Na literatura oral, os vestígios da voz e o circuito da enunciação oral continuam a ser determinantes, mesmo quando entram para o universo da escrita. A teoria da enunciação, que Bakhtin formula a partir da metalinguística, considera aspectos de pura oralidade, como a entoação expressiva, o ambiente comunicativo e a presença do interlocutor. Dessa forma, podemos indagar que igualmente oral é o discurso de Herberto Sales na medida em que incorpora, ao longo de toda a sua narrativa, diversos diálogos e relatos de causos e histórias de garimpeiros e pauzeiros. Esses elementos da oralidade tornam-se indispensáveis enquanto significantes da própria trama dos romances aqui estudados. Devemos considerar ainda as múltiplas realizações do discurso polifônico, em que a oralidade se exprime não somente no discurso pronunciado pelos personagens, como também nos discursos do pensamento, em que as formas expressivas do imaginário são manifestações de fala. Esse seria o caso, por exemplo, do retirante Silvério, personagem de *Cascalho* que representa uma das pouquíssimas manifestações de oposição ao poder do coronel Germano, além de encarnar, mesmo de forma discreta e dissimulada, um discurso de denúncia social, uma insatisfação com as condições de trabalho dos garimpeiros e o roubo a que são submetidos – desde as compras dos mantimentos no barracão até a trapaça dos compradores de diamantes no peso, na qualidade e no quinto a que são submetidos. Sobre o recebimento de “vale-compra” do barracão, ao invés de dinheiro, estratégia que os obriga a comprar exclusivamente local e sobre os preços extorsivos praticados nessa venda, Silvério se indigna:

- Você recebeu o seu em dinheiro?
- O meu?
- Sim. O seu fornecimento.
- Não – respondeu Silvério, recebi um vale para o barracão [...]
- Os preços do barracão estão muito alterados acrescentou Silvério. – Você não acha que seja um roubo?
- O barracão?
- Sim. Você não acha que eles estão roubando?
- Nunca fizeram outra coisa – conveio Filó (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 173).

Sobre as contas feitas pelo comprador, negociante de diamantes, que subtrai boa parte do ganho dos garimpeiros, Silvério se surpreende:

As duas somas, enumeradas de maneira tão imprevista, provocaram em Silvério o espanto de uma revelação: pareceram-lhe, no primeiro momento, demasiado vultuosas para alguém se fazer dono delas, o que lhe trouxe uma estanha sensação de revolta.
- O quinto é um roubo... – protestou instintivamente (Idem, 1975, p. 198).

Como vimos nos exemplos acima, as ideias de revolta e de insatisfação do personagem Silvério são quase sempre manifestadas através de seus pensamentos ou através de curtos diálogos nos quais ele expressa a consciência de sua condição social e de sua classe.

Como já afirmamos anteriormente, os diálogos nas narrativas dos romances de Herberto Sales estão marcados, em sua grande maioria, pelos traços característicos da oralidade. As histórias contadas, às vezes reais, outras apenas reais em sua origem, servem de inspiração, e depois são infladas, acrescidas de novos elementos, tornando-se dessa forma uma nova história, fantasiosa e maravilhosa, que passa de geração em geração através da voz ou das vozes que as revelam. Cada contador contribui, à sua maneira, para perpetuar a memória da cultura e da identidade local através da prática de contar histórias que se contextualizam em sua região. Cada contador também vai acrescentando aos poucos novos elementos fantasiosos, de tal forma que, com o passar do tempo, as sucessivas “camadas” estratificadas da história, vão se confundindo e deixando incerto o limiar entre realidade / memória e ficção / imaginação.

A prática de garimpeiros e trabalhadores rurais que se tornam contadores de causos nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus* tem o claro objetivo de repassar os ensinamentos dos mais antigos e transmitir mensagens claras que se assemelham a verdadeiras lições de vida. A experiência dos mais antigos pode ser determinante para a sobrevivência dos novatos face aos perigos da natureza e da própria atividade do garimpo ou da exploração das madeiras de lei nas fazendas do entorno de Andaraí, como veremos mais adiante com o exemplo do martim-pescador, dentre outros.

As narrativas da oralidade em *Cascalho* e *Além dos marimbus* ultrapassam o simples relato de um fato pontual, muitas vezes real, ocorrido em determinado momento no passado e vão servir de pretexto para perpetuar, modificar, acrescentar e criar conseqüentemente novas histórias. É comum na narrativa oral a presença de personagens enigmáticos, assim como a personificação de animais e até mesmo da natureza, onde florestas, matas e rios desempenham um papel de especial relevo.

No exemplo seguinte encontramos uma representação da natureza personificada através da imagem do rio Paraguaçu “pedindo mais vidas” à maneira de alguma entidade monstruosa e sobrenatural que exige sacrifícios humanos. Os detalhes da narrativa destacam a “ronqueira” do rio Paraguaçu “gemendo dentro da noite”. A utilização dos verbos “roncar” e “gerner”, empregados na descrição fantasiosa, reforçam a característica de personificação, uma vez que esse vocabulário remete geralmente aos humanos ou ao mundo animal. A descrição épica da força do rio é ampliada pela simbologia dos contextos, uma vez que ocorre justamente durante o velório do garimpeiro Raimundo, levado mais cedo por uma violenta enxurrada durante a cheia do mesmo rio:

Ouvia-se sua ronqueira de fim de mundo, seu rumor de elemento em fúria [...] Foi quando o velho João Vítor, que se dirigira apressadamente para a capela, começou a tocar o sino. Houve então um estremeamento entre os homens. É que o repentino badalar, despertando em todos eles um vago receio de morte, lhes trouxe à lembrança o afogamento de Raimundo: gemendo dentro da noite, o rio parecia pedir mais vidas (SALES, *Cascalho*, 1975, p.27).

Em outro exemplo, desta vez ilustrando um animal personificado, encontramos em *Cascalho* o relato do caso da cobra-preta. Atribui-se ao réptil uma inteligência

sobrenatural, a ponto de conseguir enganar uma mãe e seu filho. Essa lenda, contada há muito tempo nos garimpos de Andaraí, faz parte do folclore local. Esse causo que se transformou em lenda impressiona ainda os mais crédulos, porém não a Vitalina: “Eu desde menina que ouço contar isso, mas não acredito. Pra mim é abusão do povo” (Idem, 1975, p. 222). Segundo reza a lenda, no meio da noite, uma cobra-preta vem mamar no peito das mães, secando o seu leite e deixando as crianças definharem, sem aparente motivo, até morrerem de fome:

- A cobra-preta mamava nela toda noite. Descia do telhado, subia na cama e começava a mamar. Ela então não via nada: estava dormindo. Sentia a chuchada no peito, mas pensava que era o menino que estivesse mamando.

- E o menino não chorava?

- Não. A cobra botava o rabo na boca dele e ele ficava pensando que era o bico do peito.

- Você acredita nisso?

- Não sei. Só sei dizer é que o menino foi definhando, definhando, até ficar que nem um cipó. Acabou morrendo de fome: a cobra secava o peito da mãe do pobrezinho toda noite (Idem, 1975, p.222).

Nota-se que o réptil, sempre à noite, durante o sono da mãe e da criança, vem mamar sornateiramente. O estratagema engana de fato a criança, uma vez que a cobra simula com a ponta de seu rabo o bico do peito da mãe. O menino desnutrido, magro “que nem um cipó” acaba morrendo de fome. Esse artifício noturno, arquitetado e repetido todas as noites, confere ao animal uma dimensão de inteligência sobrenatural, remetendo a um tipo de entidade maléfica, característica dos personagens maus das lendas e do folclore.

Esses relatos trazem à tona traços e resquícios da memória coletiva de um povo e de sua identidade, cunhados como uma impressão indelével de seu universo cultural, porém permeados de elementos do imaginário e de interferências semeadas ao longo do tempo e dos diferentes contadores. Esses causos, contados por vozes de homens e mulheres simples, garimpeiros, lavradores, canoieiros, prostitutas, curandeiras etc., são frequentemente revestidos de uma dimensão mítica e se assemelham às lendas. Os narradores da oralidade contam seus causos com a mesma habilidade e desenvoltura que demonstram no manejo de suas enxadas, machados ou bateias. Essa espontaneidade inata confere uma dimensão de simplicidade, pautada, todavia pela sabedoria popular,

de tal maneira que todos param suas respectivas atividades, formando uma pequena plateia para escutar um “bom caso”. Esses momentos criam um ambiente peculiar que justifica uma atenção exclusiva e se revelam excelentes como descontração e para distensionar os trabalhadores de sua saga opressiva. As pequenas reuniões improvisadas podem durar apenas alguns minutos e agregam, no entanto, os ouvintes em torno do orador, catalisando nele as atenções de todos, lembrando, de alguma forma, os *griots*⁷ africanos descritos por Aimé Césaire.

Essas histórias, verdadeiras narrativas populares fruto da oralidade, são repetidas constantemente ao longo do tempo, de boca em boca e de geração em geração. Forma-se então um tecido cuja trama, ao longo dos anos, foi sendo acrescida pela contribuição pessoal dos múltiplos contadores, inibindo de tal forma o seu esquecimento. A oralidade representa um vetor de comunicação e as narrativas orais constituem uma ferramenta, inerente a uma determinada sociedade, para transmitir os seus valores, a sua cultura e a sua identidade como forma de perpetuá-los.

Cascudo (1978, p. 53) afirma, a respeito dos mitos e das lendas, que são narrativas de seres fabulosos, testemunhados pelas pessoas, no passado e no tempo presente. As lendas representam outro gênero da literatura e são, como nos romances de Herberto Sales, características da cultura popular, assim como da cultura da oralidade. As lendas diferem dos mitos por sua particularidade em descrever elementos locais/regionais que, quase sempre, descrevem e/ou explicam um costume, servindo, por exemplo, de lição de vida. Os mitos, por sua vez, têm um caráter universal e estão presentes em diversas culturas, mesmo que adaptados, revisitados ou reinventados pelos diversos autores/contadores ao longo do tempo.

Ainda segundo Cascudo (Idem, 1978, p. 53) a lenda é um elemento de fixação inconsciente determinado por um valor local. Iguais em várias partes do mundo, as lendas se perpetuam, semelhantes há séculos, diferindo apenas em pequenos detalhes ou adaptações conforme a época, a cultura e a crença de seus múltiplos enunciadoreis. Por se inspirar muitas vezes em fatos reais, ainda que aumentados, acrescidos e

⁷ O *Griot* em tradições orais de vários povos africanos é um dos símbolos representativos dos narradores, dos que contam causos, cantam décimas, os sábios, avós, mães, todos personagens cênicos, ou não, que, em muitas sociedades, são depositários de histórias, de testemunhos ou das tradições que contam.

transformados, e por se contextualizar em geral na própria região ou nos seus arredores, as lendas e causos aportam preciosos elementos culturais. Todavia, e apesar de seu incontestável valor documental, as lendas não podem ser apreendidas enquanto documento histórico, uma vez que não existem elementos concretos que garantam a sua verossimilhança. Muito pelo contrário, as lendas, em sua essência, desenvolvem uma dimensão fantasiosa e maravilhosa, com seres sobrenaturais, acontecimentos misteriosos e inexplicáveis. O seu valor documental repousa no fato de que, através das lendas, uma região e seu povo resgatam de alguma forma o seu passado.

Tanto os mitos quanto as lendas podem ser classificados como narrativas míticas que se propõem a explicar a origem ou a razão de um fenômeno. Lenda e mito tendem então a se confundir, salientando dessa forma a dificuldade existente em traçar com clareza uma fronteira definida entre eles. Ambos os conceitos se aplicam às narrativas de cunho popular, cuja origem tem a oralidade como denominador comum, além da característica de serem repassadas de geração em geração. Essas narrativas são o produto da memória coletiva de um povo, de sua cultura e sua identidade. Material maleável e versátil, essas narrativas se modificam e se adaptam aos espaços dos rios, das matas, dos personagens humanos e animais pelos quais transitam e se contextualizam.

Por ser mais acessível, a linguagem popular, cuja identidade se assemelha à de uma extraordinária maioria permite democratizar a sua compreensão. Elementos que remetem ao riso, ao grotesco e a elementos místicos facilitam a apropriação da mensagem pelo receptor. Dessa forma, asseguramos a necessária comunhão do indivíduo com a natureza a fim de prover a sua sobrevivência, ilustrada por causos contados por personagens mais experientes. Nos romances de Herberto Sales a relação do homem com a natureza é muito estreita. A floresta, o rio e os pântanos em *Além dos marimbus*, assim como as lavras e garimpos de *Cascalho*, formam o cenário da convivência entre o homem, a natureza e os animais. Esse constante diálogo entre o humano e o natural está fortemente relacionado com os mitos, lendas e credices que conferem uma dimensão por vezes encantada e sobrenatural, como nos exemplos da história do martim-pescador ou ainda da cobra sucuiuíú, respectivamente em *Cascalho* e *Além dos marimbus*.

Ainda na esfera do “maravilhoso” e no universo do “encantado”, encontramos em *Cascalho* a lenda do martim-pescador, pequeno pássaro que vive às margens dos rios e que, ao passo que alerta os nativos prevenindo-os quanto às cheias dos rios, também se põe a contemplar os estragos das enchentes, reprovando os desavisados, “barrigas verdes” que não souberam interpretar seus sinais:

A semana passada eu estava sentado na beira da lapa, quando vi uma nuvem amarela subindo no céu, bem na direção da cara. Fiquei olhando, olhando, e nisto eu vi um martim-pescador descendo rio abaixo cantando. Depois ele voltou, sentou num pé de gameleira e continuou a cantar. Deixe lá que eu estou olhando. Pois bem. Quando eu menos esperei, ele tornou a voar e subiu o rio toda a vida, cantando sempre.

O mais velho dos quatro garimpeiros, que já era um homem de barbas brancas, interrompeu a conversa.

- Então você viu o martim-pescador e não avisou a ninguém? – disse, num tom de reprovação.

- Eu avisei a todos os companheiros que estavam na toca de Deraldo de Seu Lélis – justificou o outro. – Mas eles não acreditaram.

- São uns curaus mesmo! – resmungou o velho.

E soltando uma longa baforada, sentenciou:

- Quando o martim-pescador sobe o rio, é pra abrir a boca do tanque (SALES, *Cascalho*, 1975, p.20).

Em suas longínquas lembranças do tempo em que ainda era um jovem e inexperiente noviço no garimpo, ainda um simples “curau”, o velho garimpeiro de barbas brancas também se refere à sua experiência pessoal e introduz novos elementos sobre a lenda do martim-pescador, confirmando a sua existência de forma detalhada:

Lembrava-se, agora, da primeira vez que trabalhou de meia-praça no Paraguaçu. Era ainda um rapaz... Viera de Palmeiras fazia quinze dias apenas, e embora fosse lavrista, tendo nascido e se criado naquela cidade, não tinha até então cateado em leito de rio. “Será que vem enchente pra nos tomar a cata?” – perguntara ao sócio [...] “Pode vir e não vir” – respondera-lhe o outro [...] Então um companheiro de toca lhe respondera: “Você está bancando o curau?” – E explicara: “É só assuntar quando o martim-pescador sobe o rio, rapaz. Primeiro ele desce para ir buscar a companheira, depois volta e vai abrir a boca do tanque. Quando desce de novo, já é com a cheia encostada. Fica então cantando nas gameleiras: “Este ano não tira mais! Não tira mais cascalho! Este ano não tira mais!” Portanto, fique prevenido: quando ele subir o rio pela segunda vez – é avexar o pau dia e noite, porque a enchente é certa” (SALES, *Cascalho*, 1975, p.21).

È curioso notar como, na representação do pássaro que “abre a boca do tanque”, existe uma personificação do animal alçado à condição de entidade sobrenatural. De fato, depois de aberta “a boca do tanque”, inevitavelmente chega a devastadora

enchente, enquanto o pássaro, pousado nas gameleiras, parece contemplar os estragos. À maneira de outras entidades do folclore brasileiro como, por exemplo, o Saci-Pererê, parece existir certa crueldade por trás dessas traquinagens: “Este ano não tira mais! Não tira mais cascalho!” Essas expressões repetidas de forma recorrente se assemelham a uma provocação, uma chacota desferida contra os garimpeiros, podendo, já no campo das interpretações, servir de aviso para os novatos: a natureza é soberana. Diante das atividades extrativistas, em especial do garimpo, causador de enormes danos ambientais, podemos imaginar que essas lendas devem reestabelecer certo respeito pela natureza, instilando o medo e a intimidação, personificando o ambiente e atribuindo-lhe poderes sobrenaturais.

Como se visando a confirmar e atribuir maior veracidade à lenda, a chegada do martim-pescador, praticamente uma maldição para os garimpeiros, vem profetizar a falta de sorte por um longo período na busca pelos diamantes. Nela encontramos um exemplo de insucesso que pode perdurar uma década inteira:

Essa lenda tinha para ele a expressão de uma advertência permanente: depois de haver fracassado no seu primeiro cateamento no Paraguaçu, quando em toda a frente se pegava diamante, passara dez anos infusado (SALES, *Cascalho*, 1975, p.21).

Em *Além dos marimbus*, é exemplar o relato da história da cobra sucuiuíú. O caso notável é provavelmente baseado em fatos reais, uma vez que os pântanos, florestas e marimbus dos arredores de Andaraí constituem o habitat perfeito para esses répteis. No decorrer da narrativa, no entanto, certos elementos revestem-se de uma dimensão fantasiosa, atribuindo, por exemplo, sentimentos e inteligência ao animal, num processo que se assemelha à personificação. O caso, contado por habitantes locais que, por sua vez, o ouviram de terceiros, confere à cena características de lenda. A origem é da mesma fonte, que se perde em imprecisões como para justificar uma eventual ausência de comprovação:

O canoeiro guardou novamente o fumo e aceitou o cigarro.
- O gado costuma ser atacado? – perguntou Jenner.
- É muito difícil... – respondeu Manuel João, afofando o cigarro com a ponta dos dedos [...]
- Não se pode facilitar com sucuiuíú.
E entrando em explicações:

- Eu mesmo nunca vi. Mas outros vaqueiros viram e me contaram (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 29).

A imprecisão quanto à fonte – “viram e me contaram” – e a expressão “eu mesmo nunca vi” eximem o contador do caso quanto à sua origem e veracidade, uma das muitas características peculiares das histórias populares oriundas da oralidade. Os ouvintes acreditam piamente nas histórias sem se preocupar com a sua procedência e fidedignidade. Podemos imaginar que, ao longo dos anos, de contador em contador, novos detalhes são acrescentados ao caso conforme a inspiração e criatividade de quem o narra, o que também constitui um dos traços característicos da cultura oral.

A cena do sucuiuí e do boi expõe toda a técnica apurada no ataque e demonstra, através do seu *modus operandi*, que o réptil é dotado de “inteligência” para lograr êxito em sua operação de caça:

Dizem que quando ele ataca um boi é um pega-para-capar danado. Primeiro, ele enrola o rabo num pau bem forte, num amargoso, num bastião-de-arruda, e depois dá o bote. Quando o boi vê aquele trem agarrado nele, mete os tampos por dentro da mata, como de coisa que estivesse correndo na ponta de um laço. E o sucuiuí vai dando linha, dando linha, até se desenrolar todo. Fica esticado no ar feito uma corda. De repente ele escora o boi – e não adianta o boi fazer finca-pé: acaba caindo nos quartos. Aí o sucuiuí desata o laço dado no pau, e num instante se enlinha todo no boi, e vai quebrando os ossos dele (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 29).

Certos detalhes, quase cômicos, têm como função prender a atenção de quem ouve a história. A serpente, demasiadamente longa, chega ao ponto de atar a extremidade de seu rabo numa árvore, laçar o boi para, em seguida, se desenrolar toda à maneira de uma corda e ficar toda “esticada no ar”. Esses detalhes fantasiosos conferem à história uma dimensão encantada, quase sobrenatural, elevando o sucuiuí ao patamar de entidade misteriosa, temida e respeitada por todos. Notemos que outros elementos servem para ancorar a história à realidade e funcionam como referenciais concretos para legitimar o caso. É o que, por exemplo, acontece quando da utilização de nomes de árvores da região, conhecidos por todos os habitantes como o “amargoso” ou o “bastião-de-arruda”. Nesse sentido, a contextualização da cena também vem corroborar a história, pois ela ocorre nos marimbus vizinhos, o que deixa pairar, de forma

implícita, a impressão de que qualquer um pode encontrar um sucuiuíú nos pântanos dos arredores de Andaraí.

O trecho do romance *Além dos marimbus* em que Jenner, Ricardo e o velho canoeiro Manuel João se deparam com um sucuiuíú é notável. Diversos recursos narrativos são empregados para conferir à cena uma dimensão simbólica, criando, através de descrições detalhadas, um clima tenso e de suspense:

O canoeiro foi abrindo caminho no meio dos juncos. Semi-oculto nas sombras, Jenner observava-lhe os movimentos. Via-o avançar de varão no ombro, explorando atentamente o local. Foi quando se ouviu um estranho resfolegar. Era uma espécie de fundo e prolongado ronco, vindo de qualquer parte do mato – mas iniludivelmente próximo. Sacando o revólver, Jenner olhou rapidamente em redor, num ímpeto de assenhorear-se da situação. Mas tudo o que viu era o que tinha visto antes: as árvores envoltas nas sombras e, dentro do pântano, o canoeiro e a mulher (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.22).

Notemos que os movimentos lentos e em local de difícil acesso ampliam a sensação de desconforto e perigo: “abrindo caminho no meio dos juncos”. Os sons misteriosos, que remetem ao sentido da audição, amplificam a tensão da cena descrita: “se ouviu um estranho resfolegar”. A origem desconhecida desses sons e sua difícil localização contribuem para a dramaticidade do quadro: “vindo de qualquer parte do mato”, mas o seguinte detalhe mantém a tensão em seu ápice, descrevendo o perigo como estando perto e iminente: “iniludivelmente próximo”. Ainda sobre o uso do sentido que remete à audição, descreve-se uma “espécie de fundo e prolongado ronco” que se assemelha, no imaginário popular, ao som emitido por alguma criatura ameaçadora e sobrenatural. Por fim, e agora em relação ao sentido da visão, tudo parece confuso aos olhos desses homens, aumentando a carga dramática do enredo. Expressões como “semi-oculto nas sombras”, “viu [...] o que tinha visto antes” e “sombras”, somadas aos demais recursos narrativos já citados, alimentam o clima de tensão e suspense, contribuindo para a criação de uma cena de características sobrenaturais. Finalmente os homens conseguem matar o sucuiuíú após Jenner desferir diversos tiros contra o réptil descrito como “volumosa rodilha” que “entrou em amplas e elásticas ondulações”. Depois da morte da gigantesca serpente, que “desenovelou-se de súbito e, num derradeiro assomo, esboçou no ar as sinuosidades fatais do bote, num longo e

agressivo S”, as características que remetem ao olfato completam o quadro dos sentidos estimulados nos protagonistas:

O silêncio recaiu de chofre, como algo que viesse restabelecer uma ordem de coisas insolitamente perturbada. O almíscar do bicho, as emanações do pântano, o cheiro de pólvora, tudo se fundia na mata escura, integrava-se numa realidade poderosa – a noite devolvida à incomensurabilidade de sua mudez (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 23).

As lendas e os mitos, sejam eles baseados ou não em fatos reais, tornam-se instrumentos que permitem transmitir não apenas experiências, mas, sobretudo, o conjunto de valores de um povo enquanto parte constituinte de sua identidade cultural. Os provérbios, as expressões populares, ditados, orações, cantigas, histórias e causos se destacam por constituírem um gênero oral. Eles representam a tradição, e como tal, preservam traços específicos próprios desta mesma tradição. A literatura oral, portanto, além de transmitir o conhecimento das gerações mais antigas e consolidar a identidade cultural de um povo, se apresenta também enquanto estilo ou escola literária.

3.1 Dimensão épica, credices, simpatias e superstições

Na abertura do romance *Cascalho* a representação da força épica da natureza se traveste na forma descritiva da chuva torrencial, que destrói as margens do rio Paraguaçu e inunda o serviço dos garimpeiros, causando-lhes enorme prejuízo:

Do céu escuro, com a armação que houve de uma hora para outra, as águas caíram de uma vez nas cabeceiras distantes. E inundando talhados, catas e grunas, carregaram pela noite adentro os paióis de cascalho. No povoado da Passagem, à margem do Rio Paraguaçu agora de monte a monte, rajadas de vento cortavam de alto a baixo as ruas ermas, quando os garimpeiros, em lúgubre vozerio, irromperam pela praça alagada com enxurradas descendo para o areão. Vinham encharcados de chuva, transportando como destroços suas bateias, seus carumbés, suas enxadas, seus frincheiros, suas alavancas, seus ralos, suas brocas – suas ferramentas de trabalho, no ombro e na cabeça (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 13).

A dramaticidade da cena é reforçada por detalhes que a tornam ainda mais realista como, por exemplo, durante a descrição da chegada dos miseráveis garimpeiros

numa espécie de “procissão”, quando os imaginamos andando alinhados e cabisbaixos após perder o pouco que tinham “transportando como destroços suas bateias [...] no ombro e na cabeça”. Eles regressam para a cidade como em uma marcha fúnebre, “lúgubre vozerio”. Notamos que, em meio ao silêncio desolador da cena, o único rumor que parece se destacar é o do barulho da chuva e do vento – “rajadas [...] cortavam de alto a baixo as ruas ermas” – e, principalmente, dos murmúrios que apenas traduzem lamentações ou gemidos. Expressões como “céu escuro”, “ruas ermas”, “encharcados de chuva” e “destroços” contribuem sobremaneira para catalisar a dramaticidade da cena. O narrador menciona ainda que os homens “irromperam pela praça alagada com enxurradas descendo para o areão”. Simbolicamente, os garimpeiros parecem descer na mesma direção da enxurrada, como se estivessem também sendo carregados por ela.

A força das águas impõe aos garimpeiros, além do prejuízo material, a perda de um companheiro de trabalho, colhido pela enxurrada e morto afogado: “O velho Justino explicaria ao patrão que os garimpeiros traziam o corpo do companheiro que morreria afogado – o Raimundo, aquele frente – na correnteza de uma cabeça-d’água”. A notícia da morte do trabalhador é recebida pelo coronel e, de certa forma, também pelos colegas, de forma bastante fria e natural: “O coronel recebeu a notícia com a maior naturalidade: é que, à força de ali se repetirem, os acidentes acabavam por tirar à morte qualquer sentido de surpresa”. Ocorre então uma banalização da morte devido às condições adversas do garimpo. Os acidentes fatais, além de frequentes, tornam a morte uma parceira constante, zelosa companheira dos miseráveis trabalhadores que povoam as lavras de Andaraí. Se o coronel Germano se mostra insensível diante da notícia da morte de Raimundo, ele é tomado de uma angústia particular frente a essa “massa de trabalhadores destroçados”, o que evidencia o seu próprio infortúnio. Se os garimpeiros perderam tudo na enxurrada, logo ele não receberá a (maior) parte que lhe era devida. A constatação do prejuízo financeiro, ainda que calculado, o exaspera e a imagem desses homens o leva a expulsá-los de seu escritório:

Fez então um movimento brusco e ordenou sumariamente ao velho Justino:

- Despache estes homens agora mesmo.
Depois voltou as costas. E bateu a porta com força. Eliminava assim a presença exacerbadora daquela multidão arruinada (SALES, *Cascalho*, 1975, p.14).

Acostumado a controlar com mão de ferro tudo que se passasse em suas terras e garimpos, o coronel Germano revela uma total impotência, frustração, vulnerabilidade e temor frente a eventos da natureza. Afloram então a sua credence e as suas superstições. Mas, apesar de inconformado com os prejuízos, o coronel demonstra um misto de respeito e medo diante das “forças ocultas” que ele considera “sobrenaturais”:

Lá fora, a chuva caía torrencialmente, e a cada trovão ele sentia estremecer seu fundo supersticioso. Oh, a chuva!... Desabara de uma vez, como um castigo. Era preciso queimar palha benta, rezar para Santa Bárbara. Por que viera ela a surpreender a garimpagem justamente na fase mais importante? Deus do Céu! Só podia ser mesmo maldição... Aquela maldição das cheias inesperadas que pesava sobre o seu garimpo. Exemplos de outras mais antigas, ocorridas no tempo do Cel. Joca de Carvalho vinham fortalecer suas credences: o rio era, de fato, o único “dono” daquelas paragens. Havia como que um poder sobrenatural, uma força oculta pairando em tudo aquilo. Lembrava-se, agora, do que lhe tinham contado na infância: “O Paraguaçu era encantado...” E sentiu-se diluído numa espessa e acabrunhadora calma fatalista (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 19).

Expressões como “estremecer seu fundo supersticioso” – quando ouvido o trovão – e “força oculta”, que pairam sobre tudo aquilo, bem como o uso recorrente de palavras cujo campo semântico se refere a “castigo” ou “maldição”, reforçam o traço supersticioso do coronel Germano. É curioso notar que tais características contrastam com a forte personalidade do coronel, homem destemido e cruel, e demasiado fraco e pusilânime ante forças paradoxais. Diante da natureza e dos acontecimentos (sobre)naturais – “O Paraguaçu era encantado” –, revela-se a face frágil e vulnerável do coronel Germano, confirmada quando, simbolicamente, ele regressa para sua condição de debilidade através das lembranças da infância: “Lembrava-se, agora, do que lhe tinham contado na infância”.

Existe uma clara relação de respeito em face da natureza e de sua dimensão épica e simbólica. Esse devotado respeito para com a mãe natureza, seja ela representada pelos rios ou pelas florestas, remete à força de um organismo maior diante do qual devem se curvar todos os indivíduos para não despertar a fúria dos elementos. O exemplo seguinte ilustra bem essa relação respeitosa no caso paradoxal do madeireiro João Camilo, que se recusa a cortar “madeiras vivas”:

Contudo, ao abordar o assunto da compra de madeiras, foi com um espanto sincero, enternecido de respeito, que ouviu João Camilo dizer:

- Eu não posso assumir o compromisso de fornecer madeiras a vosmecê. As árvores têm vida, como um ser humano. Vosmecê me desculpe, mas, para mim, cortar uma árvore é como se fosse um crime.

E desviando os olhos para a janela aberta e mergulhando-os na escuridão:

- Eu só posso vender a vosmecê as árvores mortas. São as únicas que eu corto aqui na Sapucaia. Essas eu poderei negociar com vosmecê. Vamos esperar. Deixemos que as árvores morram primeiro (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 89).

De acordo com Todorov (2006, p. 20-21), a narrativa de causos está estreitamente vinculada à história e à sucessão de acontecimentos, que se ligam na relação passado x presente x futuro. Para ele, a narrativa é história e discurso. História porque remete a uma realidade, a acontecimentos que teriam de fato ocorridos, a personagens que se confundem com os da vida real. E, ao mesmo tempo, é discurso, pois se concentra em um narrador, que relata a história e, diante dele, um leitor ou ouvinte que a percebe. Nesse nível de representação, não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos faz conhecê-los. A narrativa estrutural molda a forma de ver o mundo, ou seja, é a história que recria a realidade. Todorov destaca o fato de que, na narrativa, o momento presente não será aquele em que os fatos narrados aconteceram, mas se refere a um tempo passado, um tempo que relata fatos guardados na memória. Conforme Zumthor (1993, p. 47), a memória possui uma dupla função: coletivamente é uma fonte de saber e, para o indivíduo, a aptidão de esgotá-la e enriquecê-la. Segundo essa acepção, a relevância das narrativas orais recontadas pelos personagens de Herberto Sales, garimpeiros, pauzeiros, etc. da região da Chapada Diamantina, soma-se às narrativas que nascem da memória, que remetem a fatos passados, e que se perpetuam ao longo das gerações.

Como dissemos anteriormente, as histórias estão em constante estado de evolução, sempre contadas, sempre alteradas, acrescidas ou subtraídas de algum detalhe. A esse respeito e, em especial sobre o orador, Zumthor (1993, p.144) diz que enquanto a voz é o seu instrumento, é também, por natureza, o domínio da variante e da movência dos textos. A voz do intérprete repousa sobre “uma espécie de memória popular que não se refere a uma coleção de lembranças folclóricas, mas que, sem cessar, ajusta,

transforma e recria. O discurso poético se integra ao discurso coletivo” (Zumthor, 1993, p.142). As histórias ou causos contados pelos garimpeiros mais antigos remetem às tradições ligadas à sua região e ao seu ofício. Ocorre, em todos os casos, uma personalização do discurso, com o orador se integrando-se ao seu texto, mesmo que o conteúdo reproduza, por vezes, uma forma apenas parcial e/ou fiel da realidade.

Campbell (2002) explica que os mitos, reproduzidos de geração em geração, têm quatro funções básicas: a metafísica ou mística, a cosmológica, a sociológica e a pedagógica:

Sua função metafísica serve para nos despertar para o mistério e o assombro da criação, para abrir nossas mentes e nossos sentidos para uma consciência da mística do “fundamento do ser” (CAMPBELL, 2002, p. 34).

A função metafísica está presente na narrativa de Herberto Sales na medida em que as lendas e mitos representados nos romances exercem sobre os personagens uma abertura da consciência mística. Diante da lenda do martim-pescador, por exemplo, os garimpeiros, percebendo a dimensão mística do fato, mesmo não a entendendo muito bem, a respeitam.

Sua função cosmológica serve para descrever [...] o universo, o nosso mundo como um todo, de modo que o cosmo e tudo nele contido se tornem vívido e vivo para nós, infundido com sentido e significado; cada lugar, cada pedra, colina, pedra e flor têm seu lugar e seu significado no esquema cosmológico que o mito fornece (CAMPBELL, 2002, p. 34).

A função cosmológica se encontra igualmente representada na relação do indivíduo com a natureza. Os mitos ajudam a definir o lugar e o papel humanos no interior desse “cosmos”. A força da natureza se impõe ao homem, que passa a perceber a imprescindível necessidade de se adaptar para garantir a própria sobrevivência.

Sua função sociológica serve para estabelecer “a lei”, os códigos morais e éticos para as pessoas daquela cultura seguirem, os quais vão ajudar a definir aquela cultura assim como sua estrutura social prevalecente (CAMPBELL, 2002, p. 34).

A função sociológica dos mitos e das lendas auxilia o homem no seu maior entendimento da sociedade em que vive.

Sua função pedagógica serve para nos conduzir através de ritos de passagem específicos que definem os vários estágios significativos de nossas vidas, da dependência à maturidade e à velhice, e finalmente, a nossa morte, a passagem final (CAMPBELL, 2002, p. 34).

Por fim, a função pedagógica também se encontra representada nos mitos e lendas que compõem a trama dos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Os relatos dos mais antigos, reproduzidos sob a forma de história, caso, lenda ou mito desempenham um papel didático para as gerações mais novas e os garimpeiros “curraus”, ditos “barrigas verdes”.

Outra característica da cultura popular e em especial da oralidade reside em sua estreita ligação com as crendices e superstições. Os personagens populares de *Cascalho* e *Além dos marimbus*, os garimpeiros, pauzeiros, trabalhadores em geral, pessoas simples, do povo, e que não pertencem ao modelo das classes elitizadas têm a vida pautada por diversas superstições. Os garimpeiros, por exemplo, se dedicam a uma atividade que depende muito da sorte e acreditam tanto na providência que, quando agraciados pelo destino e encontram um diamante, reagem com festa e celebração, e, quando no azar e o no “olho gordo”, facilmente se deixam acabrunhar. Dentre as superstições que fazem parte do universo cultural desses homens, destacamos o medo de se sentirem marcados pelo azar, como no caso de Deraldo, garimpeiro com fama de azarento e com o qual nenhum companheiro pretendia ter por parceiro. É curioso notar que a explicação para essa falta de sorte reside no fato de que um urubu teria “cagado” no telhado da casa do desditado, acontecimento que justifica em si a maré de azar:

Em qualquer cascalho um diamante pode ficar à flor, e essa é uma das razões da gente cobrir de mato os paíóis. Quem sabe o que pode acontecer com a gente?

- Bem... – conveio Silvério. – Mesmo porque ninguém está livre de um olho ruim. Há muita gente azarenta, que com um simples rabo de olho pode atrasar o serviço dos outros.

- Não vê seu Deraldo?

- Pois é. Ô olho desgraçado de azarento!

- Diz que o urubu cagou na cumeeira da casa dele – lembrou Peba (SALES, *Cascalho*, 1975, p.102)

Outro exemplo de credence que se assemelha aqui às mandingas é o do recurso empregado por certas mulheres desejosas de conquistar um homem ou assegurar-se de que ele nunca sairia de casa. Segue o trecho que ilustra a utilização desse expediente “do além” e de feitiços para obter o resultado esperado:

Vou lhe dar um conselho. Você quer que ele fique doidozinho por você?

- Hum – grunhiu a negra, um tanto desconfiada. – Como é?

Filó pensara em instruí-la no feitiço que um curandeiro ensinara a Alaíde para prender o finado Bitu. Ela devia coar café com o seu mijo e dar ao amante para beber (Idem, 1975, p. 75)

Ainda para ilustrar a importância do crescente volume das superstições enquanto elemento onipresente na vida dos personagens que povoam o universo romanesco de Herberto Sales, um modelo reforça a ideia de que o dinheiro do garimpo é, por natureza, amaldiçoado: “Tudo o que se ganha no garimpo volta para o garimpo” (Idem, 1975, p.70), donde se conclui que dificilmente um garimpeiro mudará de vida. Após o bamburro, vem a gastança com mulheres e bebidas, generosamente pagas para todos e sem qualquer discernimento:

No dia seguinte Filó haveria de estar na mesma situação precária, sem vintém, sujeito a pedir a qualquer pessoa os dois mil-reis que esquecera de dar a Salu. Era esse o fim de todo garimpeiro: nenhum deles sabia aproveitar-se do dinheiro ganho com tanto trabalho e sacrifício (Idem, 1975, p. 230).

Quando encontra uma pedra valiosa, é apenas uma questão de tempo para que o garimpeiro dilapide o seu efêmero patrimônio e volte para as suas bateias à beira do rio: “Não adianta fazer cálculo. Garimpo só dá dinheiro para castigar a gente. Volta tudo pra ele” (Idem, 1975, p. 70). Face a esse modelo, verdadeiro círculo vicioso, o retirante Silvério luta para quebrar o tabu e regressar para à sua terra, o seu torrão, depois de alcançar algum junto de seu trabalho nos garimpos de Andaraí:

O sócio lhe falava agora de Adolfo, como dias atrás:

- Matou os cinco contos inteirinhos no cabaré de Felícia.
- Eu, com esse dinheiro, estava a estas horas longe – disse Silvério.
- Já vi que você tem mania de ficar rico no garimpo – respondeu Peba. – Mas deixe que eu lhe diga: garimpo só protege garimpeiro matador de dinheiro.
- Eu só lhe digo isto – voltou a falar Silvério. – No dia que eu fizer cinco contos no garimpo, apanho meu caminho sem deixar rastro.
- No dia que você fizer cinco contos no garimpo – disse Peba, pondo a ferramenta no ombro – você vai querer fazer dez. O saco da necessidade nunca enche (Idem, 1975, p. 104-105).

Após terem bamburrado, negociado a pedra e repartido a quantia, Filó, um dos sócios de Silvério na garimpagem, propõe perspicazmente a seguinte definição para o dinheiro, reforçando a sabedoria popular manifestada através de bordões e ditados populares:

- Filó experimentou, de súbito, uma alegria animal. Bateu no bolso onde guardara o dinheiro e disse:
- Isso aqui é a chave de destrancar dificuldade (Idem, 1975, p. 220).

À maneira do ouroboros⁸, a vida dos garimpeiros se pauta por um eterno recomeço que parece não ter fim. Ganhos e perdas se sucedem inexoravelmente, fazendo com que, no mesmo dia em que recebem o dinheiro do tão esperado bambúrrio, já o dilapidam, o que leva os homens a já se preocupar com o achamento de um novo diamante: “Precisamos descobrir uma frente de serviço rica” – confirma o trecho abaixo ilustrando a desídia:

- Dentro da madrugada os dois homens andavam em silêncio [...]. Casas fechadas, um latido de cão ao longe, sinais de vômitos nas esquinas – a cidade tinha um vago tom encolhido sob as bandeirolas que enfeitavam as ruas.
- Mas rapaz, gastei o dinheiro todo – disse Neco, afinal.
- Filó respondeu:
- Vamos tomar uma cachaça pra apontar o dia [...]

⁸ Ouroboros é um [símbolo](#) representado por uma [serpente](#), ou um [dragão](#), que morde a própria cauda. O nome vem do grego antigo: οὐρά (oura) que significa "cauda", e βόρος (boros), que significa "devora". Assim, a palavra designa, "aquele que devora a própria cauda". Sua representação simboliza a [eternidade](#), o recomeço infinito além do perpétuo retorno (Cf. CHEVALIER e GHEERBRANT, 1998, p.168).

- Eu gastei foi meu dinheiro todo – insistiu Neco. –
Precisamos descobrir uma frente de serviço rica.
Não estava assim tão bêbado para deixar de reconhecer a
necessidade disso (Idem, 1975, p. 236-237).

O conceito de “dinheiro maldito” é bastante difundido no imaginário dos trabalhadores representados em *Cascalho* e *Além dos marimbus*. A esse respeito, o próprio Silvério evidencia tal consciência em seus pensamentos:

Obscuro pela ideia do bambúrrio, conveio que não podia perder tempo com a escolha deste ou aquele sócio – precisava de dinheiro e o tempo urgia. Em meio, porém, ao otimismo dos planos que faziam parte da sua nova condição de trabalho, uma terrível dúvida o assaltava. Não tinham dito que dinheiro de garimpo era amaldiçoado como dinheiro de jogo? Sim, ponderava: ali estava o exemplo de Seu Dudu – garimpeiro que fizera quinze contos de uma só vez, que nadara em dinheiro, e que agora, para poder aguentar-se, vivia vendendo cuscuz a mulher-dama. E Zeferino? [...]

- Eta, bamburrista velho de guerra! – tinham-lhe contado. – O bicho vive agora esmolambado [...]

- É o garimpo – sentenciara na ocasião, de modo lacônico, outro garimpeiro (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 70).

Ilustrando essa a inexorabilidade da perda de tudo que se ganha no garimpo, a explicação emerge em tom de brincadeira dos “dois VV”:

“É sempre assim. Todos chegam com projetos de ganhar dinheiro e ir embora depois. Mas dinheiro de garimpo tem dois VV. Do mesmo modo que vem pra mão da gente, volta pra ele” (Idem, 1975, p. 70).

A experiência dos mais antigos constitui um referencial para os novatos e expõe alguns elementos esclarecedores da cultura do garimpo. Existe por exemplo, uma época certa para iniciar o serviço nos garimpos, pautada no período das chuvas:

Sem dúvida, era o Paraguaçu, para todos os efeitos, o melhor garimpo das Lavras.

De março a junho, as chuvas rareavam; contudo, as neblinas eram comuns nessa quadra, tornando temerária qualquer tentativa de cateamento. Por isso mesmo, a experiência instituíra aquele praxe:

- Só depois da fogueira... (Idem, 1975, p.15).

A expressão “depois da fogueira” relaciona-se com a cultura popular dos festejos juninos. Apenas as pessoas familiarizadas com essa cultura sabem o significa: “depois

do São João”, o que, na prática, e mais especificamente, corresponde ao após vinte e quatro de junho. Assim como as homenagens ao Santo Batista, encontramos nos romances de Herberto Sales diversas referências ao divino, especialmente a Deus e à religião católica em exemplos como o da novena: “O sino continuava a bater ao longe, chamando os fiéis para a última noite de novena: corria a notícia de que ia haver bênção” (Idem, 1975, p.211). Ou ainda, quando depois da terrível cheia, testemunhamos o afago de um garimpeiro apelando para a religiosidade popular, com o fim de animar um companheiro que perdeu tudo na enchente do rio Paraguaçu:

- Fé em Deus, rapaz – procurou animá-lo um companheiro. –
Daqui pra cima quem governa é um só – e olhou para o alto.
- Quem encosta em Deus não geme, nem sente dor – disse o
velho João Vítor (Idem, 1975, p.23)

A descrição do pesadelo do coronel Germano está repleta de simbologias descrevendo-se a personificação do rio Paraguaçu representado como um monstro fluvial, uma entidade sobrenatural que, em fúria, desperta para proteger os diamantes que lhe pertencem. Caracterizado como “uma massa escura, descomunal, ofegante”, um “gigante desgrehado” que, “rilhando os dentes”, tinha “o corpo coberto de espumas”, o Paraguaçu é desta forma descrito:

O gigante continuava a avançar, ao som de trepidantes trovões. Apresentava-se como uma massa escura, descomunal, ofegante. À claridade de um novo relâmpago, divisou-o por inteiro: era um monstro iracundo que vinha cuspidando espumas [...] Então aquele gigante era o Paraguaçu, aquele monstro era o “dono” do vale – o “dono” daqueles diamantes que boiavam, aqueles diamantes enraizados? Sim – e sentia agora a respiração “dele”... Era aquele vento, aquele vento frio... Tentou então nadar com as últimas forças que lhe restavam; eis, porém, que uma possante garra lhe reteve os movimentos. Era a mão “dele”! (Idem, 1975, p. 24-25).

O coronel Germano, em meio ao sonho com o gigante do Paraguaçu, desespera-se ao ver os diamantes que “boiavam como estrelas, descendo rio abaixo”, escapando de suas mãos sôfregas, o que revela o quanto é incontrolável sua gula por dinheiro. Entrevemos no rito descritivo das cenas a profetização de futuros prejuízos que estão por vir, não por uma ação onírica e simbólica do rio, mas por conta do golpe aplicado pelo árabe Mansur que, no final do romance *Cascalho*, mergulha todo o comércio do garimpo e dos diamantes na iminência d desastre financeiro.

Era meia-noite quando o Cel. Germano despertou sobressaltado. Abalara-o terrível pesadelo, na visão tumultuária das águas que subiam. Diamantes boiavam como estrelas, descendo rio abaixo [...] Era preciso evitar aquela derrocada, não podia permitir que o rio lhe arrebatasse assim tantos diamantes (Idem, 1975, p. 24-25).

A propósito de um desses diamantes que descem rio abaixo – “um deles vinha passando bem perto – estendeu a mão para pegá-lo” –, vale evocar a hipérbole característica da representação dos sonhos. O diamante “tinha calculadamente uns dois quilos”, fato impossível no mundo real. A obsessão do coronel Germano pelos minerais, contextualizada no universo onírico, permite as mais fantasiosas projeções tanto na quantidade numerosa das “estrelas”, quanto no tamanho do objeto simbólico desejado: um diamante de “dois quilos”.

Nesse momento, porém, um trovão estrondou. Ergueu-se, bem no meio do rio, uma tromba d’água da altura de um sobrado, e, à luz de um relâmpago, apareceu um gigante desgrenhado, o corpo coberto de espumas. Foi quando uma voz de mulher se fez ouvir. O coronel volveu o rosto: de preto, acenando do areão, D. Hilda gritava: “Volte, meu filho! Volte! É o Paraguaçu!” Quis retroceder – mas viu que o gigante avançava, rilhando os dentes. “Volte, meu filho, volte! Deixe estes diamantes! Todos são dele! Não ponha a mão em nenhum! Volte!” (Idem, 1975, p. 24-25).

Os apelos de D. Hilda, “de preto, acenando do areão”, simbolizam muito provavelmente a própria consciência culpada do coronel. Tais recursos da memória simbólica são esclarecedores da intimidade mais profunda do todo poderoso, atônito e hesitante face aos apelos da mãe: “Deixe estes diamantes! Todos são dele! Não ponha a mão em nenhum! Volte!”.

No trecho seguinte, os diamantes se acham enraizados nas águas do rio Paraguaçu, apresentando uma resistência nada sutil quando da tentativa de serem colhidos, denotando dessa forma o pertencimento simbólico ao rio e à natureza:

Olhou em torno: as águas continuavam a subir, os diamantes boiavam. Avidamente, estendeu a mão para um deles; quando o sentiu sob os dedos trêmulos, puxou-o de uma vez. O diamante, porém, opôs insólita resistência.

Surpreendido, passou a mão por baixo, e encontrou raízes (Idem, 1975, p. 24-25).

Aterrorizado pela imagem dos diamantes escapando-lhe das mãos e pela visão da própria morte, o coronel finalmente acorda “inundado de suor. Sobressaltado, ergueu-se da rede e passou o lenço na testa” (Idem, 1975, p.24-25).

Alimentando nuances simbolistas projetadas sobre o rio e sua dimensão épica, as descrições de Herberto Sales realizam também simbolicamente o alcance mítico da ruptura com o mundo organizado mediante o rastro de estragos e mortes provocados pelo rio durante a cheia:

- Nunca vi cheia como esta.
- Desta vez a Passagem se acaba!
- Eu acho até que já está entrando água nos quintais [...]
- Seu pai foi olhar? – perguntou um deles ao companheiro.
- Foi – respondeu o outro. – Disse que vinha descendo um jegue morto (Idem, 1975, p. 26).

No vasto universo das crendices populares, destacamos ainda as simpatias⁹, que se caracterizam pelo ritual de homens laçando mão de recursos sobrenaturais simplesmente para assegurar proteção. Assinalamos na narrativa de Herberto Sales o conhecido hábito de enterrar o umbigo dos recém-nascidos. Tal prática, segundo as consagradas versões, implica em sorte para a criança. Segundo a crença, o umbigo enterrado liga a criança à terra, à qual se funde um futuro fazendeiro.

Foi quando o quintal ficou vazio. O pequeno quintal com pés de erva-cidreira, onde Salu enterrara os umbigos dos seus oito filhos (SALES, *Cascalho*, 1975, p.64).

Ao se mudarem para uma nova morada e com o fim de prevenir o mau olhado da vizinhança, as mulheres apelam para as simpatias como forma de proteger a família contra as forças ocultas:

O bairro ia crescendo e invadindo a mata em torno. Os casebres multiplicavam-se nas armações de camboatá, com coberturas de palhas de pindoba, e entravam pela estrada dos Bichinhos ou desciam pelo areão que margeava o rio, num grupamento de presépio.

⁹ Ritual supersticioso disposto a atingir um determinado fim. Forma de [magia](#) ou [feiticaria](#) básica, ligada à cultura popular, normalmente de origem campesina e geração empírica.

Os homens chegavam, roçavam um pedaço do terreno, levantavam paredes feitas a sopapo com o barro do próprio terreno, cobria-as de palha e, se mais tarde bamburravam, davam uma mão de tabatinga na fachada da nova morada. As mulheres se incumbiam do resto. Cercavam os quintais pequeninos, plantavam as suas coisas, as suas bananeiras, os seus pés de urucu, os seus mamoeiros, as suas mangueiras, e enfiavam cascas de ovos nas varas das cercas, por causa do mau-olhado das vizinhas (Idem, 1975, p. 63).

As superstições populares, estreitamente ligadas ao desconhecido, não têm uma explicação plausível, e, portanto, se confirmam no medo infundado, habitualmente consensual. O exemplar imagético do velho chalé “assombrado” ilustra perfeitamente esse conceito:

Entretanto, se o Rimbinha crescia e estirava suas ruas de casas de palha por onde antigamente era mato fechado, um lado do barranco continuava despovoado. Era aquele lado de cima, onde ficava o chalé de Seu Durães com o seu oitão caindo o reboco, com as suas paredes rajadas de goteiras, com os seus morcegos, com a sua varanda coberta por ervas daninhas. Ali no bairro ninguém queria saber de contato com o chalé. Aquele chão era amaldiçoado – Seu Durães, com a sua usura, com o seu orgulho e com a sua ruindade, desgraçara aquele pedaço do barranco. As mulheres se benziam quando passavam para a lenha:

- Tesconjuro!

E nas noites de sexta-feira não faltava quem visse a tal luzinha apagando e acendendo perto do alpendre. Explicavam:

- É a alma de Seu Durães fazendo penitência (Idem, 1975, p.64-65).

As palavras e expressões empregadas indiciam o espectro de abandono e isolamento conferidos ao chalé de Seu Durães, com suas paredes “caindo o reboco”, seu telhado e paredes com “goteiras”, povoado por “morcegos” e invadido por “ervas daninhas”. A rejeição ao local é tão intensa que o senso comum proclama-o “chão amaldiçoado”, e seu antigo morador tachado como aquele que “desgraçara aquele pedaço do barranco”. A exclamação das mulheres que, assustadas, passam se benzendo pelas proximidades, denota o medo infundado, mas poderoso e recorrente: “Tesconjuro!”. Por fim, o detalhe de que “não faltava quem visse” uma luz se “apagando e acendendo” no chalé, nas noites de sexta-feira, materializa o fato misterioso atribuindo-lhe assombrações da alma de Seu Durães “fazendo penitência” e perpetuando *ad infinitum* o estranho aparato de credence popular.

Ilustrativo será o importante papel desempenhado por crenças e mandingas na vida dos personagens nas narrativas de Herberto Sales. Assim é o exemplo do garimpeiro Cabeça-Seca, acometido de uma doença sexualmente transmissível e que busca uma solução para o seu problema recorrendo a um “curador” por acreditar que o seu infortúnio está ligado ao “mau olhar” e que precisa “fechar o corpo”:

Cabeça-Seca estava sífilítico e precisava limpar o sangue [...] estava na verdade, com aquele bubão que apanhou com Francina, que eu bem que dei conselho a ele pra não andar com ela [...]

- Ele anda num azar danado – disse Silvério.

- É – concordou Filó. – Aliás, ele foi mais pra Xiquexique pra procurar um curador, um tal Abelardo, pra fechar o corpo. Ele desconfia que tudo seja mandinga. (Idem, 1975, p. 174).

Certos aspectos extraordinários da cultura popular são eventualmente representados em *Cascalho* e *Além dos marimbus* como assuntos que exigem maneiras distintas de abordagem e apreensão. Na sociedade machista e conservadora do interior da Bahia do século passado, a questão da honra familiar constituía um tabu primordial. A gravidez em moças de família, ainda solteiras e cujos pais acreditavam ainda serem virgens, é recorrente nas tramas e novelas populares. Perante a sociedade local, todavia tal acontecimento representava uma desonra insuportável para as famílias, cujos chefes impunham, e sob ameaça de morte, um casamento urgente a fim de salvar as aparências: “Há de se casar amanhã mesmo – continuou Valadão, com todo o sangue no rosto. – Só não mando matá-lo para não tornar mais infeliz a minha afilhada” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 183). Tal vexame acontece com Amelinha, filha do negociante Carregosa e deixa a todos surpresos e indignados: “sentia-se indignado ao admitir que aquela criança de outro dia, que por mais de uma vez ‘lhe molhara a calça do fraque’, estivesse agora ‘vomitando de forma abominável, em consequência de uma gravidez pecaminosa’” (Idem, 1975, p. 182-183). A maior preocupação familiar e social reside na reparação da imagem da família, aliada à noção de que o grave cometimento fora do casamento, bem ilustrado pela expressão “gravidez pecaminosa”, só poderia ser solucionado com o casamento, ainda que realizado na iminência do escândalo:

- Boa tarde doutor. É a Amelinha, coitada. Vomitou... Não sei. Acho que foi a comida que fez mal. Com esse calor...

- Fique tranquilo. Não é nada não [...]

- Então o senhor acha que não é nada?

- Bobagem, bobagem... – limitou-se a responder Dr. Marcolino, as feições intumescidas, o cabelo crescido e a barba por fazer.

Em seguida, ao mesmo tempo que a empregada entrava com o bule de café na mão, disse em voz baixa ao dono da casa:

- Vamos lá na sala, Carregosa.

Saíram para a sala de visitas. Ali chegando, o médico perguntou enquanto acendia o charuto:

- A Amelinha tem algum namoro?

Carregosa olhou-o com espanto:

- Que eu saiba, não...

E antes que pudesse acrescentar qualquer coisa, o médico completou, atirando pela janela o pau de fósforo:

- Trate de casá-la, Carregosa. E o mais depressa possível.

O negociante empalideceu [...]

- Pois é. Trate de casar a pequena.

E depois de uma pausa, apanhando o chapéu, disse com o charuto na boca:

- Ela está grávida (Idem, 1975, p. 178).

Numa última tentativa de reverter a gravidez indesejada, Carregosa e seu compadre Valadão apelam para a “ciência” do farmacêutico Carvalho, que tem experiência comprovada na solução de tais problemas: “- Vamos ao Carvalho. Ele tem a sua prática... Vamos até lá arranjar um remédio” (Idem, 1975, p. 181). Tendo explicado o caso ao farmacêutico, o compadre Valadão, omitindo detalhes, insiste: “- Vamos, Seu Carvalho. Você tem a sua prática... Quero que você me arranje um remédio contra vômitos – disse, fazendo-se de desentendido” (Idem, 1975, p. 181). Pressionado, o farmacêutico acaba cedendo: “deixou-se vencer sem mais dificuldades. De bagueta em punho, manipulou a sua clássica poção veiculada em magnésia fluida, no que não demorou mais de cinco minutos” (Idem, 1975, p. 182). Constrangidos pelo assunto delicado, os dois homens, apressados em administrar logo o remédio à moça grávida, deixam rapidamente a farmácia, não sem antes apelar a outros traços de cultura popular: “- Bote na conta” e “Não precisa de rótulo” (Idem, 1975, p. 182). Alguns detalhes da narrativa – como o uso das fórmulas, a “bagueta em punho” lembrando um feiticeiro, os “cinco minutos” em alusão ao curto tempo para a preparação da “clássica poção” – nos deixam céticos quanto à seriedade do processo de manipulação farmacêutica, o que nos remete, e ao imaginário coletivo, a alguma forma de charlatanismo.

Para ilustrar ainda outra característica própria da credice popular, bastante difundida até hoje e não apenas regionalmente, a narrativa de Herberto Sales representa

o desejo da mulher grávida, que deve ser imperativamente satisfeito, por mais bizarro que possa parecer e sob pena de a criança morrer ou nascer com a cara do alimento desejado. Tal superstição é levada a sério tanto por Salu, marido da gestante, quanto pelos companheiros que se preocupam em achar uma solução para o problema:

Estou sem dinheiro. Vocês podem me arranjar dois mil-reis?
É porque minha mulher está grávida... está de desejo –
continuou Salu.
E acrescentou, como se isso tivesse importância:
- Se eu não comprar as bolacha-d'água, ela pode perder o
menino
- Mais logo – repetiu Filó. – Agora nós também não temos
dinheiro.
Silvério sugeriu instintivamente, dirigindo-se a Salu:
- Pra mim, você deveria pedir a seu patrão, já que se trata de
um caso destes. Sua mulher não pode ficar esperando [...]
- Mais logo eu lhe dou – frisou Filó. – Não vou deixar um
companheiro se apertar por causa de dois mil-reis – e sentiu-se
satisfeito com suas próprias palavras. – Pode ficar descansado, que,
pelo menos desta vez, sua mulher não perde o filho não (SALES,
Cascalho, 1975, p. 205-206).

Os nomes e apelidos empregados nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus* constituem outro traço característico da cultura popular. Em muitos casos, os nomes utilizados, sejam de pessoas ou localidades como ruas, praças ou becos, remetem a alguma idiossincrasia peculiar da pessoa ou do local “homenageados”. Os nomes dos personagens que povoam as narrativas de Herberto Sales ilustram esses curiosos roteiros, a exemplo dos nomes dos garimpeiros: Filó Finança (em referência ao seu gosto pelo dinheiro), Braço Grosso e Agenor Cabeça-Seca (características físicas), Benedito Lasqueado, Bertulino Mentira-Fresca (por sua compulsão por histórias fantasiosas), Miguel Tapera, Joaquim Boca-de-Virgem, Neco Rompedor (em alusão ao ofício que desenvolve no garimpo) ou ainda Pedro Almofadinha (em referência ao seu gosto refinado):

Conhecido garimpeiro bamburrista que após o serviço e a semana passada nas Lavras, já às portas da cidade, vestia roupa de casimira trazida em pequeno fardo, calçava os sapatos novos, punha o chapéu de palha que era o rigor da moda, mandando pelo sócio a capanga com roupa de serviço. Ao dobrar a esquina das Teixeiras, de lenço no bolso, camisa de seda e gravata, o rosto imberbe com o que escanhado, quem não o conhecesse era capaz de apostar que ele vinha de qualquer lugar do mundo – menos da serra (Idem, 1975, p. 196).

Os jagunços que auxiliam o delegado nas diligências policiais chamam-se: Adalberto Boca Torta, Correntão, e Zeferino 22 (em referência ao calibre de sua arma preferida). Por fim, as mulheres, cujos nomes sugestivos indicam suas atividades no meretrício: Maria Caga-na-Telha, Maria Boca-da-Gruna, e a rapariga Joana Pela-Pau. Os nomes de localidades estão quase sempre associados a alguma característica que os qualifica: “Beco da chocolateira”, “Beco da Lama”, “Rua do Sapo” ou ainda “Rua do Bucho”.

A representação do estrangeiro, e a imagem dos “gringos” em particular, denota a curiosidade e o preconceito dos habitantes da cidade. Culturalmente, os que vêm de fora – compradores de diamantes no caso de *Cascalho* – sempre despertam dúvidas e interesses, alimentando as conversas e os comentários:

De vez em quando aparecia na cidade um daqueles homenzarrões louros que andavam sem chapéu, de sapatos de borracha e cachimbo na boca, ali se demorando de duas a três semanas. Eram os representantes das firmas estrangeiras importadoras de diamantes e carbonatos. Havia, então, a par de maior movimento do comércio, com compras de partidas feitas diretamente aos capangueiros, um consumo sensivelmente maior de conhaque. Os gringos eram olhados com curiosidade sempre nova. Não só por sua língua arrevesada e seus hábitos despachados, como também por sua indumentária esportiva, que a todos parecia assentar muito mal em homens de tão largas posses. Eram, ao mesmo tempo, olhados com um misto de respeito e assombro: por trás deles ficava uma coisa vaga e remota chamada Europa, com suas lapidações, sem as quais não haveria o necessário escoamento da produção diamantífera do município, e de onde era dirigido o comércio mundial de pedras preciosas (Idem, 1975, p. 126-127).

3.2 ESTATUTO DAS SIMBOLOGIAS

Quanto ao estatuto das simbologias, vale ressaltar o que ocorreu na cidade de Andaraí envolvendo o promotor Oscar do Soure, personagem de *Cascalho*. O promotor percebe, pelas primeiras informações que lhe chegam, antes mesmo de ingressar na cidade, o quanto sua tarefa seria difícil na nova comarca:

Ao ser nomeado Promotor de Andaraí, as informações que colheira sobre a cidade - um centro de garimpagem - lhe tinham dado a visão de um lugar transformado em turbulento reduto de aventureiros (SALES, *Cascalho*, 1975, p.159).

Andaraí está longe de ser uma das “pacatas localidades do interior que ele conhecia, habitadas por gente que lhe parecera ordeira e laboriosa, arraigada com dignidade ao meio, e por onde desejava iniciar sua carreira e mesmo residir, levando uma vida modesta e respeitável” (Idem, 1975, p. 159). Seu único amigo na cidade é o telegrafista Nascimento, com o qual divide uma cumplicidade imune a exteriorizações. Sua indignação contra os desmandos do clã dominante coincide com a de Nascimento, que confirma a fama de cidade sem lei já informada ao magistrado:

Este lhe dissera não haver nenhum exagero em tais informações, pois Andaraí era, de fato, uma cidade que apresentava todas as características dos lugares de mineração. “Com as notícias dos garimpos ricos” – esclarecera – “toda espécie de gente vem tentar a sorte aqui, e cada forasteiro que chega, sem nada trazer de seu, é mais ganancioso do que o outro” (Idem, 1975, p. 159).

Os dois amigos que diariamente se encontram para conversar, chegam a concluir, após análise da composição, origem e motivação dos que povoam a cidade de Andaraí, que

A afluência, em massa, de gente que não prestava, de gente à-toa, sem pouso nem destino certo, numa instabilidade que resultava em permanente agitação, tornando impossível a manutenção da ordem (Idem, 1975, p.159).

O telegrafista, homem de senso crítico aguçado e que reside há seis anos na cidade, tem uma visão mais ampla e um perfil analítico mais apurado:

Nascimento, porém, cujo raciocínio trazia sempre a marca de uma lógica muito pessoal, observara que não se tratava propriamente de uma simples questão de “vir gente que não prestava”.

- Gente que não presta existe em toda a parte – dissera – em maior ou menor proporção. O que acontece com Andaraí é coisa muito pior: é que essa gente que não presta vive aqui exclusivamente em função da ânsia de enriquecer por qualquer forma, e, o que é pior ainda, às vezes enriquece (Idem, 1975, p. 160).

Os causos contados sobre a cidade de Andaraí descrevem o seu histórico de crimes e de violência motivados pela ganância dos homens. O espaço da cidade se assemelha, desta forma e simbolicamente, no imaginário coletivo e também para o recém-chegado promotor Oscar do Soure, a “um mundo tumultuoso e bárbaro”:

Enquanto andava em volta da sala, Dr. Oscar reconstituía mentalmente a palestra que entretivera meses antes com o telegrafista; ao mesmo tempo, rememorava certos episódios ocorridos anteriormente em Andaraí, e dos quais tivera notícia por seu intermédio. Eram histórias de crimes, de violências cometidas na luta pela posse dos diamantes, a ambição tornando os homens cegos e insaciável a sua sede de ganho; em suma, eram histórias que vinham confirmar as más referências que ele sempre ouvira a respeito das Lavras, e que tinham formado, em seu espírito, a imagem de um mundo tumultuoso e bárbaro (Idem, 1975, p 160).

Ainda sobre a cidade e mais particularmente sobre os seus habitantes, revela-se, ao longo da narrativa, que se trata de uma “terra de bandidos” e de uma “terra de jagunços” onde todos andam armados e na qual “é um perigo viver”:

- Qualquer sujeito que arranja uns 600\$000 no garimpo – contara-lhe o escrivão Pimentel – a primeira coisa que faz é comprar uma arma e andar dia e noite apatrocado com ela. É um perigo viver no meio dessa gente.

E Nascimento:

- O resultado é que a necessidade que cada um tem de se defender, e de andar prevenido contra os demais, acaba transformando todo mundo em bandido.

O Promotor continuava a andar em volta da sala. “Terra de bandidos!” – era o que se dizia das Lavras em toda parte. “Terra de jagunços!” Sabia que o comércio de armas era franco, e que nas casas de negócios da cidade – inclusive nas bibocas de ponta de rua – havia-as em grande quantidade, expostas ostensivamente nas prateleiras, tentando a freguesia numerosa, composta de desordeiros, de cabras ruins que nunca tinham sido nada na vida e que, de repente, metiam uns cobres no bolso, encangavam com qualquer mulher-dama diante de uma garrafa de cachaça – e pronto! Tudo servia de pretexto para que se desbragassem com o primeiro que aparecesse (Idem, 1975, p. 160).

Terra de ninguém, território devoluto e sem leis, tal é a imagem passada da cidade de Andaraí. As inúmeras anedotas sobre a violência do garimpo e os causos contados pelos garimpeiros ilustram, através da oralidade, o cenário simbólico que espera o futuro promotor.

Lembrava-se do caso do jagunço Jovino Gago – tinham-lhe contado – que, depois de comprar uma automática na Santa Bárbara, colocara uma bala

na agulha e, para ver se a arma era de tão bom rompimento como lhe dissera o dono da venda, alvejara na cabeça um trabalhador que ia passando na rua, e a quem ele via pela primeira vez, matando-o como se mata um cachorro (Idem, 1975, p. 160).

Como justificativa ao tiro deflagrado, a expressão “para ver se a arma era de tão bom rompimento” patenteia como fútil o motivo do homicídio, ressaltando assim o pouco valor atribuído à vida humana. Simbolicamente, a casualidade do crime também choca: “um trabalhador que ia passando na rua, e a quem ele via pela primeira vez”. Por fim, a expressão “como se mata um cachorro” vem salientar, através da imagem empregada, a face bárbara do crime cometido.

Em outra anedota carregada de simbologias, descobrimos os relatos de violência em “Piranhas” outro garimpo próximo de Andaraí:

Também lhe ocorriam à lembrança os casos de Piranhas, lugarejo de ranchos de palha a poucas léguas dali, onde se espremiavam mais de mil garimpeiros nos burburinhos noturnos das ruas do Cu do Jegue e do Rasga-Ceroula – com diamantes saindo a rodo nos cateamentos e cerveja correndo feito água no cabaré de Léo – e de onde vinham cargas de defuntos para Andaraí, em cima de cangalhas de animais, como mercadorias para as feiras, porque naquela balbúrdia os inspetores não podiam mesmo conter ninguém, e por isso tinham carta branca do delegado para matar sempre que houvesse necessidade (Idem, 1975, p. 161).

“Na cidade onde fora recebido com frieza hostil”, e a menos de três meses após sua chegada, o promotor Oscar do Soure entende que o cargo que ocupa é mais simbólico do que realmente efetivo e que as questões de “justiça” são dominadas e predeterminadas pelo grupo controlado pelo coronel Germano e seus aliados: “a justiça nas Lavras era um mero instrumento subalterno da prepotência política”. O Dr. Oscar fora nomeado para a comarca de Andaraí substituindo o antigo promotor, que morrera em consequência de um ataque de uremia. A respeito de seu antecessor, descobrimos, através de uma explicação tragicômica, que este morrera na verdade de “traumatismo moral”, abandonado ao seu destino de autoridade desprestigiada pelos poderes políticos da comarca, sem garantias de qualquer espécie no exercício de suas funções (Idem, 1975, p. 147). Existe um toque de humor na utilização do trocadilho “traumatismo moral”, empregado por sua similaridade com o termo “traumatismo craniano”, por exemplo. O telegrafista Nascimento e o Dr. Oscar concordam que a pressão exercida

pelos aliados do coronel e as humilhações sofridas por aquele homem de bem, impedido de exercer seu trabalho de forma digna, determinaram-lhe a morte precoce:

- Ele não teve forças, naturalmente, nem ninguém teria, para suportar tamanha humilhação. Foi coisa de meter vergonha em cachorro (Idem, 1975, p. 147).

Quando os dois amigos se referem a uma “tamanha humilhação”, coisa de “meter vergonha em cachorro”, eles se reportam a um caso em especial que foi a gota d’água, acontecimento decisivo que levou o antigo promotor a desgosto tão profundo e, conseqüentemente, à sua morte. O episódio, lembrado à maneira de um caso, integra o folclore local de Andaraí, repetido por todos e divertindo a muitos. A evocação vem reforçar a ideia de absoluto poder do coronel e de total impunidade para os que se encontram do seu lado, a corte de seus aliados. A história relembra ainda o caso em que um criminoso – que seria processado pelo promotor – foi resgatar à força o seu próprio processo, forçando o seu “arquivamento”:

- O próprio réu apareceu-lhe um dia em casa, de garrucha na cintura, e exigiu, em nome do coronel, seu protetor, que lhe entregasse o processo. É como eu já lhe disse: você vai para uma terra de bandidos. Se alimenta sonhos com relação à carreira que abraçou, trate de pô-los de lado [...] O sertão está transformado num covil de bandidos. A justiça não vale nada” (Idem, 1975, p.147).

Sobre o poder quase ilimitado do coronel Germano em Andaraí, Nascimento destaca que o papel do advogado naquela comarca é inútil, justificando tal fato com uma eloquente e simbólica declaração:

- Aqui não há ninguém a quem você defender e muito menos o que você advogar. Que poderia você fazer em matéria de feitos cíveis? O coronel é quem resolve tudo. A razão está sempre com ele [...]

- A advocacia é um luxo dos centros civilizados. O coronel já está defendido por natureza (Idem, 1975, p. 154).

Também numa perspectiva simbólica, entrevemos na morada do novo promotor Oscar do Soure, recém-chegado em Andaraí, a premissa daquilo que está por vir.

Mesmo depois de tomar conhecimento do histórico de seu antecessor, o Dr. Oscar vai morar na “mesma casa onde morava o antigo promotor – um velho sobrado que havia na praça, com a cozinha atravessada no beco que dava para o Apertado-da-Hora, local de frequência suspeita” (Idem, 1975, p.148). O emprego de palavras como “velho”, “beco” e “suspeita” remetem a elementos negativos. Além disso, a vizinhança, qualificada como “local de frequência suspeita”, não prenuncia um desfecho positivo para a estadia do novo promotor. Por fim, o “Apertado-da-Hora”, nome do beco onde se situa o imóvel, merece uma atenção especial, caso pensemos no alcance simbólico da palavra “apertado” – que aqui remete à ideia daquilo que é pressionado, esmagado, posto em dificuldade, como acontece de fato ao punhado de homens que ousam se opor ao sistema de opressão local. O substantivo “hora” remete a um momento determinado, de tal forma que o antigo promotor foi “apertado-da-hora” naquele momento, enquanto exercia sua promotoria; da mesma maneira, podemos imaginar que o próximo “apertado-da-hora” será o Dr. Oscar do Soure. Os elementos simbólicos que permeiam as descrições na narrativa de Herberto Sales profetizam as intransponíveis dificuldades que o Dr. Oscar encontrará em seus últimos dias em Andaraí. Tendo despertado a fúria do coronel, por intermédio de seus aliados, após denunciar os desmandos cometidos pelo clã local, o promotor é obrigado a fugir da cidade, no meio da noite, para não sofrer as consequências de um “mineiro-pau” organizado contra a sua pessoa: “Dr. Marcolino falou da resolução, que tomara com Quelezinho, de ‘fazer o cachorro do promotor entrar no mineiro-pau¹⁰’” (Idem, 1975, p. 249). Essa manifestação de cunho popular é baseada na repetição de pequenos versos em rima e de fácil memorização. O desagredo é geralmente musicado, cadenciado e acompanhado por instrumentos de sopro e de percussão para amplificar os seus efeitos:

Seu Dr. Oscar do Soure!
Mineiro, pau! Mineiro, pau!
Burro assim nunca se viu!
Mineiro, pau! Mineiro, pau
Promotor filho da puta!
Mineiro, pau! Mineiro, pau!
Vã pra puta que pariu!
Mineiro, pau! Mineiro, pau! (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 253).

¹⁰ Tipo de manifestação usada como demonstração de despreço. Versos improvisados não entoados para atingir certas pessoas, desmoralizando-as. Essa violência pode até, nos casos mais extremos, levar ao linchamento do desafeto pelo grupo de manifestantes.

De fato, a repercussão é devastadora para o promotor que custa a entender que essa manifestação violenta lhe é diretamente dirigida:

O Promotor sentiu um baque no coração: era a primeira vez que percebia o seu nome em meio daquele rumor todo – e ouvindo-o ecoar dentro da noite de maneira tão surpreendente, entre o bater ritmado do bombo e o estridente contracanto de trombone, ficou de tal sorte chocado que, aos seus sentidos, se tornou menos evidente o risco que corria do que a ideia de que tudo aquilo não estava acontecendo. O mais impressionante, sem dúvida, era que o tumulto assumia, na meticulosa execução do plano previamente elaborado, como que o caráter de uma espécie de comemoração: os versos eram cantados com sincero e contagiante entusiasmo. Quando o trombone estrondou na Rua do Curral e os homens recrutados por Esquivel passaram cantando a retumbante marcha ao compasso do bombo – muitas pessoas assomaram às janelas de candeeiro na mão. Era como uma passeata triunfal (*Idem*, 1975, p. 256).

Encontramos, ao longo da narrativa de Herberto Sales, diversas expressões da cultura popular. Além da manifestação de protesto do mineiro-pau, como já vimos, músicas e cantigas do garimpo são cantaroladas pelos trabalhadores durante o serviço, lembrando a prática dos antigos escravos, que cantavam para fortalecer o próprio ânimo diante das difíceis tarefas que tinham de cumprir. A canção é composta por palavras simples, próprias do vocabulário dos garimpeiros, com referências às ferramentas que usam: “broca”, “detonar”, “dinamite”. O tema gira em torno do próprio trabalho do garimpo e cita até o nome de “Seu Pitá”, provavelmente o responsável pelo serviço, que chama “pra fazer uma combinação”. Em seguida, o autor da canção define o tipo de serviço combinado: “Dar um rebaixo” e se refere ao local da empreitada: “No canal do Laborão”. No final da canção, encontramos uma clara alusão ao sofrido modo de viver dos trabalhadores: “Comendo farinha seca e dormindo em cama de vara”. A letra dessa canção retrata momentos precisos de um tema bem definido o que nos leva a pensar que se trata de um improviso. O paralelo torna-se inevitável, podendo nos fazer lembrar de outras formas semelhantes de expressão cultural popular, igualmente baseadas na oralidade, que são o repente e o cordel:

Seu Pitá mandou me chamar
Pra fazer uma combinação,
Pra dar um rebaixo
No canal do Laborão

Aprume a broca
Bem direitinho,
Deixe o cantinho
Do Guilherme broquear.
Seu Guilherme vai de gatinho
E Zé Fiapo vai detonar
Acabando a dinamite,
Subimos pra grupiara,
Comendo farinha seca
E dormindo em cama de vara (SALES, *Cascalho*, 1975, p.
192-193).

Outro exemplo de cantiga emerge de outro registro ficcional:

Algumas mulheres estavam trabalhando na roça. A chita dos vestidos destacava-lhes os dorsos móveis e dispersos, em meio à plantação, num colorido entremostrear de manchas. Cantavam, num coro de vozes roufenhas, a tirana conhecida:

*Ela olhou pra mim,
Eu olhei pra ela...
Se ela for bonita,
Vou casar com ela* (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.
82).

A dimensão simbólica na narrativa de Herberto Sales tem um papel determinante e torna as cenas de descrições, ao longo dos romances, elementos significantes e geradores de sentido. Através de múltiplas referências simbólicas e lançando mão de cores, luzes, sons, cheiros, etc., o narrador consegue criar um ambiente denso, quase palpável, no qual seus personagens encontram um cenário com o qual dialogam. Tomemos como exemplo o caso do Juiz de Direito, o Dr. Canuto Rufino, homem envelhecido, fraco, resignado, corrompido, e cujo discurso fatalista denota que há muito tempo abriu mão de tentar defender ou mudar algo na cidade:

De que adianta um pobre Juiz ou um pobre Promotor se meter a reformador do mundo? Nós não valem nada, Seu Dr. Oscar. Os políticos é que mandam e desmandam em tudo (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 166).

O Promotor Oscar do Soure, ainda imbuído de ideais puros, fiel ao juramento que fez enquanto representante da lei, fica indignado com a passividade e a conivência do Juiz ante os desmandos ocorridos na cidade. O Juiz, “abanando lentamente a cabeça em sinal de reprovação lhe responde”:

- Na sua idade, colega, todos pensam assim. Eu também já pensei... Mas depois tudo passa com os anos. Dentro de algum tempo, deixe que eu lhe diga, você vai compreender que nós não valemos nada (Idem, 1975, p. 166).

Resignado e insistindo no fato de que “as coisas são assim mesmo”, que nunca mudam, e que quem manda na cidade é o coronel Germano, junto com seus aliados, o Juiz tenta convencer o promotor a aceitar a situação: “- Você não conhece as Lavras – continuou [...] – Precisa ir se acostumando com essas coisas” (Idem, 1975, p. 166). As palavras do Juiz sobressaem carregadas de uma espécie de sombria resignação, ao passo que impedem o promotor de formular um protesto imediato:

O Promotor sentou-se como que ao peso de um fardo. As palavras do velho Juiz, penetradas de descrença e sombrio pessimismo, e proferidas naquele casarão erguido entre montes de lixo e poços de água podre, enquanto lá fora os sapos cantavam de baixo da ponte, compunham no seu espírito todo um quadro simbólico (Idem, 1975, p. 166).

Não por acaso a localização da casa do Juiz Canuto Rufino é descrita como sendo erguida entre “montes de lixo e poços de água podre”. Esse quadro simbólico ao qual o próprio promotor é sensível projeta uma decisiva influência sobre a narrativa, remetendo ao campo semântico da decomposição, da podridão e do lixo. A imagem negativa da cidade de Andaraí, seu passivo corrupto em especial, encontra-se ampliado pelo uso dos recursos da metáfora e dos campos semânticos específicos. A casa do Juiz e seu entorno remetem simbolicamente à própria imagem de decadência e corrupção que alcança a autoridade: “poços de água podre”. Em sua descrição, o casarão de “grande e sombrio quintal murado” lembra, em certos aspectos, um cemitério onde certamente jazem a ética e a moralidade. Todo o cenário está sujeito a “propalados inconvenientes”, que podem remeter simbolicamente ao umbral e suas chagas e mazelas, junto com: “as cheias do Rio Gafanhoto e as muriçocas”:

Entre os poços de água podre do areão e as mangueiras de um grande e sombrio quintal murado – erguia-se a casa do Juiz. Ficava perto, ali mesmo na Rua da Ilha, e era ampla, rodeada de janelas, embora com dois propalados inconvenientes: as cheias do Rio Gafanhoto e as muriçocas (Idem, 1975, p. 162).

O Paço Municipal e o Foro completam simbolicamente a ordem e o poder, lugares onde se efetivam decisões importantes para o município e para a representatividade legal e jurídica. Assim, como no exemplo da casa do Juiz, esse espaço também se encontra “em zona de frequência suspeita”. Na vizinhança havia “dois cabarés e várias casas de meretrizes”, ambientes que contrastam com a imagem de seriedade e do exercício do poder legal. Por fim, e como para escancarar a impressão de desordem, descobrimos que o casarão abriga também, além do conselho municipal e das manifestações políticas, os bailes de carnaval. Simbolicamente nivelados em igual nível de importância, as reuniões do conselho municipal e do foro dividem o mesmo espaço com os ensaios momescos.

Casarão assobradado, de sólida construção e numerosas janelas, o Paço Municipal ficava defronte do Beco da Chocolateira, em zona de frequência suspeita: havia dois cabarés e várias casas de meretrizes nas imediações. Na frente funcionava o Foro, em ampla sala mobiliada, que também servia para as reuniões do Conselho Municipal, para as festas escolares, para as manifestações aos políticos, e para os bailes de carnaval a dez mil-reis a entrada. No fundo – um pasto para animais: o Curral do Conselho (Idem, 1975, p.179).

Por sobre a esse simbolismo dos lugares descritos quase cruelmente na narrativa de Herberto Sales, verificamos sutilezas das descrições da cadeia e do quartel da cidade. Destaca-se de pronto a pobreza material – “meia dúzia de cubículos” – e humana do local, o que deixa entrever toda a ineficiência e inoperância das funções ali exercidas, o que: “se resumia na pessoa de um único policial”. Acentuando a impressão de falência da instituição, o cabo Ananias, responsável pelo local, tem como maior qualidade ser “bom jogador de bilhar”, detalhe irônico que, aliás, não o desqualificaria para a função. Notemos ainda que, além do carcereiro, alguns inspetores se hospedam no quartel, dividindo o espaço com outros inquilinos “algumas famílias de ratos”. Essa coabitação pacífica entre homens e bichos traz consigo uma alarmante conotação simbólica na medida em que cria um ambiente de decadência no quartel, local de suposta ordem, agora rebaixado ao nível de seus habitantes roedores e de seu habitat – o esgoto.

De um lado, a cadeia e o quartel, cujo destacamento se resumia na pessoa de um único policial: o cabo Ananias, bom jogador de bilhar, ali casualmente encontrado. Do outro, em volta de grande pátio lajeado, meia dúzia de cubículos. Moravam neles alguns inspetores, o carcereiro, e algumas famílias de ratos. No interior do prédio, um escuro corredor dava passagem para outra sala – a maior de todas – cujas janelas se abriam sobre um chiqueiro de porcos. Nessa sala – funcionava *A Evolução* (Idem, 1975, p. 179).

O jornal local, sarcasticamente nomeado como *A Evolução*, folhetim de qualidade duvidosa, impresso diariamente com as notícias da cidade, é dirigido por Carregosa, um aliado do coronel Germano e de seu clã político e familiar. Nele, apenas as informações convenientes ao grupo são publicadas, sendo omitidos todos e quaisquer detalhes que possam prejudicar os interesses da coligação instituída no poder. O próprio nome *A Evolução*, carregado de ironia, renova o escarmento, uma vez que o jornal representa para a cidade mais um retrocesso do que uma evolução propriamente dita. Seguindo na análise simbólica dos espaços no universo romanescos de Herberto Sales, a descrição do referido jornal torna-se relevante, flagrando-se o lugar onde funciona o jornal tendo acesso através de um “escuro corredor”, com as janelas se abrindo para “um chiqueiro de porcos”. Apelando para o sentido olfativo e ainda em clara referência ao ambiente físico sujo, viciado e insalubre, descobrimos que do corredor que dá acesso ao jornal um urinol exala um constante mau cheiro. As expressões de intensa conotação negativa nos remetem simbolicamente à própria imagem e conteúdo da má imprensa, bem como de seus idealizadores e usufrutários:

Havia no corredor um urinol de mais de meio metro de altura, que servia concomitantemente ao pessoal da intendência e aos serventuários da justiça, motivo pelo qual o Valadão conservava sempre fechada a porta da redação. Com os dedos no nariz, Carregosa atravessou o corredor e empurrou a referida porta: em mangas de camisa, redigindo a matéria da primeira página, o diretor de *A Evolução* ergueu os olhos do papel para ver quem era o importuno (Idem, 1975, p. 179).

O local do crime contra o negro Zé de Peixoto, premeditado e executado pelo grupo do coronel Germano, também está carregado de simbologias, que conferem à narrativa uma acentuada intensificação através de seus significantes: “local deserto e mal iluminado”. A passagem por um beco “formado por dois grandes quintais murados que faziam esquina” remete à ideia de armadilha, reforçando a falta de opção para o negro e a completa ausência de rotas de fuga. O nome do beco escolhido para a

emboscada também e sugestivo: “Beco da Lama”, lugar frequentado apenas por garimpeiros que se escondem para urinar ou então assediar alguma prostituta. Por fim, a impressão negativa atinge seu ponto máximo mediante detalhes fornecidos pela descrição: “cães vagabundos” passeando pelo beco em meio a “porcarias acumuladas no canto dos muros” e “montes de lixo”. Dirigindo-se ao delegado Esquivel, o inspetor Miguel Tapera sentencia: “O senhor não podia escolher um lugar melhor”:

O Rio Baiano, só muito raramente cheio, dividia a cidade em duas, e sobre o seu leito empedrado tinham construído a pinguela que estabelecia comunicação entre o comércio e o bairro pobre onde estava residindo Zé de Peixoto, com passagem forçada pelo Beco da Lama, local deserto e mal iluminado. Formado por dois grandes quintais murados que faziam esquina, pelo lado de cima, com a praça e a Rua do Sapo, e cujos fundos davam para o areão, quase ninguém se detinha ali. Só mesmo algum garimpeiro que estacionava para urinar, ou para assediar alguma mulher-dama desgarrada em noite menos rendosa, ou os cães vagabundos que iam fossar as porcarias acumuladas no canto dos muros – cascas de frutas e montes de lixo.

- O senhor não podia escolher um lugar melhor – disse o inspetor Miguel Tapera ao delegado Esquivel, depois de ouvir as primeiras instruções sobre a tocaia (Idem, 1975, p. 132).

Aqui cabe ressaltar o importante papel desempenhado pelas mulheres nas narrativas de *Cascalho* e de *Além dos marimbus*. Os personagens femininos, apesar de minoritários, se revestem de uma considerável relevância no que tange ao referencial simbólico que repercutem. Sempre relegada a um segundo plano, a mulher é costumeiramente representada em situações degradantes ou sujeita a humilhações. No exemplo abaixo a imagem feminina está simbolicamente associada à podridão e ao mau cheiro simbióticos de sua própria “decomposição em vida” – em referência à menstruação:

A mulher parou de súbito. Tinha os pelos do sexo encharcados de sangue. Lembrou-se do pedaço de pano velho colocado sob o travesseiro, e que lhe podia ser tão útil no momento. Começara a sentir o mau cheiro do mênstruo, como se presenciasse sua própria decomposição em vida (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 24-25).

Em outro exemplo, deparamo-nos com a situação extrema a que chegou Maria, personagem de *Além dos marimbus*, desonrada após ser desencaminhada e deflorada pelo sírio Abubakir. Seduzida e abandonada, ela se prostituí com os trabalhadores, que dela se servem no limite de suas necessidades:

Um sentimento de revolta, rude e energético, empolgou Ricardo: Maria tinha virado puta. Inútil iludir-se: o canoeiro Manuel João contara-lhe tudo, de viva voz. E Miguel, que fizera ele ao saber do defloramento da irmã? Nada. E os pauzeiros servindo-se dela assim mesmo (Idem, 1975, p. 43).

Minervina, mãe de Maria, também precisou se prostituir, tangida pela necessidade de sobreviver à morte do marido. No trecho abaixo, ela se envergonha com a chegada de um antigo amigo da família e decide se esconder para não ser vista em sua atual situação de decadência: velha, miserável e acometida por doenças venéreas:

Ele foi muito amigo do finado seu pai. Ave-maria se ele me encontrasse em cima desta esteira, acabada do jeito que eu estou, cheia de doença do mundo (Idem, 1975, p. 78).

Em alusão à sua própria condição existencial e constatando a falência de sua degradante real situação, Minervina se encontra com a sua filha Maria e desabafa:

Nós somos hoje duas desvalidas. Eu podia estar casada, sem necessidade de andar me escondendo dos amigos do finado seu pai, como estou me escondendo agora de seu Ricardo, pra não passar vergonha. De vergonha, basta a que eu já passei (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 79).

O sírio Abubakir se justifica ao protagonista Jenner: precisa levar seus homens para a cidade a fim de encontrar novas prostitutas, uma vez que, na floresta, mãe e filha já não servem para satisfazer as necessidades dos trabalhadores. A descrição salienta de forma crua a situação humilhante, a miséria, e as doenças que recaíram sobre elas:

- Tenho que levar essa turma pra descarregar o corpo na cidade! [...]
- Aqui na mata só existem duas raparigas. Uma delas está de pneu arriado, e a outra anda meio vasqueira. O jeito é essa turma ir de vez em quando a Andaraí para acertar a escrita (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 98).

Ainda quanto a Maria e sua mãe Minervina, revela-se o decaimento do papel reservado às mulheres, relegadas a um plano sórdido e servindo apenas para “descarregar o corpo” dos trabalhadores. Para piorar a degradante situação, por serem as únicas mulheres disponíveis na mata, são submetidas a jornadas exaustivas de relações sexuais com uma multidão de homens: “Com tanto homem em cima dela, o resultado só podia ser esse”. Descartadas até mesmo como prostitutas – “Eu é que não quero mais saber dessas fulanas”, rejeitadas até pelos pauzeiros: “Minervina é bananeira que já deu cacho”. Acometidas por doenças venéreas – “Nunca vi mulher se acabar tão depressa”, as duas mulheres estão fadadas à miséria que lhes solapará o resto de suas infelizes existências.

- Você tem visto Maria, Zé Menino?
- Ontem mesmo eu vi ela. Veio com a gente no caminhão de Bazarino. Eu até fiquei de dar um dinheiro a ela pra Minervina. Diz que a velha está ruim.
- Eu é que não quero mais saber dessas fulanas – interveio Pernambuco. – Maria virou um caco. Nunca vi mulher se acabar tão depressa.
- Isso não é coisa de se estranhar – conveio Ananias. – Com tanto homem em cima dela, o resultado só podia ser esse.
- E da mãe nem se fala – continuou Pernambuco. – Doente ou sã, ela pra mim não serve mais. Minervina é bananeira que já deu cacho (Idem, 1975, p. 99-100).

Outra representação da imagem depreciativa consagrada à mulher encontramos no exemplo de Filó, personagem de *Cascalho*, que dissimula o seu verdadeiro pensamento a respeito da negra Vitalina e lhe faz um falso elogio:

- Filó dissimulou:
- Ora, Vita! Você por si já é mulher pra botar qualquer homem doido...
- A negra envaideceu-se:
- Ainda bem que você sabe disso.
- Filó pensou: “Ah, sujeita besta! Você só presta mesmo pra gente descarregar o corpo” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 75).

A pobreza extrema leva, em tempos de desapareço no garimpo, uma menina virgem a ser trocada por um pedaço de rapadura:

Vida dura foi em 99. Vocês não são capazes de avaliar. Vi muito pai de família ganhando \$400 por dia. Nesse tempo – prosseguiu – garimpeiro e cachorro eram a mesma coisa. Diamante foi vendido até a dois tostões o grão. Basta dizer isto: vi muita menina virgem, de dezesseis anos, trocada por um quarto de rapadura. Era uma miséria horrível (Idem, 1975, p. 76).

O humor dos garimpeiros e suas brincadeiras de gosto duvidoso recaem muitas vezes sobre as mulheres prostituídas:

- Uma mulher-dama tresnoitada entrou na padaria para comprar bolachas. Agenor Cabeça-Seca, que estava perto, tomou deboche:
- Mas Tutu, até quando você quer crescer a traseira?
- A mulher respondeu com boca de nojo:
- Olhe com os olhos e coma com a testa – e saiu rebolando as volumosas nádegas, a meia libra de bolachas papudas na mão (Idem, 1975, p. 82).

A falta de respeito dos homens é notória, conforme ilustra o exemplo abaixo, em que mulheres são comparadas ao gado:

À praça regurgitante de gente chegavam agora as mulheres-damas com seus vestidos berrantes – e veio com elas um cheiro doce de loção nacional, de brilhantina abundante e de pó-de-arroz Lady, muitas delas de mãos dadas e com sombrinhas de seda vermelha da última moda.

- É vem o gado! – bradou Ziu à porta do bilhar, enquanto passava giz na cabeça do taco (Idem, 1975, p. 83).

Muitas outras referências à prostituição ocorrem nas narrativas de *Cascalho* e de *Além dos marimbus*, a imagem da mulher sempre transparecendo degradação e vulgaridade. Detalhes como “debaixo da ponte”, local onde a prostituta “Zefa-Me-Pula” vai “dar” por “cincão”, ampliam e acumulam efeitos psicológico e simbólico:

Ao passarem pela porta da loja de Benigno Carregosa, Zefa Me-Pula se fretou com Peba, pondo as mãos nas cadeiras largas:

- Hoje eu quero cincão, meu bem.

- De noite eu lhe dou, debaixo da ponte (Idem, 1975, p. 84).

Em outro trecho, mais um comentário pejorativo a respeito de uma mulher sem muitos atrativos aos olhos dos homens:

Aquilo é uma negra aguada, fubuca. Não vale um centenário. É do tipo “come, onça”. Já andei com ela uma vez pra nunca mais. É mesmo que uma tábua (Idem, 1975, p. 220).

Quando a figura da mulher não é representada como prostituta ou então em condição miserável, ela aparece como doente mental, alvo das brincadeiras preconceituosas da população que, em tom difamatório, justifica o mal da moça como sendo causado pela “falta de homem”. Eis o exemplo figurado em Rute, filha do Juiz Canuto Rufino, em *Cascalho*:

Nesse momento, porém, estremecendo toda a casa, uma voz humana estrondou num esganiçado toque de corneta:

- Tá-tá-tá-tá-rá! Tá-rá-rá-rá-tá![...]

- Eu vou ser coroada! Eu vou ser corooooaada!

O juiz ergueu-se do sofá. Estava pálido, desfigurado, e no seu olhar havia como a sombra de uma fatalidade. Entretanto, sua voz foi natural quando disse:

- É a Rute, seu colega... Está de novo acometida do mal [...]

Era a filha do Juiz num dos seus comentados acessos, a que ele assistia pela primeira vez [...] Ao passar defronte da porta do alfaiate Barbosa [...] ouviu estes comentários em voz alta:

- O acesso de hoje está mais forte do que o do mês passado.

- O Juiz devia ter casado essa moça desde cedo.

- Será espírito mesmo?

- Qual é espírito! Tudo é falta de homem (Idem, 1975, p. 167-168).

Algo semelhante a Rute, outro caso de deformidade altera a figura feminina pertencente à classe social mais elevada. É o exemplo de Amelinha. Vítima de enorme pressão e até de rejeição por causa de uma gravidez indesejada – uma desonra para a família no contexto social machista –, Amelinha vê-se obrigada a tomar um remédio abortivo:

Carregosa destampou o vidro de remédio e, com o rosto coberto de suor, pediu uma “colher de sopa”. Aproveitando a oportunidade, Valadão soprou aos ouvidos do compadre:

- Sê hábil...

Veio a colher, e o homem se dirigiu para o sótão, onde a moça se encontrava nesse momento. Enquanto o ouvia subir a escada, Valadão se pôs a andar em volta da mesa, as mãos para trás, apreensivo com o resultado que poderia advir da entrevista de Carregosa com a filha. Com muito tato, ele induzira o compadre a indagar a moça “se, de fato, havia alguma coisa”, pois “um pai era sempre um pai, um verdadeiro guia, um confidente e um protetor”. Se houvesse, que diabo! que ela confessasse tudo, ele não ia se aborrecer, o que queria era “evitar o escândalo”, coisa “que não lhe ficava bem” (Idem, 1975, p. 182).

Em contrapartida, a imagem de mulher-objeto, cuja função exclusiva é prestar-se a servir os homens, na cozinha ou na cama, é reforçada pelo exemplo abaixo. Dois garimpeiros comentam essas respectivas qualidades a respeito de uma das mulheres do cabaré:

[...] trocavam impressões sobre alguma mulher do cabaré de Felícia, falavam da negra Bataclã, boa fêmea, mas também uma colher-de-pau de primeira, em cuja casa haviam comido uma moqueca de surubim no sábado anterior, depois de uma farra que acabara de madrugada (Idem, 1975, p. 191-192).

O desprezo com que são tratadas as mulheres passa de notório a exemplar no caso da mãe morta durante o parto com o “filho atravessado”. A chocante comparação com o ocorrido caso de uma cachorra que teve o mesmo fim retrata simbolicamente essa situação bizarra:

- Conheceu a finada Maria Boca-da-Gruna?
 - Ela morreu?!
 - Morreu.
 - Paz à sua alma. Boa fêmea.
 - Morreu de parto. Com o filho atravessado, assim eu soube.
- Não houve reza nem parteira que desse jeito.
- Quem era o pai?
 - Diz que era Zé Neto.
 - Eu tive uma cachorra que morreu assim (Idem, 1975, p. 195).

Reforça-se a ideia de que a mulher serve apenas para aliviar as necessidades do instinto sexual dos homens. Diante da sua falta no garimpo, percebemos no trecho abaixo que “qualquer uma serve” mesmo com “cacos de dentes”, “pernas finas” ou “quadril estreito”:

A amiga de Adolfo, magra, uma tábua, ia na frente dele com uma trouxa na cabeça. Conservando na boca o cachimbo apagado, falava por entre os cacos de dentes. Finas eram as suas pernas e estreitos os seus quadris, de homem eram as suas passadas largas, nenhum atrativo havia no seu corpo gasto, mas sua presença na estrada, o vestido de chita vermelha muito justo nas nádegas murchas, trouxe aos garimpeiros uma sugestão de prazer: era uma mulher [...]

- Aqui na serra – comentou Filó – uma negra de canela fouveira¹¹ como esta de Adolfo bem que já serve (Idem, 1975, p. 199).

A respeito de um colega acompanhado de uma mulher, dizem os garimpeiros:

- De qualquer maneira – conveio Neco – ele passa melhor do que a gente. Tem a sua costela certa toda noite, o seu pé-de-tabaqueira que não falha (Idem, 1975, p. 199).

Silvério – a despeito de sua calculada esquivança – frequenta os cabarés da cidade e mantém relações com prostitutas. O detalhe dos locais escolhidos para os encontros sexuais reforça a ideia do improvisado com que as meretrizes brindam seus

¹¹ Ruivo, castanho-claro malhado de branco (diz-se dos cavalos).

clientes “debaixo das pontes”, “nos fundos dos quintais” e “atrás das pedras”. Os personagens são, por esta maneira, rebaixados ao nível meramente instintivo:

Desde que chegara a Andaraí só estivera com mulheres debaixo das pontes, nos fundos dos quintais e atrás das pedras [...] se entregando ao relento como animais (Idem, 1975, p. 226).

Por fim, e como exemplo extensivo de total decadência acoçando os garimpos, temos ilustrada a representação negativa da figura feminina através da história da negrinha Lindaure, por todos desejada num primeiro momento e depois doente e abandonada, entregue à miséria da própria sorte:

Mas um dia... Contava-se: “Apareceu na cidade uma rapariga chamada Lindaure, que estava morando na Rua do Bucho, em casa de Joana Pela-Pau. Era uma negrinha nova, lisa, com os peitinhos duros, uma fêmea de primeira” – assim a descreviam. “A notícia correu entre os garimpeiros: havia petisco fresco, uma menina, quase. Lindaure amou então debaixo das pontes, gemeu de prazer nos braços de homens diversos nas noites de sábado, quando os garimpeiros regressavam da serra. Um dia, porém, a negrinha deu pra andar de pernas abertas e, como a notícia de sua chegada, a de sua doença circulou rapidamente entre os homens. Outros males foram aparecendo, e dentro em pouco ela ficava completamente esquecida – os antigos frequentadores correndo dela as léguas [...] Estava entrevada, as pernas endurecidas, sem movimento, inúteis. Teve de ir para a rua pedir esmolas, e arrastava-se pelas calçadas como um trapo, os homens tapando o nariz quando ela passava (Idem, 1975, p. 233-234).

3.3 CAUSOS E ORALIDADE

Conforme assinalamos, as narrativas de Herberto Sales estão repletas de causos, lendas, mitos e símbolos que remetem à cultura do povo da região da Chapada Diamantina, incorporando-a como um veio sincrético de configurações identitárias. Algumas dessas histórias integram e estão associadas ao rico passado dos garimpos, numa época em que, conforme a credence popular, diamantes eram encontrados até em moela de galinha ou no quintal das casas, à semelhança do que ocorreu com Judite Branca, que “foi obrar no fundo da casa e encontrou um diamante que vendeu por 1:000\$000” (Idem, 1975, p. 99). Em outros casos, a algum objeto se atribuiu uma

dimensão mítica, com poderes fantásticos e ocultos, como no caso da arma do finado Zé de Peixoto:

Era uma arma famosa, que, tendo sido a defesa do negro em tantos momentos de perigo, se ligava agora, mais do que nunca, depois dele morto, à sua vida, confundindo-se com a sua figura na imaginação do povo. Ziu chegou a oferecer um conto e quinhentos por ela, cedendo à sugestão de arrojo e intrepidez que dela parecia emanar. O delegado, porém, fez questão de conservá-la, como se ela, impregnando-se de toda uma história cheia de crimes, trouxesse em si a secreta herança de um poder destruidor, e não apenas o prolongamento de terror que infundira a presença do seu primeiro dono (Idem, 1975, p. 169).

As virtudes e poderes lendários conferidos ao *Parabelum* do negro fizeram da arma um instrumento encantado, virando até motivo de piada quando lhe atribuíam o poder de tornar corajoso um homem covarde: “contou-se depois na cidade – uma arma como aquela daria coragem até ao escrivão Pimentel, de quem se dizia não ser capaz de brigar ‘nem com um facho de fogo da bunda’” (Idem, 1975, p. 169). O próprio Zé de Peixoto, depois de morto, é elevado à condição de lenda no meio dos garimpeiros. Suas coragem e intrepidez, evocadas muitas vezes e hiperbolizadas, tinham alcançado um estatuto de lenda heroica nas Lavras de Andaraí:

Durante os primeiros dias, muito se falou ainda sobre o passado do jagunço [...] Com ele morto, suas façanhas adquiriram tamanho vulto e mais parecia tratar-se de um herói ou de um personagem lendário do que de um simples negro malvado que ainda outro dia andava pelas ruas de Andaraí (Idem, 1975, p. 169).

Em estado bruto, o diamante era difícil de ser reconhecido e apenas os olhos mais experientes podiam identificar sua real qualidade e seu valor pecuniário, além de simbólico. Diante de uma pedra que acabavam de encontrar, os garimpeiros ficavam em dúvida: “Mas será que essa pedra que nós pegamos é carbonato mesmo?” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 201). Divididos quanto à natureza da preciosidade, alguns discordavam: “Filó mostrava-se incrédulo: - Pra mim é uma ferragem” (Idem, 1975, p. 201). Outros filosofavam, revelando a dimensão mística e sobrenatural do diamante realimentando assim uma característica da cultura popular: “Carbonato é um trem misterioso. Até os capangueiros estão sujeitos a se enganar com ele. Parece até que tem encanto” (Idem, 1975, p.202). O caso do garimpeiro Agulhão, lembrado por um dos

trabalhadores, passava da história ao mito, e como mito habitava o imaginário daqueles seres obsessivos:

- Agulhão encontrou um dia um ferrajão – foi contando o outro – e levou de presente pra Seu Bacelar. Seu Bacelar achou a pedra muito bonita, e deu mil-réis a ele pra comprar charuto.

Fez uma pausa, como se procurasse recordar algum detalhe importante, e continuou:

- A pedra ficou mais de um mês em cima da mesa de Seu Bacelar, servindo de peso de papel. Quando foi um dia, Seu César de Mucujê entrou lá e disse: “Mas compadre, como é que você tem coragem de deixar à toa um carbonato deste tamanho?” Seu Bacelar quase cai pra trás.

- E era carbonato mesmo? – interrompeu-o precipitadamente Silvério [...]

O garimpeiro que contava o caso respondeu em tom irônico:

- Era um carbonatinho que foi vendido por quatrocentos contos (Idem, 1975, p. 202).

Dois outros casos contados pelos garimpeiros chamam a nossa atenção por serem baseados originalmente em fatos reais. Ao longo do tempo e por conta das inúmeras vezes em que foram reproduzidos, sofreram alterações, reconstituindo-se modificados ou acrescidos de detalhes fantasiosos. As referidas histórias são respectivamente a do diamante escondido na espingarda e a dos diamantes encontrados na moela das galinhas:

Não havia o exemplo de Caroba? [...] Enquanto lavavam, Caroba aproveitou e subtraiu uma pedra de dez grãos, escondendo-a no cano da espingarda; sua intenção era retirá-la dali somente quando chegasse à cidade, vendendo-a às escondidas, para ir embora depois. Manelão, porém, era muito calmo. Tendo visto o sócio ocultar o diamante, pois já o vinha observando com desconfiança, nada disse. - Fingindo ignorar o roubo, deixou passar uma meia hora e, entrando de repente na toca, tomou a espingarda e fez que ia alvejar uma caça qualquer. Foi o bastante. Caroba correu ao seu encontro, pedindo-lhe para não disparar a arma: se ele desse o tiro, adeus, diamante! O que Manelão queria, ficou esclarecido, era que o outro se acusasse com as suas próprias palavras (Idem, 1975, p. 115).

Em outro trecho de *Cascalho* encontramos outra história curiosa que remonta ao início do garimpo, na época áurea, quando os diamantes eram encontrados com enorme facilidade:

- No começo das Lavras era assim. Era só a gente chegar, cavar um buraco e encontrar diamante [...]

- Pelo menos é o que dizem os antigos [...]
- Hoje em dia, se você for procurar diamantes no meio da rua, ou em moela de galinha, onde a gente também encontrava eles antigamente, você morre doido mas não acha um [...]
- No tempo em que diamante era encontrado em moela de galinha – disse – as galinhas ciscavam na beira do rio [...]
- Reconheço que as nossas hoje ciscam no mesmo lugar; mas na beira do rio o diamante já não é tão fácil assim (Idem, 1975, p. 67).

Os causos abarcam praticamente todos os assuntos veiculados na sociedade andaraiense e servem como manobra diversionista ao espírito daqueles indivíduos carentes de uma boa história para se divertir e matar o tempo e as tensões:

Ali, como em toda a parte, matar o tempo era o grande problema. Era como se alguém houvesse determinado que não iria acontecer mais nada – um novo crime... um acesso da filha do Juiz... um bambúrrio... um caso qualquer que servisse de comentário enquanto se assistia a uma partida de bilhar ou se tomasse um aperitivo à custa de alguém (Idem, 1975, p. 277).

Os remédios e poções, muitas vezes empregados por iniciativa própria ou por alguma indicação de curandeiro, são outros exemplos típicos da credence popular. Os garimpeiros, pauzeiros e demais personagens populares que povoam o universo romanesco de *Cascalho* e *Além dos marimbus* acreditavam em mau olhado e mandingas e nas fórmulas e simpatias prescritas por benzedores incumbidos de reverter tais males. Um diálogo ilustra o fenômeno por que passa um garimpeiro perseguido insistentemente pelo azar, que busca o auxílio de um curador para “fechar o corpo”:

- Ele anda num azar danado – disse Silvério.
- É – concordou Filó. – Aliás, ele foi mais pra Xiquexique pra procurar um curador, um tal Abelardo, pra fechar o corpo. Ele desconfia que tudo seja mandinga (Idem, 1975, p.174).

Para curar reumatismo os recursos mais disponíveis são o “Bálsamo Filantrópico” ou então o “sebo de rim de carneiro”, o que remete às soluções caseiras, receitas oriundas da sabedoria popular, mas que deixam um rastro de inevitável impressão de charlatanismo:

“Eta, que o reumatismo quer me pegar!” – Ficou de cócoras junto à porta, empurrando o chapéu para trás.

- Tome Bálsamo Filantrópico – disse Silvério.

- Bálsamo Filantrópico só serve pra reumatismo em verso de cantador de coco – respondeu o outro. – O meu eu costume curar é com sebo de rim de carneiro (Idem, 1975, p. 172).

Em outro trecho, agora extraído do relato de *Além do marimbus*, Jenner e o canoeiro Manuel João conversam sobre um especial medicamento para curar reumatismos: a banha do sucuiuíú, que mataram mais cedo e que agora o velho fritar e engarrafa:

Jenner lançou um olhar à gamela:

- É a banha do sucuiuíú?

- Sim senhor. Vou fritar ela e engarrafar. Em Andaraí o povo procura muito. Não existe nada melhor para curar reumatismo (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 32).

A figura do curador que prescreve “remédios” é a única solução a que podem recorrer os despossuídos como a velha e entrevada Minervina. O extrato de “mamão serenado”, que deve ser ingerido “antes do sol nascer”, e a “pena de galinha” não apenas remetem ao vocabulário da medicina tradicional, mas assimilam um legítimo sumário de receitas caseiras passadas por curandeiro, recurso último de lenitivo das doenças ou adiamento das crises:

- Ôh, minha filha, você estava aí? – mururou Minervina, soerguendo-se na esteira, ao ver entrar Maria.

E esta:

- A senhora melhorou, mãe? Ontem de tarde eu fui na casa de Seu Abelardo curador. Fiz uma consulta pra senhora. Olhe aqui: este mamão é pra senhora comer serenado. Deixe ele hoje do lado de fora, no sereno, a noite inteira, e de madrugada a senhora come ele, antes do sol nascer. O remédio da garrafa é pra senhora passar na inchação, com uma pena de galinha, três vezes ao dia. Seu Abelardo me garantiu que a senhora vai ficar logo boa (Idem, 1975, p. 76-77).

Para curar uma doença que acomete os rins, o trabalhador apela sem sucesso para o “chá de velame e de quebra-pedra”:

- Ricardo!

- Estou aqui vertendo água.

Não o conseguia sem esforço. E isto o levou a retomar o assunto da doença:

- Agora mesmo está ardendo. Estou vendo a hora de meus rins se trancarem.

- Já tomou chá de velame e de quebra-pedra?

- Já tomei chá de tudo (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 19).

Existe remédio até para auxiliar as mulheres em seu período menstrual, a exemplo do autoprescrito e encarecido pela esposa do canoeiro Manuel João:

- Manuel João – cochichou a mulher – mande buscar em Andaraí um vidro de Regulador do Corpo pra mim. Eu não estou nada boa.

Baixou mais a voz. Era como se fosse revelar um segredo que desejasse ocultar de si própria:

- Este mês eu já fiquei incomodada duas vezes (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 30).

A composição dos “remédios”, sobretudo aqueles receitados por Sinhá do Ouro, confere adicionalmente uma conotação de mistério, própria ao ambiente místico do universo dos curandeiros, mundo pouco conhecido e talvez por isso respeitado na cultura popular: “Eram, assim, muito grandes os conhecimentos terapêuticos de Sinhá do Ouro”. Por outro lado, ao longo da narrativa e na medida em que são reveladas as fórmulas como a indicada para curar o menino, certos termos despertam repulsa e podem inclusive confirmar a suspeita de charlatanismo. “Lagartixa” torrada “com tripas e tudo”, em seguida “bem moída” e misturada “num quarto de cachaça”, pronta para ser ingerida, além de bizarro, não remete exatamente a uma prática terapêutica tradicional:

- O meu menino mais velho, aquele de doze anos, que já me ajuda no garimpo, apareceu com uma gonorreia desgraçada.

Bosta-Voa felicitou-o:

- O quê, senhor! Parabéns. O menino é macho mesmo [...]

- Mas eu preciso arranjar um remédio pra ele [...]

- Filó observou: entregue o menino a Sinhá do Ouro, que você vai ver.

Dito e feito. Tindô foi procurar mais do que depressa a velha Do Ouro, foi chegando e contando:

- Sinhá do Ouro, eu estou até com vergonha. Mas o diabo deste menino pegou uma doença de rua e eu quero que a senhora trate dele.

A boa mulher não regateou os seus serviços. Disse ao menino:

- Olhe, meu filho, você pegue uma lagartixa, dê a sua mãe pra torrar, com tripas e tudo, e depois moa bem moída, até virar pó. Depois bote o pó num quarto de cachaça, mexa bem mexido e beba (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 71-72).

Ressaltada no trecho acima, a característica da cultura popular ligada ao classismo machista, tem certa difusão no interior da Bahia e no nordeste brasileiro em geral. Um menino de doze anos apenas, e já acometido por doenças venéreas – “uma gonorreia desgraçada” –, denuncia a promiscuidade do meio em que vive e vislumbra como garantia de comprovada macheza os contatos precoces com as prostitutas, parceiras das transmissões de “doença de rua”. Por isso Tindô, pai do menino é felicitado por um colega: – “Parabéns. O menino é macho mesmo” – denotando, junto com a perspectiva machista, a admiração e o reconhecimento pela prematura atividade sexual, própria de homens feitos e ambientes receptivos.

CAPÍTULO 4:

AS REPRESENTAÇÕES DO TERRITÓRIO

Nous ne pouvons plus rêver sur les régions non explorées
et sur les blancs des cartes de géographie, mais notre terre a toujours
ses Amazones et ses Tibets inaccessibles et pour le romancier,

l'ailleurs commence au coin de la rue¹² (BOURNEUF, 1970, p. 94).

BOURNEUF (1970, p.77), analisando a bibliografia crítica do romance, apresenta uma lacuna inexplicável no sentido em que, ao inverso dos estudos sobre o tempo – e aqui em particular os estudos de Georges Poulet – não se encontram trabalhos específicos sobre o espaço “na literatura narrativa”. Em *l'Espace littéraire*, Maurice Blanchot descreve, de forma metafórica, porém não esclarecedora, a transfiguração do poeta na passagem do exterior para o interior (imaginário) no “espaço do poema”. Tal abordagem, todavia, embora não represente acréscimo extraordinário para a temática que nos interessa, sempre conterà matéria que complementa nossa observação sobre o gênero romanesco.

Segundo CAMUS e BOUVET (2011, p. 9), durante muito tempo o espaço foi relegado a segundo plano nos estudos literários, sendo valorizado enquanto objeto de análise e interesse apenas após a segunda guerra mundial. Tal objeto de estudo, o espaço e suas representações, foi especialmente alongado por Gaston Bachelard em *A poética do espaço* (1989), mas relativamente pouco pelos estruturalistas. O interesse pela representação espacial conheceu seus maiores resultados, sobretudo, no último quarto do século, período em que alguns estudos de cunho regionalista começaram a despontar, conferindo maior atenção e foco à questão do território, sua importância e suas representações na literatura. Os romances de Herberto Sales *Cascalho* e *Além dos marimbus*, objetos de nossa análise, se caracterizam por uma ancoragem geográfica das narrativas, junto com o espaço real e simbólico e uma estreita relação das configurações espaciais com o universo descrito. Eis como as autoras referidas designam o espaço romanesco:

L'espace romanesque constitue, de fait, toute la réalité dans laquelle se meuvent les personnages: loin de fournir le seul cadre de l'intrigue, il est au fondement de l'univers fictionnel¹³ (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 9).

¹² Não podemos mais sonhar com as regiões não exploradas e os vazios dos mapas geográficos, mas nossa terra ainda tem suas Amazônias e seus Tibetes inacessíveis, e, para o romancista, o acolá começa na esquina (Tradução nossa).

¹³ O espaço romanesco constitui, de fato, toda a realidade na qual evoluem os personagens: longe de fornecer apenas o quadro da intriga, ele está no fundamento do universo ficcional (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 9. Tradução nossa).

Essa noção de espaço se adequa perfeitamente aos romances aqui analisados, uma vez que neles se evidencia o detalhe espacial como um elemento fundamental da narrativa literária, que vai muito além da simples contextualização geográfica-espacial do cenário no qual se desenvolve a trama. Em outros termos, o espaço tem um papel preponderante como parte integrante da narrativa. A pesquisa sobre a “topografia ficcional” (termo utilizado por CAMUS e BOUVET (2011)) seria, dessa forma, o estudo do espaço no romance em todas suas variantes, alinhando local, universo, território, e partindo de um simples ambiente, como o de uma casa, por exemplo, até os mais amplos ou abrangentes como uma rua, um bairro, uma cidade, uma região, ou um país.

No romance realista, assim como no naturalista, existe uma enorme preocupação quase documental com a descrição fidedigna dos espaços descritos. Nesse sentido, autores como Herberto Sales se preocuparam em documentar os cenários que iriam descrever em seus romances, a ponto de passar longas temporadas observando e mesmo participando, no caso de Sales, das atividades do garimpo, para melhor se imbuir da realidade de uma determinada região, visando a descrevê-la com mais propriedade em sua narrativa. No entanto, por se tratar de uma obra literária, o romance está sujeito a certa subjetividade e sempre existe um hiato entre o espaço do romance e o espaço referencial da ficção. Esse mesmo fenômeno se produz em relação a certos personagens que, se existiram na vida real, mas que, por força da ficcionalização da obra e de sua narrativa, sofreram alterações em suas características e/ou na autoria e grandeza de seus feitos (geralmente aumentados) quando romanceados.

Objeto de preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço cobre uma variedade muito ampla de objetos e significações. Os utensílios comuns à vida doméstica, por exemplo, um cinzeiro, um bule, um balde, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja sua dimensão, representam espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado – e há o espaço terrestre, da velha definição de

geografia, como crosta de nosso planeta; e há, igualmente, o espaço terrestre, recentemente conquistado pelo homem, e até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério.

O espaço que nos interessa aqui analisar, no entanto, é o espaço humano ou o espaço social vistos através dos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*. O conceito de lugar – porção discreta de espaço total – teria precedido o conceito de espaço. Aristóteles já havia formulado esta ideia e Einstein nela insiste (Prefácio a Jammer, 1969, p.13). Para o criador da teoria da relatividade “parece que o conceito de espaço teria sido precedido pelo conceito psicológico mais simples de lugar”. O lugar é, antes de tudo, uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o “lugar” específico é um objeto material ou um corpo.

Do ponto de vista teórico epistemológico, o conceito de espaço precede o conceito de lugar. O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas, que se apresentam como testemunho de uma história mediante processos do passado e do presente. Assim percebido, o espaço se define como um conjunto de formas representativas das relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. Um grande número de autores modernos e clássicos afirma que o espaço é apenas um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem.

Contudo, podemos nos perguntar se a organização espacial é apenas um reflexo da organização social ou se uma se constitui em projeção da outra. A verdade é que o espaço está muito longe de ser apenas um quadro neutro, vazio, imenso, em que o vivente pode produzir-se. O espaço pode ser apreendido como um sistema de relações ou um campo onde forças distintas, então em jogo, se relacionam e interagem, como num campo de embates. Segundo a acepção de Durkheim (1987, p.14 *apud* Santos, 2004, p.161), o espaço existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. O espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik (1976, p. 61, *apud* SANTOS, 2004, p.163) define os fenômenos sociais como um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como elemento de um conjunto, realizando assim uma dupla função que

Ele assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: define-se pelo conjunto, mas também o define. Ele é simultaneamente produtor e produto, determinante e determinado, um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela, e, ao tempo em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo tal acepção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social.

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o indivíduo, nem está presente de tal forma no cotidiano das pessoas. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si esses pontos são elementos passivos que condicionam a atividade humana e comandam sua prática social.

O binômio espaço-tempo inspirou obras de primeira importância no panorama da teoria ou da crítica literária. Podemos citar o trabalho de Bakhtin acerca do conceito de cronotopo, em que a correlação espaço-tempo se reveste de uma importância capital e sobre a qual se sustenta a teoria do filósofo russo. Porém, segundo Bourneuf, o espaço não foi, ou o foi muito pouco, estudado enquanto elemento constitutivo do romance, assim como são os personagens, a trama ou o tempo da narrativa que o constituem. A crítica de Bourneuf se refere à noção de espaço enquanto “espaço físico”, concreto e real, onde evoluem os personagens e no qual se desenvolve a trama romanesca. Faz-se necessário, segundo ele, um estudo mais aprofundado sobre o conceito de espaço no romance: “le champ reste ouvert à une étude méthodologique de l’espace dans le roman, sa place, sa fonction, sa représentation, son sens”¹⁴. Percebemos, através dessas considerações acerca da noção de espaço, a relevância do estudo sobre espaço físico e simbólico e como estes desenvolvem um papel significativo para a apreensão de fenômenos identitários nas narrativas.

Ainda conforme BOURNEUF (1970, p. 85), a maioria dos romances apresenta espaços “encaixados”: aqueles no qual vivem diretamente os personagens e onde se desenvolve em geral a parte mais visível da intriga. Outros locais, mais ou menos distantes, aos quais se refere por vezes o narrador, servem para esclarecer o passado dos personagens ou para introduzir novos matizes dramáticos em sua narrativa. Bourneuf (1970, p. 86) ressalta a importância das descrições como ferramenta de caracterização

¹⁴ BOURNEUF, R. 1970, p.80. O campo permanece aberto para um estudo metodológico do espaço no romance, seu lugar, sua função, sua representação, seu sentido (Tradução nossa).

dos espaços. Segundo ele, as descrições implicam, por parte do autor, em escolhas de certos elementos em detrimento de outros. O romancista pode descrever todo o espaço de sua trama de uma só vez ou escolher uma grande descrição que contextualize o cenário da ação romanesca, ou, então, dividir essa apresentação do espaço em diversas descrições fragmentadas ao longo da narrativa. Esse recurso é utilizado quando existe uma preocupação do autor em tornar mais leve a sua narrativa, diminuir o ritmo da trama e melhor integrar os personagens em seu espaço. Balzac, por exemplo, na série de notáveis romances que compõem a sua *Comédie humaine*, dedica dezenas de páginas à contextualização de seus romances, através de longas e detalhadas descrições onde apresenta o cenário que vai servir de espaço/palco para seus personagens, e toda a trama romanesca seria uma “*mise en place*” de sua narrativa. Em *Madame Bovary*, Flaubert também se utiliza desse recurso, contudo, em certos momentos, utilizando-se de descrições fragmentadas e esporádicas por ocasião da apresentação de um novo personagem ou no decorrer do deslocamento de algum protagonista de sua trama.

Nos romances de Herberto Sales encontramos os exemplos do retirante/garimpeiro Silvério, na obra *Cascalho*, e do viajante Jenner em *Além dos marimbus*. Nessas narrativas, o autor usa o recurso do personagem desconhecido que penetra em um novo mundo, universo até então fechado, no intuito de desencerrá-lo. Não que os garimpos da narrativa de *Cascalho* sejam um espaço hermético, mas a chegada de Silvério possibilita uma nova percepção desse espaço. Silvério, “o que vem de fora”, por mais humilde e pobre que seja, aporta um olhar diferente sobre esse território. Ele, que fugiu da seca do sertão, traz consigo parâmetros de outros espaços e consegue dessa forma aportar novos elementos para entender os paradigmas do território dos garimpos, feudo dos coronéis. Em *Além dos marimbus*, o personagem Jenner é um viajante que chega à região de Andaraí para visitar uma fazenda no intuito de fechar um negócio imobiliário visando à exploração das matas cobertas por madeiras de lei. Assim como Silvério, Jenner é um estrangeiro em um novo espaço e, através de sua evolução nesse território, e na medida em que vai avançando no decorrer de sua viagem, descobrimos a fundo o espaço descrito na narrativa de Sales.

Nas obras de Herberto Sales, a temática da viagem é um excelente álibi para a descrição de novos espaços ou a abertura e apresentação de espaços antes fechados e

herméticos, que tendem a se abrir face ao “novo olhar” do viajante. O novo ponto de vista marcado pelo olhar de quem pertence a outra cultura permite apreender diversos fenômenos identitários. A viagem enquanto temática e o viajante enquanto protagonista fornecem possibilidades quase ilimitadas de descrições desses novos espaços. A viagem, um dos mais antigos temas literários, desde as narrativas das epopeias, sempre foi um elemento recorrente. Obras de diferentes épocas e estilos como a *Odisseia*, *Moby Dick*, *Don Quixote* e os diversos romances de *Jules Verne*, por exemplo, ilustram bem a riqueza e a diversidade do referido tema, e de como este foi amplamente abordado na literatura. No romance *Além dos marimbus*, por exemplo, descobrimos na contracapa um subtítulo significativo que se destaca sobremaneira quando abordada a temática da viagem: “*Narrativa da viagem que fez Jenner Nogueira Chaves às matas do Andaraí para compra de uma fazenda onde extrair madeiras*”.

Na análise do espaço como tema e como problema, é preciso definir as funções de espaço estudando-lhe as relações com os personagens e as diferentes situações colocadas; as suas relações com o tempo, assim como com a ação e o ritmo do romance. A análise de uma obra narrativa, seja ela relativa ao teatro, ao cinema ou ao romance, aponta para a importância do espaço, do cenário, enfim, do meio escolhido para acolher a trama e os personagens que a compõem (Cf. BOURNEUF, 1970, p.88). Não é por acaso que Herberto Sales tenha escolhido situar tal personagem em um determinado cenário específico. O espaço se reveste de uma importância tão crucial que influencia diretamente a trama romanesca e o próprio tecido narrativo da obra. O ambiente, a luminosidade, os ruídos e cheiros, todos os sentidos são solicitados, todas as percepções dos personagens sofrem a influência que o espaço lhes imprime. Tomemos como exemplo os pântanos isolados e insalubres em *Além do marimbus*:

Acentuara-se o mau cheiro: a canoa começara a entrar no pântano. Espreada até ali na última cheia, a água apodrecia lentamente, retendo em infusão galhos mortos e recobertos de lodo. Os animais avançavam a custo, atolando-se na lama [...] Jenner começava a impacientar-se com os mosquitos. Enxames deles viviam ali, nutrindo-se das impurezas da água, do limo acumulado em volta das touceiras. Investiam contra os homens, tentando picá-los (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.14).

Certos detalhes da narrativa contribuem para aumentar o efeito do impacto desse espaço em decomposição. Simbolicamente, a própria vida parece alimentar-se dessa decomposição para se perpetuar: “nutrindo-se das impurezas da água, do limo”. O vocabulário empregado também favorece a criação de um ambiente inóspito que torna difícil a vida dos homens: o “mau cheiro”, a água que “apodrecia lentamente” e os “galhos mortos e recobertos de lodo” contextualizam a cena e seu quadro desumano. As dificuldades são destacadas desde a simples locomoção dentro do pântano: “Os animais avançavam a custo, atolando-se na lama”. Para tornar o ambiente ainda mais inóspito, vale destacar a presença de “mosquitos” em grande número, “enxames deles viviam ali” investindo “contra os homens”.

Para Bourneuf (1970, p.88), o espaço enquanto cenário onde se desenvolve a trama torna-se um elemento essencial que completa os personagens. Sua influência se dá tanto no campo físico quanto psicológico, e determina em muitos casos os próprios rumos da narrativa. O espaço pode ser um aliado ou um inimigo, pode aprisionar ou libertar os personagens:

Souvent l'espace prolonge le dialogue, modifie la situation réciproque des protagonistes, les distances qui les séparent: l'espace rajoute à la scène et l'accompagne. Il faut aussi voir le cas où il la conditionne, qu'il contraigne les personnages au repliement ou qu'il leur permette une libre possession du monde¹⁵ (BOURNEUF, 1970, p. 88).

A organização do espaço corresponde, assim, às exigências do ritmo e da ação da narrativa. O espaço torna-se um elemento fundamental que pauta a cadência da sucessão de quadros, cenas e ações da trama. A primeira cena de *Além do marimbus* descreve a chegada do personagem Jenner à região de Andaraí, sua travessia entre os marimbus na canoa do velho Manuel João, e a casa no meio do pântano onde os viajantes passam a noite. O espaço criado por Sales está repleto de detalhes que remetem ao desconforto, ao perigo e ao incógnito. O romancista explora aspectos do desconhecido, fazendo pairar sobre a cena e o personagem um ambiente peculiar e

¹⁵ Muitas vezes o espaço prolonga o diálogo, modifica a situação recíproca entre os protagonistas, as distâncias que os separam: o espaço acrescenta ao cenário e o acompanha. É preciso ver também o caso onde ele o condiciona, obrigando os personagens ao recolhimento ou lhes permitindo uma livre possessão do mundo (Tradução nossa).

denso que se torna uma das dinâmicas da narrativa. Na medida em que avançam na viagem, aos poucos, o desconhecido irá se dissipando. Na sequência, Jenner se deparará com outros espaços, que sucessivamente irão constituir os novos cenários da ação. A propósito da incidência do narrador associado ao personagem, ao ambiente e à ação descrita, propunha Bourneuf nos seguintes termos:

Le principe directeur réside en ce rapport espace-homme: de lui naissent la plupart des péripéties, le rebondissement de l'intérêt, le mouvement général du récit [...] et laisse donc entrevoir que l'étroite interrelation de l'espace avec les autres éléments constitutifs donne à certains romans leur cohésion et leur diversité internes, leur forme caractéristique, leur tonalité et les niveaux multiples de leur signification¹⁶ (BOURNEUF, 1970, p.91).

Bourneuf encara as diversas fases de sua análise fornecendo os dados necessários para definir a natureza e o sentido do espaço romanesco. Existe de fato um espaço real, presente, representado pelo autor ou através de um narrador que o descreve, onde evoluem os personagens. Esse espaço, no entanto, é distinto do espaço imaginário dos personagens, cuja consciência está sempre ligada, alhures, a outros espaços idealizados, muitas vezes utópicos, e que remete a uma lembrança ou a uma antecipação ou projeção.

Essa visão utópica está presente nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*. A projeção dos garimpos ricos e das florestas com abundantes madeiras cristalizam os sonhos de riqueza e de vida fácil dos personagens que povoam o universo romanesco de Sales quanto à profusão, riqueza, abundância ou falta: “Encontravam diamantes agarrados às raízes dos pés de canela-d’ema, ao arrancá-los para acender fogo em suas tocas” (SALES, *Cascalho*, 1975, p.14). Quanto ao espaço do Poço da Donana: “Restavam pródigos jogos como o do Cabelo da Roda, onde eram encontrados os diamantes matemáticos do cascalho balinha. – Quem encontrar uma mancha de cascalho balinha no Paraguaçu – diziam os garimpeiros – pode comprar fiado. É para se pegar até no encher do carumbé! A suprema ambição se concentrava naquele cascalho privilegiado”. (Idem, 1975, p. 14 -15). Quanto ao sonho dos garimpeiros: “Em meio à

¹⁶ O princípio diretor reside nessa relação espaço-homem: dela nascem a maioria das peripécias, o ressalto do interesse, o movimento geral da narrativa [...] e deixa então entrever que a estreita interrelação do espaço com os outros elementos constitutivos confere a certos romances sua coesão e sua diversidade internas, sua forma característica, sua tonalidade e os múltiplos níveis de seu significado (Tradução nossa).

miséria em que vivia no sertão, Silvério fora seduzido por aquela maravilhosa visão de uma Andaraí com garimpos enriquecendo os homens da noite para o dia, com serras escancarando veios e grunas como cofres – com a fortuna se oferecendo a todos num mundo de oportunidades espantosas. Tangido pela ambição do ganho fácil, pela ilusão de fazer dinheiro depressa, entrevira, na viagem afoita, um futuro próspero e feliz” (Idem, 1975, p. 67). Quanto aos causos e lembranças, a exemplo da anedota de alguém achar diamante até cagando no mato:

Ao mesmo tempo, para consolar a si próprio, Silvério evocava episódios ainda recentes ocorridos em Andaraí, e que lembravam os inacreditáveis casos das primeiras descobertas, quando as pedras preciosas eram encontradas em toda parte. Realmente, o caso de Judite Branca não era antigo, não pertencia a nenhum passado lendário, era bem de outro dia, e ele se lembrava da notícia que circulara uma tarde na cidade: “As Lavras são sempre as Lavras! Judite Branca foi obrar ontem no fundo da casa e encontrou um diamante que vendeu por 1:000\$000”. Na verdade, isso não acontecia sempre – admitia – nem todo dia era dia santo” (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 99).

Existe um movimento nos romances do exterior para o interior, de fora para dentro, onde o espaço incide sobre o indivíduo, influenciando-o e, muito além, pautando a própria existência. Em Herberto Sales, o espaço preexiste aos personagens e segue existindo independentemente deles, podendo, dessa forma, ser apreendido pelo romancista enquanto realidade autônoma e independente cujas fronteiras são claramente definidas. O espaço em um romance pode ser representado em variados graus de intensidade. Ele pode ser apreendido como simples pano de fundo, que “esquecemos assim como se esquece do ar que se respira”, um halo difuso que envolve os personagens e toda a ação da narrativa, mas sem influência direta, ou, ao contrário, como elemento poderoso que determina as próprias diretrizes da obra. Segundo essa perspectiva, o espaço pode se tornar uma entidade poderosa, amiga/aliada ou, como nos romances de Sales, inimiga com a qual é preciso compor para sobreviver. Bourneuf (1970, p. 92-93) destaca que a representação do espaço no romance poderia ser dividida em duas categorias distintas. A primeira seria um *espace-quadre* ou *espace-décor*, segundo os seus próprios termos, e que poderíamos traduzir como “espaço-moldura”, ou seja, um espaço que apenas acompanha os personagens, servindo-lhes de moldura para o cenário, sem interferir ou exercer qualquer tipo de influência sobre a narrativa e seus protagonistas. Em contraponto a esse modelo, surge o “espaço-sujeito” ou “espaço-ator”

em torno do qual gravitam os personagens, as ações e a própria narrativa que, em sua essência, é subordinada à existência desse espaço.

Tomando o espaço como cenário e identidade em contextos adversos, na narrativa de Herberto Sales (em *Cascalho* e *Além dos marimbus*), cenários de sofrimento extremo atingem a dignidade, a integridade e ferem a própria condição humana, podendo fazer surgir o que BESSE (2002, p. 75) chama de “ausência de identidade ou identidade negativa associada geralmente ao sentimento coletivo de impotência e resignação”¹⁷. Esse estado de vazio identitário, sentimento ligado à dor e ao ostracismo imposto por alguma forma violenta de poder dominante, foi contextualizado por Besse em seu exemplo do povo português e seu sofrimento durante a ditadura salazarista, período durante o qual a memória literária teria transmitido e registrado essa imagem do país. Tanto as ditaduras políticas no nível de um país e a dominação local/regional dos coronéis e donos de terras no interior da Bahia, têm como denominador comum a imposição de uma ideologia ou de condições de vida impostos através da coerção e do terror. Nesse contexto, a classe ou instituição dominante sempre busca anular a resistência identitária, seja ela individual ou coletiva, a fim de combater qualquer forma de oposição (política) ou levante (social/popular).

Les structures spatiales ne doivent pas pour autant être réduites à un inventaire de *lieux représentés* dont le statut serait purement descriptif. L'espace n'est pas non plus un *lieu de la représentation*, celui qui organise et métaphorise l'écriture. Plutôt que de servir de support à la narration, il en est le principe organisateur, la substance même du « monde possible » inventé par le discours. En effet, l'espace intervient dans l'action, non pas comme un simple décor, mais comme un élément actif, signe d'une identité en mouvement, se trouvant tout naturellement à la base de la construction d'un territoire où la mémoire collective est problématisée de manière récurrente [...] l'espace permet le croisement de la mémoire, de l'idéologie et de l'imaginaire [...] Dans cette perspective, on pourrait dire que le lieu fait le *lien*, dans la mesure où il participe activement de l'ordre des représentations collectives, sociales et culturelles¹⁸ (BESSE, 2002, p.79).

¹⁷ Lieu du non-être, espace de l'absence d'identité ou d'une identité négative associée généralement au sentiment collectif d'impuissance, de résignation (BESSE, 2002, p. 75).

¹⁸ As estruturas espaciais não devem, no entanto, ser reduzidas a um inventário dos locais representados cujo estatuto seria puramente descritivo. O espaço não é tampouco um local de representação, aquele que organiza e metaforiza a escrita. Ao invés de servir de suporte à narrativa, ele é o seu princípio organizador, a própria substância do mundo “possível” inventado pelo discurso. De fato, o espaço intervém na ação, não apenas como um simples cenário, mas como um elemento ativo, sinal de uma identidade em movimento encontrando-se naturalmente na base da construção de um território onde a memória coletiva é problematizada de maneira recorrente [...] o espaço permite o cruzamento da memória, da ideologia e do imaginário [...] Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o local cria a *liga* na medida em que ele participa ativamente da ordem das representações coletivas, sociais e culturais (BESSE, 2002, p.79. Tradução nossa).

No contexto social dos garimpos e numa perspectiva histórica, modelo que se reproduz no espaço descrito por Sales em seus primeiros romances, com a manifestação do sofrimento dessa gente ao longo da história, a paisagem remete a uma dimensão ideológica, formando uma espécie de palimpsesto onde se inscrevem as marcas de violência social e da identidade de um povo marcado, ao longo do tempo, pela opressão e pela subserviência. Somente as mobilidades migratórias transculturais (deriva, deslocamento, desterritorialização, errância/migração, nomadismo) poderiam alterar essa perspectiva negativista. A mobilidade implica as várias possibilidades de deslocamento a que as comunidades étnicas são compelidas ao trânsito, em processos muitas vezes traumáticos de emigração/imigração, tendo por consequência efeitos – que podem ser brutais – de desterritorialização. A migração pode se dar no interior de uma comunidade dada, empurrando para a marginalização (criminalidade, tráfico, favelas ,etc.) personagens que são posteriormente ficcionalizados em romances e novelas de contextos diaspóricos.

Encontramos no *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos* (BERND, 2010, p.19) o verbete “Des(re)territorialização” entendido como aquele que estuda os neologismos criados por Deleuze e Guattari e retomados por E. Glissant para evocar tanto os espaços geográficos e históricos, no seu sentido restrito, como os psicológicos ou mentais, no seu sentido figurado, chamando a nossa atenção para o momento da passagem de um para outro “espaço” e a transformação que essa passagem acarreta. Podemos definir esses movimentos como migratórios e transculturais, uma vez que implicam em migrações desencadeadoras de passagens e transferências de modelos de cultura. Esse conceito pode ser aplicado à leitura da obra de Herberto Sales, onde encontramos diferentes modelos de migrantes/estrangeiros, a exemplo do retirante Silvério e dos árabes Mansur e Abubakir:

Fazia mais de seis meses que o retirante Silvério tinha chegado. Viera do alto sertão, tendo sido obrigado a abandonar, por causa da seca, a roça que ali possuía. Na sua terra, ouvira muitas vezes falar das Lavras, dos seus garimpos fabulosos, dos seus diamantes que eram encontrados até na moela das galinhas. Seduzido por essas notícias, encheu-se de esperanças, e, seguindo o exemplo de outros sertanejos, também se decidira a tentar fortuna em Andaraí (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 66).

E o retirante juntou-se à leva. Deixava para trás o sertão sem chuva - o barro vermelho rachando de seco, a água dos tanques virando lama, os campos cobertos de ossadas das criações (Idem, 1975, p. 66).

Em meio à miséria em que vivia no sertão, Silvério fora seduzido por aquela maravilhosa visão de um Andaraí com garimpos enriquecendo os homens da noite para o dia, com serras escancarando veios e grunhas como cofres – com a fortuna se oferecendo a todos num mundo de oportunidades espantosas. Tangido pela ambição do ganho fácil, pela ilusão de fazer dinheiro depressa, entrevira, na viagem afoita, um futuro próspero e feliz (Idem, 1975, p. 67).

O projeto de Silvério é de uma clareza e lógica pragmáticas: “De garimpo eu só quero saber até o dia em que eu fizer dinheiro – dissera. – Pegando que seja num cobrezinho, volto em cima do rastro pro sertão” (Idem, 1975, p.70). O comportamento do árabe Mansur também fica claramente explícito:

Por aí afora, chegava ao árabe Mansur, a quem o telegrafista chamava impulsivamente de “gringo porco e ladrão”:

- Roubou noventa conta de um hóspede, Seu Oscar. Um patife!

E contara que o hóspede se chamara Ostrowsky, um judeu russo que viera comprar diamantes em Andaraí, e cuja valise, onde estava guardada a referida importância, desaparecera misteriosamente do quarto de tapique da Pensão Grande Líbano [...]

- O judeu quase fica doido – continuara Nascimento. – Incomodou até o Chefe da Polícia. Como se tratava de um verdadeiro escândalo, as autoridades forjaram um inquérito para salvar as aparências, tendo como finalidade inocentar Mansur, que é elemento da política do Cel. Germano. O roubo foi atribuído a um pobre-diabo que trabalhava na pensão, e em quem a polícia desceu a borracha sem pena, com o fim de obter uma confissão [...]

Um ladrão, Seu Oscar! Conheço essa cambada há seis anos. Sei dos podres dessa gente toda. O gringo é um ladrão! (SALES, *Cascalho*, 1975, p.70).

Em ambos os exemplos acima expostos, o conceito de Errância se manifesta. A noção de errância aparece como fundamentalmente ambivalente em si, pois, pode ser apreendida como positiva, como uma aventura voluntariamente assumida – caso do personagem Silvério, que deliberadamente troca seu sertão pelo sonho do garimpo – e negativa, como desenraizamento involuntário, enfocando a violência das travessias impostas de territórios, representadas nas figuras do imigrante, do refugiado, do exilado, do marginal, errantes tradicionalmente excluídos (cf. GODET, 2010, p.189). A própria etimologia da palavra aponta para essa duplicidade de sentido: “errar”, do latim *iterare*, viajar, vaguear, mas também “errar”, do latim *errare*, incorrer em erro, em engano, em logro.

Seguindo na reflexão acerca da temática da Errância, encontramos no universo romanesco de Herberto Sales personagens à deriva, seres que perderam suas referências em seu antigo espaço, aquele que deixaram pra trás, o sertão, no caso específico do retirante Silvério, e não encontram, no novo território, um espaço acolhedor, tornando-se indivíduos desenraizados e desterritorializados. Esse fenômeno cria um paradigma, vetor social da existência de seres marginalizados que não entendem mais seus caminhos e são conduzidos à marginalidade de sua condição (cf. SOUZA, 2010, p.107), como é o caso de Zé de Peixoto, que envereda pelo mundo do crime, o que alimenta um círculo vicioso que acaba por marginalizá-lo cada vez mais intensamente.

Da mesma maneira, conforme abrangemos o conceito de errância, precisamos entender a aplicação dos equivalentes migração e migrância. O termo *migrância* é um neologismo criado para figurar experiências de deslocamentos. O seu surgimento ocorre em detrimento do uso metafórico de *migração*, termo mais usado no campo da geografia ou da sociologia, e que se refere, segundo HOUAISS, “à movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduos ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida”.

Deslocado, desabrigado, o indivíduo não possui mais um lugar onde possa se sentir em casa. A migrância não diz respeito apenas à travessia física de territórios. A esta dimensão exterior da migrância como deslocamento físico, sobrepõe-se a dimensão interior, ontológica e simbólica da migrância, o deslocamento do “Sentido do Ser” (“du Sens de l’Être”) (cf. GODET, 2010, p. 192).

Também o exílio acompanha a evolução de nosso debate sobre espaço e persona. Diante das adversidades que a vida lhe impõe, o exilado se fortalece e, calejado pelas duras experiências vividas, desenvolve um poder de adaptação, absorvendo com maior facilidade os novos elementos culturais com os quais está em contato no espaço que escolheu para se fixar. Tal adaptabilidade se justifica até por uma questão de sobrevivência, como é o caso dos personagens de Herberto Sales. A esse respeito, SAID (2008, p. 82) afirma que os exilados são levados a adquirir uma consciência da pluralidade cultural que os rodeia e que esse reconhecimento deve ser visto como um dos elementos positivos da experiência do exílio.

Sob a marca da deriva social, o exemplo de Zé de Peixoto no romance *Cascalho* é bem representativo das variáveis conceituais que estamos analisando. No contexto das figuras de deriva, o marginal, o malandro, a figura clássica do deslocado tem a identidade repudiada, podendo alterar a forma como é recebido, passando de herói

negativo a figura também admirada. Filho da terra, Zé de Peixoto conhece bem os lugares pelos quais passou, neles se criou, cresceu e se tornou adulto:

Nascera ali mesmo na Passagem.” Ficou órfão muito cedo... Ajudava a velha Sebastiana, sua tia paterna que o criou . Durante o dia, o negrinho “ajudava a tia na quitanda na Rua do Tabuão”. Nos momentos livres, ele “participava das brincadeiras dos seus companheiros de povoado” e podia “correr pelo areão, tomar banho no Poço da Donana, andar pelos caminhos comendo mandioquinha e vendo dar tiros de broca, ao mesmo tempo em que se iniciava, com precocidade, nos mistérios do sexo (SALES, *Cascalho*, 1975, p.41-42).

Terra sem lei, terra de ninguém, Andaraí torna-se território devoluto e sem legitimidade que não segue a vontade exclusiva dos coronéis. As anedotas da violência no garimpo acompanham esse caráter mutante da cidade movediça:

Lembrava-se do caso jagunço Jovino Gago – tinham-lhe contado – que, depois de comprar uma automática na Santa Bárbara, colocara uma bala na agulha e, para ver se a arma era de tão bom rompimento como lhe dissera o dono da venda, alvejara na cabeça um trabalhador que ia passando na rua, e a quem ele via pela primeira vez, matando-o como se mata um cachorro (Idem, 1975, p. 43).

Segundo SOUZA (2010, p.99), o importante é que a marginalidade, de uma forma geral, se articula com o campo semântico da deriva, à medida que exhibe um profundo descompasso entre os espaços da periferia (garimpos, marimbus), onde os princípios da precariedade foram se acentuando, e os espaços ditos centrais, que testemunham a instauração dos projetos civilizadores e modernizadores propagados pelas elites (modelo capital Salvador).

Zé de Peixoto poderia ser o jacarandá, personagem de *Abraçado ao meu rancor* (1986), de João Antonio (1937-1996). Segundo SOUZA (2010, p.100), a composição de uma série de personagens, identificados com um mesmo nome, Jacarandá, tem o objetivo de tornar evidentes determinados tipos individuais, em situações distintas, sofrendo os efeitos de uma ordem social injusta e excludente. Assim, Zé de Peixoto passa de pistoleiro, jagunço, homem de confiança do coronel, a homem caçado, emboscado e assassinado, a mando do próprio padrinho a quem tanto serviu. Esse personagem de Sales reúne os atributos de persona malandra, marginal à deriva, à medida que se apresenta como homem de mão do coronel, responsável pelo barracão, negro valente, respeitado por todos e dotado de uma grande habilidade com armas. Por

se colocar além dos limites da lei, por suas práticas homicidas, violentas e de roubos e saques, Zé de Peixoto é marginalizado. Ele possui, no entanto, as virtudes da malandragem dialética, a picardia, a esperteza, a concordância com o poder local para se defender e sobreviver. Nesse espaço deslocado, território marcado por conflitos sociais, e mesmo raciais, nos é revelado o cotidiano de indivíduos excluídos do seio da vida social e familiar.

Os espaços descritos por Herberto Sales em seus romances constituem novos territórios constituídos por migrantes, “gente de fora” em busca da sobrevivência ou movidos pela ilusão do ganho fácil. À imagem de Silvério – retirante nordestino, sinistrado pela seca e dela exilado – esse novo território é composto por indivíduos que, como ele, se desterritorializam para se reterritorializarem em um novo local. SOUZA (2010, p.103) confirma: “Eis que a reterritorialização [...] se efetua, a partir dos moradores, que já vêm de um universo deslocado e móvel, dominado por lutas e mortes. Essa errância, que transporta os resquícios do precário, tem seu papel ao abrir o ciclo de vida que se desenrolará no novo território, onde cada um viverá sua violenta peregrinação”. Vidas marginais, informais, legião de homens explorados, à margem da sociedade, tais são as características encontradas nos personagens de Herberto Sales em *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Uma forma da estética do resto, do resíduo ou do resquício, está ligada evidentemente a essa ficção da informalidade, que é uma ficção da linha interrompida, vinculada ao campo expressivo e semântico da dialética da marginalidade (Cf. SOUZA, 2010, p.104).

Para melhor apreender as relações entre espaço e identidade nos romances de Herberto Sales, faz-se necessário lembrar que esses ângulos descritos pelo autor, ao longo de sua trama romanesca, são espaços e identidade reais que preexistem aos romances. Sales romanceia, descreve, acrescenta elementos fictícios à sua trama, porém esses espaços existem de fato e antecedem a escrita dos romances. Eles já estão carregados de significantes próprios, de referenciais e características peculiares que o constituem, pois possuem uma história. Segundo Ricard (1972) em seu artigo *Le décor romanesque*, os espaços geográficos, ruas, bairros, cidades, regiões, uma vez marcados pela sua própria história, e possuem uma identidade que lhes é própria. O autor, quando contextualiza sua obra nesse espaço preexistente, aporta os elementos ficcionais, os da realidade onde se movimentam seus personagens e sua trama romanesca. Cria-se então uma nova identidade desse espaço e por mais que o texto seja realista, e até mesmo documental, ele está sujeito ao prisma deformante da visão pessoal do narrador.

Cascalho e *Além dos marimbus* se inscrevem na linhagem dos romances ditos realistas. No entanto, são romances de uma ficção narrativa onde os espaços nem sempre retratam o real fidedigno do que foi Andaraí, a Chapada Diamantina e os garimpos da época do autor. Os locais descritos existem de fato, assim como certos personagens dos romances existiram ou ao menos foram inspirados por pessoas da vida real, minuciosamente documentados no decorrer das pesquisas e vivências do escritor. Tais espaços, porém, sofreram indubitavelmente a interferência da ficção romanesca e nunca serão o retrato fiel da realidade.

Em sua narrativa, Herberto Sales (re)cria uma representação duplamente semantizada. O espaço, seja ele o dos garimpos de *Cascalho* e dos arredores de Andaraí ou o das florestas e pântanos de *Além dos marimbus*, é representado e comentado pelo autor. O território se encontra descrito no texto, mas também é objeto de uma visão implícita e indireta, plasmado por referências que se encontram inevitavelmente sujeitas à subjetividade e ao ponto de vista pessoal do autor. O discurso preciso e minucioso revela aspectos topográficos específicos como nomes de ruas e de bairros, com profusão de detalhes, o que acrescenta verossimilhança ao espaço descrito e o eleva da condição de simples cenário, pano de fundo, alçando-o a motor da ação, eixo em torno do qual se desenvolve a trama romanesca.

As sucessivas descrições do espaço romanesco acabam dialogando entre si, intercomplementando-se, adquirindo sentido próprio, autonomia, e gerando significantes próprios e atuando como discurso literário onde o espaço (físico, territorial e anímico) exerce um papel nuclear. Exemplo disso é a descrição detalhada da cidade, a rotina no dia a dia em *Cascalho*:

A rua começava a despertar. A lenha ardia nas trempes, enfumando a cobertura de palha das moradas humildes. Era aquele movimento de sempre, de gente acordando para pegar firme no trabalho, cada qual tratando de sua ocupação. Algumas mulheres lavavam coadores da porta dos ranchos, enquanto outras preparavam o churrasco de carne-seca que os seus homens levariam para a serra [...] Era uma manhã luminosa, de sol brilhante. Numa ampla sucessão de planos, o casario da cidade branquejava abaixo da mata rala do barranco e, mais além, a serra apresentava os relevos de um muramento colossal. Grupos de garimpeiros atravessavam o areão com bateias de borco na cabeça (SALES, *Cascalho*, 1975, p.53).

A vida das sempre renovadas aventuras do país dos garimpos. Agora já os garimpeiros se tinham distanciado, e dentro em pouco passariam por baixo da ponte, tomando o caminho da serra. Um novo dia de trabalho ia começar para eles – cheio de esperanças e cogitações comuns (Idem, 1975, p. 54).

O sobrado do Dr. Marcolino ficava ao pé do morro, deitando fundos para o pasto do árabe Mansur, proprietário da Pensão Grande Líbano. Era um casarão rodeado de janelas, com telhado de cumeeira e entrada lateral. O médico tinha consultório no andar térreo – um pequeno cômodo atulhado de revistas velhas, de mesas, de armários cheios de vidros de remédio, tudo na maior desordem, e cheirando a álcool (Idem, 1975, p.54).

Depois da praça vinha a pracinha – àquela hora com Antônio de Zé Benício descarregando adobes trazidos da olaria para a construção da segunda casa de platibanda da cidade, com grupos de homens indo para a Rua do Curral, com um menino vendendo verduras na porta da pensão, com mulheres-damas conversando na esquina do Beco das Padarias, e com o sol batendo na placa do escritório do Presidente do Conselho (Idem, 1975, p. 59).

Naquele mesmo dia Zé de Peixoto conseguiu alugar a casa. Das três que encontrou desocupadas, preferiu a que o inspetor Boreta lhe pôs à disposição. Era uma casa pequena que ficava na Rua da Jaqueira, defronte do rio. Embora deteriorada, oferecia a vantagem do ponto – muito bom para diamantes (Idem, 1975, p.60).

Assim vêm descritas a rotina da cidade, a rotina da feira:

Havia moças nas janelas espiando a feira, o movimento que ia na praça – uma verdadeira diversão para elas. Os patizeiros chegavam com os seus balaios de bananas, vinham os quitandeiros atalhá-los, os roceiros de Santo Antônio abriam suas bruacas de melancias e abóboras, e o zunzum ia crescendo e se espalhando por toda a parte. Na porta da farmácia, com uma seringa de vidro na mão, Dr. Marcolino atendia a um cliente. Dentro da farmácia, o boticário Carvalho despachava os seus purgantes de sulfato de sódio, os seus retalhos de permanganato, de mercúrio, de iodofórmio e pó de joanes – a freguesia escornada no balcão. Comerciantes propunham negócios nas esquinas, Seu Teotônio e outros capangueiros já estavam com os escritórios abertos, e Firmino Balanceiro, a cara gorda e vermelha reluzindo ao sol, anotava as pesadas de carne na caderneta que tinha sobre os joelhos. Os bruaqueiros discutiam preços em volta dele, enquanto o fiscal Juventino, cercado as novas tropas que chegavam, ordenava a retirada dos animais assim que estes eram descarregados (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 83).

A narrativa apresenta, assim, um caráter híbrido no que tange ao espaço romanesco em sua relação com a realidade. Pode observar-se que, inevitavelmente, encontram-se imbricados elementos do real com traços do imaginário, tanto do autor, como também do imaginário coletivo. Aí se ajusta o pensamento enunciado por Camus e Bouvet, de que “L’espace mêle inextricablement le réel et l’imaginaire, les paysages du quotidien et les mondes inventés de toutes pièces, le roman pose la question de la référence fictionnelle¹⁹” (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 11).

¹⁹ “O espaço mistura desordenadamente o real e o imaginário, as paisagens do cotidiano e os mundos inteiramente inventados, o romance coloca a questão da referência ficcional” (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 11. Tradução nossa).

O espaço de sonhos convive com a projeção de terra prometida:

É a serra de maior tradição de riqueza das Lavras. Quanto ao rio propriamente dito, embora já muito trabalhado na grupiara das margens em todos os serviços de leito por volta daquele ano, continuava a desfrutar a mesma fama do tempo do Cel. Joca de Carvalho, seu primeiro explorador. Os garimpeiros afirmavam:

- O Paraguaçu ainda tem serviço para cem anos (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 14).

Em outros tempos, não só pela abundancia de diamantes, como também pela facilidade de exploração dos garimpos, adquirira todo o vale o prestígio de uma espécie de Terra Prometida (Idem, 1975, p.14).

O narrador dispõe de recursos que atrelam, de forma sólida, a sua ficção ao mundo real, conferindo à trama romanesca um toque de realismo e verossimilhança. O uso dos topônimos, por exemplo, tem como efeito imbricar o “topos ficcional” dos romances com o espaço real. Os topônimos, nome geográfico próprio de região, cidade, vila, povoação, lugar, rio, são todos elementos concretos que remetem à realidade ou à origem de um nome geográfico. Quando, em *Cascalho*, Herberto Sales se refere à cidade de Andaraí – topônimo indígena que significa “Rio dos morcegos”, em clara referência ao rio que corta a cidade e aos quirópteros que o povoam – ele transmite, através de um elemento geográfico real e de uma referência cultural, uma maior densidade realista à sua narrativa. A respeito dos topônimos, CAMUS e BOUVET (2011) argumentam que, em determinadas ocasiões, o texto pode sofrer alguma turbulência identitária, atribulada no limiar da fronteira entre o real e o imaginário, segundo os critérios geográficos ou genéricos adotados por cada autor. Dessa forma, os topônimos funcionariam como balizas ou como marcos referenciais concretos, materiais e palpáveis ou, retomando o termo técnico emprestado da geografia/topografia e empregado pelas autoras, como “curvas de nível” que recolocariam o texto numa perspectiva mais profunda com a realidade:

Les toponymes [...] jouent à cet égard un rôle déterminant. Ils peuvent en effet permettre de réintroduire des courbes de niveau dans l'espace de la fiction, en même temps que la profondeur et la perspective dans son appréhension critique et théorique²⁰ (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 11).

²⁰ “Os topônimos desempenham um papel determinante. Eles podem, de fato, permitir a reintrodução de curvas de nível no espaço da ficção, ao mesmo tempo em que a profundidade e a perspectiva em sua apreensão crítica e teórica” (CAMUS e BOUVET, 2011, p. 11. Tradução nossa).

A representação do espaço no romance, como vimos, sofre a interferência da subjetividade do autor. Todavia, é preciso destacar também que o mapa imaginário que se forma na consciência do leitor, na medida em que vai descobrindo o espaço narrado, também é passível de subjetividade. O leitor reconstrói em sua mente o seu próprio mapa imaginário do espaço representado e descrito no romance, com todos os elementos pessoais que compõem a sua própria subjetividade. O ato da leitura é então apreendido como um ato topográfico no qual a metáfora da viagem no texto alcança uma nova dimensão: ponto, linha, superfície, volume, etc. (Cf. CAMUS e BOUVET, 2011). No romance *Além dos marimbus* encontramos a característica da narrativa que se assemelha a um relato de expedição, verdadeiro diário de viagem onde, através do personagem Jenner, descobrimos os sucessivos espaços narrativos da trama de Herberto Sales. São descritos, entre outros, o espaço dos marimbus, em sua representação mais realista, e o território dos coronéis e de suas fazendas onde a atividade predatória e extrativista devasta a floresta em busca de madeira para serraria.

Seguindo a lógica do pensamento quanto à relatividade dos espaços e da subjetividade do olhar, tanto do autor como também do leitor, percebe-se que a representação do espaço permite diversas leituras e interpretações, mesmo no caso de romances realistas como *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Essas narrativas retratam um espaço físico/geográfico real, fruto da preocupação do autor com a verossimilhança e de toda a sua pesquisa documental acerca da região e das atividades descritas. Além disso, como já vimos anteriormente, Sales se utiliza de amplos recursos narrativos, ferramentas ao alcance do romancista para ampliar o efeito do realismo em sua trama romanesca, conforme observamos em *Além dos marimbus*, por exemplo, onde se adota um modelo de narrativa semelhante ao de um diário de viagem, ou ainda através do uso de topônimos em *Cascalho*. O espaço aparece então como um elemento maleável, “matéria a ser modelada pelo autor e o nascimento do romance como uma cosmogonia” (Cf. CAMUS e BOUVET, 2011, p. 12). Essa noção de “cosmogonia” ou cosmogênese, tal como a encontramos em HOUAISS, se refere metaforicamente à origem da criação do universo e à explicação religiosa/mítica/científica do princípio de tudo. O paralelo entre a cosmogonia e o processo criativo do autor corrobora a ideia de modelagem do espaço e de recriação do espaço real em sua representação do *locus* num processo de releitura íntima do autor e de seu romance. Como dissemos, em sua representação da Chapada Diamantina, de Andaraí e seus arredores, Herberto Sales descreve espaços que

preexistem à sua obra e a ele mesmo. Inevitavelmente, o olhar autoral está sujeito ao prisma deformante de sua própria cultura e de seus referenciais identitários. A questão do “ponto de vista” cultural e social, em particular, reveste-se de uma importância crucial. Tivesse *Cascalho* sido escrito por um garimpeiro ou por um coronel, certamente a representação do (mesmo) espaço seria diferente.

Se o autor, na cosmogonia do seu romance, é o maestro da criação e da gênese da obra, ele pode modelar os feitiços dos espaços que representa em sua narrativa. O romance é, por natureza, um espaço trans/com/figurativo, e o espaço literário comporta uma grande parcela de indeterminações, que o autor pode preencher, ou não, segundo o seu critério para criar a topografia ficcional. Faz-se necessária, no entanto, uma articulação entre o espaço geográfico (real/existente) e o universo mental do autor (imaginário). A liberdade autoral na (re)criação do topos romanescos está sujeita a esbarrar em determinados elementos da geografia do espaço real concreto que podem ser fatores limitantes e dar origem a certas tensões. Tal não é percebido nos romances de Sales, onde o autor evidencia a preocupação de retratar o espaço da maneira mais realista e fiel. Certos aspectos mereceram mais destaque nas obras, outros não foram abordados ou então muito pouco, conquanto isso releve as escolhas do autor na representação do espaço em sua narrativa e não em tensões entre o universo ficcional e o real. *Cascalho* e *Além dos marimbus*, romances que escolhem como local de sua ficcionalização a cidade de Andaraí e arredores, priorizam respectivamente o espaço dos garimpos e das fazendas, deixando em segundo plano a representação dos espaços urbanos. Andaraí está presente na narrativa dos dois romances, porém de forma pontual e esporádica, como, por exemplo, quando os garimpeiros se deslocam até a cidade para dilapidar o fruto de seu trabalho exaustivo nos prostíbulos, com mulheres, jogos e bebidas, reduzindo a nada o que levaram um tempo enorme para ganhar nas lavras. A representação da cidade não se reveste de um caráter prioritário na narrativa de Sales, desempenhando, dessa forma, um espaço de papel secundário no topos ficcional do autor baiano.

CAMUS e BOUVET (2011, p. 13), a respeito do histórico da noção de espaço na literatura, destacam que, no século XVII, as atenções estavam voltadas para o “espaço interior” do ser humano, espaço dos valores morais e das paixões (microcosmo), relegando o espaço real/físico/geográfico (macrocosmo) a um segundo plano. No século seguinte, referindo-se a Rousseau, as autoras nele apontam o escritor que se apropria do espaço, à maneira de um cenógrafo, mediante uma reconfiguração

das relações entre discurso, imagem e corpo. O espaço é inicialmente percebido de forma sensorial, explorando os sentidos, numa aguda percepção na qual o tato se sobressai ao olhar, enquanto que, em Balzac, os sons se destacarão como principal vetor da percepção do espaço. Certas notações auditivas resistem a uma imediata identificação, inscrevendo, dessa forma, zonas de sombra no texto, espaços misteriosos e não explorados que proporcionam uma densidade que a visão nem sempre oferece. Essa “dimensão sonora”, raramente estudada, segundo as autoras, abre uma nova perspectiva diretamente ligada à espacialização. No século XIX, os “romancistas do real” procuram definir o espaço com o máximo de precisão e profusão de detalhes. O espaço romanesco passa então a ser marcado por constantes referências, com o claro objetivo de atrelar, sempre que possível, a narrativa e o topos ficcional à realidade.

Do estudo dos romances de Herberto Sales sobressai a maneira como o autor representa o espaço de forma estruturada e organizada. Essa (re)construção espacial serve de suporte para o desenvolvimento da intriga, dos personagens e de toda a trama romanesca, sem deixar de lado o aspecto de denúncia social dos romances. Podemos entrever, nas referidas obras do romancista, uma representação metonímica do espaço em sua relação com a realidade. A realidade social e geográfica de um determinado espaço sofre, em sua representação, a interferência identitária e cultural, imanentes do próprio texto enquanto produto do processo criativo, pessoal e imaginário do autor. Quando Herberto Sales, em *Cascalho* e *Além dos marimbus*, retrata a vida nas fazendas e garimpos da região de Andaraí, ele contribui para redesenhar a identidade desse espaço em movimento, integrando, através da escrita, toda a heterogeneidade cultural, social e linguística que o permeiam.

Esses espaços, em constante movimento político, social e demográfico, funcionam como um “território de passagem”. O caso dos garimpos em *Cascalho* ilustra essa ideia do território povoado por autóctones e migrantes, “gente da terra” e “gente de fora”, viajantes movidos pela busca do ganho fácil, quase sempre fugindo de uma terra em desgraça e assolada pela miséria e pela seca. Nesse espaço de cruzamento de culturas, onde se misturam aos que “ali já se encontravam desde sempre”, migrantes, errantes, homens, mulheres, brancos, negros, ricos, pobres, e mesmo alguns estrangeiros, aflora uma diversidade identitária brilhantemente retratada por Herberto Sales. É curioso notar a presença do estrangeiro nessas narrativas, a maioria proveniente do mundo árabe e com destaque para o seu papel negativo, de pessoa desonesta ou ligada a atividades ilícitas. Em *Cascalho*, a figura do árabe Mansur ocupa uma faixa de

fatalidade calculada, pois é ele o responsável pelo golpe dos falsos carburetos que precipitou a chegada da crise nos garimpos e a falência de muitos comerciantes e coronéis atuantes no ramo. Quelezinho informa ao coronel Germano, seu irmão, que “a situação é gravíssima”, que o “carbonato está completamente sem preço”. Em consequência, os compradores estrangeiros, principais clientes das pedras preciosas dos garimpos de Andaraí, “não querem saber de carbonato por preço nenhum. Pelo menos por enquanto.” Quelezinho prossegue em suas explicações sobre a situação, suas causas e consequências desastrosas para os negócios. Ao coronel seu irmão informa, dramático: “tudo aconteceu por causa do cachorro do Mansur. A bandalheira que ele praticou foi que acarretou essa desgraça que nós estamos vendo. Um chantagista!”. Quelezinho passa então a contar em detalhe, diante da figura estarelecida do irmão, o golpe idealizado, premeditado e posto em prática pelo árabe:

- Como você deve se lembrar, quando os gringos, antes da alta do carbonato, mostraram interesse pela compra de diamantes industriais, a bala começou a ser valorizada. Nessa ocasião, ao contrário dos demais compradores, Mansur se manteve indiferente à procura do produto. Só comprava mercadoria ruim, refugo, o que ninguém queria (...) Muita gente dizia até que ele andava fraco da bola, e que ia acabar como tinha chegado em Andaraí: batendo metro e vendendo brilhantina a mulher-dama.

O coronel sacudiu a cabeça.

- Ele não tinha capital para concorrer com os outros... – disse.

- Foi o que todo o mundo pensou – tornou Quelezinho. Principalmente depois que ele fechou a pensão. Mas na verdade ele já estava preparando a chantagem (...)

- Foi por isso que ninguém viu a cara dele durante mais de um mês. Ficou enfurnado dentro de casa como um rato – beneficiando o refugio que ele tinha comprado. Transformou, não sei por que processo, os diamantes em balas, e pintou os carbonatos, que iria vender depois como extras: na realidade eram torras (SALES, *Cascalho*, 1975, p.269-270).

O resultado desse golpe é que “com essa bandalheira ele desacreditou o comercio das Lavras, prejudicando todos nós. A bala, que é nosso melhor diamante industrial, não está valendo mais nada”. A reação do coronel Germano, quando percebe a extensão da fraude e a sua consequente ruína, é violenta: “O ladrão abarrotou a praça de mercadoria falsificada e nós que aguentamos as consequências da baixa! Contraiu a mão em seguida, como se desejasse fazê-lo sobre a garganta do árabe Mansur”. Sentindo-se enganado, traído e humilhado, o coronel explode em um acesso de fúria: “Aquele cachorro nunca me inspirou confiança, eh! nunca! Ladrão! Filho da puta! – e batia com o pé. – Mascate de merda!”.

Em *Além dos marimbus*, o estrangeiro é representado na figura do sírio Abubakir como exemplo negativo de explorador, tanto dos trabalhadores miseráveis que estão ao seu serviço, como das meninas que “desencaminha” e depois leva para a prostituição:

Atentando na mulher grávida, a chamar a meeira de mãe, ocorreu-lhe que ela bem podia ser a mulher de Miguel. E vendo-a, associava-a irresistivelmente à lembrança de Maria. Quem sabia se ela também não estava grávida – grávida do gringo Abubakir? [...] Maria tinha virado puta. Inútil iludir-se: o canoeiro Manuel João contara-lhe tudo, de viva voz. E Miguel, que fizera ele ao saber do defloramento da irmã? Nada. Simplesmente nada. Maria estava grávida – grávida sem ter casado. E os pauzeiros servindo-se dela assim mesmo [...] Mas não deixava de reconhecer: havia tanta razão para Miguel estar ali, protegendo Sinhá Andresa e a filha dela, como para ter sabido defender a honra da irmã desencaminhada por Abubakir (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p. 42-43).

Nos romances de Herberto Sales, a relação identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal noção o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade, é o que confere a esse espaço o caráter de território – discussão central do presente capítulo.

Embora o termo território tenha sido mais caracterizado por sua associação com as relações de poder e, dessa forma, atribuir-se ao Estado-Nação (Cf. CASTELLS, 2008, p. 315), as grandes questões encaminhadas por vários pesquisadores, inclusive geógrafos, têm investido na definição deste, a partir de outras variáveis importantes na produção dos territórios. O simples fato de vivermos em um espaço já nos identifica socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido. Dessa forma, define-se região como “espaço de identidade ideológico-cultural”, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, de classes, que nele reconhecem sua base territorial de reprodução, conforme afirmação de Haesbaert: “é o sentido de pertencer a uma região e/ou território” (COSTA, 1988 p. 25).

O território pode ser apreendido enquanto apropriação e não apenas como produção do espaço. O território é o espaço das relações de poder, mas também é palco das “ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço”. Ana Fani Carlos ressalta que “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela

tríade habitante-identidade-lugar”, sendo esta a “porção do espaço apropriável para a vida” (CARLOS, 1996, p. 20).

Encontramos nos estudos de Schimitt *et al.* (2002) e de Sahlins (1997) outro tipo de relação que se pode estabelecer entre território, tradição e povo. Ambos pesquisaram comunidades tradicionais, como os remanescentes de quilombolas, no caso de Schimitt, ou povos insulares da Oceania, no caso de Sahlins, resgatando o valor da cultura como fortaleza de uma região, envolvendo a relação parentesco e território que, juntos, constituem uma identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. A relação que se desenvolve aqui pode ser definida como uma ligação de sangue, de parentesco, raízes que ligam intimamente um povo à sua cultura e ao seu território. Nos romances de Herberto Sales, *Cascalho* e *Além dos marimbus*, não encontramos tais características de apego à terra ou a raízes que unem um povo ao seu território. Não existe uma cultura tradicional dos filhos da terra, mas apenas a ambição do ganho fácil através da exploração predatória dos diamantes ou da extração da madeira. Os personagens de Sales são, em sua maioria, novos habitantes, migrantes, gente de fora atraída pelo apelo financeiro. Os poucos personagens locais, como o velho canoeiro Manuel João em *Além do marimbus*, permanecem na região por absoluta falta de opção ou por conformismo, e não demonstram, em nenhum momento, qualquer amor por sua terra ou um sentimento de pertença que os liguem a ela.

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são, na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos, dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-culturais que, na verdade, são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção.

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transformam em território a partir de uma identidade própria criada pelos habitantes que dele se apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte, é pertinente a afirmação de Costa de que “toda identidade ‘só se torna ativamente

presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados de perdê-la” (COSTA, 1988, p. 78). Compreender a noção de território implica em revelar a complexidade de sua natureza, de fundamental importância na constituição das identidades. O problema das determinações toma forma bastante complexa. A dimensão econômica, política, cultural e a natureza formam uma intrincada configuração em que o território surge como elemento que dá unidade à ação dos sujeitos sociais. O território deve ser compreendido não de forma dada a priori, como querem os adeptos do kantismo, pois que sua constituição, enquanto espaço da apropriação, só se dá num movimento dialético que abarca todas as dimensões acima citadas, ora com a predominância de uma, ora com a predominância de outra, dependendo da perspectiva teórica-metodológica adotada e da temática em questão.

A relação identidade-território se constrói e toma forma no interior de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal suporte o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse pertencimento ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como lócus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade, é o que confere a esse espaço o caráter de território. O território pertence a alguém ou a algum grupo, seja este uma classe social ou um grupo étnico, como no caso dos quilombos, de uma associação de bairro, enfim, dentre as múltiplas formas moldando o processo. A apropriação de um determinado espaço constitui-se a partir do momento em que o indivíduo ou grupo o representa para si e para os outros. Espaço da ação, o território passa a mediar as ações entre indivíduos ou grupos. É uma relação triangular, pois envolve o território e suas correlações mediadoras com sujeitos sociais.

O território tem, por esses termos e entendimento, uma dimensão política intrínseca. A extensão de poder está no centro de sua constituição. Nessa constituição, aliás, os fatores culturais e simbólicos se imbricam de tal forma com os fatores políticos que sua disjunção só será possível mediante a prática analítica, sendo que em seu status ontológico essas relações se dão por meio de uma sinergia que, no campo da atuação dos atores, o território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência e de ação política. Nesses casos, o território se torna palco de uma relação política e de poder, como vimos anteriormente. Tem em seus limites, seja de um bairro, de uma região ou uma nação inteira, um estreitamento político, de par com a alteridade. Estabelece-se

então uma relação entre os diferentes grupos sociais mediada pelo espaço territorializado. Esse limite é uma informação comunicada. Tal comunicação, no caso da atuação política midiaticizada pela identidade com um território, toma forma de reivindicações ou protestos, sendo, portanto, espaço da resistência, conforme salienta Castells (2008, p. 315).

Existe uma politização do espaço por meio de sua apropriação simbólica. Os donos das fazendas, das minas e dos garimpos, no universo romanesco de Herberto Sales, impõem aos demais habitantes suas próprias leis e particulares códigos de conduta. Os donos das terras se tornam, simbolicamente, donos do espaço e do território e veem esse domínio se estender além do simples título das terras que lhes pertencem, de forma a alcançar uma dimensão simbólica que os eleva ao patamar de donos da verdade, da justiça e até do destino daqueles que povoam o território que julgam de sua posse exclusiva. Assim se dá com a propriedade das terras, posse do território que passa de pai para filho. A ironia de Sales equipara o cetro de rei ao símbolo do potentado das terras:

Ah, o seu Paraguaçu! ... Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 17).

A posse das terras se dá através dos títulos de propriedade que a oficializam e passam a legitimar os donos com a conivência dos governos permissivos, favorecendo um domínio particular e exclusivo.

No tempo das primeiras descobertas, aqueles garimpos não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos cateamentos e nos serviços de mergulho, mas logo veio o Cel. Joca de Carvalho com seus Títulos de Terras e Minas, com seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu domínio particular sobre o vale (Idem, 1975, p. 18).

Em suma, entender o território como espaço da ação implica em buscar destacar as especificidades que cada caso requer. Pode tratar-se de uma atuação de cunho étnico-social como, por exemplo, no caso de territórios reivindicados por quilombolas ou índios, ou ainda uma reivindicação com motivação sociopolítica, caso do movimento dos sem-terra. Nos romances estudados e que se contextualizam no território dos

coronéis, o discurso narrativo repercute uma crítica social ao domínio hegemônico desses territórios pelas mesmas famílias, de geração em geração. “Donos de tudo e de todos”, os coronéis, sejam fazendeiros em *Além dos marimbus* ou donos dos garimpos em *Cascalho*, detêm as rédeas absolutistas e feudais, ativando um controle sem limites nas sociedades a eles submetidos. Dessa forma, a territorialidade nunca será compreendida como o conjunto daquilo que se vive no cotidiano, incluindo as relações de trabalho, familiares, comunitárias, de consumo, mas de tal modo dispendo-se a homogeneizar a sociedade num tônus único de poder, sem a menor reação.

Essa ausência de empatia se expressa como simples reconhecimento de uma identidade em que os juízos de valor são parcamente manifestados, podendo traduzir-se por simpatia ou antipatia à terra ou ao território. Podemos nos perguntar, em relação aos romances de Sales aqui estudados, se estamos diante de uma terra mãe, feita de sonhos, verdadeira projeção do eldorado, ou diante de uma terra madrasta, onde uma legião de homens desiludidos se afundam na miséria, nas doenças e na morte? Os romances mostram as duas faces.

Estudando-os, o território será analisado exclusivamente a partir das relações de poder, e subsidiariamente como palco de ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. O “território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” – disse SANTOS, (2004, p. 251). Por esse ângulo, as definições de espaço e território serão, portanto, novas e não encontradas nos manuais da geografia tradicional. A construção conceitual vem sendo operada com base na realidade formada pelo conflito entre os diferentes territórios das classes sociais que ocupam o campo como espaço de vida e de produção de mercadorias. Por essa razão, apresentamos nessa parte de nossa tese, alguns ensaios com as definições de espaço e território. É importante esclarecer que território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território, lembrando que território é um tipo de espaço geográfico, mas há outros tipos, como lugar e região. Também é importante lembrar que território não é exclusivamente o espaço geográfico, podendo ser também espaço político. Os espaços políticos diferem dos geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões. Podem ser formados por pensamentos, ideias ou ideologias.

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia, que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes, a sua utilização terminológica não é compreensível, porque nem sempre se define o espaço do qual está se falando. É assim que o conceito vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais como, por exemplo, políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

Dessa forma, compreende-se haver aquele produzido como espaço geográfico e/ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e mantém a partir de um formato de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, assim, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. Assim concebido, território é uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto, é importante pensar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, mas possui outras qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração se refere às dimensões de poder e controle social que lhe são inerentes. Desde essa compreensão, o território, mesmo sendo uma fração do espaço, também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam, nas partes, as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 152) como sistemas de ações e objetivos vinculados aos elementos do espaço, que podem ser lidos como sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin (1993) e que Milton Santos (2004) assinala como termos integrantes (espaço geográfico e território), ainda que

diferentes, representam o mesmo conceito. Pode-se repetir com clareza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, podendo ser também social, político, cultural, cibernético etc.). Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território e, no interior deste espaço, há diferentes territórios, constituindo suas multiterritorialidades. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice/versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço teria então um conceito perene, fixo e imutável enquanto o território seria intermitente e variável na medida em que pode evoluir e se modificar conforme quem o ocupa num dado momento. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, mas solidárias e conflitivas entre si.

Dessa forma, o território seria a base da vida material que transcende a nação, mas cujo uso, em última instância, é regulado pelo Estado. O território é hoje marcado pelo fato de que não há mais espaços vazios, sendo todo ele ocupado pelos dados atuais – do mundo já concreto ou do mundo das intenções. O Estado e o capital estão em toda a parte, embora de forma diferenciada. A generalização do uso do território se faz acompanhar de seletividades de uso, governadas por fatores estranhos ao lugar e à região. Por isso mesmo, a valorização das terras e das firmas é diferencial, enquanto cada indivíduo se torna *outro*, mesmo sem sair do lugar. E o lugar, enquanto fator direto, tem influência cada vez menor na definição integral do habitante. A vida de cada um passa a ser definida pela vida de todos os outros, tanto no cotidiano quanto na projeção da existência.

Espaço físico e universo cultural no espaço imaginário da região da Chapada Diamantina é aqui nosso objeto de discussão. Na constituição do espaço físico, do universo cultural e da composição populacional, as “realidades” do espaço imaginário da região de Andaraí, seus garimpos, suas matas, suas fazendas e seus coronéis foram tão significativos que se destacaram e projetaram uma região singular no espaço brasileiro, partindo do interior da Bahia, e especificamente da região da Chapada Diamantina, para um plano nacional e internacional. BOURDIEU (1992, p.116), através de uma definição precisa, ilustra bem essa problemática. Diz ele: “o discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal desconhecida – contra a definição dominante, portanto,

reconhecida e legítima, que a ignora”. Em *Cascalho e Alem dos marimbus*, o regional surge do fato de que a cultura dos garimpos e do extrativismo da madeira contribui para a construção de uma imagem de riqueza e de terra de oportunidades no interior da Bahia, o que, em certa época, atraiu grande quantidade de pessoas em busca do Eldorado. Uma das consequências desse fenômeno migratório interno, quase êxodo invertido, em que pessoas deixavam a capital, Salvador, e outras tantas cidades do interior, para se aventurar nos garimpos, ocorreu com o inchaço na constituição da população de Andaraí e de seus arredores, região repentinamente ocupada por migrantes, oriundos de outras localidades do Estado, do país, como também do exterior, vindos em busca de melhores condições de vida.

A imagem constituída e assentada no imaginário histórico-cultural da Bahia da época representa a região das lavras como terra da felicidade, pelo menos quando vista de longe, ainda no plano da utopia e dos projetos, sobretudo quando vislumbrada como sonho de riqueza e ascensão social. Sabemos, no entanto, que a realidade encontrada pelos trabalhadores, nas fazendas, ou nos garimpos, nos cenários retratados por Sales em *Cascalho e Alem dos marimbus*, é bem distante da distorcida projeção de facilidade e opulência anteriormente idealizada:

Fazia mais de seis meses que o retirante Silvério tinha chegado. Viera do alto sertão, tendo sido obrigado a abandonar, por causa da seca, a roça que ali possuía. Na sua terra, ouvira muitas vezes falar das Lavras, dos seus garimpos fabulosos, dos seus diamantes que eram encontrados até na moela das galinhas. Seduzido por essas notícias, encheu-se de esperanças, e, seguindo o exemplo de outros sertanejos, também se decidira a tentar fortuna em Andaraí (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 66).

Salientamos outra característica dos romances de Sales em sua representação do regional visto na sua especificidade, ao tempo de ser também delimitado por uma fronteira. As imagens então veiculadas são forjadas a partir de uma ideologia de trabalho e construídas, sobretudo, através das figuras dos desbravadores e dos migrantes, trazidos pela utopia da terra prometida, pelo mito de um novo eldorado e na fuga da seca nos sertões da Bahia e de Sergipe. Avulta a imagem do retirante Silvério, que deixou a sua terra e sua família no sertão para se aventurar nas minas à procura do diamante:

E o retirante juntou-se à leva. Deixava para trás o sertão sem chuva - o barro vermelho rachando de seco, a água dos tanques virando lama, os campos cobertos de ossadas das criações (Idem, 1975, p. 66).

Em meio à miséria em que vivia no sertão, Silvério fora seduzido por aquela maravilhosa visão de um Andaraí com garimpos enriquecendo os homens da noite para o dia, com serras escancarando veios e grunas como

cofes – com a fortuna se oferecendo a todos num mundo de oportunidades espantosas. Tangido pela ambição do ganho fácil, pela ilusão de fazer dinheiro depressa, entrevira, na viagem afoita, um futuro próspero e feliz (Idem, 1975, p. 67).

Cria-se assim uma nova dimensão do espaço físico e social, que nunca será imobilista. Inscritos na linhagem dos romances ditos realistas, por conta de *Cascalho* e *Além dos marimbus*, Herberto Sales teve até, por parte de certos críticos literários, seu estilo comparado ao do naturalista francês Émile Zola. No entanto, os romances espelham realidades múltiplas, que tanto podem retratar o cosmo físico e psicológico de Andaraí quanto absorver outros elementos fornecidos pela natureza criadora do ficcionista. As sucessivas descrições sobre o espaço acabam, por fim, dialogando entre si, se intercomplementando, adquirindo sentido próprio, autonomia e criando significantes próprios, atuando como discurso literário em que espaço e território exercem um papel decisivo.

De *Cascalho* a *Além dos marimbus*, o narrador exercita a simbologia dos territórios insulares. No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, encontramos o termo *insularidade* definido por aquilo que “caracteriza ou é relativo a uma ilha, um espaço sem comunicação por terra com outros lugares”. Seguindo essa temática e através de uma abordagem metafórica desse isolamento, podemos traçar um paralelo entre o isolamento insular e os espaços descritos na trama romanesca de Herberto Sales. Nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*, o homem é descrito numa situação de total isolamento, afastado do mundo e distante de qualquer acesso à civilização. Este isolamento, contextualizado pelo autor baiano na região de Andaraí, se constitui em um afastamento geográfico, cultural, humano e, principalmente, social. Em *Cascalho*, a trama que se desenvolve nos garimpos favorece esse quadro e, apesar de a cidade de Andaraí encontra-se geograficamente próxima das lavras, os garimpos ficam mais afastados do referido centro urbano. Essa distância se traduz muito mais por uma barreira psicológica e pela própria condição de quase escravidão dos trabalhadores, às vezes impedidos de sair do garimpo mais pela obrigação de trabalhar apenas para pagar suas dívidas de comida e ferramentas no barracão, do que pela lonjura propriamente dita. Quando, eventualmente agraciados pela sorte, os homens que conseguem ganhar algum dinheiro com a descoberta de um carbonato, rompem por algumas horas esse isolamento e vão à cidade de Andaraí, onde se rendem à bebida, ao jogo e aos bares e

prostíbulos da cidade, dilapidando em uma noite o que ganharam após semanas de sacrificado labor.

Mais marcante ainda em *Além do marimbus*, o isolamento chega a ser angustiante. No romance, a natureza é representada como um elemento inimigo, verdadeiro obstáculo quase nunca vencido pelo homem. O espaço dos marimbus – pântanos – no imaginário coletivo remete a um local repleto de insetos e de répteis, meio ambiente insalubre, fétido, lamacento, um imenso atoleiro, que, simbolicamente representa e amplia o isolamento. Essa sensação é reforçada em *Além dos marimbus*, pois o único acesso às terras é justamente percorrido através dos pântanos, viagem difícil, precária e feita por meio de uma rudimentar canoa sobre o rio.

O extremo oposto dessa imagem de exclusão, encontramos no *Dicionário de símbolos* (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1998) com outros aspectos além dos que remetem ao ambiente inóspito. Na Ásia, o hexagrama *tuei*, que duplica o signo da água estagnada, tem o sentido de concórdia e satisfação, verdadeira fonte de prosperidade. Partindo da premissa da simbologia da prosperidade, devemos ter em mente que no romance *Além dos marimbus* a riqueza vislumbrada e os sonhados ganhos com a exploração da floresta são motores da ação. Fazendeiros, trabalhadores e demais personagens da trama de Herberto Sales gravitam em torno do espectro econômico e estão em constante busca pelo ganho de capital.

Esses espaços isolados, distantes e pouco acessíveis, remetem o imaginário a um espaço insular. Assim como o personagem de [Daniel Defoe](#), ou ainda de Michel Tournier, o naufrago Robinson Crusoé, isolado em sua ilha, precisa desenvolver estratégias de sobrevivência e se adaptar à sua nova realidade para seguir sobrevivendo, certos personagens de Herberto Sales parecem viver uma experiência parecida em um contexto diferente. O canoeiro Manuel João é exemplo disso:

Manuel João vivia ali desde que nascera. Seu trabalho se limitava à área de terra ribeirinha, ao rio e à canoa, como outrora ocorrera com o pai. A terra dava-lhe a mandioca, o rio dava-lhe o peixe, e da canoa lhe provinha o escasso dinheiro do transporte de passageiros de uma para outra margem. Através dos anos, sua vida estacionara diante de um obstáculo, circunscrito ao rio e à mata. Os marimbus eram a fronteira do seu mundo – mundo de água, lama e febre, onde nada lhe acontecia que não tivesse acontecido muitas vezes (SALES, *Além dos Marimbus*, 1975, p.11).

A diferença reside talvez, no fato de que Robinson Crusoé, mesmo depois de 28 anos perdido em sua remota ilha tropical, ainda alimenta o sonho de ser resgatado e de escapar da armadilha insular, o sonho de fuga do presente de sua realidade também é

vivido pelo retirante Silvério, em *Cascalho*, mas tendo como maior pretensão juntar alguns contos de réis para poder voltar para junto de sua família no sertão:

- De garimpo eu só quero saber até o dia em que eu fizer dinheiro – dissera. – Pegando que seja num cobrezinho, volto em cima do rastro pro sertão (SALES, *Cascalho*, 1975, p.70).

Todavia, no caso do canoeiro Manuel João em *Além dos marimbus*, a situação é outra. Nele só encontramos conformismo e resignação ante a própria sorte de infortúnios: “sabia que ia morrer ali, transportando pessoas de um lado a outro do rio.” O isolamento do personagem e a monotonia da paisagem apontam para a mesmice do cotidiano e a falta de perspectivas. Manuel João é prisioneiro desse território, encarnando, numa projeção simbólica, a visão trágica do destino de toda uma população:

Lenta e uniforme lhe decorria a existência, e a rotina diária, a solidão, a febre que desde muito se tornara crônica, haviam-no integrado na paisagem sempre igual, com velhas árvores debruçadas sobre o pântano (SALES, *Além dos Marimbus*, 1975, p.11).

Esse isolamento se destaca por um estado de insularidade social e existencial. A insularidade é também característica de algumas das personas romanescas de Herberto Sales: Silvério e Zé de Peixoto em *Cascalho* e, como já destacamos anteriormente, o velho canoeiro Manuel João, de *Além do marimbus*. Estes protagonistas, sozinhos consigo mesmos, questionam o vazio de suas existências, e extraem somente o vácuo de suas miseráveis condições humanas num contexto hostil e sócio-político asfixiante, sobretudo pelas aviltantes relações de poder estabelecidas, com os coronéis comandando com mão de ferro uma legião de trabalhadores explorados.

Silvério, solitário em sua travessia existencial, avulto como personagem de *Cascalho*, romance que questiona os valores do mundo arcaico, as relações de poder nos garimpos, o território dos coronéis num ambiente de vida sofrida e sonhos interrompidos pela dura realidade que se apresenta diante dos trabalhadores das lavras diamantíferas de Andaraí. Manuel João, personagem de *Além dos marimbus*, velho, encurralado pelas doenças, isolado em território insalubre, habitante de remotos pântanos, demonstra total falta de perspectiva e completa resignação face à sua miséria a ponto de criar-se no romance um curioso contexto atemporal onde o próprio

personagem perde o referencial do tempo e não sabe mais há quanto atravessa viajantes com a sua canoa. Sua única certeza é que continuará exercendo essa função até a sua morte. Nos dois romances, entretanto, a condição de insularidade existencial, social e mesmo espacial dos personagens, no caso da representação dos garimpos e dos marimbus de Andaraí, é intensamente trabalhada por Herberto Sales. O isolamento dos espaços, sua localização muitas vezes remota e difícil, justifica a metáfora da ilha que figura, de maneira enfática, na limitação das fronteiras espaciais e culturais de todo território que se constitui como nação, com um povo, uma língua e uma cultura que se afirmam como distintos dos outros (Cf. GODET, 2010, p.55).

O espaço, pois, com suas implicações culturais, históricas e sociais, é um elemento estrutural decisivo no mundo gerado por Herberto Sales. Os indivíduos interagem nesse espaço, modelando-o e sendo modelados por ele. Segundo GODET (2010, p.56), essa imbricação entre o destino individual dos personagens e o destino coletivo no qual estão inseridos é o caminho privilegiado pelo autor para explorar a temática identitária. A ordem espacial é reveladora da identidade do grupo, funcionando também como um fator de diferença social (*Idem*, 2010 p.56). Longe de ser a representação de um espaço homogêneo, a ficção de Herberto Sales evoca um espaço hierarquizado, que revela as diferenças culturais dos universos contíguos de cada um dos grupos. Articulado elementos de territorialidade e temporalidade, o texto constrói as múltiplas facetas do fenômeno identitário.

Nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*, o espaço se retransforma em território, articulando as diversas relações de poder, remetendo às questões fundamentais sobre o itinerário da identidade dos personagens, tendo como pano de fundo a encenação do conflito ideológico apresentado na perspectiva da luta de classes. A formação de um sistema social rígido corresponde à representação de um espaço estratificado que denuncia as relações de dominação do povo pelas elites.

Os espaços descritos por Herberto Sales, insalubres marimbus, remotas fazendas, longínquos garimpos, e até mesmo a própria cidade de Andaraí, tornam-se espaços de isolamento e de quase cárcere no discurso realista e de denúncia do autor. No entanto, esses espaços, que se constituem enquanto território, também são representativos de um povo, de uma língua e da cultura da sociedade do interior da Bahia e do Brasil. O território, em *Cascalho* e *Além dos marimbus*, está marcado pelo “paradoxo da insularidade” à qual se refere Rita Olivieri-Godet na sua análise da obra de João Ubaldo Ribeiro:

L'espace circonscrit de l'île fonctionne comme une métaphore du pays dans sa totalité. L'île figure de manière emphatique la limitation de frontières spatiales et culturelles de tout territoire qui se constitue comme nation, avec un peuple, une langue et une culture qui s'affirment comme distincts des autres. Par ailleurs, l'île suggère la condition d'isolement de l'écrivain pendant le processus de création, son refuge dans un monde imaginaire qui lui permet d'articuler réalité et fiction (GODET, 2009, p. 55)²¹

O isolamento também pode ser apreendido como a representação do paraíso no imaginário coletivo, a conquista do mundo perfeito num espaço distante, isolado, claramente delimitado em suas fronteiras e preservado da nefasta influência da civilização. No *Dicionário de símbolos* de CHEVALIER e GHEERBRANT (1998), a ilha, a que se chega apenas depois de uma navegação ou de um voo, representa o símbolo por excelência de um centro espiritual, de um refúgio. A ilha é um mundo em miniatura, uma imagem do cosmo completa e perfeita, que simbolicamente se ajusta como um lugar de eleição, de silêncio e paz. O espaço insular funciona como uma representação utópica do mundo, onde se projetam os anseios do imaginário: o mito da terra-mãe e do refúgio. No caso dos romances de Sales, esses espaços, quanto ainda na condição de projeto e de sonho embrionário, são verdadeiras projeções do Eldorado²², onde a ilusão de abundância e de riqueza ao alcance das mãos atua como mola mestra da ação. Quando o projeto deixa de ser apenas um projeto, quase onírico e certamente utópico, e adentra o mundo real; quando o homem, sonhador iludido, alcança essas terras tão almejadas, ele se depara com a dureza fria da realidade, com as dificuldades e a miséria de sua condição. A terra-mãe se torna então “terra-madrasta” e o eldorado se assemelha ao mito do ouro dos trouxas²³.

²¹ O espaço circunscrito da ilha funciona como uma metáfora do país em sua totalidade. A ilha figura, de maneira enfática, a limitação das fronteiras espaciais e culturais de todo território que se constitui como nação, com um povo, uma língua e uma cultura que se afirmam como distintos dos outros. Ademais, a ilha sugere a condição de isolamento do escritor durante o seu processo criativo, seu refúgio em um mundo imaginário que lhe permite articular realidade e ficção” (GODET, 2009, p. 55).

²² Eldorado: No uso linguístico comum, indica um lugar simbólico caracterizado pela abundância de grandes riquezas e coisas ambicionadas, que não precisam necessariamente estar associadas a preciosidades em sentido restrito. Originalmente, o conceito se referia a uma pessoa, e "el dorado" em espanhol significa "aquele que é recoberto de ouro", e referia-se a um cacique do antigo reino Chibcha (situado na atual Colômbia), que os conquistadores espanhóis tentavam capturar, devido à legendária riqueza em ouro de sua terra. Em dias de festa, o rei de uma dessas tribos costumava pulverizar o corpo todo com pó de ouro e depois dirigir-se à laguna de Guatavita, onde mergulhava para retirar o metal nobre com a água, em uma oferenda aos deuses. Depois da conquista do país, verificou-se que a riqueza em ouro não era tão grande quanto os espanhóis imaginavam (Cf. BIEDERMANN, 1993).

²³ O mito que deu origem à expressão popular “ouro dos trouxas” faz referência à pirita, mineral de cor dourado pálido, famoso por ser bem semelhante ao ouro. Muita gente acreditou ter encontrado ouro de verdade ao achar minas de pirita. A pirita já confundiu muitos garimpeiros inexperientes e ficou estigmatizada por induzir ao erro, como ouro de mentira, o ouro dos trouxas.

Local, espaço, território e identidade constituem conceitos centrais em geografia. O local é uma unidade, o espaço, o intervalo que separa os locais, enquanto que o território é um “espaço-objeto” (RETAILLÉ *apud* BESSE, 2002, p.88). Na narrativa de Sales, “o espaço-objeto”, apropriado ou assimilado por uma determinada identidade, se traduz pelo “território dos coronéis”, “território dos garimpos” ou “território dos marimbus”. A impressão identitária, à maneira de uma marca indelével, se fixa a determinado espaço, tornando-se assim um território. Um determinado grupo social, ou conjunto de pessoas, reunido em torno de um interesse comum ou de características semelhantes, se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade e uma mesma identidade. Essa identidade em comum, conceito etéreo/abstrato, necessita, por sua vez, de um território físico/concreto para ratificar ou legitimar a sua existência e passar a ser um referencial real para os indivíduos pertencentes a esse grupo. Esse fenômeno é bastante comum nas aglomerações urbanas atuais, quando um determinado grupo de pessoas, geralmente minorias excluídas por questões raciais e/ou sociais, se une em torno de um espaço, de uma comunidade, ou de um bairro, ao qual atribuem uma conotação de território enquanto espaço de resistência que, por sua vez e em muitos casos, se torna um gueto²⁴.

Um dos fatores essenciais para a emergência de uma identidade nacional é o território. Segundo Manuel Castells (2008), o território, assim como a etnia, a religião e a língua, não são suficientes em si para constituir uma nação ou suscitar o sentimento de nacionalidade, mas uma vivência em comum. Na narrativa de Herberto Sales, no entanto, essa vivência ou convívio descrito como essencial para a formação de uma nação se quebra devido aos antagonismos de classes e de culturas, gerando dois projetos distintos e opostos. De um lado, a classe popular, trabalhadora, que, na qualidade de elo mais fraco da cadeia, é desprezado e, do outro lado, o projeto das elites, que se apropriam das instituições do Estado-nação. A fundação da nacionalidade se efetiva então em nome de todo um povo, mas sob o exclusivo controle territorial das elites através da consubstanciação do povo e do território (Cf. GODET, 2002, p. 102). O

²⁴ Segundo definição encontrada em HOUAISS, gueto significa bairro de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou outro grupo minoritário, frequentemente devido a injunções, pressões ou circunstâncias econômicas ou sociais. Geralmente resulta de tratamento discriminatório.

povo, homens e mulheres, trabalhadores, garimpeiros, legião de excluídos e de explorados representam a grande maioria da população, sem a qual seria impossível a própria essência do território dos coronéis, dos garimpos e das fazendas. Em sua narrativa, Sales coloca em jogo, no espaço político e social do interior da Bahia, no início do século passado, o confronto dos paradigmas da identidade-legitimante e a clivagem que se opera através daquilo que pode ser considerada oposição: a identidade-resistência. Os primeiros reproduzem o projeto identitário da classe hegemônica, enquanto que os outros expressam as perspectivas das classes populares marginalizadas pelo poder, como procuramos analisar no capítulo 1 desta tese. O espaço/território está diretamente ligado a aspectos culturais e de poder. Se existe um território, existe sistematicamente uma busca por seu domínio e isso envolve relações de poder, tensões e, por vezes, violências, embates e até guerras. A invasão das terras de Sinhá Andresa pelo Coronel Moreira e a destruição de sua lavoura pelo gado do fazendeiro em *Além dos marimbus* é um dos muitos exemplos de conflitos ligados à disputa por espaço e território na trama romanesca de Herberto Sales:

O Coronel Moreira mandou soltar o gado na roça de Sinhá Andresa hoje de madrugada. Não ficou uma espiga de milho pra remédio [...] As cercas haviam sido derrubadas [...] Os varões paralelamente corridos em linhas triplicas ao longo da estacaria, a resguardarem dos animais as áreas cultivadas, estavam todos confusamente atirados por terra (SALES, *Além dos marimbus*, 1975, p.41).

Segundo SOUBEYROUX (1993), a recepção pelo leitor de um texto ficcional passa por etapas de confrontação entre o real e o ficcional onde podem ser identificados os elementos “*trompeurs*” ou ficcionais, mas na qual sempre permanece uma indispensável parcela de ilusão da realidade para que o leitor, cativado, se interesse pela narrativa. A representação do espaço na obra romanesca de Herberto Sales é de fundamental importância, pois é geradora de significantes e significados. O espaço contribui de forma determinante, em conjunto com o tempo e os personagens, a fim de acentuar a realidade retratada pelo autor. A dramaticidade é potencializada pelas descrições precisas e a criação de uma dimensão verossímil da trama. A respeito da importância do espaço enquanto categoria textual e elemento incontornável que permite acessar as “camadas profundas” do tecido narrativo, de toda sua dimensão simbólica e seu alcance dramático, SOUBEYROUX escreve:

Construit avec les mêmes éléments langagiers que la temporalité ou les personnages, l’espace romanesque doit être considéré comme une catégorie textuelle à part entière, solidaire des autres éléments constitutifs du tissu textuel

et donnant accès comme les autres aux structures profondes de l'oeuvre²⁵
(SOUBEYROUX, 1993, p.14).

A linguagem romanesca serve, pois, não para apenas descrever o mundo real, mas para construir uma ilusão de realidade que, por sua vez, é recriada através da representação de um determinado espaço no qual se desenvolve a história ficcional narrada. O espaço ficcional é construído pelo texto, pela linguagem e suas descrições, tomando emprestado do mundo real uma quantidade mais ou menos importante de elementos, o que SOUBEYROUX (1993, p.14) chama de “grau de mimetismo”. O espaço ficcional, no entanto, se diferencia do mundo real em alguns aspectos como, por exemplo, pelos seus personagens ou pela própria ação narrativa. Essa distância entre a representação do real e do ficcional é chamada de “grau de desvio” por SOUBEYROUX (1993, p.14).

Os próprios títulos dos romances de Herberto Sales que compõem o córpus desta pesquisa merecem uma atenção particular por remeterem simbolicamente ao espaço descrito pela narrativa do autor. O título *Cascalho*, por exemplo, através da figura metonímica, faz uma clara alusão ao espaço do garimpo. O cascalho é o material bruto, a granel, retirado do leito do rio ou da escavação da mina com que o garimpeiro trabalha em sua bateia. É nessa mistura de areia, pedra, minério e aluvião, revolidos incessantemente pelos garimpeiros, que está depositada toda a esperança de encontrar uma pedra preciosa. Simbolicamente, podemos também atribuir ao título *Cascalho* uma referência ao campo semântico do dinheiro na linguagem popular e informal, uma vez que a vida dos garimpeiros gira em torno da ilusória busca pela riqueza, mas que na prática, se resume a uma desesperada busca pela sobrevivência. Em *Além dos marimbus*, o título é composto por três palavras, sendo o advérbio “Além” e o substantivo “marimbus” carregados de simbologia e referências implícitas. Através de um “regionalismo da Bahia”, Sales emprega a expressão “marimbus”, ou “terra pantanosa à margem de rios, com vegetação semi-aquática” (Cf. HOUAISS). O romance está contextualizado a partir do próprio título. O espaço a ser explorado pela narrativa já é anunciado antes mesmo de o leitor ingressar no romance. Os marimbus, ou pântanos, já remetem ao imaginário coletivo, a um espaço distante e isolado, muitas

²⁵ Construído com os mesmo elementos linguísticos que a temporalidade ou os personagens, o espaço romanesco deve ser considerado como uma categoria textual em si, solidária dos outros elementos constitutivos da trama textual, permitindo o acesso como as outras às estruturas profundas da obra (SOUBEYROUX, 1993, p.14. Tradução nossa).

vezes insalubre e perigoso. Para reforçar o efeito de dramatização do título, o autor recorre ao emprego do advérbio “além”, que acentua a conotação de distância e de isolamento do território tematizado, espaço desconhecido e já inconscientemente hostil. O “além” remete ao que está do “lado de lá”, “mais adiante”, “lugar bem longe”, “afora” (Cf. HOUAISS). Podemos também traçar um paralelo com o “além” que remete ao mundo dos mortos, destacando dessa forma a dimensão simbólica do grave perigo das terras onde se situam as doenças e a violência dizima os homens que nelas se aventuram.

Além dos marimbus, anuncia, no próprio título e na perspectivação dialética que o romance de Herberto Sales enseja, explorando, entre os aspectos eminentemente locais, regionais e o caráter universal, os dramas humanos que não se restringem à dimensão restrita de uma localidade específica. *Além dos marimbus* projeta o olhar do escrito numa dimensão que é, ao mesmo tempo, local, ancorada nos problemas específicos da região, e universal, humana.

No estudo intitulado *Espace et narration: théorie et pratique*, LAMBERT (1998) analisa de que forma o espaço se inscreve no romance através da narrativa. A percepção do espaço, segundo ele, assim como o próprio processo da escrita, está muito ligada ao imaginário do autor, principalmente nos textos ficcionais romanceados. No entanto, é no estudo do espaço romanesco enquanto elemento topológico e mesmo topográfico que concentramos nossa análise das obras de Herberto Sales. Os romances *Cascalho* e *Além dos marimbus* reúnem, no amálgama de seu espaço ficcional, de um lado, os elementos ficcionais e imaginários do autor, e de outro, a observação precisa e a reprodução fiel dos espaços narrados. Nesse incessante cruzamento entre o real e o imaginário se imbricam/sucedem/sobrepõem os personagens e a trama narrativa do autor no espaço real da região da Chapada Diamantina, da cidade de Andaraí e de seus arredores. Como salienta LAMBERT (1998), toda ação narrada se situa obrigatoriamente em um determinado espaço e em um determinado tempo que lhe são peculiares. O espaço, em sua representação nos romances de Sales, não é um mero coadjuvante, quadro que emoldura a trama e os personagens, ou simples pano de fundo da ação. Ele é produtor de sentidos e tem papel determinante na narrativa. O espaço dos marimbus, por exemplo, retratado como inóspito, isolado e insalubre, dá origem a toda a densidade e dramaticidade do início ao fim do romance. A vida sofrida e miserável do velho canoeiro Manuel João, marcada pela resignação, está inexoravelmente ligada ao espaço dos pântanos, cenário de toda uma vida. Esse universo aquático, verdadeiro

labirinto repleto de armadilhas, é o primeiro cenário encontrado por Jenner, no romance *Além dos marimbus*, em sua viagem pela região em busca de terras para comprar. Não por acaso, esse ambiente hostil, logo à chegada do protagonista, parece representar simbolicamente uma premissa das dificuldades que o personagem irá encontrar. O espaço tem aqui um papel decisivo na narrativa enquanto força da natureza, elemento natural que aparece como um obstáculo a ser vencido, um ambiente temido a ser respeitado por uma questão de sobrevivência. Já o exemplo de *Cascalho* torna difícil o acesso ao garimpo, metonimizado no caminho com muitos obstáculos:

Caminhavam sobre pedras soltas, raladas das montanhas dos antigos, e a estrada se tornava mais acidentada e perigosa, formando íngremes degraus aparentemente intransponíveis, nos lanços dos lajedos broqueados. Em certos trechos, era o caminho um simples trilho bordejando os canalões revolvidos até a piçarra, o que os obrigava a andar lentamente, não raro se equilibrando nas pinguelas de cocão lançadas sobre os peraus, em cujas profundezas apodreciam os pontalotes de velhos serviços de talhado. Às vezes, a estrada se mostrava tão cheia de obstáculos, que a outros viandantes menos experimentados haveria de parecer estarem transviados da rota verdadeira, ao defrontarem-se ora com fundos canais, por eles transpostos aos saltos, ora com os despenhadeiros e precipícios escavados pelas enxurradas, ao longo dos quais desciam, sem nunca se apartarem da ferramenta que conduziam no ombro ou na cabeça, baixando o corpo como se fossem ficar de cócoras e apoiando-se inteiramente nos pés mal firmados nos ressaltos das rochas. Em virtude, porém, da dificuldade de locomoção através do trecho que agora atravessavam, iam guardando distancia uns dos outros, e andavam em fila, muito atentos ao caminho, embora sem interromperem a conversa iniciada (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 193-194).

Outros exemplos dos perigos:

Sobre as lajes onde firmavam os pés descalços, enquanto andavam se punham de sobreaviso, pois, em semelhantes locais, aproveitando-se da sombra e da umidade, não raro se ocultavam cobras sob os tufo de capim – a coral, e sobretudo, a não menos venenosa cabeça-de-patrona. Era necessário surpreendê-las, e isto feito, esmagá-las a pedradas ou a golpe de alavanca ou enxada, antes que elas desferissem o bote (Idem, 1975, p. 194).

Por meio dessa breve análise, percebemos o papel dinâmico do espaço na trama romanesca, na autonomia narrativa e de que forma a representação é geradora de sentidos na obra aqui analisada. O espaço não é apenas passivo, de significado parco e representado genericamente. Ele é ativo, significante e representativo (Cf. GENETTE, 1976, p.44). O binômio espaço-tempo, assim como o descreve Bakhtin no seu conceito de cronotopo, é constituído pelos já citados elementos indissociáveis na produção de sentidos da narrativa de Herberto Sales. A inscrição do espaço no romance, assim como o tempo, constitui uma das estratégias narrativas fundamentais a ser desenvolvida pelo narrador (Cf. LAMBERT, 1998, p. 114). A respeito das “configurações espaciais” no

romance, que seriam a articulação dos diferentes espaços no interior de uma única figura espacial ou dentro de um contexto em comum, o estudioso destaca:

La narration construit ces figures et cette configuration, de sorte que l'espace contribue à la production du sens par sa participation essentielle à la structure narrative globale²⁶ (LAMBERT, 1998, p. 114).

Ao longo da narrativa, o espaço vai sendo construído progressiva e sucessivamente pelas diversas descrições do autor ou através do ponto de vista de determinado personagem. O conjunto dessas múltiplas representações parciais do espaço constitui o “topos ficcional” do romance, o seu espaço narrativo. Como já vimos, essa representação do espaço pode ser apresentada em um bloco único, compacto e monolítico, ou então de forma fragmentada, na medida em que vai se desenvolvendo a narrativa e em que os personagens do romance vão evoluindo em seus contextos. Nos romances de Herberto Sales, as descrições alternam esses dois modelos. Em *Cascalho*, por exemplo, existem longas descrições do espaço dos garimpos, com detalhes do relevo, da topografia, das paisagens e da própria atividade extrativista dos garimpeiros. Essas longas descrições são entrecortadas por elementos narrativos da trama do romance, reflexões dos personagens, referências históricas, precisões técnicas e diálogos. Na sequência, outros espaços vão sendo apresentados conforme a ação vai se desenvolvendo e o leitor descobre sucessivamente o garimpo, o alojamento, o barracão, a cidade de Andaraí, etc. Nos romances de Herberto Sales, as representações do espaço irão se sucedendo e se sobrepondo umas às outras, sempre acrescentando mais informações no decorrer da narrativa. O resultado aparece ao termo dos romances quando o leitor consegue sintetizar o panorama completo dos espaços representados nas obras, à maneira de um mapa, tanto pela abundância de detalhes como pela contextualização dos personagens e da própria narrativa nesse espaço. Sobre isso diz Lambert:

Le premier temps de la caractérisation de l'espace consiste donc à identifier les différentes figures spatiales, lieux des événements, et leur ordre de disposition dans le récit [...] C'est la prise en charge de ces figures spatiales par la narration qui rend compte de leur organisation en une configuration spatiale d'ensemble, en une forme narrative génératrice de sens²⁷ (LAMBERT, 1998, p. 118).

²⁶ A narrativa constrói essas figuras e essa configuração de tal maneira que o espaço contribua para a produção de sentido pela sua participação essencial na estrutura narrativa global (LAMBERT, 1998, p. 114. Tradução nossa).

²⁷ O primeiro momento da caracterização do espaço consiste então em identificar as diferentes figuras espaciais, os locais dos acontecimentos e sua ordem dentro da narrativa [...] A forma como essas

A representação da cidade de Andaraí e de seus arredores nos romances de Herberto Sales tem como característica seu pronunciado grau de mimetismo. Os espaços ficcionais retratados foram inspirados por elementos do mundo real, minuciosamente pesquisados pelo autor. Dessa maneira, a representação do espaço em *Cascalho* e *Além dos marimbus* ocorre através das descrições do espaço do cotidiano onde se desenvolve a vida dos personagens, a cidade, o garimpo, a floresta, dentre outros ambientes, transformando o cenário onde eles evoluem ao longo da trama, no quadro de suas deambulações e dos percursos que permitem uma grande aproximação com a toponímia real. Eis alguns exemplos descritivos de locais de Andaraí:

Na farmácia de Carvalhal, na loja de Benigno Carregosa, no bilhar de Ziu, nas bibocas do Rapa-Tição e da Santa Bárbara, nas casas das mulheres-damas e nos caminhos da serra, nos grupos reunidos debaixo da jaqueira e nos passeios das casas comerciais, na porta da igreja e debaixo das pontes, nos banhos da Boca da Gruna e nos churrascos de Pereirinha, à meia-noite, no Remanso – comentou-se largamente o episódio da Passagem (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 49).

Nasce e cresce um bairro:

A Rua do Ribimba era a continuação da do Rapa-Tição. Antigamente a cidade acabava naquela casa grande da ladeira. Mas depois foram chegando homens que procuravam trabalho, homens pobres que vinham atraídos pelas notícias dos garimpos ricos, e o Ribimba nasceu e foi crescendo, com os seus casebres trepando pelo barranco como um rebanho de cabras. De tão grande já constituía agora quase um bairro. Foi adquirindo novos nomes nos seus vários desdobramentos, um beco aqui, uma ruazinha ali, mas sempre com seus ranchos, que eram como casinhas de cachorros, de três cômodos no máximo, onde viviam garimpeiros com as suas mulheres, que eram fatalmente lavadeiras, e com seus filhos, que eram fatalmente futuros garimpeiros. O bairro ia crescendo e invadindo a mata em torno (Idem, 1975, p.50).

As casas:

Os casebres multiplicavam-se nas armações de camboatá, com coberturas de palhas de pindoba, e entravam pela estrada dos Bichinhos ou desciam pelo areão que margeava o rio, num agrupamento de presépio. Os homens chegavam, roçavam um pedaço do terreno, levantavam as paredes feitas a sopapo com o barro do próprio terreno, cobria-as de palha e, se mais tarde bamburravam, davam uma mão de tabatinga na fachada da nova morada. As mulheres se incumbiam do resto. Cercavam os quintais pequeninos, plantavam as suas coisas, as suas bananeiras, os seus pés de urucu, os seus mamoeiros, as suas mangueiras [...] Em geral, costumavam elas ter as suas

figuras espaciais são apreendidas pela narrativa é que vai determinar a sua organização dentro de uma configuração espacial do conjunto numa forma geradora de sentido (LAMBERT, 1998, p. 118. Tradução nossa).

quatro ou cinco cabeças de galinha, o que lhes dava algum rendimento (Idem, 1975, p.63).

A descrição detalhada do espaço da cidade, embora este não seja o privilegiado no romance, implica num grau de mimetismo: à medida em que se descreve a procissão, assistimos a uma descrição detalhada da cidade de Andaraí, suas ruas, suas praças, becos, esquinas e comércios:

Quando o dia clareou – a “Aurora Musical Andaraiense” sapecou o dobrado na entrada do Beco da Chocolateira e, percorrendo a cidade de ponta a ponta, deu início ao programa da festa, com a *Alvorada* retumbando nos trombones matinais [...] Na esquina da Pensão Familiar Grande Líbano, do árabe Mansur, um homem de roupa nova soletrava interessado o referido programa [...] Na tarde ensolarada do domingo, a procissão de N.S. da Glória vem vindo. Dobra a Rua do Curral. As janelas estão cheias de moças [...] Agora a procissão já vem na praça [...] À porta do bilhar de Ziu, os frequentadores reparam tudo e encontram assunto para uma semana de falação da vida alheia [...] Da esquina do Beco da Lama surge um grupo que se incorpora à procissão: são mulheres de garimpeiros que desceram da Ribimba [...] A procissão entra a seguir na Rua da Ilha. O povo se comprime, porque a rua não é praça [...] Já era quase noite quando a procissão retornou à igreja (SALES, *Cascalho*, 1975, p. 237-239).

Os espaços descritos na narrativa de Herberto Sales, apesar de não serem todos longamente resolvidos e, para alguns, sem muitos detalhes, ou tendo apenas o nome para identificá-los, são espaços reais que os personagens dos romances habitam, povoam ou e pelos quais circulam. Esses espaços existem realmente na cidade de Andaraí e seus arredores. Através da repetição, certos espaços se tornam “sistema significante”, conforme destaca o estudo de Bourneuf, segundo o qual :

La mise à jour de certaines constantes dans l'utilisation des lieux autorise à poser comme hypothèse l'existence d'un “schéma” ou d'un “système spatial” chez les romanciers tout comme il existe chez eux un univers humain ou un système temporel cohérents [...] les intrigues présentent une remarquable “fixation spatiale”²⁸ (BOURNEUF, 1970, p. 84).

A narratividade do espaço seria o conjunto das características que tornam a representação desse espaço indispensável para criar a ilusão realista da narrativa do romance. A utilização pelo autor de nomes de rua, de bairros ou lugares em geral, cuja

²⁸ O destaque de certas constantes na utilização dos espaços leva à hipótese de um “esquema” ou de um “sistema espacial” nos romancistas, assim como também existe neles um universo humano ou um sistema temporal coerente [...] as intrigas constituem uma notável “fixação espacial” (BOURNEUF, 1970, p. 84. Tradução nossa).

existência pode ser comprovada pelo leitor, tende a confundi-lo e a confortá-lo na ilusão de que o espaço descrito é mesmo real. Dessa forma, a desconfiança do leitor é atenuada pelos elementos reais que se encontram imbricados no espaço ficcional da trama. Reforçando a característica verossímil e através de um fenômeno de contaminação, a dimensão real do espaço se estende aos demais elementos da narrativa “*puisque lieu est vrai, tout ce qui lui est contigu, associé, est vrai*” (cf. MITTERAND, 1980, p. 194).

A região da Chapada Diamantina, de Andaraí e seus arredores, e mais especificamente os cenários, dos marimbus aos garimpos, descritos nos romances de Herberto Sales tornam-se o espaço central a partir do qual se desenvolvem os personagens e as ações da trama romanesca. Sales valoriza muito o conceito de espaço enquanto cenário social, cultural, histórico, e como palco das ações de seus protagonistas, a ponto de o narrador multiplicar as descrições, atribuindo-lhes um vasto leque de sentidos e de conotações. Segundo Bourneuf,

La description implique un choix d'éléments, des proportions à établir entre eux, des lignes de force qui orientent le regard, une profondeur qui ménage les plans, une composition qui impose un ordre et un rythme, une tonalité dominante, des harmonies ou des discordances. Le romancier peut choisir de décrire les lieux de l'action une fois pour toutes: l'espace est donné d'un bloc; ou il peut émettre cette description au cours du récit (...) avec des descriptions par fragments, faites en suivant les personnages et à l'occasion de leurs déplacements par rapport au spectacle à décrire²⁹ (BOURNEUF, 1970, p. 86).

O espaço representado enquanto elemento constituído de múltiplos locais, definidos ou não, e que se sucedem ao longo da trama dialoga com o espaço enquanto local da ação, cenário onde se desenvolvem os romances e evoluem os personagens, quadro imprescindível da experiência narrada. O autor pode, dessa forma, articular temporalidades individuais e coletivas baseadas em um dado território (Cf. BESSE, 2002, p.83). É o que acontece nos romances de Herberto Sales, que primam em descrever ações e personagens quase fotograficamente, aproximando-os das retinas do leitor observante, que a tudo confere um estatuto de legitimidade.

²⁹ A descrição implica em uma escolha de elementos, proporções a serem estabelecidas entre eles [...] uma composição que impõe um ritmo e uma ordem, uma tonalidade dominante, harmonias e discordâncias. O romancista pode escolher descrever os locais da ação de uma só vez: o espaço é apresentado em um único bloco; ou então ele pode esmiuçar essa descrição ao longo do romance com descrições fragmentadas feitas conforme os personagens e na ocasião seus deslocamentos em relação ao espetáculo a ser descrito. (BOURNEUF, 1970, p. 86. Tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa centrada nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus* do escritor baiano Herberto Sales, teve como objeto identificar e analisar os elementos constitutivos que configuram o universo da Chapada Diamantina enquanto construções identitárias do indivíduo e do meio. Esse trabalho visou aprofundar os estudos da identidade na literatura, dando maior visibilidade aos referidos romances incluindo o território da Chapada Diamantina na cartografia regionalista do sistema literário brasileiro. O regionalismo na literatura e o uso estilizado da linguagem oral em particular, abrem perspectivas novas em relação aos estudos literários permitindo-nos vislumbrar o espaço dessa região do interior da Bahia enquanto referente geográfico da ficção regionalista o que constitui uma contribuição de grande relevância.

Em *Cascalho* e *Além dos marimbus* o romancista explora as construções identitárias nas temáticas ligadas ao poder, à cultura e ao território desvelando também o contexto histórico, social e político da época no interior da Bahia. Ao longo de sua narrativa, o escritor baiano apresenta características próprias do texto literário de ficção com o seu caráter documental, assim como a relação desse texto ficcional com o histórico num tecido literário de ficção enquanto biografia em seus contextos culturais.

Herberto Sales reconstitui, em *Cascalho*, o cenário social de Andaraí, mostrando que os grupos sociais são nitidamente evidentes e distintos na civilização do garimpo. Os personagens do romance são expressões do grupo social a que pertencem. *Cascalho*, romance de Andaraí, denuncia a opressão e o abandono a que é conduzida uma legião de homens submetidos ao poder dominante local. Esse romance, verdadeiro retrato da civilização do garimpo na Chapada Diamantina, apresenta um precioso panorama do território dos coronéis e das complexas relações de poder que estão em jogo. A narrativa retrata a sociedade fechada de Andaraí, onde a lei dos coronéis impera sobre a miserável massa de garimpeiros e forasteiros gananciosos atraídos pela febre do diamante e pela ilusão do ganho fácil. *Cascalho* também aborda a temática do jaguncismo no sertão nordestino, em particular a figura do jagunço como produto do meio social no qual evoluiu.

O romance herberteano funciona como uma superposição de textos literários, históricos e sociológicos que dialogam entre si e com os mitos regionais, presentes na religiosidade, na oralidade, nas diversas identidades e nos costumes do garimpo do interior da Bahia. A região, apesar de ser um território de passagem, reveste-se de um caráter singular na cultura que se impõe a todos.

Para representar a experiência, seguindo uma linha realista, com a preocupação constante pela busca da verossimilhança, o romance desenvolveu técnicas literárias que espelharam esse compromisso com a verdade. O uso das descrições foi um dos artifícios de que o romance lançou mão para vincular-se à ideia de fidedignidade. A “organização” do tempo também contribui para aproximar a linguagem herberteano do gênero romance da verossimilhança e, em suma, do realismo, enquanto compromisso para com a experiência cotidiana dos seus personagens, ligando a temporalidade com o espaço onde se desenvolve a trama de seus personagens.

A trama romanesca se desenvolve sempre vinculada às referências de espaço e de tempo o que é definido pelo conceito de cronotopo de Bahktin. Tal conceito parte do princípio da indissociabilidade entre o espaço e o tempo e possibilita a leitura do tempo no próprio discurso. No romance, o cronotopo é centro organizador dos principais acontecimentos temáticos e o princípio determinante do gênero e relativo ao tempo histórico: história dos modos de vida, dos costumes, das instituições e das sociedades.

Cascalho se inscreve na esteira do chamado Romance de 30, em estilo realista, e traz o caráter de denúncia de uma sociedade coronelista no interior da Bahia na qual se projeta a exploração do homem, desbravador do garimpo, à cata do sonho impossível do diamante, desmascarando as intrincadas relações opressor-oprimido. No contexto da época, as preocupações com os elementos sociais e ideológicos situavam-se em primeiro plano. Herberto Sales, com *Cascalho* e *Além dos marimbus*, renova a literatura regionalista quando leva ao mundo, através de seus romances, a representação de uma região e de toda uma cultura, conferindo-lhes assim uma dimensão universal. De fato os romances vêm enriquecer a literatura regionalista, diversificando-a e renovando-a, no aprofundamento da dimensão estética (Oliveira, 2006).

Os romances de Sales apresentam um estilo moderno, independente e descompromissado com a linguagem tradicional, podendo se expressar livremente, incorporando a autêntica linguagem regional, as gírias locais, enfim, a vida real sob um prisma de autenticidade e verossimilhança. A literatura brasileira dos anos 30, especialmente aquela criada pelo grupo de romancistas do Nordeste, caracteriza-se pelos romances do ciclo da seca, do cangaço, da cana-de-açúcar e do cacau, onde encontramos inúmeras representações do coronelismo.

Os romances que compõem o movimento regionalista em 30 abordaram em sua temática as questões sociais mais agudas de sua época. Eles representam o despertar e a expressão de uma consciência crítica retratada através da literatura. Essas obras evidenciam as denúncias contra o modelo social instaurado através de temas como a desigualdade social, o coronelismo patriarcal, a vida miserável dos trabalhadores, os resquícios de escravidão e as questões envolvendo a posse das terras. O romance regionalista vai mais além da trama romanesca propriamente dita ou da descrição pitoresca das regiões retratadas e do enredo com personagens típicos ou caricaturados, tendo como traço incontornável do movimento, onipresente em pano de fundo, a crítica dos problemas sociopolíticos.

O termo “regionalista” foi alvo de algumas críticas no sentido de que seria reducionista, limitando a importância ou o alcance das obras que nele se inscrevem. Verificou-se, no entanto, que obras-primas de renomados autores do eixo Norte-Nordeste, por exemplo, anularam esse estigma através do brilhantismo de suas produções literárias. Autores de destaque como Graciliano Ramos e João Guimarães Rosa, por exemplo, souberam escrever sobre o sertão e a cultura sertaneja sem cair em um regionalismo redutor. “Todos eles, embora profundamente arraigados na cultura sertaneja, possuem uma linguagem própria e superam o regionalismo redutor que transforma os aspectos da cultura local em simples elementos exóticos ou folclóricos” Godet (2001). O regionalismo dos anos 30 tem uma dimensão e um alcance muito maiores do que em geral se assinala. Essa produção contribuiu para o amadurecimento do romance brasileiro, inclusive no que diz respeito à linguagem. Podemos assim contrapor as críticas feitas a esse modelo de romance muitas vezes tachado como de expressão limitada.

Os escritores da época, imbuídos do sentimento de missão política, procuraram mostrar a realidade das tensões que pautavam a vida dos trabalhadores. Alguns, parcialmente comprometidos com o socialismo, sentiram a necessidade de retratar as relações de poder entre o explorado e o explorador, denunciando as condições desumanas de trabalho em cada contexto social e histórico. Além do conteúdo bastante duro das denúncias, caracterizado por um estilo realista, o romance regionalista beneficiou-se muito com o recurso da oralidade, que lhe conferia um toque ainda maior de autenticidade.

Os coronéis baseiam o seu poder sobre uma estrutura financeira que funciona como alicerce para o exercício da influência e sobre uma rede de sustentação que lhes permite perpetuar-se nesse poder. Existe, no entanto, uma dimensão simbólica que ultrapassa tais aspectos. A esse respeito, Bourdieu (1989) fala em poder simbólico: “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”.

Esse sistema, produzido pela classe dominante e que encarna a identidade legitimante, tem como principal objetivo a manutenção no poder e o monopólio da produção ideológica legitimada pelo sistema de coerção. As outras formas de expressão, oriundas das classes inferiorizadas ou minoritárias e sua produção ideológica enquanto identidade de resistência, são marginalizadas. Herberto Sales retrata as relações de poder e suas tensões entre os diferentes grupos representados no romance, a saber: garimpeiros, jagunços e coronéis. Os romances expõem as relações de forças entre os projetos identitários diversos que emanam dos diferentes atores sociais.

Existe, nos referidos romances, uma tensão anunciada entre os garimpeiros e os excluídos, de um lado, e os proprietários das minas e seus comandados, de outro. Entretanto, essa tensão nunca terá desfecho, embora pareça, em alguns momentos, que ela acontecerá. O ápice da tensão ocorre quando alguns poucos funcionários da frágil estrutura do Estado, indignados com os desmandos do coronel, demonstram a sua insatisfação com o poder local. Essa manifestação inócua é a que mais irá se aproximar de um discurso de oposição ao coronelismo. Verificamos que, apesar de existir uma tensão entre os poderes, ela não se coloca como uma questão central. O principal foco

das tensões nas relações de poder em *Cascalho* não ocorre de dentro para fora, mas no seio do próprio sistema interno local onde se desenvolve a trama, a saber, a cidade de Andaraí. As tensões ligadas às questões do poder giram em torno das relações locais, a saber: as dicotomias coronel/jagunço, coronel/garimpeiro e jagunços/garimpeiros. O romance põe em evidência a questão das identidades, como um núcleo resistente à homogeneização e que pode ser semente de mudanças socioculturais. A construção das identidades se desenvolve em contextos marcados por relações de poder. A abordagem da problemática identitária como é vista pelo sociólogo Manuel Castells se mostrou adequada para abordar a perspectiva do confronto ideológico presente nos romances de Herberto Sales. Castells destaca o fato de que “[...] a construção social da identidade se produz sempre num contexto marcado por correlações de forças” (2008, p.24). Seu quadro teórico e os conceitos que apresenta - *identidade-legitimante*, *identidade-resistência* e *identidade-projeto* - revelaram-se pertinentes e eficazes para o estudo dessa temática nos romances de Herberto Sales.

Nos romances *Cascalho* e *Alem dos marimbus*, as elites locais, econômicas e políticas, se constituem no grupo dominante e constroem uma forma de identidade-legitimante que se situa em oposição ao projeto identitário que emerge de baixo, o das classes sociais formadas por garimpeiros, trabalhadores, madeireiros, enfim, da legião dos excluídos. A narrativa expõe outros projetos de resistência, ideológicos, culturais e até mesmo individuais, e os personagens Nascimento, Oscar do Soure, o árabe Mansur e o padre Coelho estão aí para nos lembrar disso. Esse núcleo heterogêneo de identidade-resistência se caracteriza por sua diversidade e se contrapõe, de alguma forma, à tendência homogeneizante da identidade-legitimante.

As narrativas de Herberto Sales estão repletas de causos, lendas, mitos e símbolos que remetem à cultura do povo da região da Chapada Diamantina, incorporando-a como um veio sincrético de configurações identitárias. Os diálogos reproduzidos nos romances do autor estão marcados, em sua grande maioria, pelos traços característicos da oralidade. As histórias contadas, às vezes reais, outras apenas reais em sua origem, servem de inspiração, e depois são infladas, acrescidas de novos elementos, tornando-se dessa forma uma nova história, fantasiosa e maravilhosa, que passa de geração em geração através da voz ou das vozes que as revelam. Cada contador acrescenta, aos poucos, novos elementos fantasiosos, de tal forma que, com o passar do

tempo, as sucessivas “camadas” estratificadas da história, vão se confundindo e deixando indefinido o limiar entre realidade / memória e ficção / imaginação. É comum na narrativa oral a presença de personagens enigmáticos, assim como a personificação de animais e até mesmo da natureza, onde florestas, matas e rios desempenham um papel de especial relevo.

Esses relatos trazem à tona traços e resquícios da memória coletiva de um povo e de sua identidade, cunhados como uma impressão indelével de seu universo cultural, porém permeados de elementos do imaginário e de interferências semeadas ao longo do tempo e dos diferentes contadores. Esses causos, contados por vozes de homens e mulheres simples, garimpeiros, lavradores, canoeiros, prostitutas, curandeiras etc., são frequentemente revestidos de uma dimensão mítica e se assemelham às lendas. Os narradores da oralidade contam seus causos com a mesma habilidade e desenvoltura que demonstram no manejo de suas enxadas, machados ou bateias. Essa espontaneidade inata confere uma dimensão de simplicidade, pautada, todavia pela sabedoria popular, de tal maneira que todos param suas respectivas atividades, formando uma pequena plateia para escutar um “bom caso”.

Os mitos e lendas são narrativas míticas que se propõem a explicar a origem ou a razão de um fenômeno. Mito e lenda tendem então a se confundir, salientando dessa forma a dificuldade existente em traçar com clareza uma fronteira definida entre eles. Ambos os conceitos se aplicam às narrativas de cunho popular, cuja origem tem a oralidade como denominador comum, além da característica de serem repassadas de geração em geração. Essas narrativas são o produto da memória coletiva de um povo, de sua cultura e sua identidade. Material maleável e versátil, essas narrativas se modificam e se adaptam aos espaços dos rios, das matas, dos personagens humanos e animais pelos quais transitam e se contextualizam.

Por ser mais acessível, a linguagem popular, cuja identidade se assemelha à de uma extraordinária maioria permite democratizar a sua compreensão. Elementos que remetem ao riso, ao grotesco e a elementos místicos facilitam a apropriação da mensagem pelo receptor.

A dimensão simbólica na narrativa de Herberto Sales tem um papel determinante e torna as cenas de descrições, ao longo dos romances, elementos significantes e geradores de sentido. Através de múltiplas referências simbólicas e lançando mão de cores, luzes, sons, cheiros, etc., o narrador consegue criar um ambiente denso, quase palpável, no qual seus personagens encontram um cenário com o qual dialogam.

O espaço tem um papel preponderante como parte integrante da narrativa em *Cascalho* e *Além dos marimbus*. Existe, no romance realista, uma enorme preocupação documental com a descrição fidedigna dos espaços representados. Nesse sentido, autores como Herberto Sales se preocuparam em documentar os cenários que iriam descrever em seus romances, a ponto de passar longas temporadas observando e mesmo participando, no caso de Sales, das atividades do garimpo, para melhor se imbuir da realidade de uma determinada região, visando a descrevê-la com mais propriedade em sua narrativa. No entanto, por se tratar de uma obra literária, o romance está sujeito a certa subjetividade e sempre existe um hiato entre o espaço do romance e o espaço referencial da ficção. Esse mesmo fenômeno se produz em relação a certos personagens que, se existiram na vida real, mas que, por força da ficcionalização da obra e de sua narrativa, sofreram alterações em suas características e/ou na autoria e grandeza de seus feitos (geralmente aumentados) quando romanceados.

O espaço se reveste de uma importância tão crucial que influencia diretamente a trama romanesca e o próprio tecido narrativo da obra. O ambiente, a luminosidade, os ruídos e cheiros, todos os sentidos são solicitados, todas as percepções dos personagens sofrem a influência que o espaço lhes imprime.

Os espaços descritos por Herberto Sales em seus romances constituem novos territórios constituídos por migrantes em busca da sobrevivência ou movidos pela ilusão do ganho fácil, mas de qualquer maneira, indivíduos que se desterritorializam para se reterritorializarem em um novo local.

Em sua narrativa, Herberto Sales (re)cria uma representação duplamente semantizada. O espaço, seja ele o dos garimpos de *Cascalho* e dos arredores de Andaraí ou o das florestas e pântanos de *Além dos marimbus*, é representado e comentado pelo autor. O território se encontra descrito no texto, mas também é objeto de uma visão

implícita e indireta, plasmado por referências que se encontram inevitavelmente sujeitas à subjetividade e ao ponto de vista pessoal do autor. O discurso preciso e minucioso revela aspectos topográficos específicos como nomes de ruas e de bairros, com profusão de detalhes, o que acrescenta verossimilhança ao espaço descrito e o eleva da condição de simples cenário, pano de fundo, alçando-o a motor da ação, eixo em torno do qual se desenvolve a trama romanesca.

Do estudo dos romances de Herberto Sales sobressai a maneira como o autor representa o espaço de forma estruturada e organizada. Essa (re)construção espacial serve de suporte para o desenvolvimento da intriga, dos personagens e de toda a trama romanesca, sem deixar de lado o aspecto de denúncia social dos romances. Podemos entrever, nas referidas obras do romancista, uma representação metonímica do espaço em sua relação com a realidade. A realidade social e geográfica de um determinado espaço sofre, em sua representação, a interferência identitária e cultural, imanescentes do próprio texto enquanto produto do processo criativo, pessoal e imaginário do autor. Quando Herberto Sales, em *Cascalho e Além dos marimbus*, retrata a vida nas fazendas e garimpos da região de Andaraí, ele contribui para redesenhar a identidade desse espaço em movimento, integrando, através da escrita, toda a heterogeneidade cultural, social e linguística que o permeiam.

Esses espaços, em constante movimento político, social e demográfico, funcionam como um “território de passagem”. O caso dos garimpos em *Cascalho* ilustra essa ideia do território povoado por autóctones e migrantes, “gente da terra” e “gente de fora”, viajantes movidos pela busca do ganho fácil, quase sempre fugindo de uma terra em desgraça e assolada pela miséria e pela seca. Nesse espaço de cruzamento de culturas, onde se misturam aos que “ali já se encontravam desde sempre”, migrantes, errantes, homens, mulheres, brancos, negros, ricos, pobres, e mesmo alguns estrangeiros, aflora uma diversidade identitária que Herberto Sales retrata.

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transformam em território a partir de uma identidade própria criada pelos habitantes que dele se apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Existe uma politização do espaço por meio de sua apropriação simbólica. Os donos das fazendas, das minas e dos garimpos, no universo romanesco de Herberto Sales, impõem aos demais habitantes suas próprias leis e particulares códigos de conduta. Os donos das terras se tornam, simbolicamente, donos do espaço e do território e veem esse domínio se estender além do simples título das terras que lhes pertencem, de forma a alcançar uma dimensão simbólica que os eleva ao patamar de donos da verdade, da justiça e até do destino daqueles que povoam o território que julgam de sua posse exclusiva.

O espaço, pois, com suas implicações culturais, históricas e sociais, é um elemento estrutural decisivo no mundo gerado por Herberto Sales. Os indivíduos interagem nesse espaço, modelando-o e sendo modelados por ele. Segundo GODET (2010, p.56), essa imbricação entre o destino individual dos personagens e o destino coletivo no qual estão inseridos é o caminho privilegiado pelo autor para explorar a temática identitária. A ordem espacial é reveladora da identidade do grupo, funcionando também como um fator de diferença social (*Idem*, 2010 p.56). Longe de ser a representação de um espaço homogêneo, a ficção de Herberto Sales evoca um espaço hierarquizado, que revela as diferenças culturais dos universos contíguos de cada um dos grupos. Articulado elementos de territorialidade e temporalidade, o texto constrói as múltiplas facetas do fenômeno identitário.

Nos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*, o espaço se retransforma em território, articulando as diversas relações de poder, remetendo às questões fundamentais sobre o itinerário da identidade dos personagens, tendo como pano de fundo a encenação do conflito ideológico apresentado na perspectiva da luta de classes. A formação de um sistema social rígido corresponde à representação de um espaço estratificado que denuncia as relações de dominação do povo pelas elites.

REFERÊNCIAS (citadas ou consultadas)

1- Do autor:

SALES, Herberto. *Histórias ordinárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SALES, Herberto. *Dados biográficos do finado Marcelino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SALES, Herberto. *Além dos marimbus*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SALES, Herberto. *Cascalho*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SALES, Herberto. *O fruto do vosso ventre*. São Paulo: Círculo do livro, s/d.

SALES, Herberto. *Os pareceres do tempo*. Rio de Janeiro: [Nova Fronteira](#), 1984.

SALES, Herberto. *Subsidiário: confissões, memórias e histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

SALES, Herberto. *Subsidiário 2: Andanças por umas lembranças. Segredos e revelações*. São Paulo: Editora Nacional, 1991 a.

SALES, Herberto. *Subsidiário 3: Eu de mim, com cada um de mim. Confidências e penitências*. São Paulo: Editora Nacional, 1991 b.

SALES, Herberto. *Rio dos Morcegos*. Rio de Janeiro: [Civilização Brasileira](#), 1993.

SALES, Herberto. *Rebanho do Ódio*. Rio de Janeiro: [Civilização Brasileira](#), 1995.

SALES, Herberto. *A Prostituta*. Rio de Janeiro: [Civilização Brasileira](#), 1996.

2- Sobre o autor:

ALVES, Henrique L. *Cascalho: um clássico da ficção do garimpo*. Salvador: A Tarde Cultural, 1994, p. 03-04.

ALVES, Ívia Iracema. *Herberto Sales: As mãos (livres) da imaginação*. Salvador: A Tarde Cultural, 1992, p. 02-03.

ALVES, Ívia Iracema. *Herberto Sales: Biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

ALVES, Ívia Iracema. *Herberto Sales: Escritor entre dois caminhos*. Salvador: A Tarde Cultural, 1999, p. 08-09.

AMBROGI, Malise Vaz Bridi. *Literatura comentada: Herberto Sales*. Rio de Janeiro: Victor Civita, 1983.

BRASIL, Assis. *Herberto Sales*. In: *A nova literatura*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.

BRASIL, Assis. *A nova literatura brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio & FARIA, Eduardo de. (Org.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BRUNO, Haroldo. *Opinião crítica*. In: SALES, Herberto. *Além dos marimbus*. São Paulo: Parma, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. *Cascalho: Bateia brilhante*. Salvador: A Tarde Cultural, 1994, p. 02-03.

OLIVEIRA, Ângela Vilma. *A tessitura humana da palavra: Herberto Sales, contista: ensaio*. Salvador: Funceb - Editorial Letras da Bahia, 2004.

OLIVEIRA, Ângela Vilma dos Santos Bispo. *A poética da memória: o romance de Herberto Sales*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2006. Disponível em: < www.ufpe.br/pgletras/2006/teses/tes-angela-vilma-oliveira.pdf >. Acesso em: 23/03/2011.

PÓLVORA, Hélio. *Algumas opiniões sobre Herberto Sales*. In: SALES, Herberto. *Histórias extraordinárias*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SEIXAS, Cid. *Do cascalho ao diamante*. In: *Triste Bahia – Oh quão dessemelhante*. Salvador: Letras da Bahia, 1995.

3- Outras consultas teóricas:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ALMEIDA, José Maria Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALVES, Ívia. *Herberto Sales: biografia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

ANDRES, Bernard; BERND, Zilá. *L'identitaire et le littéraire dans les Amériques*. Québec: Nota Bene, 1999.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna/ Ilhéus, BA: Via Litterarum, 2008.

AUGUSTO, Everaldo. *Literatura e documento: histórias e mitos na primeira narrativa de Herberto Sales*. **São Paulo**: Alfa-Omega, 2003.

AVELINO FILHO, George. *Clientelismo e política no Brasil*. *Novos Estudos Cebrar*, São Paulo: n.º. 38,1994.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

BACHELARD, Gaston. *L'eau et les rêves*. Paris: Le livre de poche, 1942.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas na poética de Dostoievski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhaïl Mikhailovich. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1987.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica [1937-1938]*. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder, conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARTHES, Roland. *Le degré zero de l'écriture*. Paris: Seuil/Points, 1973.

BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris: Seuil, 1973.

BAUDRILLARD, Jean; GUILLAUME, Marc. *Figures de l'altérité*. Paris: Descartes & Compagnie, 1994.

BECKER, Howard. *Outsiders. Etudes de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERND, Zilá. Introdução In: *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010.

BERND, Zilá. *Littérature Brésilienne et identité nationale*. Paris: l'Harmattan, 1995.

BESSE, Maria Graciette. *Les territoires de l'identité dans l'oeuvre de José Saramago*, p. 75-87. In: GODET, Rita-Olivieri (org.). *Travaux et documents: Figurations identitaires dans les littératures portugaise, brésilienne et africaines de langue portugaise*. Paris: Imprimerie Paris 8, 2002.

BEUGNOT, Bernard. *Quelques figures de l'espace intérieur*. In: *Etudes littéraires*, volume 34, n°1-2, 2002.

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BHABHA, Homi K. *Les lieux de la culture. Une théorie postcoloniale*. Paris: Payot, 2007.
- BIEDERMANN, Hans. *Dicionário ilustrado de símbolos*. Tradução de Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno. Ensaio de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira. O Romance de 30*, São Paulo: Editora Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOUCHARD, Gérard. “L'Amérique terre d'utopie”, Conférence d'ouverture du Colloque Interaméricain (Brésil-Canada) des sciences de la communication. Salvador: 2002. Consultado em: <http://www.er.uqam.ca/nobel/gricis/actes/utopie/bouchard.pdf>
- BOUCHARD, Gérard. *Genèse des nations et cultures du Nouveau Monde. Essai d'histoire comparée*. Montréal: Boréal, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1992 [1989], p. 107-132.
- BOURNEUF, Roland. “L'organisation de l'espace dans le roman”. In: *Etudes littéraires*, vol.3, n°1, Paris, 1970.
- BRASIL, Assis. *Herberto Sales: a nova literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Americana, 1973.
- BRASIL, Assis. *Herberto Sales: regionalismo e utopia: ensaio*. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002 (Coleção Austregésilo de Athayde, v. 7).
- BUARQUE, Cristovam. *Os estrangeiros: a aventura da opinião na fronteira dos séculos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas - SP: Unicamp, 2006.
- BURSZTYN, Marcel *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- CAMPBELL, Joseph. *Mitologia na vida moderna*. Trad. Luiz Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

CAMUS, Audrey; BOUVET, Rachel (dir.). *Topographies romanesques*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijabo, 2004 [1989].

CANDIDO, Antonio. *Entre campo e cidade*. In: *Tese e antítese. Ensaio*. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. *A personagem de ficção*. 4ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e subdesenvolvimento*. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. *A nova narrativa*. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, v.2.

CASTELLS, Manuel. *Le pouvoir de l'identité. L'ère de l'information*. Paris: Fayard, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. 12ª. Ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles*. Paris: Editions Robert Laffont/Jupiter, 1982.

CHIAPPINI, Lígia. “Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura”. In: *Estudos históricos*, v.8 n°15. Rio de Janeiro. Acessado em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1989/1128>

COMPAGNON, Antoine. *Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Points/Essais, 1998.

COSER, Stelamaris. “Híbrido, Hibridismo e Hibridização” In: FIGUEIREDO, Eurídice. *Conceitos de literatura e de cultura*. Juiz de Fora – MG: UFJF, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1968-1971. 6v.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, Eneida Leal. *Eu, Herberto Sales: depoimento tomado em gravação por Eneida Leal*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

CURY, Maria Zilda. *Topografias da cultura – Representação, espaço e memória*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CURY, Maria Zilda; PAULINO, Graça & WALTY, Ivete. *Intertextualidades: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1997.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: UFS, 1987.

DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987 [1895].

EINSTEIN, Albert. Prefácio In: JAMMER, Max. *Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço em física*. Trad. William de Siqueira Piauí. New York: Dover Publications, 1993 [1953].

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanático*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª. Ed. São Paulo: Globo, 1991.

FERREOL, Gilles; JUCQUOIS, Guy. *Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles*. Paris: Armand Colin, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 2003. Article extrait du texte *Microphysique du pouvoir*, publié dans *Sciences Humaines*, n. 44, nov. 1994.

FOUCAULT, Michel. *La volonté de savoir*. Collection « Essais », Paris : PUR, 1976.

FOUCAULT, Michel. “*Qu'est-ce qu'un auteur ?*” *Dits et écrits*, vol. I, Paris: Gallimard, 1994.

FREUD, Sigmund. *Totem et tabou*. Paris: Payot & Rivages, 2001.

- FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- GENETTE, Gérard. *La littérature et l'espace*. In: *Figures II*, Paris: Seuil, 1976.
- GENETTE, Gérard. *Nouveau discours du récit: essais de méthode*. Figures III. Paris: Seuil, 1972.
- GENETTE, Gérard. *Genres, types, modes*. *Poétique*, n°. 32, 1972.
- GENETTE, Gérard. *Espaces et langage*. In: *Figures I*. Paris: Seuil, 1966.
- GENETTE, Gérard. *La littérature et l'espace*. In: *Figures II*. Paris: Seuil, 1969.
- GLISSANT, Édouard. *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1996.
- GLISSANT, Édouard. *Poétique de la relation*. Paris: Gallimard, 1990.
- GLISSANT, Édouard. *Traité du tout-monde*. Paris: Gallimard, 1997.
- GODET, Rita-Olivieri; SOUZA, Lícia Soare. *Identidades e representações na cultura brasileira*. João Pessoa-PB: Editora Ideia, 2001.
- GODET, Rita-Olivieri. *Constructions identitaires dans l'oeuvre de João Ubaldo Ribeiro: paradigmes et clivages*. In: *Figurations identitaires dans les littératures portugaise, brésilienne et africaines de langue portugaise*. Travaux et recherches, Vincennes Saint-Denis: Université Paris 8, 2002.
- GODET, Rita-Olivieri. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana-BA: UEFS Ed.; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- GODET, Rita-Olivieri. *Verbete: Errância / migrância / migração*. In: BERND, Zilá (org.) *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010.
- GODET, Rita-Olivieri. *O ameríndio como personagem do Outro na literatura contemporânea: Órfãos do Eldorado e Nove noites*. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n°15, 2009.
- GODET, Rita-Olivieri. *João Ubaldo Ribeiro. Littérature brésilienne et constructions identitaires*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2005.
- GODET, Rita-Olivieri. *Migration et messianisme: l'insurrection de Canudos dans La guerra del fin del mundo de Mario Vargas Llosa*, Université Paris 8, Série Travaux et Documents n° 14, Saint-Denis: Université Paris 8, 2001, p.209-222.
- GODET, Rita-Olivieri. *Jorge Amado e a escrita da margem na configuração identitária*, In: GODET, Rita-Olivieri; PENJON Jacques (org.), *Jorge Amado: leituras e diálogos em torno de uma obra*, Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004.

GODET, Rita-Olivieri. *Identidade, território e utopia em Tocaia Grande*, In: *Colóquio Jorge Amado. 70 anos de Jubiabá*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Faculdades Jorge Amado, 2006, p. 41-56.

HACK, Andréia Beatriz. *A religiosidade na obra do intelectual Herberto Sales*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: < www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?...526 >. Acesso em: 23/03/2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAREL, Simon. *Les passages obligés de l'écriture migrante*. Montréal: XYZ éditeur, 2005.

HAREL, Simon. *Espaces en perdition. Les lieux précaires de la vie quotidienne*. Québec: Les presses de l'université Laval, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Introdução*. In: *Além dos marimbus*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: [Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia](http://www.institutoantoniouhuaiiss.com.br/), 2001.

JESUS, Vanessa França. *A identidade do garimpeiro na obra Cascalho de Herberto Sales*. Disponível em: < <http://www.webartigos.com> >. Acesso em: 26 maio 2010.

KRISTEVA, Julia. *Etrangers à nous-mêmes*. Paris: Gallimard, 1991.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1976.

LACARRIERE, Jacques. *Dictionnaire amoureux de la Mythologie*. Paris: Plon, 2006.

LAMBERT, Fernando. *Espace et narration: théorie et pratique*. In: *Études littéraires*, vol. 30, nº 2, 1998.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Terres humaines/Poche, 1984.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'identité*. Paris: Quadrige/PUF, 1995.

LIMA, Valquíria. *O malandro, o marginal e a construção identitária nacional: o mal estar de Cidade de Deus*. In: NOVAES, C.; BOTELHO, M. *Seis passeios por Cidade de Deus*. Universidade de Feira de Santana – UEFS: Feira de Santana – BA, 2007, p. 69-80.

LOCKE, John. *Identité et différence. L'invention de la conscience*. Paris: Points/Essais, 1998.

LUKÁCS, Georges. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1965.

MACHADO, Irene A. *O romance e a voz: a prosaica dialógica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago Ed; São Paulo, FAPESP, 1995.

MAGALHÃES, Basílio de. *Historia da Civilização*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1941.

MARX, Karl. *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

MILLIET, Sérgio. Posfácio. In: SALES, Herberto. *Cascalho*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MITTERAND, Henri. *Chronotopies romanesques: Germinal*. Poétique, nº. 81, 1990.

MITTERAND, Henri. *Le lieu et le sens : l'espace parisien dans Ferragus de Balzac*. In: *Le discours du roman*. Paris: PUF, 1980.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis, a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. 3. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984.

MOURA, Jean-Marc. *Postcolonialisme et comparativisme*. In: *Vox Poetica*, 20 Mai 2006 (p.1-18). Acesso em: <http://www.vox-poetica.org/sflfc/biblio/moura.html>

MUCCHIELLI, Alex. *L'identité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana/Salvador: UEFS/Arcádia, 2002.

OLIVEIRA, F. J. Viana. *O idealismo da Constituição*. 2ª. Ed. São Paulo: 1939.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*. Paris: Galilée, 2000.
- PERREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira. Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- PERREIRA, Lúcia Miguel. *Regionalismo*. In: *Prosa de ficção (de 1870 a 1920) – História da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- PIZARRO, Ana. *Áreas culturais na modernidade tardia*. In: ABDALA, Benjamin. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p.21-35.
- PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Ana Rosa Neves. *Identidades e territórios em Jorge Amado*. In: REHEM, Reheniglei. *Literatura Baiana: Identidade, Território, Utopia*. Ilhéus, BA: Editus; Salvador: Edufba, 2011, p.55-74.
- RAMOS, Ana Rosa Neves. *Verbetes: "Coronel"*. In: BERND, Zilá (Org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- REHEM, Reheniglei. GARCIA, Frédéric Robert (Org). *Identidade, território, utopia: literatura baiana contemporânea*. Ilhéus-BA: Editus, 2011.
- RETAILLÉ Denis. *L'espace nomade*. In: *Revue de Géographie de Lyon* 1, 1998, p. 71-81.
- RETAILLÉ Denis. *L'espace mobile*. In: ANTHEAUME, B. *Le territoire est mort. Vive les territoires! Une (re)fabrication au nom du développement*. Paris: IRD Éditions, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *Utopia selvagem*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.
- RICARD, François. *Le décor romanesque*. In: *Études françaises*, vol. 8, no 4, novembre 1972, p. 343-362.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- ROBERT, Marthe. *Roman des origines, origines du roman*. Paris: Grasset, 1972.

- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- ROSENFELD, Anatol. *Literatura e personagem*. In: *A personagem de ficção*. 4. Ed. Coleção Debates. São paulo: Perspectiva, 1974.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes. Discours sur les scènes et les arts*. Paris: Flammarion, 1971.
- RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (org.). *L'identité : l'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Éditions sciences humaines, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SAID, Edward. *L'orientalisme*. Paris: Seuil, 1980.
- SAID, Edward. *Réflexions sur l'exil et autres essais*. Arles: Actes Sud, 2008.
- SAHLINS Marshall. *O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Porque a cultura não é um objeto em via de extinção*. In: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SALES, Fernando. *Herberto Sales e a gênese de Cascalho*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Idellete Muzart Fonseca dos. *Em demanda da poética popular: Ariano Suassuna e o movimento armorial*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 1999.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha. Org., apresentação e notas de Warner Costa Ribeiro, 2002.
- SCHMITT, Alessandra et al. *A atualização do conceito de quilombos: identidade e território nas definições teóricas*. 2002 Acessado em 18/04/2013. In: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n10/16889.pdf>.
- SOUBEYROUX, Jacques. *Lieux dits. Le discours du roman sur l'espace. Approche méthodologique. Recherches sur l'espace dans les textes ibériques (XVIe - XXe siècles)*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1993.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. *Território e identidade*. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MG*: v. 1, n.6, p. 126-147. Novembro, 2007.

SOUZA, João Morais de. *Coronelismo em Malga: práticas utilizadas para o controle do poder local – 1953-1992*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Recife: UFPE, 1995.

SOUZA, Lícia S. *Verbetes: Deriva*. In: BERND, Zilá (org.) *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010.

SOUZA, Lícia S. *Utopies américaines au Québec et au Brésil*. Ste.-Foy: Les presses de l'Université Laval, 2004

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8 Ed. Sao Paulo: Ática, 1987.

THOMPSON, Patrice. *Le paysage comme fiction*. In: *Revue des Sciences Humaines*, n° 209, *Écrire le paysage*, Lille: 1988.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Trad. Leyla Perrone-Moisés, São Paulo: Perspectiva, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*. Paris: Seuil, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres*. Paris: Seuil, 1989.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: [Companhia Ed. Nacional](#), 1978.

VINSONNEAU, Geneviève. *Contextes pluriculturels et identités. Recherches actuelles en psychologie sociale*. Paris: Slides, 2005.

VOLTAIRE. *L'ingénu*. Paris: Pocket, 2006.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e sua literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

ZIMA, Pierre. *Pour une sociologie du texte littéraire*. Paris: U.G.E, 1978.

ZIMA, Pierre. *Manuel de sociocritique*. Paris: L'Harmattan, 2000.

ZUMTHOR, Paul. *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983.

ZUMTHOR. *A letra e a voz: a literatura medieval*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Amálio Pinheiro, São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ANEXOS:

- 1- Contrato de Cotutela firmado e assinado entre as Universidades de Rennes 2 (França) e Universidade Federal da Bahia – UFBA (Brasil).

- 2- Adendo de Cotutela em Francês.
- 3- Adendo de Cotutela em Português.
- 4- Atestado dos créditos cumpridos na Université de Rennes 2.
- 5- Parecer da Professora Dr^a Reheniglei REHEM.
- 6- Parecer do Professor Dr. Jorge de Souza ARAUJO.

**CONVÊNIO DE CO-TUTELA INTERNACIONAL DE TESE ENTRE
UNIVERSIDADES FRANCESAS E ESTRANGEIRAS**

De acordo com a lei de 6 de janeiro de 2005 relativo à co-tutela internacional de teses

É ESTABELECIDO O PRESENTE CONVÊNIO ENTRE:

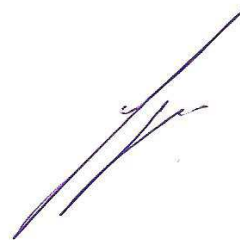
- A Universidade de RENNES 2 – Haute Bretagne - França representada por seu presidente M. Marc GONTARD

E

- A Universidade Federal da Bahia
Rua Augusto Viana s/n 40110-060 Salvador- Bahia - Brasil
representada pelo Magnífico reitor prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho

Que trata da co-tutela da Tese de DOUTORADO de FRÉDÉRIC ROBERT GARCIA, nascido em São-Paulo em 10 de setembro de 1972 de nacionalidade franco-brasileira.

QUESTÕES ADMINISTRATIVAS



Artigo 1: Inscrição

- O Doutorando está inscrito:

Na Universidade de RENNES 2 – Haute Bretagne no Doutorado de Português a partir do ano letivo de 2008/2009 e todos os anos a partir da assinatura desse convênio até a defesa da tese (numero de estudante nº 20906184)

E

Na Universidade Federal da Bahia,
no Curso de pós-graduação em CULTURA E SOCIEDADE, desde 2009.

- Taxas de inscrição e de escolaridade:

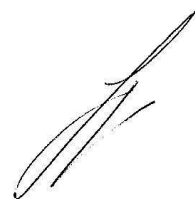
O pós-graduando só pagará as taxas de inscrição e de escolaridade em um dos dois estabelecimentos parceiros, segundo as seguintes modalidades:

1º ano: UNIVERSIDADE DE RENNES 2
2º ano: UFBA
3º ano: UFBA

Artigo 2 : ESCOLARIDADE E TESE:

O título da tese registrado pelo Doutorando é:
(título completo)

FORMAÇÕES CULTURAIS NO UNIVERSO ROMANESCO DE HERBERTO SALES



- A duração prevista para cumprimento dos créditos escolares e dos trabalhos de pesquisa é de 3 anos. Ela poderá ser prolongada, mediante acordo entre os dois estabelecimentos, com base em proposição conjunta dos dois orientadores de tese.
- O pós-graduando efetuará os trabalhos de pesquisa em alternância entre os dois estabelecimentos, por períodos determinados em comum acordo entre os dois orientadores de tese, de acordo com a seguinte proposta
 - 1 ANO na Université de Rennes 2
 - 2 ANOS na Universidade Federal da Bahia
- A proteção e a valorização da tese serão sujeitos à regulamentação em vigor e assegurados em conformidade com os protocolos específicos de cada país implicado na co-tutela, a proteção do assunto da tese, a informação, a reprodução, a publicação e os direitos de exploração da tese.

ARTIGO 3 – CONDIÇÕES MATERIAIS

Artigo 3.1 – Cobertura social, responsabilidade civil

A cobertura social e a responsabilidade civil do Doutorando serão asseguradas nas seguintes condições:

Na Universidade de Rennes 2 o doutorando está coberto por:

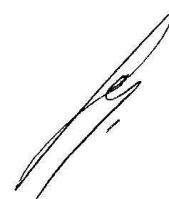
Mutuelle – Plano de saúde
(O Doutorando tem nacionalidade Francesa)

Na Universidade Federal da Bahia o Doutorando está coberto por:

O estudante tem nacionalidade Brasileira

O Doutorando deverá contratar um seguro de responsabilidade civil.

Lembramos que na França os Doutorandos inscritos antes de completar 28 anos se beneficiam do regime do seguro social para estudantes (em complemento recomenda-se um seguro complementar), além dessa idade, um seguro é exigido e deverá ser apresentado durante a inscrição.



ARTIGO 3.2 – Condições de hospedagem e auxílios financeiros aos quais o Doutorando pode recorrer:

- Na Universidade de Rennes 2, o Doutorando poderá pedir o financiamento de sua tese junto ao Ministério da Pesquisa no 1º ano da tese, solicitar o financiamento para suas viagens junto ao programa de ajuda cultural assim como solicitar uma bolsa Lavoisier junto ao Ministério das Relações Internacionais.
- Na Universidade Federal da Bahia, o Doutorando vai pedir uma bolsa FAPESB.

MODALIDADES PEDAGOGICAS

Artigo 4 : Orientação da tese

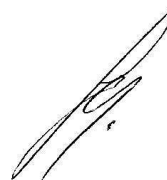
O pós-graduando efetuará seus trabalhos de pesquisa sob a responsabilidade conjunta dos dois orientadores de tese.

Na universidade de Rennes 2 sob orientação da prof. Dra. RITA OLIVIERI GODET.

E

Na Universidade Federal da Bahia sob orientação da prof. Dra. LICIA SOARES DE SOUZA.

Os dois orientadores se comprometem a exercer plenamente suas funções junto ao pós-graduando.



ARTIGO 5: desenvolvimento da escolaridade:

Atividades pedagógicas do Doutorado: aulas e seminários nas duas Universidades:

- Na Universidade de Rennes 2: possibilidade de acompanhar formações em Inglês científico, informática editorial, pesquisa documental, metodologia da pesquisa em Francês língua estrangeira, formações profissionalizantes, atividades “de l' École Doctorale” e des “Doctoriales de Bretagne”.
- Na Universidade Federal da Bahia:
Cursar disciplinas do programa relativas às teorias culturais

ARTIGO 6: DEFESA DE TESE

- A tese produzida dentro do presente convênio dará lugar a uma defesa única, reconhecida pelos dois estabelecimentos.
- A comissão de defesa será designada em comum acordo pelas duas universidades signatárias do presente convênio. Ela será composta de no máximo 8 (oito) membros, sendo pelo menos dois de cada país, incluindo-se os dois orientadores de tese, e pelo menos um membro externo às duas instituições.
- O pós-graduando defenderá sua tese no Brasil, durante o ano de 2012. A tese será redigida em Português e defendida em Português. O resumo será feito em Francês. O relatório de defesa e o resumo da tese serão redigidos nas línguas oficiais das duas instituições.

Outros aspectos:

- Idioma da redação da tese : PORTUGUES

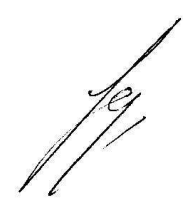
- Idioma da defesa: PORTUGUES

Local da defesa : UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Data prevista para defesa : MARÇO de 2012

Artigo 7 : Entrega dos dois diplomas:

Cada universidade se compromete a entregar um diploma correspondente ao grau de doutor em seu estabelecimento:



O título de cada diploma conterá a menção da colaboração do estabelecimento parceiro da co-tutela, da área de concentração, da disciplina ou especialidade, do nome e titulação da banca examinadora e a data da defesa.

Artigo 8 – depósito e reprodução da tese:

Efetuada em cada país conforme regulamentação vigente

OUTRAS DISPOSIÇÕES:

Observação: este parágrafo é facultativo, ele oferece a possibilidade de mencionar disposições adicionais. Em todos os casos essas disposições deverão ser estabelecidas no âmbito das modalidades da convenção – padrão.

Feito em 5 (cinco) exemplares originais, em 17 de abril de 2009

ASSINATURAS

O pós-graduando:



Pela Universidade de Rennes 2:

Reitor: MARC GONTARD Président de l'Université de Rennes 2 Data 18.9.09	Coordenador(a) do programa de pós-graduação J. M. POINSOT Le Directeur de l'École Doctorale F. Yau Pousin Data 18.9.09	Orientadora: Rita Godet Prof. Dra. RITA OLIVIERI GODET. Data
---	--	--

Pela Universidade Federal da Bahia

Reitor	Coordenador(a) do Programa	Orientadora:
--------	----------------------------	--------------

<p>NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO</p> <p><i>Naomar Monteiro de Almeida Filho</i></p> <p>Data</p>	<p>de pós-graduação</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE</p> <p><i>Leonardo Vincenzo Boccia</i> Leonardo Vincenzo Boccia / Coordenador</p> <p>Data 17.04.2009</p>	<p>Prof. Dra. LÍCIA SOARES DE SOUZA</p> <p><i>Licia Soares de Souza</i></p> <p>Data 17.04.2009</p>
--	--	--

Lg.

Anexo financeiro ao acordo de co-tutela de Tese

O anexo financeiro tem por objetivo especificar a distribuição dos custos para cada parte por ocasião da reunião da defesa de tese. Ele será adicionado ao Convênio de co-tutela de tese.

Princípios gerais do Financiamento da Defesa

São fixados os seguintes princípios gerais:

Opção 1: Caso em que a defesa de tese é realizada na Universidade Rennes 2

Todos os membros da banca, incluindo aqueles designadas pela Universidade parceira, com exceção do orientador da Universidade estrangeira, serão convidados pela Escola Doutoral da Universidade de Rennes 2, desde que o custo desses convites não exceda o limite máximo de 720 Euros. Se este limite não puder ser cumprido, a Universidade parceira concorda em levar até Rennes os membros da banca designados por ela, assumindo que o custo adicional será coberto por seus próprios meios ou advindos de convênios.

Opção 2: Caso em que a defesa de tese ocorre no país da Universidade parceira da Universidade de Rennes 2:

A Escola Doutoral da Universidade de Rennes 2, a menos que haja uma manifestação explícita da Universidade parceira, se encarregará de cobrir os custos de deslocamento do orientador francês. As despesas a serem pagas pela Escola Doutoral para apoiar o movimento de outros membros da banca nomeados pela Universidade de Rennes 2 não poderão ultrapassar o limite máximo de 720 Euros, que já leva em conta os custos de deslocamento do orientador francês. Portanto, devem ser consideradas outras alternativas para custeio do deslocamento dos demais membros da Universidade de Rennes: por exemplo, obtenção de financiamento ad-hoc público ou privado, obtenção de convite da Universidade parceira, comprometimento de custos adicionais pelo laboratório ao qual o membro da banca ou o doutorando pertence, nomeação pela Universidade de Rennes 2 de membros da banca no país da Universidade parceira para reduzir estes custos, etc.

Ambas as partes signatárias do presente Convênio se comprometem, em caso do aparecimento de quaisquer dificuldades financeiras no momento da defesa, a utilizar todos os meios possíveis para que a defesa de tese conjunta venha a se realizar, inclusive fazendo uso dos meios de comunicação à distância, tipo videoconferência.



ADDITIF AU CONTRAT DE CONVENTION DE COTUTELLE.

Convention initialement signée le 18 septembre 2009.

PREAMBULE

Conformément aux dispositions et modalités régies par l'arrêté du 6 janvier 2005 relatif à la cotutelle internationale de thèse.

Cet additif concerne la convention entre :

L'établissement français Université de Rennes 2 – Haute Bretagne

et

L'établissement étranger Universidade Federal da Bahia –UFBA

Elle concerne :

Monsieur **FREDERIC ROBERT GARCIA**

Né le 10 septembre 1972 à Sao-Paulo, Brésil

De nationalité Franco - Brésilienne

Basé sur l'alinéa 2 de l'article 2 du Schéma de convention de Cotutelle signé le 18 septembre 2009:

« - La durée prévisionnelle de la scolarité et des travaux de recherches du doctorant est de trois ans. Elle pourra être prolongée, sous réserve de l'obtention des dérogations, par accord spécifique entre les deux établissements, sur proposition conjointe des deux directeurs de thèse ».

jn

Et

Afin que l'étudiant puisse suivre les matières obligatoires du programme de l'Université Fédérale de Bahia – UFBA suivant le chronogramme suivant :

1° Semestre 2011 – Théories de la Culture I (COM 547) et Séminaires Thématiques (COM 549)

2° Semestre 2011 – Théories de la Culture II (COM 548) et Séminaires Avancés en Culture.

Décembre 2011: Examen de qualification (COM - 794).


Le présent terme additif prolonge le délai de la recherche d'un an (quatrième année) en accord avec le délai officiel de l'Université fédérale de Bahia qui est de 48 mois pour les doctorats.




Date prévue pour la soutenance : Jusqu'à mars 2013.

Fait en 5 exemplaires originaux, le 19 avril 2011.

SIGNATURES :

Le doctorant :


Frédéric Robert Garcia

ETABLISSEMENT FRANÇAIS :

Le directeur de thèse :

Rita Godet

Rita Godet _____

Le directeur de l'école doctorale : J.-M. POINSOT

Jean Poinsot

Le président de l'Université de Rennes 2 : J.-E. GOMBERT

UNIVERSITE
RENNES 2
LE PRÉSIDENT

J.-E. Gombert

ÉTABLISSEMENT ETRANGER :

Le directeur de thèse :

[Signature]

Le responsable de la formation doctorale:

[Signature]

Le Recteur de l'Université Fédérale de Bahia:

Osme Dal Nene

15 AGO. 2011

[Signature]
[Signature]

ADENDO AO CONVÊNIO DE CO-TUTELA INTERNACIONAL DE TESE
ENTRE UNIVERSIDADES FRANCESAS E ESTRANGEIRAS.

Convenção inicialmente assinada em 18 de setembro de 2009.

De acordo com a lei de 6 de janeiro de 2005 relativo à co-tutela internacional de teses.

O presente adendo se aplica para o convênio entre:

A Universidade de Rennes 2 – Haute Bretagne - França

e

A Universidade Federal da Bahia – UFBA

E trata da Co-Tutela de Tese de DOURORADO de **Frédéric Robert Garcia**, nascido em 10 de setembro 1972 em São - Paulo, Brasil, de nacionalidade Franco – Brasileira.

Com Base no segundo alínea do artigo 2 do convênio de Co-Tutela Internacional de tese entre universidades francesas e estrangeiras assinado em 18 de setembro de 2009:

« - A duração prevista para o cumprimento dos créditos escolares e dos trabalhos de pesquisa é de 3 anos. Ela poderá ser prolongada, mediante acordo entre os dois estabelecimentos, com base em proposição conjunta dos dois orientadores da tese. »

E

Para permitir que o estudante possa cursar as disciplinas obrigatórias do programa Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia – UFBA respeitando o seguinte cronograma:

ju

7

1º Semestre 2011 – Teorias da Cultura I (COM 547 - 04 créditos) e Seminários Temáticos (COM 549 - 02 créditos)

2º Semestre 2011 – Teorias da Cultura II (COM 548 - 04 créditos) e Seminários Avançados em Cultura (04 créditos).

Dezembro 2011: Exame de qualificação (COM - 794).

O presente adendo prorroga o prazo da pesquisa em um ano (4º ano) em conformidade com o prazo oficial da Universidade Federal da Bahia que é de 48 meses para os Doutorados.

Data prevista para a defesa: até março de 2013.

Adendo de cotutela feito em 5 (cinco) exemplares originais, em 15 de abril de 2011.

ASSINATURAS:

O Doutorando:



Frédéric Robert Garcia

PELA UNIVERSIDADE DE RENNES 2:

A orientadora:



Rita Godet _____



O coordenador (a) do programa de pós-graduação: J.M. POISSOT

J.M. Poissot

O Presidente da Universidade de Rennes 2: J.E. GOMBERT

J.E. Gombert

UNIVERSITE
RENNES 2
LE PRESIDENT

PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA:

A orientadora: *[Signature]*

O coordenador (a) do programa de pós-graduação: *[Signature]*

O Reitor da Universidade **Federal da Bahia:** *[Signature]*

15 AGO. 2011

[Circular stamp]



**UNIVERSITÉ
RENNES** 

UNIVERSITÉ RENNES 2
CAMPUS VILLEJEAN
Place du recteur
Henri Le Moal CS 24307
35043 Rennes cedex
France
T +33 (0)2 99 14 10 00
www.univ-rennes2.fr

Monsieur Jean Emile GOMBERT, le Président,
à
Monsieur Frédéric GARCIA
Doctorant

**Direction Recherche et
Valorisation
École Doctorale ALL
École Doctorale SHS**

Rennes, le 21 mai 2013

Objet Attestation - crédits de formation

Dossier suivi par

Valérie PRIOL
T 02 99 14 11 38
F 02 99 14 11 35
valerie.priol@univ-rennes2.fr

Monsieur,

La direction des Écoles Doctorales a examiné votre demande d'attribution de crédits de formation :

➤ Votre participation aux « DOCTORIALES » à Saint Brieuc du 13 au 17 décembre 2010, et, **vous accorde à ce titre 75 crédits,**

➤ Votre participation :

- aux « séminaires thématiques : théorie de la culture 1 » entre mars et juin 2011 tous les mercredi de 17'00 à 19'00 pour un total de 34 heures à l'Université fédérale de BAHIA,
- aux « séminaires avancés : théorie de la culture 2 » entre août et décembre 2011 pour un total de 68 heures à l'Université fédérale de BAHIA,

et, **vous accorde à ce titre 150 crédits,**

➤ Votre communication « Cascalho : os diferentes projetos identitarios na terra do garimpo » lors du colloque International de littérature Baiana : Identidade, Território e Utopia – LITBA. ILhéus, et, **vous accorde à ce titre 30 crédits,**

➤ Votre publication « Cascalho : os diferentes projetos identitarios na terra do garimpo » en 2011, et, **vous accorde à ce titre 30 crédits,**

➤ Votre publication « LITERATURA BAIANA : IDENTIDADE, TERRITÓRIO, UTOPIA » en 2011, et, **vous accorde à ce titre 30 crédits,**

CAMPUS LA HARPE
Avenue Charles Tillon
CS 24414
35044 Rennes cedex

CAMPUS MAZIER
2, Avenue Antoine Mazier
22015 St-Brieuc cedex 1

Ce courrier vaut attestation – Aucun duplicata ne sera délivré.



**UNIVERSITÉ
RENNES** 

UNIVERSITÉ RENNES 2
CAMPUS VILLEJEAN
Place du recteur
Henri Le Moal CS 24307
35043 Rennes cedex
France
T +33 (0)2 99 14 10 00
www.univ-rennes2.fr

➤ Votre participation du comité d'organisation du I Colloque International de littérature Baiana – LITBA le 10 décembre 2010, et, **vous accorde à ce titre 30 crédits,**

Pour Le Président

Le Directeur

François PELARD

CAMPUS LA HARPE
Avenue Charles Tillon
CS 24414
35044 Rennes cedex

CAMPUS MAZIER
2, Avenue Antoine Mazier
22015 St-Brieuc cedex 1

Ce courrier vaut attestation – Aucun duplicata ne sera délivré.

Arts, Lettres, Langues

Université Rennes 2

Place du Recteur Henri Le Moal

CS 24307

Tel : null

Fax : null

Fiche individuelle de formation

Civilité :	GARCIA FREDERIC
Numéro étudiant :	20906184
Unité de recherche :	Equipe de recherches interlangues, mémoires, identité, territoires

Récapitulatif des crédits de formations	
Scientifique	270
Généraliste	0
Professionnel	75
Total	345

Formations suivies:

Date	Intitulé	Catégorie	Nombre d'heures effectuées	Crédits
01/12/2011	Participations séminaires théém. et avancés	Scientifique	0	150
21/05/2013	Communication "Calcalho : os diferantes projetos ..."	Scientifique	0	30
21/05/2013	Publication "Cascalho : os diferantes..."	Scientifique	0	30
23/05/2013	Publication "Literatura Baina..."	Scientifique	0	30
10/12/2010	Participation du comité organisation du Colloque I ...	Scientifique	0	30

Fiche établie le : jeudi 23 mai 2013

le directeur de l'école doctorale

Arts, Lettres, Langues

Jean-Marc POINSOT

13/12/2010	Doctoriales du 13 au 17 Décembre 2010	Professionnel	0	75
------------	---------------------------------------	---------------	---	----

Fiche établie le : jeudi 23 mai 2013

le directeur de l'école doctorale

Arts, Lettres, Langues

Jean-Marc POINSOT



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-UESC

Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho

CEP 45662-900, Ilhéus-Bahia-Brasil

E-mail: letras@uesc.br Telefone: + 55 73 3680-5088

PARECER SOBRE TESE DE DOUTORADO

IDENTIFICAÇÃO

Autor: Frédéric Robert Garcia

Título: Configurações identitárias em romance de Herberto Sales

Orientadora: Prof. Dra. Licia Soares de Souza (UFBA)

Universidade Federal da Bahia – UFBA – BRASIL

Orientadora: Prof. Dra. Rita Olivieri-Godet

Université de Rennes 2 – Haute Bretagne - FRANCE .

Avaliador (a): Prof. Dr^a Reheniglei Rehem

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (BA)

PARECER

A tese de Frédéric Robert Garcia, **Configurações identitárias no romance de Herberto Sales**¹, identifica e analisa "os elementos constitutivos que configuram o universo da Chapada Diamantina enquanto

¹ A partir da atual e anteriores leituras desta tese, sugiro que o autor mantenha o seu título original, "Configurações identitárias em *Cascalho e Além dos Marimbus*, de Herberto Sales".

construções identitárias do indivíduo e do meio" (p.1). Inicialmente, o autor percorre algumas referências críticas sobre a produção ficcional de Herberto Sales, a exemplo dos estudos críticos de: Jorge de Souza Araújo, *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20* (2008); Assis Brasil, *Herberto Sales: regionalismo e utopia* (2002); Everaldo Augusto, *Literatura e documento: histórias e mitos na primeira narrativa de Herberto Sales* (2003); Ívia Alves, *Herberto Sales: escritor entre dois caminhos* (1999); Eneida Leal, *Eu, Herberto Sales* (1978) e Fernando Sales, *A gênese de Cascalho* (2006), entre outros.

Quanto à metodologia da pesquisa, a mesma "se caracteriza como bibliográfica do tipo qualitativa, baseada, principalmente, em fontes teóricas sobre cultura, identidade e literatura, com análise comparativa dos romances *Cascalho* e *Além dos marimbus*" (p.4), o que me parece adequado para o seu propósito, enveredando por uma investigação centrada sobre construções identitárias. Estruturalmente, o desenvolvimento do seu tema se apresenta em quatro capítulos; no primeiro capítulo, *O projeto literário de Herberto Sales*, o autor trata de desvelar o lugar do ficcionista em estudo no cenário da literatura brasileira; no segundo capítulo, *As relações de poder em Cascalho*, são destacadas as representações de construções identitárias e suas relações com o poder e, também, "como se articula a convivência e a reciprocidade do Estado com essas relações e as redes de sustentação do coronelato através de um projeto legitimante"; no terceiro capítulo, *Cultura popular, oralidade, simbologias e credences em Cascalho e Além dos marimbus*, considera e avalia a oralidade, as simbologias, os mitos e as crenças populares como elementos culturais e construtos de identidade local; no quarto e último capítulo, *As representações do território*, analisa o conceito de "território", enquanto representação do universo romanesco da Chapada Diamantina.

O autor passa, então, a analisar as representações e relações de poder nas referidas obras literárias, onde a sua abordagem teórico-analítica será fundamental para a compreensão do processo e não apenas dos fenômenos isolados de construção identitária presentes nos dois romances. Nessa análise, o autor contrapõe referências bibliográficas de Bernd, Bourdieu, Castells, entre outras, com Bakhtin, sendo este, creio, assumido como principal opção teórica para o desenvolvimento da pesquisa. Assume, portanto, a discussão do tema da tese, buscando a demonstração crítica da (re)construção do conceito de *tempo* e sua relação com o *espaço* (com ênfase nos capítulos 1 e 2). Isto via a definição de "cronotopo", de Mikhail Bakhtin (2003) e fechando o foco para a "civilização do garimpo" que ganha, nos capítulos seguintes, novos elementos simbólicos - credences, crenças e saberes populares - conferindo ao estudo outras possibilidades de articulação teórica, pois o "espaço na ficção, assim como o recurso da descrição, aparece como um método narrativo vital" (p.9), para os dois romances analisados.

Os capítulos seguintes, o terceiro e o quarto, vão demonstrar que a importância da cultura do garimpo na obra de Sales merece ser aprofundado. E isto foi feito com uma análise que passa pelo reconhecimento da mudança nas concepções de tempo e espaço, o que se observa no tratamento dado aos dois romances em causa. Sob este ângulo, *Cascalho* e *Além dos marimbus* constituem, como o próprio autor afirma, “[...] um retrato do garimpo em vários planos, como o das complexas relações de poder, o das representações culturais, identitárias e do território” (p.17).

Portanto, acredito que a síntese, aqui apresentada, dos aspectos significativos desta pesquisa justifica a pertinência e a validade do trabalho de **Frédéric Robert Garcia**, o qual poderá contribuir com a maior divulgação da produção romanesca de Herberto Sales e, sobretudo, incluir a Bahia e a Chapada Diamantina na cartografia e nos estudos culturais, com inserção regional, nacional e internacional, por se tratar de um autor ainda pouco estudado no Brasil e no exterior e, também, por esta tese ser de cunho tutelado, entre o Brasil e a França, e para a qual confiro o meu parecer favorável à sua aprovação, ratificado com:

AVIS TRÈS FAVORABLE A LA SOUTENANCE

Ilhéus-BA, 10 de outubro de 2013.


Reheniglei Rehem

Titulo da Tese:

CONFIGURACÕES IDENTITÁRIAS NO ROMANCE DE HERBERTO SALES

Nome do Doutorando: **FRÉDÉRIC ROBERT GARCIA**

Nome do Relator: **JORGE DE SOUZA ARAUJO**

PARECER

A tese sob o titulo de *Configurações identitárias no romance de Herberto Sales*, com que Frédéric Robert Garcia se habilita à condição de Doutor, tem como suporte e objeto o estudo de um autor cuja obra romanesca sistematiza-se formal e conteudisticamente pelo apuro técnico e temático singular na série literária brasileira.

Herbert Sales preenche um merecido relevo na produção contemporânea do romance, tendo a seu favor uma unanimidade dos juízos críticos, que lhe destacam o rigor e a leveza nos comportamentos narrativos, em especial o sentido de construção do discurso e sua referencialidade de valor clássico. Ao lado disso, seus apontamentos temáticos, de base neorrealista, denunciam os desajustes sociomoraes decorrentes do colonialismo econômico brasileiro, seguindo pistas dos narradores de 30 e ampliando a geografia e os ciclos abertos por Jorge Amado, Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Amando Fontes e outros autores pinturescos de painéis sociais.

Centrando a tese em quatro pilares (capítulos) que exploram o amplo espectro (socioeconômico, político, identitário, mítico etc.) suscitado pelo romancista da Chapada Diamantina, Frédéric Robert Garcia confirma e redimensiona o reconhecimento dos elementos constitutivos da obra de HS, a partir, sobretudo, de *Cascalho* e, complementarmente, *Além dos marimbus*. Começando pelo “Projeto literário de Herberto Sales”, o Doutorando analisa o gênero romance como um sistema de representações (históricas, sociais, étnicas etc.), configurando o autor em sua regionalidade territorial, de par com suas heranças intertextuais e seus legados discursivos. *Cascalho* ocupa uma inescapável centralidade no intercurso analítico da tese, fornecendo o esteio dos questionamentos sobre as relações de poder (econômico, institucional, ideológico), com seus recursos aglutinadores determinado corrupção, venalidade, autoritarismo, dependência, amoralidade, completa falência ética, o que acarreta desajustes e conflitos, depressões nos sonhos, debacles nos ideais de justiça.

As matrizes da “Cultura popular, oralidade, simbologia e crendices em *Cascalho e Além dos marimbus*” alcançam uma dimensão quase épica no trabalho de Frédéric Robert Garcia. Avulta a riqueza extraordinária dos aspectos fenomênicos na comunidade social da região tematizada nos romances de Herberto Sales, especialmente os causos e superstições gerados pela tradição e consumidos por protagonistas e personagens, que se nutrem desses instrumentos antropológicos para vitalizarem suas energias de resistência ao cosmo de violências perpetradas pelos poderosos e seus sequazes.

“As representações do território” completam o quadro de consubstanciação interdialogica da análise empreendida por Frédéric Robert Garcia, que faz entrecruzarem-se os choques culturais, com dilaceramento das expectativas e aspirações do coletivo falido ante as forças hegemônicas do poder local, que ultrapassa todos os limites da decência em favor de seus interesses econômicos e oligárquicos. O inferno e o paraíso da terra prometida ou madrastra obedecem a um cartel de ganância e fraude só superado pelas forças naturais ou por outro tipo de cartel, o da esperteza figurada no alienígena, o árabe que solapa o absolutismo feudalista dos coroneis, enganando os mercados e desmoralizando completamente as estruturas da lógica capitalista, acumuladora e predatória .

Por todas as questões que aprende e através delas suscita o debate, pela riqueza das informações que os capítulos reúnem e disseminam, pela abordagem atenta e crítica que propõe, pela naturalidade e convergência da linguagem com que organiza o discurso analítico, sou de parecer favorável a que a tese de Frédéric Robert Garcia seja apresentada e defendida em seu tempo previsto e de direito.

Em outros termos, e obedecendo aos diplomas regulamentares, concluo ser a tese digna da declaração abaixo:

AVIS TRÈS FAVORABLE A LA SOUTENANCE

Santo Antonio de Jesus - BA, 8 de outubro de 2013

João de Souza Araújo.